



JUSTIÇA
FEDERAL
TRF2

Justiça Federal
Conselho da Justiça Federal
Tribunal Regional Federal
da 2ª Região

Relatório de Gestão
Consolidado do Exercício

2 0 1 5

Rio de Janeiro - 2016



JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão Consolidado do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015 e da Portaria TCU nº 321, de 30/11/2015.

**Unidades Consolidadas: JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU DO ESPÍRITO SANTO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU DO RIO DE JANEIRO**

Rio de Janeiro/2016

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública
AGOM - Assessoria de Governança Corporativa, Gestão Estratégica e Monitoramento - TRF2
AI - Ações de Informática
AJG - Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária Gratuita
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BSC - *Balanced Scorecard*
CCJF - Centro Cultural Justiça Federal
CEF - Caixa Econômica Federal
CESCON - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania
CF - Constituição Federal
CGATI - Comissão de Gestão Administrativa e de Tecnologia da Informação
GGC - Grupo de Gerenciamento de Crise
CGPLS - Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável
CGU - Controladoria Geral da União
CJF - Conselho da Justiça Federal
CNJ - Conselho Nacional de Justiça
CODITI/TRF2 - Comitê Diretivo de Tecnologia de Informação
COGEC - Coordenadoria de Gestão Contábil/SG/TRF2
COJEF-2ª Região - Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região
CGER - Comitê da Gestão Estratégica Regional
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CRH - Capacitação de Recursos Humanos
CTCI - Comitê Técnico de Controle Interno da Justiça Federal
CTSPAD - Comissão Temporária de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar
DBR - Declaração de Bens e Rendas
DIRFO - Diretoria do Foro
ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EMARF - Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região
EOF - Processo de Execução Orçamentária e Financeira
e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
FAM - Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
GGC - Grupo de Gerenciamento de Crise
GND - Grupo de Natureza de Despesas
GSA - Google Search Appliance
GT - Grupo de Trabalho
IN - Instrução Normativa
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
ISF - Indicador de Superavit Financeiro
ITIL - Information Technology Infrastructure *Library*
JC - Julgamento de Causas
JEFs - Juizados Especiais Federais

JF - Justiça Federal
JF2 - Justiça Federal da 2ª Região
JF-1ºGRAU - Justiça Federal de 1ª Grau
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIBRAS - Linguagem Brasileira de Sinais
LNC/LND - Levantamento das Necessidades de Capacitação e Desenvolvimento
LOA - Lei Orçamentária Anual
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
MIJF - Modernização das Instalações da Justiça Federal
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTGI - Modernização de Instalações da Justiça Federal
NCOS - Núcleo de Comunicação Social- SJRJ
NCS - Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas - SJES
NUSET - Núcleo de Segurança e Transporte - TRF2
NUEST - Núcleo de Estatística – TRF2
OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OGU - Orçamento Geral da União
PA - Processo Administrativo
PAA - Plano Anual de Auditoria
PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PEJF - Plano Estratégico da Justiça Federal
PGD - Portaria do Gabinete da Direção do Foro
PGRCC - Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil
PLN - Projeto de Lei do Congresso Nacional
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNE - Portador de Necessidades Especiais
PO - Plano Orçamentário
PPA - Plano Plurianual
PSSS - Plano de Seguridade Social do Servidor
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PETI - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
RIP - Registro Imobiliário Patrimonial
RGI - Registro Geral de Imóveis
RP - Restos a Pagar
RPV - Requisitório de Pequeno Valor
SAJ - Secretaria de Atividades Judiciárias – TRF2
SAT - Secretaria de Atividades Administrativas – TRF2
SAPJE - Seção de Atendimento Processual dos Juizados - SJRJ
SCI - Secretaria de Controle Interno – TRF2
SEAMB -Setor de Gestão Ambiental - SJRJ
SED - Secretaria de Documentação, Informação e Memória – TRF2
SECEX-RJ - Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro do TCU
SG - Secretaria Geral – TRF2
SEGESA - Seção de Gestão Socioambiental - TRF2

SEMAVE - Seção de Manutenção de Veículos - TRF2
SETRA - Seção de Transporte - SJRJ
SETRAN - Seção de Transporte - TRF2
SETRAV - Seção de Transporte e Vigilância - SJES
SGP - Secretaria de Gestão de Pessoas – TRF2
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão
SIAPRO - Sistema de Acompanhamento Processual
SIE - Secretaria de Infraestrutura e Logística – TRF2
SIGA - Sistema Integrado de Gestão Administrativa
SISAC - Sistema de Registro e Avaliação de Atos de Admissão e Concessão
SJES - Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo
SJRJ - Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro
SJU - Secretaria Judiciária – TRF2
SOF - Secretaria de Orçamento Federal
SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPO - Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – TRF2
SPU - Secretaria de Patrimônio da União
STF - Supremo Tribunal Federal
STJ - Superior Tribunal de Justiça
STI - Secretaria de Tecnologia da Informação – TRF2
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
TCU - Tribunal de Contas da União
TI - Tecnologia da Informação
TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação
TNU - Turma Nacional de Uniformização
TR - Taxa Referencial
TRF2 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região
UFRJ - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UG - Unidade Gestora
UGO - Unidade Gestora Orçamentária
UPC - Unidade Prestadora de Contas
UO - Unidade Orçamentária

SUMÁRIO DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS

FIGURAS

Figura 1 – Mapa Estratégico da Justiça Federal -JF

GRÁFICOS

Gráfico nº 1 - Meta 1

Gráfico nº 2 - Meta 2

Gráfico nº 3 - Meta 3

Gráfico nº 4 - Meta 4

Gráfico nº 5 - Meta 5

Gráfico nº 6 - Meta 6

Gráfico nº 7 - Meta 7

Gráfico nº 8 - Meta 8

Gráfico nº 9 - Consumo de água na SJES, de nov/14 a nov/15

QUADROS

Quadro nº 1 – Valores Contingenciados - JF2

Quadro nº 2 – Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da JF2

Quadro nº 3 – Processos Judiciais entre 2010 e 2015 - SJRJ

Quadro nº 4 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro nº 5 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores – TRF2

Quadro nº 6 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores – TRF2 com recursos da UO 12.101

Quadro nº 7 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores - Justiça Federal de 1º Grau

Quadro nº 8 - Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Quadro nº 9 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Quadro nº 10 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação Interna

Quadro nº 11 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação Interna Executados pela UG 090028

Quadro nº 12 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação Interna

Quadro nº 13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação Executados pela UG 090028

Quadro nº 14 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Precatórios, RPVs e PSSS

Quadro nº 15 – Auditorias Desenvolvidas em 2015

Quadro nº 16 – Sindicâncias Instauradas - Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região

Quadro nº 17 – Sindicâncias Instauradas -TRF2/CTSPAD

Quadro nº 18 – Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares em andamento em 2015 - TR2/CTSPAD

Quadro nº 19 – Sindicância Específica - TRF2

Quadro nº 20 – Relatório das Inspeções Administrativas da DIRFO da SJRJ

Quadro nº 21 – Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares (PAD) em Andamento em 2015 -JFRJ

Quadro nº 22 – Processos Instaurados no Exercício de 2015 - JFES

Quadro nº 23 – Pedidos de Acesso à Informação ao TRF2 - 2015

Quadro nº 24 – Pedidos de Acesso a Informação ao TRF2 por Canal de Relacionamento - 2015

Quadro nº 25 – Principais Assuntos dos Pedidos ao TRF2 - 2015

Quadro nº 26 – Resumo das Reclamações Recebidas na Ouvidoria em 2015

Quadro nº 27 – Resumo das Demandas Recebidas na Ouvidoria, por Canal Utilizado - 2015

Quadro nº 28 – Resumo das Demandas Recebidas na Ouvidoria, por Assunto - 2015

Quadro nº 29 – Pedidos de Acesso à Informação à SJRJ - 2015

Quadro nº 30 – Atendimentos via e-mail realizados pelo NCS/SJES

Quadro nº 31 – Taxas de Depreciação Adotadas

Quadro nº 32 – Depreciação de Bens Móveis

Quadro nº 33 – Depreciação de Bens Imóveis

Quadro nº 34 – Ajuste referente a “Quintos” – Impacto para os próximos exercícios financeiros

Quadro nº 35 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro nº 36 – Força de Trabalho da JF2

Quadro nº 37 – Distribuição da Lotação Efetiva

Quadro nº 38 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da JF2

Quadro nº 39 – Custos de Pessoal

Quadro nº 40 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene, Vigilância Ostensiva e Demais Contratos de Locação de Mão de Obra

Quadro nº 41 – Composição do Quadro de Estagiários

Quadro nº 42 – Nível de Escolaridade da Força de Trabalho

Quadro nº 43 – Faixa Etária da Força de Trabalho

Quadro nº 44 – Ações Educacionais Internas

Quadro nº 45 – Macrodesafios e Alinhamento Estratégico

Quadro nº 46 – Indicadores Gerenciais sobre Gestão de Pessoas

Quadro nº 47 – Quantidade de Veículos por Categoria de Uso - TRF2

Quadro nº 48 – Quantidade de Veículos por Categoria de Uso - SJRJ

Quadro nº 49 – Quantidade de Veículos por Categoria de Uso - SJES

Quadro nº 50 – Média km/ano Rodados, por Grupo de Veículos – TRF2

Quadro nº 51 – Média km/ano Rodados, por Grupo de Veículos – SJRJ

Quadro nº 52 – Média km/ano Rodados, por Grupo de Veículos – SJES

Quadro nº 53 – Idade Média da Frota – TRF2

Quadro nº 54 – Idade Média da Frota – SJRJ

Quadro nº 55 – Idade Média da Frota – SJES

Quadro nº 56 – Despesas Associadas à Manutenção da Frota – TRF2

Quadro nº 57 – Despesas Associadas à Manutenção da Frota – SJRJ

Quadro nº 58 – Despesas Associadas à Manutenção da Frota – SJES

Quadro nº 59 – Discriminação de Veículos Destinados ao Desfazimento - TRF2

Quadro nº 60 – Discriminação de Veículos Destinados à Alienação - SJRJ

Quadro nº 61 – Discriminação dos Veículos Destinados à Doação - SJES

Quadro nº 62 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Quadro nº 63 – Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da JF2, Exceto Imóvel Funcional

Quadro nº 64 – Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade do TRF2

Quadro nº 65 – Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da SJRJ

Quadro nº 66 – Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da SJES

Quadro nº 67 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Quadro nº 68 – Força de Trabalho Atual das Unidades de TI

Quadro nº 69 – Principais Sistemas Administrativos de TI

Quadro nº 70 – Principais Sistemas Judiciários de TI

Quadro nº 71 – Deliberações do TCU (em Processos de Contas) que Permanecem Pendentes de Cumprimento

Quadro nº 72 – Achados e Recomendações do OCI - Auditorias 2015

Quadro nº 73 – Requisições e Precatórios – Administração Direta

Quadro nº 74 – Requisições e Precatórios – Administração Indireta

Quadro nº 75 – Requisições de Pequeno Valor - RPVs

Quadro nº 76 – Detalhamento dos Contratos Revisados (Vigentes e Encerrados) Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE

- 1.1. Finalidade e Competências
- 1.2. Organograma
- 1.3. Macroprocessos Finalísticos

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

- 2.1. Planejamento Organizacional
 - 2.1.1. Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício
 - 2.1.2. Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos
- 2.2. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos
- 2.3. Desempenho Orçamentário
 - 2.3.1. Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade
 - 2.3.2. Obrigações Assumidas sem Respectivo Crédito Autorizado no Orçamento
 - 2.3.3. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores
 - 2.3.4. Informações sobre a Execução das Despesas
 - 2.3.4.1 Informações sobre a Execução das Despesas – Créditos Originários
 - 2.3.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários
 - 2.3.4.2 Informações sobre a execução das despesas – Créditos de Movimentação Interna
 - 2.3.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação Interna (exceto RPVs)
 - 2.3.4.2.2 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação Interna (exceto RPVs)
 - 2.3.4.3 – Informações sobre a execução das despesas – Precatórios, RPVs e PSSS
 - 2.3.4.3.1 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Precatórios, RPVs e PSSS
- 2.4. Desempenho Operacional
 - 2.4.1. Resultados Alcançados frente às Metas Anuais Estabelecidas para o Poder Judiciário
- 2.5. Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho
 - 2.5.1. Indicadores Específicos do Desempenho dos Tribunais

3. GOVERNANÇA

- 3.1. Descrição das Estruturas de Governança
- 3.2. Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos
- 3.3. Gestão de Riscos e Controles Internos

4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

- 4.1. Canais de Acesso ao Cidadão
- 4.2. Carta de Serviços ao Cidadão
- 4.3. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários
- 4.4. Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade
- 4.5. Avaliação dos Produtos e Serviços pelos Cidadãos-Usuários
- 4.6. Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações
 - 4.6.1 Instalações Físicas
 - 4.6.2 Biblioteca do Tribunal Regional Federal da 2ª Região - TRF2
 - 4.6.3 Atendimento via *Web*
 - 4.6.4 Atendimento ao Cidadão

5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

- 5.1. Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos
- 5.2. Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade
- 5.3. Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1. Gestão de Pessoas

- 6.1.1. Estrutura de Pessoal da Unidade
 - 6.1.1.1 Força de Trabalho
 - 6.1.1.2 Distribuição da Lotação Efetiva
 - 6.1.1.3 Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas
 - 6.1.1.4 Análise Crítica
- 6.1.2. Demonstrativo das Despesas com Pessoal
- 6.1.3. Gestão de Riscos Relacionados a Pessoal
- 6.1.4. Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários
 - 6.1.4.1. Contratação de Pessoal de Apoio
 - 6.1.4.1.1 Análise Crítica
 - 6.1.4.2. Contratação de Estagiários
 - 6.1.4.2.1 Política de Contratação de Estagiários
- 6.1.5 Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho
 - 6.1.5.1 Qualificação da Força de Trabalho Segundo a Escolaridade
 - 6.1.5.2 Qualificação da Força de Trabalho Segundo a Faixa Etária
 - 6.1.5.3 Política de Capacitação e Treinamento de Pessoal
- 6.1.6 Irregularidades na Área de Pessoal
 - 6.1.6.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

6.1.7 Indicadores Gerenciais sobre Gestão de Pessoas

6.1.8. Contratação de Consultores com Base em Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

6.2. Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

6.2.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

6.2.2. Política de Destinação de Veículos Inservíveis ou Fora de Uso e Informações Gerenciais sobre Veículos nessas Condições

6.2.3. Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

6.2.3.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

6.2.3.2. Imóveis de Propriedade da União Sob Responsabilidade da JF2, Exceto Imóvel Funcional

6.2.4. Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas

6.2.5. Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros

6.3. Gestão da Tecnologia da Informação

6.3.1. Principais Sistemas de Informações e Serviços de TI

6.3.1.1 Categoria Sistemas Administrativos

6.3.1.2 Categoria Sistemas Judiciários

6.3.2. Informações sobre o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

6.3.3. Processo Judicial Eletrônico (PJe)

6.4. Gestão Ambiental e Sustentabilidade

6.4.1. Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1. Tratamento de Determinações do TCU

7.2. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

7.3. Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

7.4. Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993

7.5. Gestão de Precatórios

7.5.1 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatório)

7.5.2 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Requisições de Pequeno Valor - RPVs)

7.6. Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento

7.6.1. Revisão dos Contratos Vigentes

7.6.2. Ressarcimento dos Valores

7.6.3. Detalhamento dos Contratos Revisados (Vigentes e Encerrados)

ANEXOS

ANEXO I - Organograma Funcional da Justiça Federal da 2ª Região

ANEXO II- Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas da Justiça Federal da 2ª Região

ANEXO III - Matrizes Detalhadas do Acompanhamento da Gestão (PEJF 2015-2020)

ANEXO IV - Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 - Justiça Federal da 2ª Região

APRESENTAÇÃO

A Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região – TRF2 vem apresentar o Relatório de Gestão Consolidado da Justiça Federal da 2ª Região – JF2, relativo ao exercício de 2015, atendendo ao preconizado no artigo 70 da Constituição Federal e às disposições da Instrução Normativa - TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa - TCU nº 146/2015 e da Portaria - TCU nº 321/2015, disponibilizando o conjunto de demonstrativos e documentos de natureza contábil, financeira, patrimonial, orçamentária e operacional, de modo a realizar a devida prestação de contas ao competente órgão de controle, bem como à sociedade como um todo, colaborando para a construção de uma Administração Judiciária mais transparente.

Este Relatório de Gestão encontra-se estruturado segundo a referida normatização do Tribunal de Contas da União, abrangendo os seguintes conteúdos: 1) visão geral da unidade, com identificação e atributos das unidades jurisdicionadas; 2) planejamento organizacional e desempenhos orçamentário e operacional; 3) informações sobre a governança; 4) relacionamento com a Sociedade; 5) desempenho financeiro e informações contábeis; 6) áreas especiais da gestão; 7) conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle e 8) anexos. As figuras, gráficos, quadros e tabelas estão numerados sequencialmente na ordem em que aparecem no texto.

Inicialmente, é necessário ressaltar que a Justiça Federal da 2ª Região é composta pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região e pelas Seções Judiciárias do Rio de Janeiro – JFRJ e do Espírito Santo – JFES. Deste modo, a JF2 é composta por três unidades com autonomia financeira, cujos dados consolidados encontram-se presentes neste relatório.

A Justiça Federal desta 2ª Região, historicamente, tem suas contas aprovadas junto ao Tribunal de Contas da União e, no intuito de prolongar este histórico e avançar ainda mais quanto aos resultados obtidos, não foram poupados esforços no sentido de melhorar os controles administrativos. Pois, apesar do escopo desta instituição estar voltado especificamente para a resolução de conflitos jurídicos, é certo que os avanços administrativos, bem como uma gestão mais eficaz de recursos humanos e financeiros, refletirão em uma prestação jurisdicional mais adequada aos parâmetros modernos de economicidade e eficiência.

No que se refere às atividades típicas desta Justiça Federal da 2ª Região, neste período de 2015 buscou-se a positivação das Metas do Poder Judiciário, quer com relação às pendentes de exercícios anteriores, quer com relação às metas definidas pelo CNJ - Conselho Nacional de Justiça para o exercício, sendo válido observar que neste ano um novo ciclo estratégico do Poder Judiciário foi iniciado.

O novo ciclo estratégico para o período de 2015-2020 estabeleceu a garantia dos direitos à cidadania como Macrodesafio a ser alcançado, e, com este objetivo, alguns tópicos passaram ser priorizados: a celeridade e a efetividade da prestação jurisdicional; a adoção de soluções alternativas de conflito; o aprimoramento da gestão da Justiça Criminal; o impulso às execuções fiscais e cíveis; o combate à corrupção e à improbidade administrativa; a gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes; a melhoria na gestão de pessoas; o aperfeiçoamento da gestão de custos; a instituição da governança judiciária; e a melhoria da infraestrutura e governança da Tecnologia da Informação, tornaram-se os novos parâmetros para a atuação do Poder Judiciário, e desta Justiça Federal da 2ª Região.

Assim, além de dar continuidade à série de ações práticas iniciadas na gestão anterior, com o desenvolvimento dos serviços prestados ao cidadão e a melhor racionalização da administração, garantindo maior eficiência às suas atividades, novos desafios se apresentaram, uma vez que a atuação do CNJ, com o estabelecimento de metas qualitativas, funciona como uma ordem administrativo-gerecncial, que impacta na atuação da Administração, inserindo novas demandas a serem implementadas, tanto de ordem judiciária, quanto de ordem administrativa. Em consequência, tem

sido buscado o aprimoramento da gestão judiciária e administrativa, de maneira concomitante, estabelecendo-se métodos modernos e flexíveis de gestão, aperfeiçoando-se os fluxos de trabalho e informação, com a preocupação de realizar uma boa gestão dos recursos financeiros e a readaptação da força de trabalho, tendo em vista as novas reivindicações surgidas com a virtualização dos processos judiciais e dos novos desafios estratégicos assumidos.

Neste contexto, a Administração tem a sua frente uma série de desafios a serem vencidos, inclusive no campo da própria estrutura administrativa e dos fluxos de trabalho. E, se readequando para suprir tais novas demandas, este TRF2, no ano de 2015, teve que reavaliar ações que se encontravam em andamento. Dentre as situações de remanejamento, três merecem destaque, tendo em vista o vulto que representavam para esta 2ª Região: a reforma do edifício sede deste TRF2, a implantação do processo eletrônico no que se refere ao PJe, e a unificação das turmas julgadoras, em virtude das complexidades de ordens diversas, que se apresentaram durante o curso das implementações.

No que se refere ao **projeto de reforma e modernização do edifício-sede**, que visava à adaptação, reformulação e modernização do complexo predial do TRF2, as obras foram suspensas em agosto de 2015, devido ao descumprimento de cláusulas contratuais. Vale ressaltar que, obedecendo à Resolução CNJ nº 114 e à Resolução CJF nº 179, o CJF foi devidamente cientificado da interrupção da reforma; bem como foram tomadas todas as medidas necessárias para garantir a segurança do local no intercurso da suspensão da obra, tendo a Administração por questão de cautela, determinado a elaboração de laudo sobre a segurança predial.

Já no ano de 2016, vencidos os óbices burocráticos, a empresa contratada foi intimada a formalizar as condições necessárias para a retomada do serviço de reforma, documento este que já foi encaminhado a este TRF2 e, em virtude da significativa complexidade, encontra-se atualmente sob apreciação da área técnica.

A ampliação do Edifício-Sede, que contava com previsão de acréscimo de pavimentos ao bloco B do prédio Anexo II, conjugada com o projeto de reforma do TRF2, objetivava aumento de área útil, necessário ao adequado funcionamento da sede do TRF2. E, diante da paralisação da reforma do complexo predial do TRF2, a Administração teve que concentrar todos os esforços orçamentários e humanos para dar continuidade à reforma, reprogramando-se, assim, a ampliação para o exercício de 2018. Vale sublinhar que, não obstante cuidar-se de projetos distintos, a alteração do cronograma para o reinício das obras repercute diretamente no projeto de ampliação vertical, sendo imprescindível priorizar o projeto da reforma.

Ressalta-se que o atual momento econômico do país exige do ordenador o máximo de cautela na utilização de recursos públicos, razão pela qual se faz recomendável acompanhar, prioritariamente, a evolução das obras de modernização, como vem sendo feito.

O **Processo Judicial Eletrônico**, no âmbito desta 2ª Região, por razões de conveniência e oportunidade, e considerando que o primeiro grau de jurisdição já adotava sistema processual eletrônico próprio (APOLO), estava sendo implementado de maneira regionalizada. Insta esclarecer que a decisão de regionalizar o referido sistema balizava-se pela análise dos seguintes aspectos: *a)* a oportunidade deste TRF2 alinhar-se à estratégia da virtualização, com menor impacto possível na rotina processual, tendo em vista tratar-se de um sistema plenamente desenvolvido; *b)* A opção de postergar a implementação do PJe constituiu-se numa razão de conveniência, eis que a Região haveria que lidar com a complexa medida de migrar dados de dois sistemas diferentes para o novo sistema, o que poderia gerar significativo impacto negativo na rotina processual no âmbito dos dois graus de jurisdição. Ressalte-se que dito impacto já fora previsto no estudo preliminar de riscos, efetuado em 2012.

Apesar do avanço obtido com o sistema regional, a implantação do sistema PJe na 2ª Região da Justiça Federal passou a ser objetivo imponderável, em virtude das demandas advindas dos Conselhos Superiores e da determinação de uniformização, em âmbito nacional, dos sistemas

eletrônicos processuais. Neste sentido, por razões de ordem técnica, a implantação do novo sistema deverá ser feita progressivamente até 2018.

No que tange à reestruturação planejada na última gestão, após estudo e levantamento do cenário das Subsecretarias dos Órgãos Julgadores do TRF da 2ª Região, foi proposto e iniciado **Projeto de Unificação das Subsecretarias das Turmas**. Tal unificação se daria progressivamente, a fim de que: *a)* fosse possível o conhecimento da habilidade efetiva dos servidores a serem lotados nas Secretarias; *b)* ocorresse a necessária redução do acervo físico em tramitação, e que se encontrava sob sistema distinto; *c)* fossem implementadas diversas funcionalidades junto ao sistema eletrônico de acompanhamento processual, com pleno atendimento às necessidades e peculiaridades de cada órgão julgador.

Apesar destas previsões, no curso da unificação, constatou-se grande diversidade de procedimentos efetuados em cada órgão processante, cuja necessidade de padronização mostrava-se mais complexa do que inicialmente previsto, em razão da implantação do processo eletrônico neste Tribunal e dos obstáculos vivenciados na prática de adaptação ao novo sistema. Isto porque o ganho a ser alcançado, em termos de acesso e celeridade em longo prazo, representou, no momento da implantação, em um alto investimento em desenvolvimento, adequação e aperfeiçoamento de sistemas, bem como, investimento em capacitação de pessoal. Deste modo, o Projeto de Unificação e a referida reestruturação do Tribunal, que contava com o remanejamento de servidores da área processante para os Gabinetes dos Desembargadores, restou suspenso pelo Plenário desta Corte.

Por fim, apesar das dificuldades enfrentadas, a Justiça Federal da 2ª Região, com seu quadro de Desembargadores, Juízes Federais e Servidores, manteve-se atuante, coesa e determinada em oferecer aos cidadãos brasileiros uma prestação jurisdicional de qualidade crescente.

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, mediante a Resolução nº TRF2-2014/00034, definiu o desdobramento do novo ciclo de planejamento estratégico nacional para suas atividades. Foram priorizadas as ações voltadas à promoção do interesse público primário, à melhoria da gestão de custos, a regionalização das suas tarefas e o incremento de alterações na sua estrutura organizacional, readequando a força de trabalho às necessidades do serviço, de sorte a otimizar os recursos humanos e financeiros, e a culminar na agilização dos trâmites judiciais e no aumento da produtividade.

Foi reformulada a estrutura organizacional da Secretaria Geral (SG) do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com o intuito de inserir na respectiva estrutura as atividades de monitoramento da gestão administrativa e de acompanhamento da programação, a fim de atender, principalmente, as demandas advindas do CNJ, CJF, TCU e de outros órgãos externos; além de deslocar para subordinação direta da Secretaria Geral a Coordenadoria de Gestão Contábil.

Alterou-se a estrutura organizacional da Secretaria de Atividades Judiciárias (SAJ) do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, em função da necessidade de padronização de rotinas e procedimentos, tendo em vista a implantação do processo eletrônico e a automação de diversas atividades judicantes.

Restaram unificadas as áreas de pagamento e de aposentadoria e pensões da Justiça Federal da 2ª Região, em cumprimento à Resolução nº 462, de 17/08/2005, do Conselho da Justiça Federal - CJF, que dispõe a centralização das folhas de pagamento, assim como a necessidade de se adotar ações voltadas para a integração das áreas de gestão de pessoas, com vistas à padronização de procedimentos, otimização de recursos materiais/humanos e promoção da melhoria de processos de trabalho.

As estruturas organizacionais do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF) e da Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação (SED) foram alteradas, em virtude da necessidade de se implantar o Centro de Memória Institucional da Justiça Federal da 2ª Região, criado pela

Resolução nº 13, de 04/04/2011, além de redimensionar os quantitativos de funções gratificadas da SED, do CCJF e do Centro de Memória Institucional.

A estrutura organizacional e o quadro de pessoal das unidades de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da 2ª Região foram unificados, visando à eficácia na gestão dos recursos humanos do quadro de pessoal da Justiça Federal desta Região, e à implantação de uma política regional de planejamento e execução de TI - Tecnologia da Informação, tendo como prioridade a definição dos processos de trabalho, responsabilidades e práticas de governança de TI consagradas.

Apesar das dificuldades enfrentadas e à vista dos resultados apresentados, denota-se que a Justiça Federal da 2ª Região se empenhou no alcance dos objetivos e metas, sobretudo voltando suas atenções para os parâmetros definidos para o ciclo estratégico 2015/2020 do Painel Estratégico da Justiça Federal e das Metas do Poder Judiciário traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, sem prescindir do adequado alinhamento às Leis Orçamentárias.

Ainda pensando na democratização do acesso à justiça, agora frente à realidade virtual, houve avanço na consolidação do sistema de processo eletrônico no âmbito da segunda instância federal da 2ª Região, mesmo enfrentando momentos de amadurecimento da perspectiva de transição do sistema implantado nesta Regional para o modelo nacional do PJe.

A aduzir, ainda, afirmando o destaque da conciliação como política estratégica do Judiciário e em resposta aos anseios da sociedade por uma justiça ágil e efetiva, a Justiça Federal da 2ª Região se destacou nos esforços para cumprimento das metas do CNJ no ano de 2015, atingindo níveis de excelência em relação à Meta 3 (145%), que impõe o aumento do percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior.

Em relação às metas que fazem referência ao aumento de produtividade, esta 2ª Região alcançou praticamente 100% de eficácia. Obtendo sucesso não apenas em relação à Meta 1, que trata da ampliação da produtividade **lato sensu**, mas também em relação à Meta 2, que versa sobre celeridade; à Meta 5, que determina maior atenção aos processos em fase de execução, ampliando a produtividade nesta fase; à Meta 7, que refere-se a ampliação da produtividade no tocante às ações criminais; à Meta 8 que trata da ampliação da produtividade dos processos penais cujo objeto seja a improbidade administrativa, o tráfico de pessoas ou trabalho escravo e à Meta 10 que incentiva a produtividade dos servidores.

Quanto à Meta 4, cujo objeto é o aumento da produtividade dos processos de improbidade, apesar de os números consolidados da 2ª Região terem atingido 70% de cumprimento do que foi determinado, apresentando o melhor desempenho dentre as demais Regiões, há de se considerar, ainda, que o TRF2 - isoladamente - obteve percentual de 125% do objetivo.

No que se refere ao acesso à informação, as mídias digitais e os sistemas foram atualizados, beneficiando os servidores com um projeto de intranet reformulado, e o público externo com um *site* na internet em constante modernização.

Com relação ao atendimento ao público houve aprimoramento na prestação de informação, tanto no que se refere ao tempo de resposta, quanto ao que se refere ao gerenciamento dos problemas reportados.

De outro giro, reconhecendo que a readequação da força de trabalho não pode excluir a valorização do servidor, até porque tal pensar é consentâneo com a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Judiciário, instituída pelo CNJ, foi dado prosseguimento à regionalização da programação de ações de capacitação, por meio da consolidação do Ambiente Virtual de Aprendizagem – o Espaço Educacional –, como avanço na efetivação de práticas educativas à distância.

Por oportuno, há de se repisar que, hoje, não basta a capacidade de se minimizarem recursos materiais e humanos. Além de bem gerir os recursos e administrar do modo certo, é preciso pensar nas consequências de longo prazo das escolhas. O detalhamento das diversas ações praticadas no exercício de 2015, alinhadas a metas e a indicadores, nas seções que compõem este Relatório, denota a incansável busca pela prestação jurisdicional de excelência, anseio maior dos operadores do Direito e dos jurisdicionados.

Enfim, muitos são os passos a serem dados até se alcançar uma prestação jurisdicional realmente plena, como se almeja. E, neste sentido, A Justiça Federal da 2ª Região tem trilhado um caminho de integração e desenvolvimento institucional, unindo esforços entre este Tribunal Regional Federal e suas Seções Judiciárias, eis que administrar a Justiça, que se propõe moderna, não é tarefa para um só, mas de um todo plenamente engajado.

Concluindo, deve-se insistir que responder à sociedade nos seus anseios de justiça impõe a todos os integrantes do Poder Judiciário, antes dos números, a busca da prestação jurisdicional moldada ao tempo presente, principalmente a perspectiva de transparência.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2016.

POUL ERIK DYRLUND

Presidente

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE

1.1. Finalidade e Competências

Na esfera do Poder Judiciário, a Justiça Federal – JF é o órgão ao qual compete processar e julgar as causas em que a União, suas entidades autárquicas e empresas públicas federais figurem como interessadas na condição de autoras ou rés, além de outras questões de interesse da federação, previstas no art. 109 da Constituição Federal.

A primeira instância da Justiça Federal da 2ª Região – JF2 compõe-se de Juízes Federais, em exercício nas Seções Judiciárias – sediadas nas capitais dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo – e nas Subseções Judiciárias – situadas nas principais cidades do interior.

Quanto à segunda instância de julgamento, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região – TRF2 julga, em grau de recurso, as ações provenientes da primeira instância (seções judiciárias), desfrutando, ainda, de competência originária para o exame de algumas matérias previstas no art. 108 da Constituição Federal.

Com sede na cidade do Rio de Janeiro e jurisdição nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, o TRF2 compõe-se de 27 Desembargadores Federais vitalícios, escolhidos entre os Juízes Federais de 1ª Instância, membros do Ministério Público e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, nomeados pelo Presidente da República, nos termos da Constituição Federal.

De acordo com o art. 108 da Constituição Federal de 1988, compete ao TRF2 processar e julgar:

a) originariamente:

- os juízes federais da sua área de jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;
- as revisões criminais e as ações rescisórias de julgados seus ou dos juízes federais da região;
- os mandados de segurança e *habeas data*, contra ato do próprio Tribunal ou juiz federal;
- os *habeas corpus*, quando a autoridade coatora for juiz federal;
- os conflitos de competência entre juízes federais vinculados ao Tribunal.

b) em grau de recurso:

- as causas decididas por juízes federais e juízes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição.

1.2. Organograma

Tendo em vista a extensão considerável das informações solicitadas e a necessária economia na ordenação das partes deste Relatório, entendeu-se oportuna a abertura dos **Anexos I e II**, para apresentação do *Organograma Funcional e Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas da Justiça Federal da 2ª Região*, respectivamente.

Os organogramas das Unidades Consolidadas encontram-se disponíveis nos *sites*:

- **Tribunal Regional Federal da 2ª Região - TRF2:**

<http://www10.trf2.jus.br/trf2digitaldocs/document/organograma-trf2-area-judicial-2/> (área judicial)

<http://www10.trf2.jus.br/trf2digitaldocs/document/organograma-trf2-area-administrativa-3/> (área administrativa)

- **Seção Judiciária do Rio de Janeiro - SJRJ:**

http://www.jfrj.jus.br/?id_info=7370

- **Seção Judiciária do Espírito Santo - SJES:**

http://www.jfes.jus.br/menu/inst_administracao.jsp

http://www.jfes.jus.br/documentos/organograma_adm_sjes.pdf

1.3. Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos finalísticos entregam valor à sociedade, por intermédio da prestação jurisdicional, e constituem-se nas ações que atendem à atividade fim do TRF2. Os macroprocessos de suporte aos processos finalísticos são representados, entre outros, pela gestão orçamentária financeira e contábil, pela gestão de pessoas e pela gestão de tecnologias de informação e comunicação - TIC, além dos macroprocessos gerenciais, que definem as diretrizes estratégicas e a aplicação de recursos de forma eficiente e efetiva.

Vale ressaltar que as três categorias de macroprocessos citadas devem interagir, de forma sistêmica, para que a missão da organização seja cumprida com foco na visão de futuro, que é consolidar-se perante a sociedade como uma justiça efetiva e transparente, de acordo com o Plano Estratégico da Justiça Federal - PEJF.

Aproveitando todo o trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2015, será possível à alta administração definir a Cadeia de Valores a ser adotada pelo TRF2 e desenvolver o Programa de Gestão Estratégica de 2016, que se desdobrará em diversos projetos essenciais aos objetivos estratégicos da Instituição.

Para um adequado desdobramento da Cadeia de Valores, mister se faz o mapeamento dos processos organizacionais, eis que, por meio destes, será possível o detalhamento técnico da estrutura básica da aludida Cadeia de Valores.

Nesse sentido, o TRF2 e as Seções Judiciárias vêm envidando esforços para que, de forma gradativa, elevem o nível de maturidade em gestão por processos, questão essencial para apoiar o desenvolvimento dos seus projetos estratégicos.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1 Planejamento Organizacional

O Plano Estratégico da Justiça Federal - PEJF, normatizado por intermédio da Resolução nº 313, de 22/10/2014, do Conselho da Justiça Federal - CJF, e implementado no Tribunal Regional Federal da 2ª Região - TRF2, por meio da Resolução TRF2-RSP-2014/00034, foi elaborado, com a colaboração dos Regionais, a partir da definição de macrodesafios, que são as referências temáticas para a gestão dos Tribunais, sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, e referendado pelos presidentes dos tribunais de todos os segmentos de justiça, em reunião realizada no VII Encontro Nacional do Poder Judiciário, ocorrida em novembro de 2013.

MAPA ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL

Missão: Garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva.

2015

VISÃO DE FUTURO

Consolidar-se perante a sociedade como uma justiça efetiva e transparente

2020

Tendências atuais

- Incentivo às soluções alternativas de litígio;
- Aumento da quantidade de julgados;
- Julgamento de processos antigos;
- Melhoria do sistema criminal;
- Profissionalização da gestão;
- Intensificação do uso da tecnologia da informação;
- Probidade e combate à corrupção.

Cenário desejado

- Justiça mais acessível;
- Desjudicialização;
- Descongestionamento do Poder Judiciário;
- Probidade pública;
- Justiça tempestiva;
- Maior racionalização do sistema judicial;
- Valorização profissional;
- Melhoria da qualidade do gasto público;
- Equalização das estruturas de 1º e 2º grau de jurisdição;
- Disseminação da Justiça Eletrônica.

Sociedade

Garantia dos direitos de cidadania

Processos internos

Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

Adoção de soluções alternativas de conflito

Aprimoramento da gestão da justiça criminal

Impulso às execuções fiscais e cíveis

Combate à corrupção e à improbidade administrativa

Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes

Recursos

Melhoria da gestão de pessoas

Aperfeiçoamento da gestão de custos

Instituição da governança judiciária

Melhoria da infraestrutura e governança de TI

Valores

ÉTICA

RESPEITO À CIDADANIA E AO SER HUMANO

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

TRANSPARÊNCIA

QUALIDADE

INOVAÇÃO

Para melhor compreensão do PEJF, discriminamos, a seguir, os macrodesafios definidos para o ciclo 2015-2020:

- Garantia dos direitos de cidadania;
- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional;
- Adoção de soluções alternativas de conflito;
- Aprimoramento da gestão da justiça criminal;
- Impulso às execuções fiscais e cíveis;
- Combate à corrupção e à improbidade administrativa;
- Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes;
- Melhoria da gestão de pessoas;
- Aperfeiçoamento da gestão de custos;
- Instituição da governança judiciária; e
- Melhoria da infraestrutura e governança da TIC.

Os macrodesafios norteiam as estratégias de atuação do Poder Judiciário e compõem o Mapa Estratégico da Justiça Federal. No bojo desse planejamento, encontram-se a política de aumento da produtividade na prestação jurisdicional e a definição dos projetos nacionais de suporte ao alcance dos macrodesafios. Coube ao TRF2 gerenciar o projeto *Requisitos Mínimos de Controles Internos*, alinhado ao macrodesafio "Combate à corrupção e à improbidade administrativa".

Para que a área estratégica atenda aos desdobramentos requeridos pelo Plano Estratégico da Justiça Federal (PEJF), conforme art. 3º, §2º, da Resolução nº 34 do TRF2, em consonância com as definições do Comitê da Gestão Estratégica Regional (CGER) e comitês institucionais, conforme determinado nos artigos 6º e 8º da Resolução nº 313 do CJF e no art. 2º da Resolução TRF2-RSP-2014/00034, esta Corte não pode prescindir do mapeamento dos macroprocessos de trabalho e da definição do *portfólio* de projetos estratégicos, objetivando atender à missão do TRF2 de garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva, conforme estabelecido no PEJF.

Nessa linha de trabalho, é que ressaltamos a importância da Cadeia de Valores, que é um modelo conceitual, criado por Michael Porter, para representar graficamente as atividades desenvolvidas para agregar valor ao cliente e atender aos objetivos estratégicos da organização.

O conceito de valor está vinculado à percepção de custo *versus* benefício que um determinado consumidor tem ao pagar uma quantia por um produto ou serviço. Quanto maior a percepção de benefício em relação ao valor despendido, maior a percepção de valor. De modo análogo, na Administração Pública, o cidadão avalia a percepção do benefício auferido na prestação de serviços em relação a sua expectativa acerca do papel a ser desempenhado pelo Estado. Da mesma forma, quanto maior o valor agregado, maior a satisfação do jurisdicionado.

2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

Os chamados macrodesafios do Poder Judiciário (2015-2020) foram aprovados pelos presidentes dos tribunais do país no VII Encontro Nacional do Judiciário, em 2013. No Encontro, foram estabelecidos os seguintes desafios: garantir os direitos da cidadania; combater a corrupção e a improbidade administrativa; promover a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional; adotar soluções alternativas de conflito; gerir as demandas repetitivas e dos grandes litigantes; impulsionar as execuções fiscais, cíveis e trabalhistas; aprimorar a gestão da justiça criminal; fortalecer a segurança do processo eleitoral; melhorar a gestão de pessoas; aperfeiçoar a gestão de

custos; instituir a governança judiciária; e melhorar a infraestrutura e governança da Tecnologia da Informação e Comunicação.

Destaca-se o disposto na Resolução CNJ nº 198/2014, em especial no art. 5º, em que o Conselho Nacional de Justiça estabelece a definição e o acompanhamento dos indicadores de desempenho do Poder Judiciário:

Art. 5º As Metas Nacionais (MN) serão, prioritariamente, elaboradas a partir da Cesta de Indicadores e Iniciativas Estratégicas de que trata o art. 2º, inciso VII, desta Resolução.

§ 1º A Cesta de Indicadores e Iniciativas Estratégicas referida no caput será definida e revisada pela Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento e disponibilizada no sítio eletrônico do CNJ.

§ 2º A mesma Comissão poderá definir indicadores nacionais que integram o Relatório Justiça em Números, observado o disposto na Resolução CNJ n. 76, de 12 de maio de 2009.

As metas estratégicas escolhidas para o exercício têm, evidentemente, grande foco nas ações da área judiciária. Nessas ações, o objetivo fundamental é diminuir a quantidade de processos em tramitação por meio do julgamento do maior número possível daqueles que compõem o acervo.

Deve-se destacar também a grande importância dada à prática da conciliação como meio de resolução de conflitos em grande escala, tendência que deve se ampliar nos próximos anos. Em relação especificamente à Justiça Federal, há um direcionamento especial aos processos criminais, improbidade administrativa e, sobretudo, ao aumento da produtividade dos magistrados e servidores.

Para a área administrativa, os objetivos são a diminuição do absenteísmo, a avaliação dos controles internos e a adesão de magistrados e servidores ao exame médico periódico de saúde. A esses objetivos, definidos em caráter nacional, juntam-se àqueles específicos das Seções Judiciárias (RJ e ES), que têm por meta a construção de meios para que a instituição possa atingir os objetivos estratégicos definidos para o Poder Judiciário.

2.1.2 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos

O Mapa Estratégico da Justiça Federal (2015-2020) contempla as tendências atuais da Justiça Federal, bem como o cenário desejado, utilizando a definição da Missão (Garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva) e da Visão (Consolidar-se perante a sociedade como uma justiça efetiva e transparente), elencando os valores institucionais norteadores (ética, respeito à cidadania e ao ser humano, responsabilidade ambiental, transparência, qualidade e inovação) e as três perspectivas básicas da administração (sociedade, processos internos e recursos).

As Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo buscaram a execução e o acompanhamento das diretrizes estratégicas estabelecidas pelo CNJ), pelo CJF e pelo TRF2, observando os macrodesafios para o Ciclo 2015-2020, preconizados pela Resolução 198/CNJ, bem como as perspectivas e objetivos estratégicos estabelecidos pela Resolução CJF-RES-2014/00313 e pela Resolução TRF2-RSP-2014/00034.

O mapa estratégico no novo ciclo, diferentemente do anterior, tem, nos objetivos estratégicos, um grande foco na área judiciária. Todos os seis objetivos estratégicos ligados aos processos internos referem-se a essa área. Destacam-se, especialmente, o combate à corrupção, as soluções alternativas de conflito e a gestão de demandas repetitivas e de grandes litigantes.

Os demais objetivos estratégicos seguem uma tendência já observada no primeiro ciclo, objetivando a melhoria da gestão de pessoas, aperfeiçoamento da gestão de custos, melhoria da área de tecnologia da informação, além da instituição da governança judiciária.

2.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos

Juntamente com o plano estratégico, foram designados indicadores para o acompanhamento da estratégia durante o período de vigência do novo plano. O monitoramento das metas estratégicas de 2015, instituídas pelo CNJ e pelo CJF, é realizado por meio de indicadores específicos gerenciados pelo TRF2. Em complementação, tanto o TRF2, quanto suas Seções Judiciárias têm mantido indicadores institucionais com o objetivo de dar lastro a uma política de sustentabilidade e medir o desempenho de serviços essenciais para a Instituição, como descrito no item 2.5 deste relatório.

O principal instrumento para o monitoramento dos resultados atingidos pela JF2 é o *Portal de Estatísticas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região*, acessível pelo endereço <http://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/portal/>, onde são alimentados, periodicamente, os dados referentes ao desempenho das diversas áreas controladas pelos indicadores estratégicos estabelecidos no Plano Estratégico da Justiça Federal para o período 2015-2020.

Quanto aos demais indicadores, como os de sustentabilidade e de força de trabalho, são monitorados, mensalmente, por meio do ambiente virtual denominado *Sharepoint*, acessível em <http://vmshareapp:8181/relatorios/indicadores/default.aspx>

2.3 – Desempenho Orçamentário

Em 2015, observando as determinações contidas na Lei Orçamentária nº 13.115, de 20/4/2015, e as diretrizes e prioridades estabelecidas na Lei nº 13.080/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2015, de acordo com os parâmetros fixados na Lei Complementar 101, de 4/5/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região - TRF2 coordenou a gestão do orçamento da Justiça Federal da 2ª Região – JF2 e seus recursos financeiros de forma a permitir a concretização das ações abaixo relacionadas:

- Pagamento das despesas com pessoal, incluindo as despesas de exercícios anteriores e sentenças judiciais;
- Pagamento de benefícios;
- Capacitação de magistrados e servidores;
- Funcionamento das Varas Federais, dos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais;
- Manutenção da estrutura física com obras e reformas nas edificações existentes na 2ª Região;
- Aquisições de materiais e equipamentos, destacando-se despesas com tecnologia da informação, para as diversas Unidades da 2ª Região.

Tendo em vista que a Lei nº 13.115, que aprovou o Orçamento Geral da União - OGU para 2015, estimando a receita e fixando a despesa do exercício só foi publicada em 20/4/2015, o orçamento das despesas correntes discricionárias de janeiro a abril/2015 foi disponibilizado por meio da liberação de duodécimos mensais, com base no art. 53, XII, da LDO 2015 - Lei 13.080, de 2/1/2015. Já as despesas obrigatórias foram integralmente descentralizadas no início do exercício, conforme art. 53, I da LDO 2015.

A fim de atender as despesas de capital nesse período, foi editada, pela Presidência da República, a Medida Provisória nº 667, de 2/1/2015, que abriu crédito extraordinário em favor dos órgãos e empresas estatais e representou a provisão de um terço do orçamento referente às despesas de capital constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2015 - PLOA 2015.

O valor do crédito extraordinário descentralizado para a 2ª Região foi de R\$ 3.193.079,00 para a Unidade Orçamentária – UO 12.101 (Seções Judiciárias da 2ª Região) e R\$ 5.770.483,00 para a UO 12.103 (TRF2).

Quando da aprovação do PLOA e conseqüente liberação do orçamento, por orientação do CJF, foram estornados os valores não utilizados do crédito extraordinário, sendo realizada compensação

dos valores já liquidados com tal orçamento com o oferecimento de dotações da LOA no mesmo montante.

A Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região (Unidade Orçamentária – UO 12.101 e 12.103, respectivamente) foi contemplada, para a execução no referido exercício, com uma dotação inicial de R\$ 1.442.398.141,00. Após alterações decorrentes de créditos e cancelamentos orçamentários ocorridas ao longo do exercício, a dotação final autorizada foi de R\$ 1.607.579.947,36.

Registra-se que, em decorrência da divulgação pelo Poder Executivo da necessidade de limitação de empenho e de movimentação financeira (contingenciamento), após a avaliação do segundo bimestre de 2015, foi editada pelo STF a Portaria Conjunta nº1 de 29/05/2015, que determinou o montante a ser inicialmente contingenciado pela Justiça Federal (R\$ 187.048.950,00). O CJF promoveu o rateio de tal valor, cabendo inicialmente à 2ª Região o montante de R\$ 11.434.139,00.

No decorrer do exercício de 2015, foram realizadas trocas de valores contingenciados visando liberar recursos passíveis de execução. Foram oferecidos para bloqueio, em contrapartida, saldos de dotações cuja programação foi adiada/não efetivada ou que o comprometimento dos recursos mostrou-se aquém do previsto, garantindo, assim, o atendimento da programação da JF2.

Foi indicada para compor, majoritariamente, o contingenciamento da 2ª Região a ação Reforma do Edifício-Sede e Anexos do TRF2 (R\$ 13.421.470,00 do total de R\$ 15.858.788,00).

Tal medida decorreu da suspensão pelo período de 120 dias, a contar de 7/8/2015, devido ao descumprimento de cláusulas contratuais pela empresa contratada para execução da reforma, de maneira que, dentro desse prazo, fossem adotadas as medidas saneadoras.

A Administração, por questão de cautela, haja vista a dúvida, suscitada pela área de engenharia, determinou, durante o período de suspensão do pacto, a contratação de empresa com vistas a apresentar laudo conclusivo quanto à estrutura, tendo o Laudo Técnico, emitido em 26/11/2015, asseverado que as condições da estrutura não ofereciam qualquer risco. Todavia, foi assinalada a necessidade de alguns reparos.

Em paralelo, foi elaborada consulta à Prefeitura do Rio de Janeiro sobre a indispensabilidade de obtenção de licença para realização da obra.

Considerando a proximidade do término da suspensão (7/12/2015) sem o resultado final do laudo e do posicionamento da Prefeitura, a Administração optou pela prorrogação do prazo de suspensão até 15/2/2016, por intermédio da celebração do 2º Termo de Aditamento, devidamente comunicado ao CJF.

Com relação ao Projeto de Ampliação do Prédio-Sede, vale sublinhar que, não obstante cuidar-se de projeto distinto do da Reforma, a alteração do cronograma para o reinício das obras repercute diretamente no Projeto de Ampliação, sendo imprescindível priorizar o Projeto da Reforma. Em vista disso, suspendeu-se o início do Projeto de Ampliação.

Adicionalmente aos recursos contingenciados na ação anteriormente citada, foram indicadas outras dotações de custeio e capital para compor o contingenciamento da JF2. Ao final do exercício, restou bloqueado o montante de R\$ 15.858.788,00, conforme quadro abaixo.

Quadro nº 1 - Valores Contingenciados - JF2**R\$ 1,00**

UO	PLANO ORÇAMENTÁRIO	GND	INICIAL	FINAL
UO 12.103	Reforma do Edifício-Sede e Anexos do TRF da 2ª Região	Capital	7.180.236,00	13.421.470,00
	Ampliação do Anexo II do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 2ª Região no Rio de Janeiro - RJ	Capital	178.644,00	326.800,00
	Julgamento de Causas na Justiça Federal	Capital	608.747,00	-
	Capacitação de Recursos Humanos	Capital	22.667,00	-
	Funcionamento do Centro Cultural da Justiça Federal	Capital	83.333,00	-
	Modernização Tecnológica e Gestão da Informação	Capital	11.100,00	-
	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	Capital	6.000,00	-
	Rádio e TV	Capital	6.000,00	-
	Ações de Informática	Correntes	-	964.000,00
	Ações de Informática	Capital	144.333,00	632.418,00
TOTAL UO 12.103			8.241.060,00	15.344.688,00
UO 12.101	Reforma dos Anexos I e II da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - RJ	Capital	1.000.000,00	130.000,00
	Implantação de Turmas Recursais	Correntes	-	10.500,00
	Implantação de Turmas Recursais	Capital	-	155.000,00
	Julgamento de Causas	Capital	827.964,00	5.000,00
	Capacitação de Recursos Humanos	Capital	8.333,00	-
	Modernização de Instalações da Justiça Federal	Capital	325.501,00	-
	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Serra - ES	Capital	922.781,00	-
	Ações de Informática	Capital	108.500,00	213.600,00
TOTAL UO 12.101			3.193.079,00	514.100,00
TOTAL 2ª REGIÃO			11.434.139,00	15.858.788,00

Fonte: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças - TRF2

Dessa forma, a dotação final disponível para execução na JF2, em 2015, foi de R\$ 1.591.721.159,36. O montante compreendeu R\$ 399.302.504,00, referentes à UO 12.103 e R\$ 1.192.418.655,36, referentes à UO 12.101. Quanto à 2ª UO, R\$ 988.362.196,18 foram disponibilizados à SJRJ e R\$ 183.472.969,18 à SJES, conforme Resolução Nº TRF2-RSP-2015/00032. Registra-se que foram empenhadas 98,71% das dotações liberadas para execução à UO 12.103 e 99,83% das dotações liberadas para execução à UO 12.101.

2.3.1 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

Não obstante este item do Relatório não prever a necessidade de se tratar de forma individual as ações da LOA vinculadas a Programas de Operações Especiais e de Gestão, Manutenção e Serviço ao Estado no PPA, optou-se por apresentar a seguir informações quanto à ação Julgamento de Causas - JC por estar vinculada às atividades finalísticas do TRF2 e suas Seções Judiciárias, tendo por meta física o indicador “processo julgado”.

Importa destacar que as dotações relativas à Justiça Federal - JF de 1º Grau são consignadas diretamente ao Conselho da Justiça Federal – CJF (Unidade Gestora Orçamentária – UGO 090001) que, de acordo com os limites definidos para cada Região, descentraliza os respectivos créditos aos Tribunais Regionais Federais. Diante disso, o limite relativo às Seções Judiciárias jurisdicionadas espelham as provisões efetivadas pelo CJF com vistas à execução da programação das Seccionais, cabendo consignar que a dotação inicial corresponde às descentralizações recebidas em abril de 2015, quando foi aprovada a Lei Orçamentária Anual para 2015 (Lei 13.115/2015).

O exame da execução física e financeira da ação Julgamento de Causas será demonstrado de acordo com a Unidade Orçamentária - UO beneficiária dos créditos. Dessa feita, a dotação autorizada ao TRF2 (UO 12.103) será examinada em separado, enquanto aquela destinada às Seções Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro – SJRJ e do Estado do Espírito Santo – SJES (UO 12.101) serão lançadas e analisadas de forma consolidada.

Ressalta-se que, tendo em vista que não houve reprogramação da meta física decorrente de créditos adicionais ao longo do exercício, não foi preenchimento o campo referente à reprogramação.

Com vistas a um melhor acompanhamento da análise da ação JC, optou-se por agrupar os quadros das UOs 12.101 e 12.103.

Quadro nº 2 - Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da JF2
R\$1,00

Identificação da Ação							
Código	4257					Tipo: Atividade	
Título	Julgamento de Causas na Justiça Federal						
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal			Código: 0569	Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado		
Unidade Orçamentária	12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau						
	12103 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
U.O.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final (*)	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
12.101	125.781.595,00	142.941.283,36	141.747.972,01	118.506.677,64	117.695.459,55	811.218,09	23.241.294,37
12.103	63.912.512,00	68.237.700,00	63.077.350,80	47.602.605,15	47.510.042,14	92.563,01	15.474.745,65
Execução Física							
U.O.	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
12.101	Processo julgado		Unidade	352.761	-	291.620	
12.103	Processo julgado		Unidade	81.000	-	69.650	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
U.O.	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
12.101	27.030.601,89	20.472.777,55	4.079.344,33	Processo julgado	Unidade	-	
12.103	18.844.916,17	15.752.930,13	1.420.117,69	Processo julgado	Unidade	-	

Fontes: Dados Financeiros: SIAFI / Dados Físicos: Núcleo de Estatística-TRF2

Nota: (*) Inclui valores contingenciados

Análise Situacional

Preliminarmente, cabe registrar que a ação Julgamento de Causas – JC foi executada por intermédio dos seguintes Planos Orçamentários - POs: Julgamento de Causas na Justiça Federal (PO 0001), Capacitação de Recursos Humanos (PO 0002), Modernização de Instalações da Justiça Federal (PO 0003), Modernização de Instalações da Justiça Federal – Acessibilidade (PO 0004), Ações de Informática (PO 0010), Funcionamento do Centro Cultural Justiça Federal (PO 0005) e Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (PO 0009), estes dois últimos específicos da UO 12.103.

UO 12.103 - TRF2:

O TRF2 alcançou, ao longo dos últimos anos, consecutivas ampliações no número de processos julgados, como resposta a uma série de ações orientadas à melhoria dos resultados obtidos no âmbito da prestação jurisdicional.

Contudo, no exercício de 2015, dentro de um contexto de limitações diversas, alguns fatores relevantes impediram que fosse alcançada a meta de julgamentos prevista na LOA, mesmo com todos os esforços empreendidos.

Em 2015, ocorreu uma desaceleração da produtividade, e alcançou-se um total de 69.650 processos julgados, o que representa o cumprimento de 85,99% do compromisso assumido pelo TRF2.

A atuação do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, com o estabelecimento de metas qualitativas, funciona como uma ordem administrativo-gerencial, que impacta em tal desaceleração, na medida em que estabelece parâmetros preferenciais na ordem dos julgamentos.

Assim, além da meta fixada na LOA, que observa o critério quantitativo, coube ao TRF2 gerenciar e perseguir o cumprimento das metas fixadas pelo CNJ, sendo que boa parte destas últimas é composta por processos com níveis de complexidade variável (processos que versam sobre interesse de idoso, processos de improbidade, execução fiscal, etc.) e, por isso, com tempo de processamento diverso. Ademais, a cada novo exercício, há novas metas estabelecidas pelo CNJ, em conjunto com todos os segmentos do Judiciário. E, caso determinada meta não seja alcançada até o final do seu exercício de competência, permanecerá a mesma como pendência a ser cumprida no exercício subsequente, aumentando, conseqüentemente, o volume de processos preferenciais, que, frise-se, apresentam, como mencionado acima, complexidades variáveis.

Igualmente, dentro das metas estabelecidas pelo CNJ, uma delas, em particular, teve papel central nesta queda de produtividade: a implantação do processo eletrônico. Isto porque o ganho a ser alcançado, em termos de acesso e celeridade em longo prazo, representou, no momento inicial de sua implantação, um investimento alto em desenvolvimento, adequação e aperfeiçoamento de sistemas, bem como, investimento em capacitação de pessoal. E há de se ressaltar que tal investimento não se resumiu apenas ao custo financeiro, mas, sobretudo, ao tempo gasto no treinamento dos servidores, e a adequação dos novos modelos às rotinas de trabalho.

A demora na reposição do quadro de pessoal, tendo por relação o crescente índice de aposentadoria de servidores e o alto número de desistência de candidatos aprovados em concurso, convocados para a posse, é outro fator relevante na desaceleração da produtividade da JF2. Deste modo, a considerar o volume de trabalho e o fato de que os vencimentos dos cargos de Analistas e Técnicos Judiciários deixaram de ser atrativos, diante do congelamento dos seus valores, em comparação com os vencimentos de cargos análogos dos Poderes Executivo e Legislativo, o TRF2 tem enfrentado muita dificuldade para a manutenção de sua força de trabalho.

Não obstante, e considerando esta realidade, há de se registrar que o TRF2 atendeu, de forma razoável, a imensa demanda que lhe foi trazida diariamente, uma vez que, mesmo diante da sobrecarga de serviço na fase da implantação do processo eletrônico, e por meio de medidas concretas, bem como do empenho de magistrados e servidores, foi possível alcançar praticamente 86% da meta prevista na LOA.

Por fim, e diante do histórico do TRF2, pode-se afirmar que não foram poupados esforços no sentido de se ultrapassar os obstáculos encontrados nesses anos iniciais de implantação do processo eletrônico, e que a JF2 continuará firmemente empenhada em retomar os índices de crescimento até então alcançados, de modo a atingir os parâmetros ideais na prestação jurisdicional.

No tocante à dotação final da ação em tela, salientam-se, pela relevância, as suplementações efetivadas mediante o cancelamento de créditos da UO 12101 oriundos da reserva do CJF, destinados à JF2.

As suplementações em geral objetivaram, em sua maioria, o reforço das dotações de tecnologia da informação (PO Ações de Informática), além da aquisição e instalação de sistema de rádios portáteis para área de segurança, ampliação do sistema telefônico, bem como suprir as despesas com auxílio-moradia dos magistrados.

Salienta-se, ainda, que foi incluído na LOA o valor de R\$ 1.328.000,00, destinado à realização do XVI Concurso Público para Juiz Federal Substituto da 2ª Região, mediante a previsão de arrecadação do referido montante. Entretanto, não houve a realização do referido concurso público e tais recursos foram disponibilizados para atendimento da despesa com concurso da 3ª Região.

No tocante aos investimentos em tecnologia da informação (PO Ações de Informática), destaca-se que os recursos disponibilizados viabilizaram contratações importantes em suporte e manutenção dos sistemas e equipamentos existentes, tornando possível a sustentação dos serviços de Tecnologia da Informação - TI e assegurando níveis de serviço adequados ao negócio, tais como: a conexão com a *Internet*, a conexão de rede de dados entre o TRF2 e a Dataprev, bem como entre os prédios do TRF2, a renovação do serviço e dos equipamentos de videoconferência utilizados no TRF2, a adequação do *Service Desk* a acordos de nível de serviços que melhor atendem as necessidades do TRF2 e Seccionais, já incorporando boas práticas preconizadas pelo *ITIL - Information Technology Infrastructure Library*, além das aquisições de *softwares* e manutenção corretiva e evolutiva no sistema processual APOLO.

Os recursos destinados a treinamento de servidores (PO Capacitação de Recursos Humanos - CRH) permitiu a capacitação de 610 servidores. Em relação aos magistrados, em 2015, foi atribuída ao TRF2 dotação no PO Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – FAM, com tais recursos foi possível capacitar 202 magistrados.

A aplicação de recursos no Centro Cultural Justiça Federal – CCJF (PO 0005) garantiu as condições adequadas ao seu funcionamento, além de permitir adaptações visando à melhoria das instalações, tais como: a aquisição de equipamentos de som digital e contratação de empresa para fornecimento de instalação de película de segurança e controle solar para o prédio do CCJF, além de aquisição de câmeras fotográficas.

A execução realizada em Restos a Pagar se refere, basicamente, às despesas contratuais relativas ao mês de dezembro/2014 e às contratações ocorridas ao final do mesmo exercício.

Ao final do exercício, restou contingenciado da dotação da respectiva ação o valor de R\$ 1.596.418,00 no PO Ações de Informática. Tal medida não comprometeu o resultado da ação em questão.

Ressalta-se, ainda, a inscrição em Restos a Pagar Não Processados para o exercício de 2015, na referida ação, o valor de R\$ 15.474.745,65, destinados basicamente a atender despesas de natureza contínua e contratações, cujas licitações encerraram-se próximo ao final do exercício.

UO 12.101: SJRJ e SJES

Registram-se, pela relevância, os aportes adicionais recebidos provenientes da reserva técnica do CJF, que atenderam à necessidade de recursos para pagamento do auxílio-moradia dos magistrados (Resolução CJF nº 310/2014) no PO Julgamento de Causas, além de viabilizar o atendimento da programação do PO Modernização de Instalações da Justiça Federal – Acessibilidade (PO 0004).

Ao final do exercício, restou contingenciado o valor de R\$ 218.600,00, sem que isso tenha afetado o resultado da ação.

No tocante à execução orçamentária, cumpre destacar que os recursos destinados a treinamento (PO CRH) permitiram a capacitação de 1.922 treinandos.

Em relação ao PO 0004 - Modernização de Instalações da Justiça Federal – Acessibilidade, o valor empenhado foi totalmente inscrito em Restos a Pagar para liquidação e pagamento em 2016 e

destinam-se ao atendimento das despesas com acessibilidade nas Unidades localizadas em Angra dos Reis, Barra do Piraí, Itaperuna, Petrópolis, Resende, Teresópolis, Magé, Duque de Caxias, Rua Equador e Rua São Januário, todas da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

As ações executadas no PO 0010 - Ações de Informática viabilizaram investimentos importantes em suporte e manutenção dos sistemas e equipamentos existentes, tornando possível a sustentação dos serviços de TI e assegurando níveis de serviço adequados ao negócio, destacando-se a atualização e suporte do sistema de controle de materiais a contratação de suporte *Oracle* e manutenção de servidores IBM, a renovação do suporte a plataforma MUMPS, a contratação de serviços de conexão de dados entre os prédios das Seções Judiciárias, a contratação de serviço de suporte remoto e presencial a serviços de Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC, a sustentação e expansão do serviço de gravação de audiências nos Juizados Especiais e Varas Criminais e a disponibilização do serviço de videoconferência em todas as salas de audiência.

A execução realizada em Restos a Pagar se refere, basicamente, às despesas contratuais relativas ao mês de dezembro/2014 e às contratações ocorridas ao final do mesmo exercício.

Foi inscrito, em Restos a Pagar, ao final do exercício, o valor de R\$ 23.241.294,37, destinando-se, quase que totalmente, ao pagamento de despesas contratuais referentes aos últimos meses do ano, além do empenhamento tardio de parte do orçamento do Grupo de Natureza da Despesa - GND 4, em razão da liberação de crédito adicional para aquisições de informática ao final do exercício. Tal situação inviabilizou a liquidação e o pagamento de tais despesas no próprio exercício.

Em relação à meta de processos julgados inicialmente prevista pela SJRJ e da SJES (352.761), a mesma foi 82,67% atendida, alcançando-se um quantitativo de 291.620 processos julgados em 2015.

Conforme explicitado na "Apresentação", o TRF2, na qualidade de Unidade Consolidadora, colige os dados das unidades vinculadas, a SJRJ e a SJES. Trata-se, portanto, de três unidades gestoras independentes.

Diante das especificidades de cada Seção Judiciária, apresentamos, a seguir, o exame individualizado da execução física de cada Seccional.

Seção Judiciária do Rio de Janeiro - SJRJ:

A produtividade dos magistrados encontra-se detalhada no Quadro abaixo.

Quadro nº 3 – Processos Judiciais entre 2010 e 2015 - SJRJ

Processos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	% 2015/2014	% 2015/2010
Distribuídos	258.950	249.382	281.542	256.127	286.517	244.225	-14,76%	-5,69%
Julgados	251.818	280.086	249.883	300.268	315.120	247.564	-21,44%	-1,69%
Tramitação	873.926	834.928	807.097	769.038	758.882	758.663	-0,03%	-13,19%

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região

Nota-se que a quantidade de julgamentos tendentes a pôr fim aos processos em 2015 superou a quantidade de processos novos que ingressaram na Justiça Federal no mesmo ano.

Com isso, foi possível, não apenas realizar julgamentos dos novos processos, como também atacar o acervo que se encontrava pendente de sentença.

A meta de processos julgados para 2015, estimada em 2010 para o quinquênio 2011-2015, foi de 312.559 processos. Naquele momento, talvez não fosse possível prever um cenário de redução de processos distribuídos na 1ª Instância, como acabou acontecendo. Quando comparamos a quantidade de casos novos em 2015 com a mesma variável em 2010, por exemplo, notamos uma variação negativa de aproximadamente 6%, que pode ter impactado o resultado do exercício em análise.

Em que pese a quantidade de processos julgados em 2015 ter sido inferior à do ano anterior, há que se observar que o número de novos pleitos distribuídos para o 1º Grau vem sofrendo queda em alguns períodos.

Seção Judiciária do Espírito Santo - SJES:

A Meta de 40.202 processos julgados, estabelecida para o ano de 2015, foi ultrapassada. O número de processos julgados em 2015 foi de 44.056, portanto, 3.854 processos a mais do que o estabelecido.

Tal fato se deve a quase que total virtualização dos feitos, inclusive os processos criminais da Capital que não são provenientes de inquérito que já estão sendo processados eletronicamente, o que torna o trâmite mais célere, implicando maior número de julgamentos.

Outro fator que colaborou para que a meta não somente fosse alcançada, mas sim, ultrapassada, é o crescente número de conciliações conseguido já na fase pré-processual, por intermédio do “projeto-piloto”, implantado no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CESCÓN, com os processos da Caixa Econômica Federal - CEF em matérias cíveis de Juizados, inclusive nos da Vara de Serra, relativa à responsabilidade civil, totalizando, no ano de 2015, 439 acordos homologados. Também realizado pelo CESCÓN, tivemos vários mutirões realizados, inclusive na Semana Nacional, com CEF, Correios, totalizando 297 acordos homologados.

Em relação às Varas, temos visto o empenho para o cumprimento das metas estabelecidas e, nos juizados, o esforço em agilizar o andamento dos processos se traduz na realização de audiências de conciliação em relação a feitos em face da CEF, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT e da União, quando há proposta de acordo. A exemplo, o 2º Juizado Especial Federal - JEF, no ano de 2015, realizou mutirões que resultaram em 407 audiências, tendo sido homologados 212 acordos.

Além disso, as Varas fizeram um trabalho de extração dos feitos com data mais remota de conclusão para sentença envolvendo a matéria de responsabilidade civil, para estudo e confecção de minutas pelos servidores da secretaria e assessores dos gabinetes; controle periódico da lista de parados e das listas de conclusos para que não ultrapassem os prazos estabelecidos pela Corregedoria e CNJ; otimização dos trabalhos da secretaria, implementação de método de padronização das minutas do gabinete, com inclusão de um "resumo" do que deve ser feito ao final da decisão, permitindo que o cumprimento da mesma se dê mais rapidamente, contribuindo para otimizar o trabalho da secretaria e, conseqüentemente, para que os processos tramitem mais rápido até a conclusão para sentença.

2.3.2 – Obrigações Assumidas sem Respeetivo Crédito Autorizado no Orçamento

Quadro nº 4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil				
Código SIAFI	Denominação			
211110101	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS			
UG	Saldo Final em 31/12/2014	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2015
090014	12.331.703,51	1.266.588,24	833.569,26	11.898.684,53
090016	106.615.188,63	41.377.703,03	-	65.237.485,60
090028	50.086.375,02	1.909.272,63	4.296.085,24	52.473.187,63
Identificação da Conta Contábil				
Código SIAFI	Denominação			
211419800	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS			
UG	Saldo Final em 31/12/2014	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2015
090014	1.474.376,74	-	19.323,26	1.493.700,00
090016	14.935.335,91	1.819.979,55	-	13.115.356,36
090028	10.381.866,19	-	-	10.381.866,19
Identificação da Conta Contábil				
Código SIAFI	Denominação			
211420103	INSS-CONTRIB.S/ SERVICOS DE TERCEIROS - INTRA			
UG	Saldo Final em 31/12/2014	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2015
090016	-	-	158.471,07	158.471,07
Identificação da Conta Contábil				
Código SIAFI	Denominação			
213110400	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS			
UG	Saldo Final em 31/12/2014	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2015
090016	-	-	792.355,34	792.355,34
090048	167.209.058,89	167.209.058,89	-	-
Identificação da Conta Contábil				
Código SIAFI	Denominação			
217910300	PROVISAO P/ REQUISICAO DE PEQUENO VALOR - RPV			
UG	Saldo Final em 31/12/2014	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2015
090048	-	-	116.179.846,21	116.179.846,21

Fontes: SIAFI e processos administrativos T2-PES-2011/01001, RJ-PES-2010/03005 e 1996/10/2010-PES.

Análise Crítica

A implementação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) a partir de 1º/1/2015 trouxe significativas mudanças na identificação das obrigações assumidas sem o respectivo crédito, por meio do SIAFI.

Até o exercício de 2014, havia a previsão de contas contábeis destinadas especificamente para tal fim. A partir de 2015, entretanto, tais registros passaram a ser efetuados nas mesmas contas de passivos onde são registradas as obrigações com crédito autorizado no orçamento, diferenciando-se, em regra, por intermédio do Indicador de *Superavit* Financeiro (ISF), em nível de conta corrente. Assim, os passivos sem crédito orçamentário são indicados por meio do ISF “P” (permanente).

Além disso, o PCASP trouxe mudanças nos procedimentos contábeis, entre elas, o reconhecimento de obrigações por competência, o que implica o reconhecimento de passivos independentemente da sua execução orçamentária. Isso significa que nem todo passivo registrado com ISF “P” é decorrente de insuficiência de créditos. Como exemplo, pode-se destacar os passivos relativos a Precatórios de exercícios futuros que, embora reconhecidos contabilmente como passivos permanentes, não apresentam insuficiência de créditos, haja vista que não pertencem ao exercício financeiro ora vigente.

Diante desse cenário, a Secretaria do Tesouro Nacional-STN repassou orientação no sentido de que a única forma de obtenção dos dados seria por meio de autodeclaração por parte dos órgãos responsáveis pelos passivos. Assim, fez-se necessário identificar, entre os passivos permanentes registrados no SIAFI, aqueles que apresentavam insuficiência de crédito, por intermédio de análise minuciosa das contas correntes envolvidas.

Os passivos apresentados nos quadros acima se referem a despesas com pessoal, sentenças judiciais (Precatórios e Requisitórios de Pequeno Valor) e Assistência Jurídica a Pessoas Carentes, os quais serão, a seguir, detalhados:

- **Despesas com Pessoal**

Os critérios relativos ao reconhecimento de direitos e dívidas a magistrados e servidores (ativos e inativos e seus pensionistas), atualização de valores pendentes e pagamento de passivos administrativos, no âmbito do CJF e da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus são regidos pela Resolução CJF nº 224/2012.

Destacam-se as gestões realizadas pelo CJF nas instâncias próprias, com vistas à obtenção de créditos suplementares para pagamento do passivo para toda a JF, garantiram o pagamento parcial dessas despesas.

Ao final do exercício, os valores lançados pela 2ª Região na conta Salários, Remunerações e Benefícios (2.1.1.1.1.0100) referem-se aos seguintes passivos: Parcela Autônoma de Equivalência (decisões do CJF nos autos do PA nº 2006160031 e CJF-DES-2013/09950); quintos/VPNI (MP 2225-45/2001 e decisão do CJF nos autos do PA nº 2004164940); reposicionamento de servidores (Portaria Conjunta STF nº 4/2013); além de alguns passivos de menor monta, tais como: enquadramento de cargo, adicional de insalubridade, abono de permanência, entre outros. Tais passivos encontram-se registrados nos processos administrativos T2-PES-2011/01001 (TRF2), RJ-PES-2010/03005 (SJ/RJ) e 1996/10/2010-PES (SJ/ES).

Ressalta-se que os registros lançados na conta 2.1.1.4.1.98.00 (Outros Encargos Sociais) são reflexos do passivo existente na conta (2.1.1.1.1.0100), nos casos aplicáveis.

Destaque-se a redução substancial do passivo, apresentada pela SJRJ, tendo em vista revisão processada pela área de Gestão de Pessoas, que solicitou baixa/ajuste de valores registrados, tendo em vista o pagamento de alguns passivos por via judicial, bem como a revisão de valores motivada por auditorias internas.

O TRF2 também procedeu a tal revisão, apurando o passivo de R\$ 2.959.590,25 em outros encargos sociais, atualizado em 31/12/2015. Entretanto, não foi possível efetuar o ajuste contábil dentro do exercício financeiro, tendo em vista erro em conta corrente apresentado pelo SIAFI, erro este decorrente da migração, pelo próprio Sistema, dos saldos existentes em 2014 para o PCASP 2015. Não havendo tempo hábil para a regularização, restou mantido o valor de R\$ 10.381.866,19, o qual será devidamente ajustado em 2016.

- **Sentenças Judiciais (Precatórios e RPVs)**

Foram efetuados, durante o exercício de 2015, os pagamentos referentes às Requisições de Pequeno Valor autuadas em novembro/2014, bem como os débitos decorrentes da decisão cautelar exarada pela Corregedoria Nacional de Justiça nos autos da Correição Ordinária 0006100-10-2014, instaurada no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) - em outubro/2014, com aplicação para todos os Tribunais Regionais Federais. Com isso, foram integralmente baixados os saldos registrados na conta 2.1.3.1.1.04.00 (Contas a Pagar Credores Nacionais) da UG 090048.

Para o encerramento de 2015, foram registrados, na conta 2.1.7.9.1.03.00 (Provisão para Requisição de Pequeno Valor – RPV), os débitos relativos às Requisições de Pequeno Valor autuadas no TRF2 em novembro/2015 e dezembro/2015 sem respectivo orçamento, em decorrência da não suplementação orçamentária pela SOF/MPOG, não obstante o envio do pedido de crédito adicional.

- **Assistência Jurídica a Pessoas Carentes**

A gestão da despesa com honorários é totalmente realizada com base no sistema eletrônico de Assistência Judiciária Gratuita - AJG.

Por ocasião da data para elaboração da última solicitação de créditos de 2015, em outubro, a SJRJ verificou uma queda no volume de validação de solicitações no Sistema, o que sinalizava uma diminuição da despesa prevista, a qual se enquadrava às dotações disponíveis, não sendo, portanto, objeto de aporte adicional. Entretanto, o desaceleramento previsto à época não se confirmou. Posteriormente, apesar de ter sido apresentada nova solicitação de crédito suplementar ao CJF, não foi possível o atendimento, o que ensejou a insuficiência orçamentária e, em consequência, a necessidade de registro do passivo nas contas 2.1.3.1.1.04.00 (Contas a Pagar Credores Nacionais) e 2.1.1.4.2.01.03 (INSS – Contribuições sobre Serviços de Terceiros – Intra) da UG 090016.

2.3.3 – Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Importa destacar que os recursos financeiros correspondentes às dotações autorizadas à Justiça Federal são liberados sob a forma de duodécimos, na forma estabelecida pelo artigo 168 da Constituição Federal.

Diante disso, não há impacto negativo sobre a gestão financeira das Unidades Jurisdicionadas da 2ª Região em decorrência do pagamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores.

Registra-se que os saldos de Restos a Pagar não processados relativos ao exercício de 2014 permanecem válidos até 30/6/2016, por autorização do Decreto nº 7.654/2011.

Em relação aos empenhos do exercício de 2013, os saldos foram bloqueados em 30/6/2015 por força do citado Decreto, sendo que os valores que permanecem a pagar referem-se a empenhos desbloqueados por se enquadrarem nos termos do § 3º, inciso I, do referido texto legal, uma vez que se trata de despesas com execução iniciada.

Os saldos relativos ao exercício de 2010 foram mantidos por força do mesmo Decreto e serão anulados em 2016, conforme indicação do setor responsável.

Os saldos remanescentes relativos aos exercícios de 2011 e 2012 foram desbloqueados em exercícios anteriores e permanecem válidos, conforme disposto no § 3º, inciso I do Decreto nº 7.654/2011.

Quadro nº 5 - Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores – TRF2**R\$ 1,00**

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	456,84	358,80	98,04	-
2011	385,23	-	150,00	235,23
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	350.296.266,03	322.639.607,75	18.036.441,65	9.620.216,63
2013	3.666.172,93	2.375.146,51	601.192,74	689.833,68
2011	262.735,95	139.507,54	30,00	123.198,41
2010	137.709,96	126.589,45	4.267,23	6.853,28

Fonte: SIAFI

A seguir, destacamos os valores constantes do quadro anterior (2.3.3.A) relativos à Justiça Federal da 2ª Região (UO 12.101) executados pela UG 090028:

Quadro nº 6- Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores – TRF2 com recursos da UO 12.101**R\$ 1,00**

Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	1.485.810,95	1.159.103,50	206.285,84	120.421,61
2013	356.994,89	338.586,14	92,25	18.316,50

Fonte: SIAFI

Quadro nº 7 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores - Justiça Federal de 1º Grau**R\$ 1,00**

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	84.160,93	72.530,96	-	11.629,97
2013	102.873,54	32.000,00	-	70.873,54
2012	6.135,50	-	-	6.135,50
2011	43.142,68	-	-	43.142,68
2010	39.579,99	18.000,00	-	21.579,99
2009	230.793,76	-	-	230.793,76
2008	28.544,68	-	-	28.544,68
2007	7.009,99	-	-	7.009,99
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	40.007.270,34	31.529.343,45	4.467.041,71	4.010.885,18
2013	9.975.853,60	5.055.451,71	3.445.683,70	1.474.718,19
2012	10,00	-	-	10,00
2010	39.334,54	28.118,98	11.215,56	-

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

Unidade Jurisdicionada – Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Unidades Gestoras: UG 090028, UG 090054 e UG 090048

Cabe apontar que o TRF2 mantém acompanhamento periódico das despesas inscritas em Restos a Pagar, sendo que os cancelamentos verificados se devem, na maior parte, a empenhos estimativos cujas despesas foram inferiores ao valor comprometido. Destaca-se que, do montante inscrito ao final do exercício de 2014, apenas 0,27% foram reinscritos para pagamento em 2016.

A reinscrição dos saldos do exercício de 2014 na UG 090028 se deve, principalmente, a demandas em andamento em contratos de manutenção evolutiva de *softwares*, além de pendências de faturamento, seja em virtude de percalços na prestação dos serviços ou de insuficiência ou invalidade de documentos de suporte ao pagamento. Ainda referente a esse exercício, registra-se que a UG 090048 executou, em setembro/2015, o valor de R\$ 4.132.427,69, referente a despesas com RPVs, atendendo orientação do CJF. O saldo remanescente após esse pagamento (R\$ 129.079,27) foi reinscrito para execução em 2016, também de acordo com orientação do CJF.

Cabe destacar o cancelamento automático, ao final do exercício, dos saldos bloqueados do exercício de 2013, nos termos do Decreto nº 7.654/2011, restando saldo a pagar referente a valores desbloqueados, tendo em vista que tais despesas já tiveram suas execuções iniciadas.

Quanto ao exercício de 2011, os saldos a pagar são relativos ao serviço de reforma que aguarda deliberação da Administração quanto ao prosseguimento, já os valores pagos referem-se a ressarcimentos de despesas de pessoal requisitado.

O saldo relativo ao exercício de 2010 será anulado em 2016, conforme indicação do setor responsável. Os pagamentos e cancelamentos referentes a 2010 ocorridos em 2015 referem-se a despesas com pessoal requisitado.

Unidades Jurisdicionadas – Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo e do Rio de Janeiro

Unidades Gestoras: UG 090014 (SJES) e UG 090016 (SJRJ)

Em relação aos Restos a Pagar não Processados, destaca-se a permanência de valores relevantes referentes apenas aos exercícios de 2013 e 2014.

A inscrição de valores de 2014 para execução em 2015 destinou-se, majoritariamente, a pagamentos de valores estimativos de contratos visando ao pagamento de meses pendentes do exercício de 2014, além de despesas com pessoal e de tecnologia da informação, em decorrência do recebimento, durante o exercício de 2015, de equipamentos e serviços licitados ao final de 2014. Além disso, motivaram a permanência de valores de Restos a Pagar de 2014, bem como de 2013, pendências relativas à regularidade fiscal das empresas contratadas, entrega de itens inadequados ou divergentes das especificações previamente solicitadas e sanções contratuais em análise. Tais fatores impediram o pagamento integral dos valores empenhados, fazendo com que os saldos fossem mantidos, na expectativa de que tais situações se regularizem, para que o pagamento seja efetivado sem comprometer o orçamento do exercício. Nota-se que houve execução de aproximadamente 89% dos valores não processados inscritos, referentes a 2013 e 2014. Em continuidade à rotina de acompanhamento dos saldos pendentes em Restos a Pagar, as Seções Judiciárias continuarão orientando que os gestores analisem os processos sob sua responsabilidade, com o objetivo de pagar ou cancelar esses valores.

A permanência dos valores processados a pagar é justificada pela existência de valores retidos por ocasião do pagamento aos contratados para possível penalidade de multa em fase de análise ou

recurso, decorrentes de inadimplemento parcial ou total e por insuficiência ou invalidade de documentos de suporte ao pagamento.

Destaca-se que não foi possível a verificação/análise integral dos valores processados e não processados inscritos e reinscritos principalmente devido ao grande volume de processos em oposição ao reduzido quadro de pessoal especializado na apreciação das matérias que envolvam execução contratual, a fim de subsidiar o Gestor na decisão de mérito e produzir os relatórios definitivos para a eliminação dos saldos em Restos a Pagar, seja por meio do recolhimento ao Tesouro Nacional, do pagamento às contratadas ou do cancelamento.

2.3.4 – Informações sobre a Execução das Despesas

2.3.4.1 – Informações sobre a Execução das Despesas – Créditos Originários

Os quadros a seguir espelham a execução orçamentária e financeira das despesas cujos créditos orçamentários foram recebidos diretamente da LOA à UO 12.103, que, em 2015, foram executados pela UG 090028 (TRF2) e pela UG 090054 (EMARF - Escola da Magistratura Regional Federal – 2ª Região).

Quadro nº 8 - Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Unidade Orçamentária: Tribunal Regional Federal da 2ª Região		Código UO:12103		UGO: 090034	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	31.200.087,76	32.973.976,18	31.138.989,47	32.973.976,18	
a) Convite	-	-	-	-	
b) Tomada de Preços	-	37.398,73	-	37.398,73	
c) Concorrência	-	-	-	-	
d) Pregão	31.200.087,76	32.936.577,45	31.138.989,47	32.936.577,45	
e) Concurso	-	-	-	-	
f) Consulta	-	-	-	-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	
2. Contratações Diretas (h+i)	13.347.659,74	8.739.068,03	13.317.320,02	8.738.611,19	
h) Dispensa	11.781.959,86	7.178.994,03	11.751.620,14	7.178.895,99	
i) Inexigibilidade	1.565.699,88	1.560.074,00	1.565.699,88	1.559.715,20	
3. Regime de Execução Especial	29.598,66	43.154,76	29.598,66	43.154,76	
j) Suprimento de Fundos	29.598,66	43.154,76	29.598,66	43.154,76	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	325.429.606,73	291.117.546,43	325.428.481,73	291.117.546,43	
k) Pagamento em Folha (*)	324.759.421,96	290.556.757,10	324.758.296,96	290.556.757,10	
l) Diárias	670.184,77	560.789,33	670.184,77	560.789,33	
5. Outros (**)	3.338.815,37	2.834.360,75	3.338.815,37	2.834.360,75	
6. Total (1+2+3+4+5)	373.345.768,26	335.708.106,15	373.253.205,25	335.707.649,31	

Fonte: SIAFI

(*) Inclui valores de contribuição patronal, sendo liquidados e pagos R\$ 32.335.147,11 em 2014 e R\$ 35.500.922,52, em 2015.

(**) Inclui execução do programa de estágio (bolsa-auxílio e auxílio-transporte).

2.3.4.1.2 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Quadro nº 9 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: Tribunal Regional Federal da 2ª Região					Código UO: 12103		UGO: 090034	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Pessoal	307.637.029,35	277.933.610,52	303.018.355,79	272.296.437,39	4.618.673,56	5.463.189,70	303.018.355,79	272.296.437,39
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	204.957.583,67	186.995.094,27	204.421.073,25	186.991.094,27	536.510,42	4.000,00	204.421.073,25	186.991.094,27
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	44.505.599,60	37.318.185,81	44.389.498,03	37.317.612,78	116.101,57	573,03	44.389.498,03	37.317.612,78
Demais elementos do grupo	58.173.846,08	53.620.330,44	54.207.784,51	47.987.730,34	3.966.061,57	5.458.616,67	54.207.784,51	47.987.730,34
3. Outras Despesas Correntes	78.947.648,52	67.961.627,36	69.521.684,28	59.258.135,55	9.425.964,24	8.703.491,81	69.431.346,91	59.257.678,71
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	25.344.850,30	20.199.112,02	22.072.869,90	16.443.181,24	3.271.980,40	3.755.930,78	22.039.113,68	16.442.724,40
37 - Locação de Mão de Obra	23.863.200,00	21.712.906,50	19.383.988,82	17.997.769,70	4.479.211,18	3.715.136,80	19.339.788,82	17.997.769,70
46 - Auxílio-Alimentação	11.262.924,56	10.115.419,30	11.262.524,56	10.115.180,04	400,00	239,26	11.262.524,56	10.115.180,04
93 - Indenizações e Restituições	5.118.608,30	3.728.349,62	5.072.986,47	3.693.361,35	45.621,83	34.988,27	5.072.986,47	3.693.361,35
Demais elementos do grupo	13.358.065,36	12.205.839,92	11.729.314,53	11.008.643,22	1.628.750,83	1.197.196,70	11.716.933,38	11.008.643,22
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos	7.583.239,28	20.664.018,46	805.728,19	3.979.549,78	6.777.511,09	16.684.468,68	803.502,55	3.979.549,78
52 - Equipamentos e Material Permanente	6.332.751,98	7.088.153,40	418.084,04	2.730.714,54	5.914.667,94	4.357.438,86	415.858,40	2.730.714,54
51 - Obras e Instalações	721.200,00	10.100.971,79	382.779,15	103.398,73	338.420,85	9.997.573,06	382.779,15	103.398,73
Demais elementos do grupo	529.287,30	3.474.893,27	4.865,00	1.145.436,51	524.422,30	2.329.456,76	4.865,00	1.145.436,51

Fonte: SIAFI

Análise crítica da realização da despesa

Consignamos que as despesas de pessoal (GND 1) tiveram o maior impacto em relação ao orçamento total do TRF2, verificando-se um incremento da ordem de 10,68% sobre a despesa empenhada em 2014, decorrente, basicamente, dos reajustes concedidos pelas Leis nº 13.091/2015 (subsídios dos magistrados) e 12.774/2012 (remuneração dos servidores) e de outras despesas que compõem a folha ordinária de pessoal ativo e inativo (nomeações, adicional de qualificação, progressão funcional, concessões de novas aposentadorias), além do pagamento ainda que parcial de despesas relativas a exercícios anteriores.

Registra-se que a despesa empenhada nesse grupo atendeu, além das despesas com folha normal/ordinária, a inscrição em Restos a Pagar, ainda que para pagamento parcial, dos passivos de pessoal reconhecidos, apurados no mês de novembro/2015, conforme critérios estabelecidos pelas Resoluções CJF nº 224/2012 e 275/2013, ficando tal pagamento condicionado à aprovação e autorização pelo CJF.

As despesas com pessoal requisitado respondem por 33,08% do montante inscrito em Restos a Pagar, em decorrência da falta de apresentação, pelos órgãos de origem, da documentação hábil ao ressarcimento.

No grupo “Outras Despesas Correntes” (GND 3), o nível de execução orçamentária (despesa empenhada) mostrou-se superior em 16,17% sobre o ano anterior, em virtude, principalmente da aplicação de reajustes legais aos contratos de natureza continuada, da locação de espaços físicos para os setores administrativos do TRF2, bem como do aumento das despesas com energia elétrica.

Registra-se ainda que o pagamento dos saldos do passivo de auxílio-alimentação devido aos magistrados (Resolução CNJ nº 133/2011 e Resoluções CJF nº 175/2011 e 180/2011) provocou uma maior execução no elemento de despesa correspondente.

No que tange às modalidades de licitação, destacamos que, no exercício de 2015, o TRF2 manteve sua preferência pela modalidade Pregão, de forma a proporcionar um processo rápido e menos oneroso.

Nos casos de contratações realizadas por dispensa de licitação, observa-se aumento de cerca de 64% dos valores empenhados em 2015. Tal aumento é em grande parte decorrente do crescimento de despesas em função de locações de novos imóveis, pois, em 2015, houve a mudança de diversos setores administrativos do TRF2 para imóveis locados, a fim de possibilitar a logística necessária à reforma da Sede do TRF2, o que elevou as despesas com aluguéis, condomínios, taxas públicas e fornecimento de água/tratamento de esgoto, além do grande impacto do aumento do valor da energia elétrica para os imóveis próprios e locados pelo TRF2.

Quanto aos casos de inexigibilidade de licitação, verifica-se praticamente o mesmo patamar em relação a 2014. Nesta modalidade destacam-se os treinamentos e contratações para serviços de manutenção de *softwares*, além de aquisições de materiais bibliográficos.

Os valores lançados na coluna Restos a Pagar não processados refletem, basicamente, no que se refere ao GND 3, os contratos de despesa continuada, despesas com estagiários referentes ao mês de dezembro, além de empenhos visando à aquisição de materiais de consumo para os quais não houve tempo hábil ou condições legais para pagamento.

Destacamos que permaneceu bloqueado, para execução nesse grupo, o valor de R\$ 964.000,00 que não prejudicou a execução orçamentária do exercício.

No tocante às despesas de capital (GND 4), destaca-se o comprometimento dos créditos destinados às aquisições de equipamentos servidores de informática e de plataforma virtual digital de gravação de videoconferência, ambas inscritas em Restos a Pagar, em virtude do recebimento de crédito ao final do exercício, o que provocou atraso na conclusão dos procedimentos licitatórios.

Quanto às demais despesas do grupo, salientam-se: a) aquisição de *softwares*; b) contratações para ampliação da plataforma de telecomunicação do TRF2; c) instalação de sistema de radiocomunicação digital; d) aquisição de portas detectoras de metal; e) aquisição de mobiliário; f) aquisição de materiais bibliográficos.

Para a análise dos valores constantes do elemento 51 - Obras e Instalações - há de se observarem os eventos descritos no subitem 2.3, os quais justificam a baixa execução orçamentária no referido elemento de despesa, quando comparado aos valores executados no exercício de 2014.

Cumpra consignar que o processo de inscrição em Restos a Pagar observou as normas de encerramento do exercício estabelecidas na macrofunção 020318 do SIAFI.

Ao final, podemos afirmar que a execução das dotações disponibilizadas obedeceu aos princípios que devem nortear a correta e adequada aplicação dos recursos públicos.

2.3.4.2 – Informações sobre a Execução das Despesas – Créditos de Movimentação Interna

Os recursos autorizados na LOA para atender à JF-1º Grau (UO 12.101) são provisionados ao CJF (UG 090001), que, de acordo com os limites definidos para cada Região, descentraliza os créditos correspondentes aos Tribunais responsáveis pelo recebimento das dotações. Assim, os recursos são descentralizados pela UG 090001 à UG 090034, para posterior provisão às unidades de Primeiro Grau vinculadas (UG 090016 e UG 090014) e, em situações específicas, ao próprio Segundo Grau (UG 090028). O quadro a seguir espelha a execução orçamentária e financeira desses recursos.

Diferentemente do que vinha ocorrendo nos anos anteriores, no exercício de 2015, os recursos para pagamento dos Requisitórios de Pequeno Valor - RPVs foram provisionados ao CJF (à conta dos créditos oriundos das entidades), que descentralizou os recursos à UG 090034 para posterior descentralização à UG responsável pela execução dessas despesas (UG 090048). Optou-se, no entanto, por detalhar tais despesas junto à execução das sentenças judiciais transitadas em julgado (Precatórios) e da contribuição patronal da União ao Plano de Seguridade Social do Servidor – PSSS. Tais valores serão expostos no quadro 2.3.4.3.1 e não constam, portanto, dos quadros 2.3.4.2.1 e 2.3.4.2.2 a seguir.

2.3.4.2.1 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação Interna (exceto RPVs)

Quadro nº 10 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação Interna R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	65.138.137,95	63.756.818,45	64.870.787,84	63.736.086,41
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	20.093,76	-	20.093,76	-
c) Concorrência	541.707,34	-	541.707,34	-
d) Pregão	64.576.336,85	63.756.818,45	64.308.986,74	63.736.086,41
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	26.716.171,56	19.817.161,10	26.174.273,10	19.816.634,82
h) Dispensa	18.748.734,25	11.379.913,19	18.206.835,79	11.379.913,19
i) Inexigibilidade	7.967.437,31	8.437.247,91	7.967.437,31	8.436.721,63

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
3. Regime de Execução Especial	53.364,46	46.941,79	53.364,46	46.941,79
j) Suprimento de Fundos	53.364,46	46.941,79	53.364,46	46.941,79
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.042.912.127,80	943.247.346,48	1.042.912.127,80	943.245.727,08
k) Pagamento em Folha (*)	1.042.233.770,81	942.625.956,43	1.042.233.770,81	942.624.858,54
l) Diárias	678.356,99	621.390,05	678.356,99	620.868,54
5. Outros (**)	21.377.652,67	19.403.977,57	21.367.858,13	19.342.694,36
6. Total (1+2+3+4+5)	1.156.197.454,44	1.046.272.245,39	1.155.378.411,33	1.046.188.084,46

Fonte: SIAFI

(*) Inclui valores de contribuição patronal, sendo liquidados e pagos R\$ 126.941.339,39 em 2015 e R\$ 105.601.170,43 em 2014.

(**) Inclui a execução do programa de estágio (bolsa-auxílio e auxílio-transporte) e contribuição previdenciária referente ao contrato do plano de saúde celebrado com cooperativa.

Os valores executados pelo TRF2 (UG 090028), à conta das dotações da UO 12.101, recebidos por movimentação interna, encontram-se incluídos no quadro anterior, nos seguintes campos:

Quadro nº 11 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação Interna Executados pela UG 090028 R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2015	2014	2015	2014
Pregão	5.857.241,31	4.534.480,00	5.857.241,31	4.534.480,00
Dispensa	1.008,00	-	1.008,00	-
Inexigibilidade	1.971.931,22	1.733.748,10	1.971.931,22	1.733.748,10
Outros	9.895.842,78	9.332.332,82	9.895.842,78	9.332.332,82
Total	17.726.023,31	15.600.560,92	17.726.023,31	15.600.560,92

Fonte: SIAFI

2.3.4.2.2 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação Interna (exceto RPVs)

Quadro nº 12 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação Interna

R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Pessoal	959.656.811,13	886.714.998,02	954.442.004,88	873.112.046,82	5.214.806,25	13.602.951,20	954.442.004,88	873.112.046,82
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	650.029.161,44	607.440.649,56	648.788.960,21	605.376.598,20	1.240.201,23	2.064.051,36	648.788.960,21	605.376.598,20
13 - Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentárias	127.101.096,21	117.109.581,70	127.095.617,57	116.705.794,68	5.478,64	403.787,02	127.095.617,57	116.705.794,68
Demais elementos do grupo	182.526.553,48	162.164.766,76	178.557.427,10	151.029.653,94	3.969.126,38	11.135.112,82	178.557.427,10	151.029.653,94
3. Outras Despesas Correntes	216.466.203,46	179.518.043,71	200.032.627,67	163.285.070,52	16.433.575,79	16.232.973,19	199.222.724,32	163.204.173,80
37 - Locação de Mão de Obra	48.939.466,50	40.908.125,79	43.000.278,65	34.725.738,08	5.939.187,85	6.182.387,71	42.821.297,95	34.723.547,38
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	47.716.821,21	38.737.178,11	39.994.698,07	33.103.899,58	7.722.123,14	5.633.278,53	39.688.881,82	33.101.395,19
46 - Auxílio-Alimentação	36.107.606,19	33.730.537,86	36.066.885,20	33.683.022,56	40.720,99	47.515,30	36.066.885,20	33.683.022,56
93 - Indenizações e Restituições	24.109.050,63	18.617.277,45	23.644.613,64	18.499.595,39	464.436,99	117.682,06	23.642.481,02	18.438.312,18
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	21.252.154,47	19.213.274,97	20.244.295,34	17.101.619,63	1.007.859,13	2.111.655,34	19.962.757,76	17.101.619,63
Demais elementos do grupo	38.341.104,46	28.311.649,53	37.081.856,77	26.171.195,28	1.259.247,69	2.140.454,25	37.040.420,57	26.156.276,86
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos	14.302.476,78	21.532.284,95	1.722.821,89	9.875.128,05	12.579.654,89	11.657.156,90	1.713.682,13	9.871.863,84
52 - Equipamentos e Material Permanente	6.642.596,61	10.777.958,01	1.101.006,06	5.356.160,33	5.541.590,55	5.421.797,68	1.095.833,06	5.355.109,22
51 - Obras e Instalações	6.490.622,82	4.860.748,27	597.665,71	581.273,82	5.892.957,11	4.279.474,45	597.665,71	579.060,72
Demais elementos do grupo	1.169.257,35	5.893.578,67	24.150,12	3.937.693,90	1.145.107,23	1.955.884,77	20.183,36	3.937.693,90

Fonte: SIAFI

Cabe destacar que, nos valores lançados no quadro anterior, estão incluídas as despesas realizadas pela UG 090028, utilizando-se dotação da UO 12.101, da seguinte forma:

Quadro nº 13 -Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação Executados pela UG 090028

R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
3. Outras Despesas Correntes	19.885.092,71	16.986.371,87	17.726.023,31	15.600.560,92	2.159.069,40	1.385.810,52	17.726.023,31	15.600.560,92
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	9.047.453,08	6.558.993,56	7.830.180,53	6.201.895,41	1.217.272,55	357.098,15	7.830.180,53	6.201.895,41
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	8.803.600,00	8.161.000,00	8.018.457,34	7.360.587,99	785.142,66	800.412,01	8.018.457,34	7.360.587,99
Demais elementos do grupo	2.034.039,63	2.266.378,31	1.877.385,44	2.038.077,52	56.654,19	228.300,34	1.877.385,44	2.038.077,52
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos	400.000,00	100.000,00	-	-	400.000,00	100.000,00	-	-
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	400.000,00	100.000,00	-	-	400.000,00	100.000,00	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Análise crítica da realização da despesa

Os números apresentados nos quadros anteriores demonstram a expressiva participação das despesas com pessoal, principalmente vencimentos e vantagens fixas, na totalidade das despesas das Unidades. Verificando-se um incremento da ordem de 8,23% sobre a despesa em 2014, decorrente dos reajustes concedidos pelas Leis nº 13.091/2015 (subsídios dos magistrados) e 12.774/2012 (remuneração dos servidores) e do impacto relativo às nomeações e progressões funcionais de servidores ocorridas no exercício, além do pagamento, ainda que parcial, de despesas relativas a exercícios anteriores.

Registra-se que a despesa empenhada nesse grupo atendeu, além das despesas com folha normal/ordinária, a inscrição em Restos a Pagar, ainda que para pagamento parcial dos passivos de pessoal reconhecidos, apurados no mês de novembro/2015, conforme critérios estabelecidos pelas Resoluções CJF nº 224/2012 e 275/2013. Anota-se que tal pagamento ficou condicionado à aprovação e autorização pelo CJF.

No grupo de “Outras Despesas Correntes”, verifica-se a predominância das despesas com serviços de pessoa jurídica e locação de mão de obra, em decorrência da ampla estrutura física da SJRJ e em face da expansão/interiorização da prestação jurisdicional ocasionando despesas com manutenção constante das instalações, contratações essenciais ligadas aos serviços prediais e comunicação de dados entre as diversas unidades administrativas e judicantes, limpeza e vigilância.

Destacamos o acréscimo das despesas decorrentes do aumento da energia elétrica e dos preços de forma geral, devido à inflação, bem como a aplicação de reajustes contratuais.

Nesse grupo, cerca de 92% das despesas empenhadas foram liquidadas e pagas no exercício, permanecendo em Restos a Pagar, basicamente, as despesas referentes a serviços prestados nos últimos meses do ano, cujos pagamentos não puderam ser realizados em face de fatores tais como: análise de reajustes e repactuações contratuais, necessidade de aguardar regularização de certidões das contratadas, pendências diversas no atesto das faturas/notas fiscais, além do faturamento do mês de dezembro, cujo pagamento ocorre no mês seguinte à prestação do serviço.

No grupo despesas de capital, destacam-se os investimentos da área de TI, principalmente direcionados para aquisição de equipamentos de rede e servidores, além da aquisição de solução de videoconferência/audiências, permitindo que as Seções Judiciárias da 2ª Região estejam, cada vez mais, inseridas no contexto informatizado da prestação jurisdicional. Também são relevantes as despesas com complementação e atualização das instalações administrativas e das Varas já instaladas, bem como com a adaptação das instalações visando à acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais, assim como a construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Serra - ES e a Reforma dos Anexos da Sede da SJRJ.

Ressaltam-se, ainda, os investimentos direcionados à continuidade das ações de intensificação da segurança das instalações e dos magistrados, servidores e usuários, tendo sido adquiridos *scanners* de bagagem e detectores de metais.

Além dos itens de segurança acima citados, foram também investidos recursos na complementação das Turmas Recursais já em funcionamento e na preparação para instalação da oitava Turma, com previsão de instalação e funcionamento no primeiro semestre de 2016, além de melhorias nas instalações da Subseção Judiciária de Cachoeiro de Itapemirim e confecção de canteiros de concreto armado para o estacionamento do prédio Sede da SJES.

Nessa categoria, evidencia-se a inscrição de cerca de 88% do valor empenhado em Restos a Pagar, em virtude de duas razões principais: a liberação de crédito suplementar para aquisições de informática ao final do exercício e a possibilidade de descontingenciamento dos recursos bloqueados referentes ao projeto Reforma dos Anexos da Sede da SJRJ somente em outubro/2015.

Tais situações acarretaram no empenhamento tardio de grande parte do orçamento do GND 4, fato que inviabilizou a liquidação e pagamento no próprio exercício, acabando por ensejar um alto percentual de inscrição em Restos a Pagar para execução em 2016.

Ressaltam-se, também, dificuldades no âmbito das licitações e contratações, devido à complexidade dos objetos, cotações demoradas em face da grande quantidade de itens, grande volume de trabalho em contraponto ao reduzido quadro de pessoal.

Registra-se que os créditos orçamentários, no cômputo geral, foram suficientes para a manutenção das atividades, para a conservação das instalações e para que fossem efetivados diversos investimentos.

No tocante às modalidades licitatórias, no exercício de 2015, a modalidade de pregão foi mantida como preferencial o que vai ao encontro das boas práticas, com ganho em celeridade, economicidade de procedimentos e redução de custos.

Cabe destacar que os Registros de Preços estão incluídos na modalidade Pregão e, cada vez mais, são decisivos para uma melhor gestão dos recursos, mesmo quando ocorrem mudanças de estratégia para atendimento de nova legislação e novas necessidades em face de ocorrências imprevisíveis, tais como intempéries que danificam imóveis da JF.

Registra-se o aumento de cerca de 64% nos montantes liquidados, no exercício de 2015, nas contratações por dispensa de licitação quando comparados com os valores registrados em 2014. Esse aumento é explicado pela possibilidade de contratação direta em casos de licitações desertas e/ou fracassadas, de acordo com previsão constante do art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93. Assim, algumas despesas que seriam contratadas por Pregão, acabaram ocorrendo por dispensa de licitação, com base no citado artigo, fato que acarretou no aumento das aquisições nessa modalidade.

No que diz respeito às contratações diretas por inexigibilidade, prevista da Lei nº 8.666/93, são basicamente referentes aos contratos de informática, que possuem exclusividade e especialidade.

Destaca-se a execução pelo TRF2 (UG 090028) de despesas relativas à programação das Seccionais, no GND 3, a saber: programa de estágio, manutenção e suporte de *hardware*, atendimento de TI – Tecnologia de Informação, manutenção dos sistemas de acompanhamento processual e de folha de pagamento e o plano de saúde, incluindo a contribuição previdenciária relativa à empresa contratada. Para tanto, foram comprometidos R\$ 20.285.092,71, para uma liquidação de R\$ 17.726.023,31.

Quanto à dotação de capital, o TRF2 foi responsável pela gestão do contrato de manutenção evolutiva do sistema de acompanhamento processual do 1º Grau, com um comprometimento de R\$ 400.000,00.

Diante do exposto, constata-se que se buscou realizar os créditos consignados com eficiência e eficácia, observando a legislação vigente, procurando-se, também, efetuar contratações e aquisições com preços justos, em observância ao princípio da economicidade, mas com qualidade para alcançar, com maior êxito, o interesse público.

Ao final do exercício, restaram contingenciados R\$ 514.100,00 referentes à UO 12.101 (Reforma dos Anexos I e II da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - RJ, Implantação de Turmas Recursais - ITR, PO JC e PO AD). Conforme anteriormente mencionado, tais bloqueios não prejudicaram as programações das Seções Judiciárias.

2.3.4.3 – Informações sobre a execução das despesas – Precatórios, RPVs e PSSS

Considerando que os orçamentos recebidos tiveram por finalidade o pagamento das sentenças judiciais transitadas em julgado (Precatórios), dos Requisitórios de Pequeno Valor - RPVs e o atendimento de despesa com a contribuição patronal da União ao Plano de Seguridade Social do Servidor - PSSS, deixamos de demonstrar a execução por modalidade de contratação, tendo em vista que não é aplicável à espécie.

2.3.4.3.1 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Precatórios, RPVs e PSSS

Quadro nº 14 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Precatórios, RPVs e PSSS

R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal	833.853.807,58	798.963.750,96	787.338.415,43	756.626.680,84	46.515.392,15	42.337.070,12	787.338.415,43	686.205.569,48
Sentenças Judiciais	799.223.446,35	759.555.987,57	752.708.054,20	717.218.917,45	46.515.392,15	42.337.070,12	752.708.054,20	658.809.598,81
Despesas de Exercícios Anteriores	34.630.361,23	39.407.763,39	34.630.361,23	39.407.763,39	-	-	34.630.361,23	27.395.970,67
3. Outras Despesas Correntes	1.563.373.169,18	1.470.621.143,00	1.559.927.889,15	1.199.432.755,76	3.445.280,03	271.188.387,24	1.559.927.889,15	1.199.432.755,76
Sentenças Judiciais	1.491.959.431,92	1.413.086.284,13	1.488.514.151,89	1.141.897.896,89	3.445.280,03	271.188.387,24	1.488.514.151,89	1.141.897.896,89
Despesas de Exercícios Anteriores	71.413.737,26	57.534.858,87	71.413.737,26	57.534.858,87	-	-	71.413.737,26	57.534.858,87
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
5. Inversões Financeiras	10.093.205,04	25.461.249,00	9.688.864,53	21.201.384,90	404.340,51	4.259.864,10	9.688.864,53	7.057.199,79
Sentenças Judiciais	10.029.654,52	25.439.778,63	9.625.314,01	21.179.914,53	404.340,51	4.259.864,10	9.625.314,01	7.048.290,06
Despesas de Exercícios Anteriores	63.550,52	21.470,37	63.550,52	21.470,37	-	-	63.550,52	8.909,73

Fonte: SIAFI

Análise crítica da realização da despesa

O pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado observou as determinações da Lei 13.080/2015 (LDO 2015).

Por conta dos *destaques* recebidos, foram liquidados todos os precatórios inscritos para pagamento, no exercício de 2015, relativos aos órgãos da Administração Direta, no valor de R\$ 1.176.702.254,66, e da Administração Indireta, no valor de R\$ 455.241.519,34.

Ressalta-se que em cumprimento à decisão do colegiado do CJF, de 25/5/2015, foram pagos, em 2015, débitos referentes à complementação dos precatórios inscritos na proposta de 2014 (inclusive parcelados). Tais diferenças eram decorrentes de cumprimento do teor da decisão cautelar exarada pela Corregedoria Nacional de Justiça nos autos da Correição Ordinária 0006100-10-2014, instaurada no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região-TRF1, em outubro/2014, com aplicação para todos os Tribunais Regionais Federais. Tal decisão determinou a exclusão dos juros de mora presentes nos precatórios parcelados, bem como a substituição do IPCA-E pela TR no cálculo de atualização monetária. Em 2015 o STF julgou inconstitucional a aplicação da taxa TR no cálculo dos débitos fazendários (Ação Direta de Inconstitucionalidade 4425) e determinou a utilização do IPCA-E, bem como o pagamento dos juros legais nos casos parcelados, ensejando a complementação do pagamento de precatórios de 2014 em 2015.

Para efetivação dos citados pagamentos, foram utilizados recursos inscritos em Restos a Pagar no valor de R\$ 297.074.388,88, além do valor de R\$ 1.015.789,80 a título de despesa de exercício anterior, conforme instruções do CJF.

Cabe registrar que o recolhimento de contribuição patronal incidente sobre os saques de precatórios e RPVs totalizou, até o final do exercício, o montante de R\$ 7.938.372,80 - GND 1, em observância à Lei 11.941/2009. O saldo disponível existente (R\$ 35.851.591,20) foi inscrito em Restos a Pagar, visando atender ao recolhimento de contribuição patronal referente aos saques efetuados em dezembro.

Em relação aos RPVs, importa anotar, por pertinente, que a gestão orçamentária e financeira dessa despesa é exercida pelo CJF, com vistas a garantir, no âmbito da JF, uniformidade no pagamento, independentemente dos créditos alocados em cada Regional.

Diferentemente do que vinha ocorrendo nos anos anteriores, no exercício de 2015, os recursos para pagamento dos Requisitórios de Pequeno Valor - RPVs foram provisionados ao CJF (à conta dos créditos oriundos das Unidades Orçamentárias 33.904 – Fundo do Regime Geral da Previdência Social, 55.901 – Fundo Nacional de Assistência Social e 71.103 – Encargos Financeiros da União - Sentenças Judiciais). O CJF descentralizou os recursos à UG 090034 para posterior descentralização à UG responsável pela execução dessas despesas (UG 090048).

Não obstante os esforços do CJF para obtenção de crédito suplementar junto à SOF, os aportes adicionais não foram suficientes para atender a despesa com os requisitórios autuados no mês de novembro e dezembro/2015. Diante de tal fato, o saldo disponível existente (R\$ 14.513.421,49) foi inscrito em Restos a Pagar para liquidação em 2016.

No tocante aos pagamentos referentes aos RPVs, fez-se o montante de R\$ 720.979.331,41 à conta das dotações de 2015, incluindo o valor de R\$ 105.091.859,21, a título de exercícios anteriores, para liquidação dos RPVs autuados em novembro e dezembro/2014, em face da insuficiência orçamentária verificada naquele exercício para pagamento integral das referidas sentenças. Houve em setembro/2015, execução a título de Restos a Pagar do valor de R\$ 4.132.427,69, atendendo orientação do CJF. Foram reinscritos R\$ 129.079,27, referentes ao exercício de 2014, também de acordo com orientação do CJF.

Por fim, deve-se registrar, pela relevância, o pagamento de R\$ 9.072.604,89 relativos ao Regime Especial de Liquidação de Precatórios, estabelecido pela Emenda Constitucional nº 62/2009 e regulamentado pelo artigo 8º da Resolução CNJ nº 115/2010, à conta de recursos financeiros transferidos para esse fim pelos Comitês Gestores dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Houve, ainda, o pagamento de R\$ 2.881.481,77 referentes a outras entidades não integrantes do Orçamento Geral da União.

2.4 Desempenho Operacional

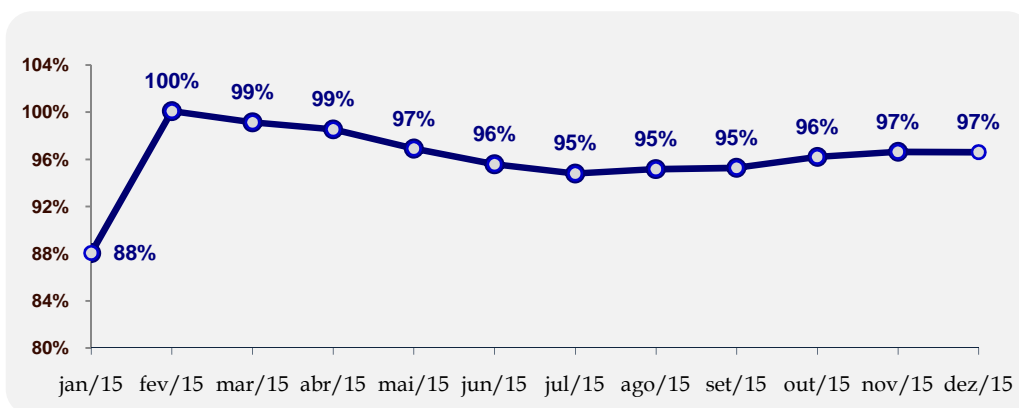
O desempenho operacional da JF2 está relacionado à evolução do cumprimento das metas a que se refere o item 2.2 e, nesse sentido, o acompanhamento dos resultados é atividade comum a todas as unidades estratégicas do TRF2 e respectivas Seções Judiciárias. Recebem destaque no Planejamento Estratégico para 2015-2020 as ações relativas ao combate à corrupção, às soluções alternativas de conflito e à gestão de demandas repetitivas e de grandes litigantes. Temos no novo mapa uma grande preocupação com a diminuição da quantidade de processos que tramitam na Justiça Federal, dando ênfase a uma abordagem em escala, que se reflete no incentivo às conciliações e na prevenção de demandas repetitivas.

2.4.1 . Resultados Alcançados frente às Metas Anuais Estabelecidas para o Poder Judiciário

Meta 1 (Nacional) - Produtividade - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no exercício de 2015.

Percentual de Cumprimento da Meta na 2ª Região: 96,62%

Gráfico nº 1 - Meta 1

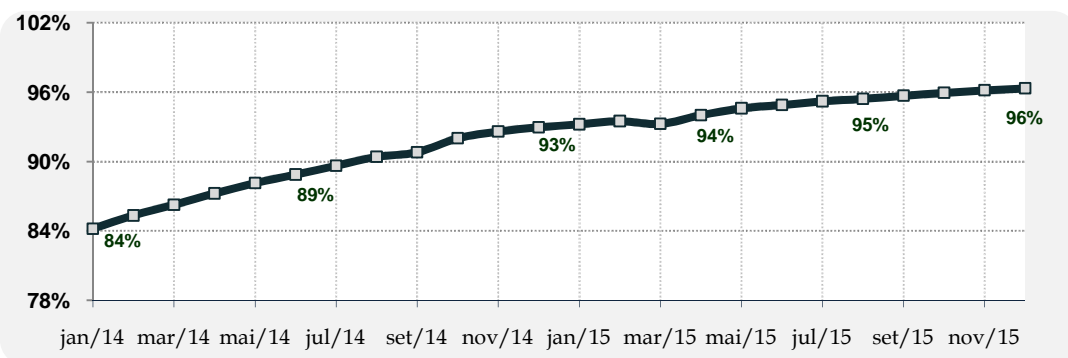


Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2

Meta 2 (Nacional) - Celeridade - Identificar e julgar, no ano exercício de 2015, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12 do quinto ano anterior ao ano de 2015, no 1º e 2º graus; 100% dos distribuídos até 31/12 do quarto ano anterior ao ano em curso e 70% dos distribuídos até 31/12 do antepenúltimo ano nos juizados especiais federais e turmas recursais.

Percentual de Cumprimento da Meta na 2ª Região: 111,05%

Gráfico nº 2 - Meta 2

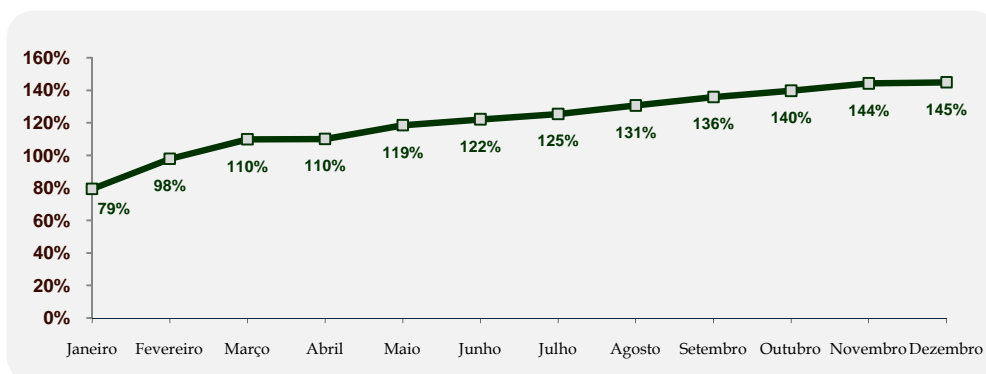


Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2

Meta 3 (Nacional) - Conciliação - Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior.

Percentual de Cumprimento da Meta na 2ª Região: 145,08%

Gráfico nº 3 - Meta 3

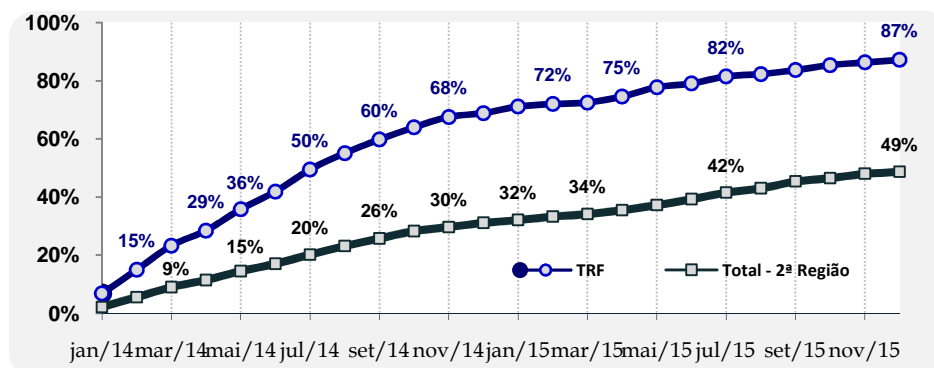


Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2

Meta 4 (Nacional) - Improbidade - Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

Percentual de Cumprimento da Meta na 2ª Região: 69,53%

Gráfico nº 4 - Meta 4

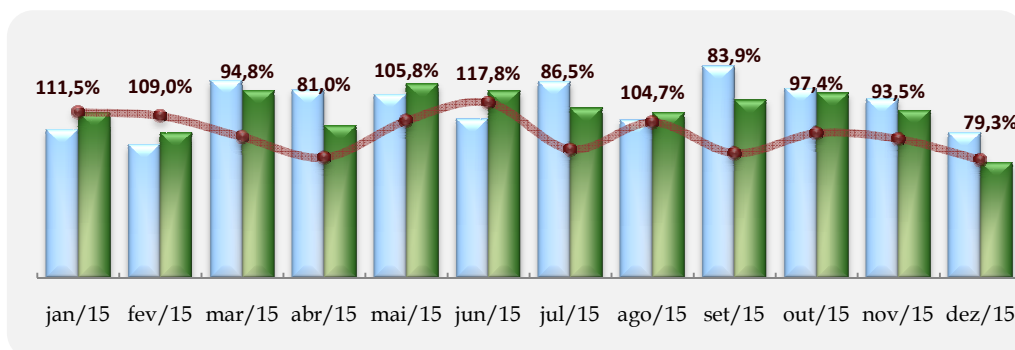


Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2

Meta 5 (Nacional) - Execução - Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a dos casos novos de Execução não fiscal no ano de 2015.

Percentual de Cumprimento da Meta na 2ª Região: 96,30%

Gráfico nº 5 - Meta 5

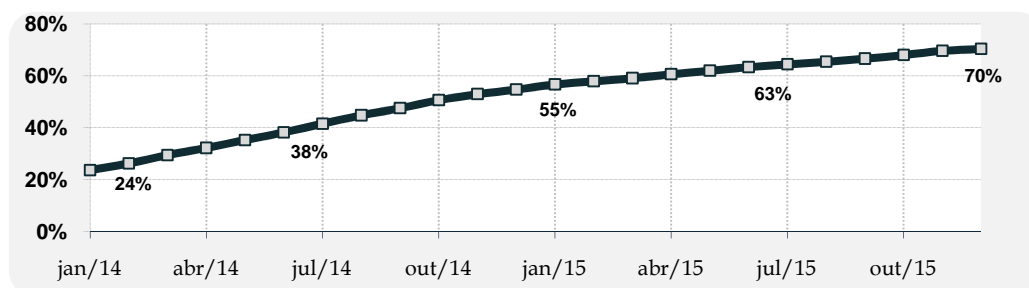


Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2

Meta 6 (Nacional) - Ações Coletivas - Priorizar o julgamento das Ações Coletivas. Identificar e julgar, no 1º GRAU, as distribuídas até 31/12/2012 e no 2º GRAU, as distribuídas até 31/12/2013.

Percentual de Cumprimento da Meta na 2ª Região: 71,93%

Gráfico nº 6 - Meta 6

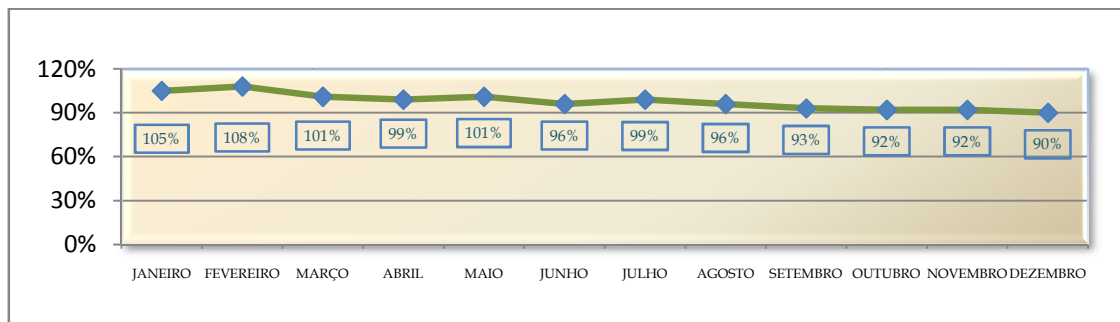


Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2

Meta 7 (Ações Criminais - Baixados) - Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano de 2015 (número total de processos criminais distribuídos no ano e que no mês de referência saíram da Meta por suspensão e cancelamento da distribuição ou deixaram de se enquadrar nos critérios da Meta).

Percentual de Cumprimento da Meta na 2ª Região: 90,50%

Gráfico nº 7 - Meta 7

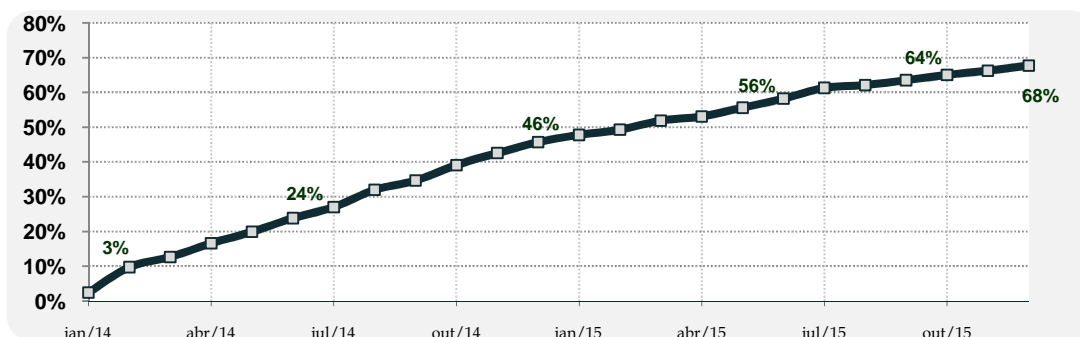


Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2

Meta 8 (Ações Penais) - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

Percentual de Cumprimento da Meta na 2ª Região: 96,75%

Gráfico nº 8 - Meta 8



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2

Meta 9 (Produtividade de Magistrados) - Aumentar o índice de produtividade de magistrados em relação à média do triênio anterior da própria Região (Média da produtividade dos três anos anteriores em relação ao ano em mensuração). **Percentual de Cumprimento da Meta na 2ª Região: 87,44%**

Meta 10 (Produtividade de Servidores) - Aumentar o índice de produtividade dos servidores em relação à média do triênio anterior da própria Região (Média da produtividade dos três anos anteriores em relação ao ano em mensuração). **Percentual de Cumprimento da Meta: 63,82%**

Meta 11 (Controles Internos) - Elevar o percentual de avaliação positiva do sistema de controles internos de cada Região para 100% até 2020.

Com o objetivo de acompanhar a evolução da maturidade e efetividade dos controles internos, foi aplicado, no TRF2, um questionário de avaliação contendo itens referentes ao ambiente e atividade de controle, de avaliação de riscos, de informação e comunicação e de monitoramento. O resultado permite identificar o que deve ser aprimorado. O questionário adotado para esse acompanhamento é o da Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos, proposto pelo TCU e instituído por meio da Portaria TCU 90/2014, com o objetivo de coletar informações acerca da percepção sobre a qualidade do funcionamento dos controles internos. Em 2015, o questionário proposto pelo TCU apontou para a necessidade de observação dos aspectos relacionados a monitoramento e procedimentos de controle. O item 3.3 deste relatório complementa as informações relativas ao tema.

Meta 12 (Absentéismo) - Com o intuito de manter os níveis de ausência ao trabalho dentro de patamares considerados adequados pelas áreas de recursos humanos, estabeleceu-se como Meta o índice de absentéismo abaixo ou igual a 3%. Uma alta taxa de absentéismo representa a necessidade de maior atenção à saúde físico mental dos magistrados, às condições de trabalho ofertadas e ao fortalecimento de clima organizacional. As ausências englobam as licenças por motivo de doença em pessoa da família, para tratamento da própria saúde e por motivo de acidente em serviço ou doença profissional. **Percentual de Absenteísmo: 0,94% (magistrados) e 3,73% (servidores).**

Meta 13 (Saúde) - Atingir 100% de adesão de magistrados e servidores ao exame periódico de saúde até 2020. Os dados relativos à meta 13 foram enviados ao Conselho da Justiça Federal, que é o responsável pela consolidação, por meio do Observatório da Justiça Federal. **Percentual de Cumprimento da Meta: 33,33% (magistrados) e 12,33% (servidores).**

2.5 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Os indicadores que foram acompanhados durante o ano de 2015 são divididos em indicadores das metas estratégicas e das metas institucionais. Os primeiros são instituídos e divulgados, anualmente, pelo CNJ e pelo CJF a todos os Tribunais Regionais Federais. Já os indicadores institucionais são criados pelo TRF2 e suas Seções Judiciárias e têm um foco na medição do desempenho operacional da instituição, inclusive no que concerne à Gestão de Indicadores Sócio-Ambientais, dentre outros.

Os indicadores das Metas Estratégicas acompanhados no ano de 2015 foram:

- Índice de Produtividade Judicante (Meta 1)
- Índice de Julgamento de Processos Antigos (Meta 2)
- Taxa de Casos Encerrados por Conciliação (Meta 3)
- Índice de Produtividade de Julgamento de Ações de Improbidade Administrativa (Meta 4)
- Índice de Atendimento à Demanda na Execução Não Fiscal do 1º Grau (Meta 5)
- Índice de Produtividade de Julgamento de Ações Coletivas (Meta 6)
- Índice de Atendimento à Demanda por Processos Criminais (Meta 7)
- Índice de Julgamento de Processos Antigos (Meta 8)
- Índice de Produtividade dos Magistrados – IPM (Meta 9)
- Índice de Produtividade de Servidores – IPS (Meta 10)
- Taxa de Avaliação do Sistema de Controles Internos (Meta 11)
- Taxa de Absenteísmo de Magistrados e Servidores (Meta 12)
- Taxa de Adesão de Magistrados e Servidores ao Exame Periódico (Meta 13)

Registre-se que a Justiça Federal da 2ª Região - JF2 destacou-se nos esforços para cumprimento das metas no ano de 2015, atingindo níveis de excelência em relação à Meta 2 (111,05%) e à Meta 3 (145%), e às Metas 1, 5, 7 e 8, com praticamente 100% de eficácia e, quanto à Meta 4, apesar de ter atingido 70% do cumprimento da meta, teve o melhor desempenho dentre as demais Regiões, havendo de se considerar, ainda, que o TRF2 - isoladamente - obteve percentual de 125% da meta.

Os resultados mostram que a maior parte das metas foi atingida, sobretudo aquelas ligadas à diminuição do acervo, o que revela o empenho da Instituição em cumprir as políticas estabelecidas pelo CNJ e CJF. Um destaque especial deve ser dado à meta 3, que possui foco na realização dos mutirões de conciliação. Adotando essa prática, o TRF2 e suas Seções Judiciárias vêm atingindo excelentes resultados.

Os indicadores institucionais acompanhados pelo TRF2 são detalhados nos itens 2.5.1, 6.1.7 e 6.4.1.

Em relação à SJRJ, os indicadores institucionais da SJRJ são:

- Índice de Homologação de Processos de Aquisição de Bens e Serviços
- Índice de Homologação de Processos de Aquisição de Bens e Serviços no Prazo
- Tempo Médio de Tramitação de Processos para Aquisição de Bens e Serviços
- Ajuizamento Eletrônico de Processos Judiciais
- Peticionamento Intercorrente Eletrônico de Processos Judiciais

Em relação aos indicadores institucionais operacionais, três deles avaliam os processos de aquisição da Instituição. O Tempo Médio de Tramitação de Processos para Aquisição de Bens e Serviços (modalidade pregão) teve redução de 2,1% em relação a 2014. Isso significa que foram necessários, em média, 93 dias para que uma contratação fosse finalizada, ficando abaixo da meta estabelecida que era de 100 dias. O Percentual de Processos para Aquisição de Bens e Serviços Homologados no Período ficou distante da meta que era 90%, já que, de tudo que foi proposto para ser contratado, 68% foi finalizado. Já o Percentual de Processos de Aquisição Homologados no Prazo Padrão de 100 dias para pregão ficou pouco abaixo da meta de 65%, tendo alcançado 63%.

A SJRJ tem investido no aumento da qualidade e na diminuição do tempo de tramitação das aquisições de bens e serviços desde 2010. Foram feitos mapeamentos dos processos de trabalho e criado um sistema de *workflow* para agilizar e dar mais transparência ao trâmite dos processos de aquisição, que são realizados totalmente de forma eletrônica pelo Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGA). O tempo de tramitação de processos na modalidade pregão, que já foi de mais de 120 dias, atualmente está em 93, representando um ganho importante para a agilização dos processos de aquisição.

O indicador que mede o Ajuizamento Eletrônico de Processos Judiciais teve excelente desempenho em 2015. O percentual de processos ajuizados nesta modalidade alcançou 95%, superando a meta de 70% e ficando muito acima do índice de 2014 que foi 49%. O mesmo ocorreu com o Peticionamento Intercorrente Eletrônico que registrou 96% em 2015, superando a meta que era 75%, bem como o índice de 2014, que foi 79%.

O bom resultado do ajuizamento foi em razão de a SJRJ somente aceitar a entrada de novos processos na Instituição por meio eletrônico desde o início de 2015, exceto casos especiais. O peticionamento intercorrente já era feito por meio eletrônico, mesmo assim apresentou melhoria no índice em relação ao ano de 2014.

Em relação à SJES, destacamos alguns dos principais indicadores de desempenho da área administrativa:

- **Absenteísmo por Motivo de Licenças Médicas**

Mede o índice de absenteísmo por motivo de licenças médicas dos servidores, com o objetivo de acompanhar sua variação propondo políticas de saúde que visem à redução desses afastamentos. O cálculo é efetuado dividindo o total de dias de licenças médicas, pela multiplicação do total de servidores em exercício no órgão pelo total de dias trabalhados no ano. O resultado é multiplicado por 100. A meta é manter o índice abaixo de 3 %. Em 2015, tivemos 6600 dias de licenças médicas e 562 servidores em exercício na SJES, resultando na seguinte conta: $6600 / (562 \times 365 \text{ dias}) \times 100 = 3,21 \%$. Verifica-se que o índice ficou próximo da meta máxima fixada, além de inferior aos apurados em 2014 (4,53 %) e 2013 (3,7 %).

- **Absenteísmo por Motivo de Acidente em Serviço**

Mede o índice de servidores afastados por licença de acidente em serviço, com o objetivo de acompanhar o índice de servidores em licença por acidente de serviço, para verificar a necessidade de implantar programas de saúde preventivos. O cálculo é efetuado dividindo o total de licenças por Acidente em Serviço pelo total de servidores em exercício no órgão. O resultado é multiplicado por 100. A meta é manter o índice abaixo de 2 %. Em 2015, tivemos 1 licença por Acidente em Serviço e 562 servidores em exercício na SJES, resultando na seguinte conta: $(1 / 562) \times 100 = 0,18 \%$. Constata-se que a incidência de licença por acidente de serviço está bem abaixo da meta máxima, permanecendo idêntico ao apurado em 2014 (0,18 %) e inferior ao apurado em 2013 (0,54 %), demonstrando estabilidade e/ou decréscimo da incidência desse tipo licença.

- **Rotatividade**

Este indicador mede o índice anual de saída de servidores do Quadro de Pessoal, utilizando como parâmetro de medição a divisão do Total de servidores desligados no ano pelo Total de servidores do Quadro de Pessoal. O resultado é multiplicado por 100. E a meta é manter o índice abaixo de 3,5 %. Em 2015, tivemos 20 servidores desligados e 539 servidores compondo o quadro de pessoal, o que resultou na seguinte conta: $20/539 \times 100 = 3,71\%$. Como se vê o índice ficou pouco acima da meta máxima fixada (3,5 %). Constata-se que o Quadro de Pessoal encontra-se estabilizado e os desligamentos, em sua maioria, ocorrem por motivos de aposentadoria (40%) ou de posse em outro cargo público inacumulável (35%), registrando que os cargos em questão são imediatamente providos mediante nomeação de candidato classificado em concurso público.

- **Adesão de Magistrados e Servidores ao Exame de Saúde Periódico**

Este indicador mede a taxa de adesão de magistrados e servidores ao exame periódico de saúde, contratado pelo TRF2. A meta estipulada para o ano de 2015 foi de 70% de adesão dos magistrados e 100% de adesão dos servidores. A SJES obteve uma adesão de 69% dos servidores.

- **Abonos de Permanência Concedidos**

Mede o índice de servidores do Quadro de Pessoal que optam por continuar em atividade após completarem requisitos para aposentadoria, utilizando, como parâmetro de medição, a divisão entre o total de servidores que tiveram concedido abono de permanência no ano e o total de servidores que completaram no exercício os requisitos para inativação. O resultado é multiplicado por 100. A meta é manter o índice acima de 50%. Em 2015, foi concedido abono de permanência a 7 servidores dos 10 servidores que implementaram os requisitos para a inativação, o que resultou na seguinte conta: $7/10 \times 100 = 70\%$. Verifica-se que o percentual ficou acima do índice fixado, o que significa que as políticas de gestão de pessoas estão satisfatórias.

- **Educação Continuada**

Mede o índice de servidores capacitados, com o objetivo de verificar a participação dos servidores em capacitação promovida pelo Órgão com a finalidade de apurar o interesse nos cursos e aprimorar o Programa de Capacitação a cada ano. O cálculo é efetuado dividindo o nº de servidores capacitados pelo total de servidores em exercício no Órgão. O resultado é multiplicado por 100. A meta é capacitar 50% dos servidores em exercício no órgão. Em 2015, tivemos 331 servidores capacitados e 562 servidores em exercício na SJES, resultando na seguinte conta: $331 / 565 \times 100 = 58,60\%$. O índice (acima da meta) demonstra o interesse dos servidores no constante desenvolvimento e confirma a excelência e qualidade dos cursos disponibilizados pelo Órgão.

- **Capacitação nas Competências Estratégicas**

Mede o índice de servidores capacitados nas competências estratégicas, tem por objetivo verificar a participação dos gerentes em capacitação nas competências estratégicas, com a finalidade de cumprir o disposto na Lei nº 11.416/2006 e apurar o interesse nos cursos para aprimorar o Programa de Capacitação a cada ano. O cálculo é efetuado dividindo o nº de servidores capacitados nas competências estratégicas pelo total de servidores que ocupam cargo ou função de gerência. O resultado é multiplicado por 100. A meta é capacitar 50% dos servidores que estão no exercício de cargo ou função de gerência. Em 2015, tivemos 141 servidores capacitados nas competências estratégicas e 167 servidores que ocuparam cargo ou função de gerência, resultando na seguinte conta: $141 / 167 \times 100 = 84,40\%$. Constata-se que o índice ficou acima da meta, o que demonstra o interesse dos servidores no constante desenvolvimento e confirma a excelência e qualidade dos cursos disponibilizados.

- **Conformidade com os Padrões Construtivos**

Esse indicador, criado a partir do planejamento estratégico de obras, mostra como estão os prédios em relação a um padrão mínimo de construção estabelecido pelo Comitê Técnico de Obras. Em 2015, os prédios do Espírito Santo atingiram 98% de conformidade. Para 2016, com a conclusão do novo Fórum de Serra, esse indicador deve chegar a 100%.

2.5.1 Indicadores Específicos do Desempenho dos Tribunais.

A JF2 tem seu desempenho estratégico monitorado por meio da mensuração e consolidação anual de indicadores estratégicos definidos na revisão do Planejamento Estratégico 2015-2020, ocasião em que é analisado o alcance das metas estabelecidas, tanto para o TRF2, como para as Seccionais vinculadas. A Matriz Detalhada de Acompanhamento da Gestão (PEJF 2015-2020) segue como Anexo III do presente relatório.

3. GOVERNANÇA

3.1. Descrição das Estruturas de Governança

A Justiça Federal, a partir das orientações do Conselho da Justiça Federal - CJF, tem gradativamente se orientado para a construção de uma estrutura de governança. Merecem destaque as ações envolvendo grupos de trabalho do Tribunal Regional Federal da 2ª Região - TRF2:

a) **Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação (CODITI)** - foi registrada a conclusão de diversas ações de TI priorizadas no exercício de 2014, conforme detalhamento constante no subitem 6.3 deste Relatório (Gestão da Tecnologia da Informação).

b) **Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CGPLS)** - foi instituída pela Resolução CNJ nº 201/2015 em âmbito nacional e, no TRF2, pela Portaria nº TRF2-PTP-2015/00648, publicada em 23/12/2015, com o objetivo de elaborar, monitorar, avaliar e revisar o Plano de Logística Sustentável do TRF2.

c) **Comitê da Gestão Estratégica Regional (CGER)** - criado pelo TRF2, por meio da Resolução nº TRF2-RSP-2014/00034, publicada em 13/1/2015, seguiu as orientações das Resoluções do CNJ nº 198/2014 e 313/2014. O referido Comitê possui, entre outras atribuições, encaminhar proposta de políticas, diretrizes e recomendações para o aperfeiçoamento da Justiça Federal; aprovar metas e iniciativas estratégicas da Justiça Federal da 2ª Região; e executar o Plano de Comunicação da Estratégia da Justiça Federal na 2ª Região.

d) **Comitê Institucional** - balizado no art. 8º da Resolução nº 313/CJF, o TRF2 iniciou uma série de atividades destinadas à constituição do referido Comitê, todas registradas, em especial, no expediente TRF2-MEM-2015/06329. Os Comitês Institucionais encontram-se em fase final de implementação.

No âmbito da SJRJ, já existem alguns instrumentos que representam os primeiros passos rumo a uma estrutura de governança formalizada. Além da Unidade de Controle Interno, que tradicionalmente faz parte da estrutura administrativa da unidade, a Instituição conta com o Conselho Consultivo, a Comissão de Gestão Administrativa e de Tecnologia da Informação (CGATI) e o Grupo de Gerenciamento de Crise (GGC).

O Conselho Consultivo foi criado, em 2007, pela Direção do Foro da SJRJ, por intermédio de portaria própria, com o objetivo de estabelecer uma estrutura participativa de gestão, agregar juízes para apoiar nas considerações e decisões cada vez mais complexas envolvendo a administração, tendo em vista a expansão da Justiça Federal de Primeira Instância. Cabe ao Conselho manifestar-se sobre as questões relevantes enviadas pelo Diretor do Foro ao próprio Conselho; aprovar política de segurança, critérios de movimentação de pessoal do quadro de servidores, especialmente entre Subseções e normas da Administração que repercutam em procedimentos cartorários; definir padrão quantitativo de servidores por Vara e Subseções; aprovar regulamentos de serviço das áreas administrativas, pedidos de cessão de servidores, entre outros.

A CGATI é uma comissão composta por diretores das diversas especialidades judiciárias, a saber: Varas Criminais, Cíveis, Execução Fiscal e Juizados Especiais, além de diretores da área administrativa, sob a presidência do Diretor do Foro. Foi instituída, em 2009, tendo como base a Resolução nº 70/2009/CNJ, que dispõe sobre o planejamento estratégico no âmbito do Poder Judiciário, bem como os Acórdãos nº 525/2008/TCU, item 3.4.8, nº 1.603/2008/TCU e, especificamente, as recomendações dos itens 9.1.1, 9.1.7, 9.4.1 e 9.4.5.

O principal objetivo da CGATI é definir, estabelecer, decidir, priorizar e supervisionar questões ligadas ao Planejamento Institucional, cumprimento de metas e execução de ações administrativas. A SJRJ também conta com o Grupo de Gerenciamento de Crise (GGC), criado em 2009, por meio de portaria própria, sendo constituído por representantes da Direção do Foro e da sua Secretaria Geral. O grupo tem por finalidade implementar medidas e adotar providências para solucionar e/ou minimizar eventos caracterizados, corporativamente, como crise e as respectivas consequências;

estabelecer prioridade de atuação das unidades administrativas, independentemente da esfera de sujeição hierárquica na estrutura organizacional da SJRJ.

O grupo conta com um manual de gerenciamento de crises elaborado com a finalidade de regular providências, ordenar sequência de ações e padronizar procedimentos recomendáveis quando do acontecimento de eventos caracterizados como crise no âmbito da SJRJ. Consiste, ainda em instrumento norteador na condução das respectivas ações, visando à unidade de procedimentos, bem como em documento de referência para as Subseções Judiciárias da SJRJ.

Houve, ao longo do ano de 2015, alterações na estrutura organizacional de setores considerados estratégicos no âmbito do TRF2. Destacamos as principais resoluções que tratam do tema.

- **Resolução nº TRF2-RSP-2015/00001, de 12/1/2015 e Resolução nº TRF2-RSP-2015/00029, de 3/12/2015:** Reformularam a estrutura organizacional da Secretaria Geral (SG) do TRF2, com o objetivo de melhor adequar e racionalizar as atividades desenvolvidas na área administrativa, para atender com mais eficiência à área judiciária, uma vez que o Planejamento Estratégico e a Governança Judiciária passaram a ser coordenados por uma única unidade organizacional. Com a instituição da Assessoria de Governança Corporativa, Gestão Estratégica e Monitoramento (AGOM), será possível estruturar as atividades de monitoramento da gestão administrativa e de acompanhamento da execução orçamentária, o que garantirá o atendimento, inclusive, às demandas advindas do CNJ, CJF, TCU e de outros órgãos externos. Além disso, foi deslocada, para subordinação direta da SG, a Coordenadoria de Gestão Contábil.
- **Resolução nº TRF2-RSP-2015/00003, de 10/3/2015, alterada pela Resolução nº TRF2-RSP-2015/00006, de 20/3/2015 e pela Resolução nº TRF2-RSP-2015/00009, de 30/3/2015:** Alterou a estrutura organizacional da Secretaria de Atividades Judiciárias (SAJ) do TRF2, em função da necessidade de padronização de rotinas e procedimentos, tendo em vista a implantação do processo eletrônico e a automação de diversas atividades judicantes.
- **Resolução nº TRF2-RSP-2015/00005, de 16/5/2015, alterada pela Resolução nº TRF2-RSP-2015/00009, 20/3/2015:** Alterou a estrutura organizacional da Secretaria Judiciária (SJU) do TRF2, visando à unificação do quadro funcional dos servidores das Subsecretarias dos órgãos julgadores, com o intuito de reposicionar e relotar servidores em setores com carência de força de trabalho, possibilitando a agilização da prestação jurisdicional.
- **Resolução nº TRF2-RSP-2015/00008, de 25/3/2015:** Unificou as áreas de pagamento e de aposentadoria e pensões da JF2, em cumprimento à Resolução nº 462, de 17/8/2005, do CJF, que dispõe a centralização das folhas de pagamento, assim como a necessidade se adotarem ações voltadas para a integração das áreas de gestão de pessoas, com vistas à padronização de procedimentos, à otimização de recursos materiais/humanos e à promoção da melhoria de processos de trabalho.
- **Resolução nº TRF2-RSP-2015/00012, de 31/3/2015:** Alterou as estruturas organizacionais do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF) e da Secretaria de Documentação, Informação e Memória (SED), em virtude da necessidade de se implantar o Centro de Memória Institucional da Justiça Federal da 2ª Região, criado pela Resolução nº 13, de 4/4/2011, além de redimensionar os quantitativos de funções gratificadas da SED, do CCJF e do Centro de Memória Institucional.
- **Resolução nº TRF2-RSP-2015/00016, de 9/4/2015:** Unificou a estrutura organizacional e o quadro de pessoal das unidades de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da 2ª Região, com a finalidade de realizar gestão eficaz dos recursos humanos do quadro de pessoal da JF2 e de se implantar uma política regional de planejamento e execução de TI, tendo, como prioridade, a definição dos processos de trabalho, responsabilidades e práticas de governança de TI consagradas.

No âmbito da SJES, registra-se que, dentre as estruturas e métodos de governança, destacam-se as funções de auditora interna, que são desempenhadas pelo Núcleo de Controle Interno (NCI), subordinado diretamente à Direção do Foro. Há um relacionamento sistêmico entre a unidade central de controle interno (Secretaria de Controle Interno do Conselho da Justiça Federal – SCI/CJF), a unidade setorial (Secretaria de Controle Interno do Tribunal Regional Federal da 2ª Região – SCI/TRF2) e esta unidade seccional.

Do total de 03 auditorias planejadas para a 2ª Região no ano de 2015, 02 foram executadas: a auditoria das contratações com alocação de mão de obra terceirizada, levada a efeito por servidores da unidade de controle interno e a auditoria da folha de pagamento - sistemas e segurança da informação, realizada em conjunto com servidores da Secretaria de Controle Interno do TRF/2 (SCI/TRF/2) e Subsecretaria de Controle Interno da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SCO/SJRJ).

Quadro nº 15 - Auditorias Desenvolvidas em 2015

Ação	Objetivos	Área	Situação
Auditoria das contratações com alocação de mão de obra terceirizada.	Verificar a regularidade da execução contratual, quanto aos aspectos legais e trabalhistas.	Gestão de Compras e Contratos	Executada
Auditoria da folha de pagamento: sistemas e segurança da informação.	Verificar os aspectos operacionais da elaboração da folha de pagamento, as funcionalidades dos sistemas e a segurança da informação.	Gestão de Pessoas	Em conclusão (relatório)
Auditoria de Material e Patrimônio (Aspectos Contábeis).	Verificar a aderência dos registros contábeis à legislação pertinente.	Gestão de Material e Patrimônio	Não executada

Fonte: Seção Judiciária do Espírito Santo

Cabe destacar que auditoria de material e patrimônio (aspectos contábeis) não foi realizada em razão da alteração da estrutura do NCI, tratada na Resolução TRF2-RSP-2015/00028, que extinguiu a Seção de Análise Contábil (SEACON) no Núcleo de Controle Interno (NCI) e criou a Seção de Orientação Contábil (SEORC) no Núcleo de Administração e Finanças, com a consequente relocação de servidores.

Em relação à área de Tecnologia da Informação, cabe destacar a Resolução TRF2-RSP-2013/00056, de 19/12/2013, que criou o Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação – CODITI, para atuação consultiva e deliberativa sobre serviços, projetos e ações nesta área, elegendo os de caráter prioritário.

Outros instrumentos de apoio à governança são compostos por Juízes que atuam na Supervisão de atividades administrativas. Nesse sentido, destacam-se as Portarias nºs ES-POR-2011/00025 (designa magistrado para atuar como supervisor das atividades de segurança), ES-POR-2011/00131 (designa magistrado para atuar como supervisor das atividades de contabilidade) e JFES-POR-2014/00048, que institui a “Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade”, a cargo do planejamento, elaboração e acompanhamento de medidas voltadas à acessibilidade de servidores e usuários com deficiência.

Presente, também, no cotidiano da Seção Judiciária do Espírito Santo, o Comitê Institucional de Planejamento Estratégico, instituído pela Portaria nº. ES-POR-2009/00002, composto por representante de diversas áreas, e com o objetivo de estabelecer diretrizes para o cumprimento das metas e ações administrativas projetadas, de forma a acompanhá-las e revisá-las.

3.2. Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

A sociedade moderna, cada vez mais, exige das instituições públicas prestação de contas das suas ações. Dessa forma, a correição constitui-se em um importante mecanismo de controle das atividades administrativas e, em particular no caso do Poder Judiciário, possibilita a averiguação da regularidade da prestação jurisdicional, a correção de falhas nos processos de trabalho e o alinhamento dos rumos desejados pela Administração.

O Sistema de Correição compreende, em suma, toda atividade de prevenção e apuração de irregularidades, seja no tocante ao aspecto organizacional da unidade jurisdicionada ou quanto à conduta dos servidores, tendo por finalidade promover a coordenação e harmonização das atividades e, conseqüentemente, a otimização de procedimentos e o controle da atuação funcional e da conduta dos servidores.

As correições, em qualquer de suas formas, presencial ou eletrônica, são instrumentos valiosos, não só no conhecimento e acompanhamento do trabalho realizado pelos juízos e setores administrativos, mas, sobretudo, como um meio de valorização da prestação jurisdicional, na medida em que estabelecem uma troca de informações necessárias entre a Corregedoria, o magistrado e os servidores, na observância das realizações e das dificuldades pertinentes ao trabalho, no exercício de suas funções.

O art. 105, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal dispõe que compete ao Conselho da Justiça Federal - CJF *“a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante”*.

Nesse sentido, incumbe ao CJF expedir normas relacionadas ao sistema de administração judiciária da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, conforme disposto na Lei 11.798/2008 e no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal. No tocante aos poderes correicionais destacam-se: a Resolução 496/2006, a qual estabelece normas gerais a serem observadas na disciplina e realização de correições inspeções judiciais no âmbito da Justiça Federal de primeiro grau, e a Resolução 49/2009, sistematizando a função correicional no âmbito do primeiro e segundo grau.

Seguindo tais ditames, o Regimento Interno do TRF2 enumera, em seu art. 24, as atribuições do Corregedor, dele se podendo extrair o exercício das seguintes funções na área da primeira instância:

- orientação e normatização das condutas funcionais e dos serviços judiciários;
- fiscalização e acompanhamento da fiscalização dos serviços judiciários;
- regulação dos serviços judiciários;
- administração da composição humana judicial;
- administração da estrutura organizacional judiciária;
- investigação e/ou disciplinamento de condutas funcionais;
- orientação da Sociedade acerca dos serviços judiciários;
- recepção de reclamação disciplinar, diante de infração administrativa disciplinar praticada por Magistrado e/ou Serventuário.

Nessa rota, por intermédio do Provimento nº 011, de 4/4/2011, aprovou-se a Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da 2ª Região, a qual vem passando por atualizações, sendo sua redação atual dada pelo Provimento nº TRF2-PVC-2015/00012, de 21/12/2015.

Assim, na Justiça Federal da 2ª Região - JF2, o sistema de correição está subdividido entre a fiscalização dos atos dos magistrados - realizada pela Corregedoria; e a fiscalização da conduta dos servidores, estagiários e terceirizados, encargo sob competência das Comissões de Sindicância.

A Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região é o órgão encarregado de fiscalizar e de orientar (no aspecto administrativo) a atividade da Justiça Federal de Primeira Instância da 2ª Região. Entre as principais atribuições do Corregedor-Regional, previstas no art. 24 do Regimento Interno do TRF2, está a de apurar atos praticados por Juízes Federais que violem os deveres inerentes à atividade da magistratura. O principal objetivo da Corregedoria é combater as deficiências e eventuais erros da prestação jurisdicional, buscando a sua agilização. Para tanto, especial relevo é dado ao acompanhamento do cumprimento das metas fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

No tocante à fiscalização dos atos dos magistrados, assinala-se que, no ano de 2015, foram instauradas onze sindicâncias em desfavor de magistrados, a fim de apurar desobediência à Lei Orgânica da Magistratura e ao Código de Ética da Magistratura. Dez foram concluídas e levadas à apreciação do Órgão Especial do TRF2; em todas se acompanhou o voto do Corregedor, de modo que, em oito delas, foram instaurados processos disciplinares e, em duas, o resultado foi o arquivamento. Apenas uma das sindicâncias, aberta em 14/12/2015, não foi finalizada, pois aguarda a entrega da defesa da magistrada.

Quadro nº 16 - Sindicâncias Instauradas - Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região

MAGISTRADOS			
Total de sindicâncias instauradas em desfavor de magistrados	Sindicâncias convoladas em processos disciplinares	Sindicâncias Arquivadas	Sindicâncias não finalizadas
11	08	02	01

Fonte: Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região

Além dessas sindicâncias, existiam procedimentos anteriores, iniciados em gestão passada, três autuadas como representações e cinco como comunicações, que foram levadas pela Corregedoria ao Órgão Especial e arquivadas, nos termos do voto do Corregedor. Quatro comunicações, ligadas a eventos apreciados pelo Colegiado, também abertas em gestões anteriores, foram apreciadas monocraticamente pelo Corregedor Regional e arquivadas, diante da ausência de atos que configurassem infração disciplinar.

Cerca de cento e cinquenta reclamações por alegado excesso de prazo ou morosidade excessiva vieram à apreciação da Corregedoria Regional, provocadas por petições ou por correio eletrônico (*e-mail*). Em todos os casos, os problemas relatados foram solucionados e a prestação jurisdicional não restou prejudicada.

Nos casos iniciados diretamente perante o Conselho Nacional de Justiça-CNJ, aproximadamente trinta reclamações ou pedidos de providências ajuizados contra magistrados da Justiça Federal da 2ª Região-JF2, tal órgão notificou a Corregedoria Regional e, em todos os casos, os juízes foram oficiados e as informações foram repassadas ao CNJ, além de a Corregedoria perquirir, também, cada um desses casos. A maior parte tratou de excesso de prazo e tal parte foi solucionada com o arquivamento da reclamação pelo CNJ.

De outro modo, ainda em relação à atuação dos magistrados, merecem destaque algumas outras atividades, realizadas em 2015.

Entre elas, o constante gerenciamento de férias, afastamentos e licenças de magistrados revela-se de extrema relevância para a garantia da celeridade e da produtividade na prestação jurisdicional. A importância da atividade da Corregedoria, neste âmbito, materializa-se principalmente no enorme quantitativo de atos de designação expedidos em 2015 para cobrir circunstâncias (no total, 442), de modo a impedir a paralisação da prestação jurisdicional, que precisa ser mantida em caráter contínuo e perene. Além disso, destaca-se o permanente esforço em conciliar os períodos de férias dos magistrados com a necessidade do serviço, gerando, além da Portaria de Escala Anual de Férias, a

análise de inúmeros pedidos específicos de alteração, inclusão ou exclusão de períodos (no total, foram feitas 625 portarias em 2015, a maioria delas envolvendo a marcação de férias).

Ademais, em função do esforço de se pôr em prática o comando da Resolução nº 341/2015 do CJF, foi criado um relatório mensal detalhado identificando os casos de acúmulo de jurisdição pelos magistrados das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Nesse relatório, encaminhado mensalmente à Presidência e à Divisão Regional de Pagamento (DIRPA), são esmiuçadas todas as circunstâncias fáticas relativas à vida funcional do magistrado em determinado mês, identificando, por exemplo, quando ele estava ou não em efetivo exercício, com a justificativa correlata, informações que sem dúvida auxiliarão em posteriores mecanismos de controle interno e externo da atividade jurisdicional.

Junto com o relatório supramencionado, a Corregedoria passou a fornecer à DIRPA informações mensais acerca da chamada “*substituição automática*”, situação na qual o Juiz Federal Substituto assume automaticamente a titularidade do seu próprio juízo de lotação, em virtude de férias, afastamentos ou licenças do Juiz Titular. Assim, se antes os próprios Juizes Substitutos tinham que enviar tal informação ao Setor de Pagamento, hoje, a concentração dos dados pela Corregedoria torna mais eficiente o procedimento, evitando contradições e pagamentos indevidos.

Em dezembro de 2015, em virtude da decisão do Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 347, a Corregedoria uniu esforços com a Presidência do TRF2 para regulamentar o funcionamento da Audiência de Custódia no âmbito das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Nesse contexto, foi editada a Resolução nº TRF2-RSP-2015/00031, de 18/12/2015, que, entre outras medidas, implementou, na Sede da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, a Central de Audiências de Custódia – CAC, que terá competência para a análise de autos de prisão em flagrante e para a realização das audiências de custódia, concernentes a fatos de competência das Varas Federais da Capital da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Assim, muito embora os efeitos concretos da regulamentação da Audiência de Custódia só se concretizem em 2016, o primeiro passo já foi dado, rumo à ampliação da garantia ao devido processo legal.

No que se alude à correição da prestação jurisdicional, de acordo com as Resoluções nº 496, de 13/2/2006 e nº 49, de 2/3/2009, ambas do CJF, e com base nas normas e procedimentos previstos no Provimento nº 11, de 4/4/2011, do TRF2 (atualizado até o Provimento nº 12/2015), a Corregedoria Regional da 2ª Região iniciou, a partir de abril de 2015, as correições ordinárias presenciais e eletrônicas nos diversos juízos e setores administrativos do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Foram realizadas trinta e duas correições presenciais e quarenta e cinco correições eletrônicas em 2015, de acordo com o acervo predominantemente físico ou eletrônico de cada juízo, conforme o caso, nos termos do art. 26 da Resolução CJF nº 496/2006, e do art. 43 do Provimento nº 11/2011 do TRF2.

Destacam-se, no desenvolvimento dos trabalhos correicionais, a verificação e aferição do cumprimento das Metas do CNJ, por intermédio dos gráficos e planilhas disponibilizados para tanto no Portal de Estatísticas do TRF2 e de análises dos processos, com as recomendações cabíveis às Varas e aos Juizados para que busquem o seu cumprimento, quando necessário. Valendo ressaltar que o atual foco liga-se ao cumprimento das Metas relativas ao julgamento das ações coletivas, ou seja, ações civis públicas, ações populares, mandados de segurança coletivos e ações de improbidade administrativa, além das ações criminais correlatas.

No ano de 2015, introduziu-se, no relatório de correição, a análise dos bens acautelados/apreendidos, com especial atenção às Varas Mistas e Criminais, aspecto que não era destacado anteriormente, e que se revelou de crucial importância, especialmente com relação às dificuldades de alguns juízos quanto aos procedimentos cabíveis e à correta destinação dos bens nesta situação, de acordo com as Resoluções do CNJ nº 63, de 16/12/2008, nº 30, de 10/02/2010, e nº 134, de 21/06/2011, além da Resolução CJF nº 428, de 7/4/2005, e artigos 242 a 247 da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da 2ª Região (Provimento nº 11/2011).

Por força de tal aferição, a Corregedoria da JF2 constatou o grave problema de espaço para acautelamento de veículos apreendidos, e entrou em contato com a Polícia Federal, para sistematizar dados de veículos antigos, ainda acautelados. No final de 2015, iniciou-se procedimento para instar as Varas competentes a apreciar se é ou não o caso de proceder à alienação antecipada do veículo, conforme recomendação do CNJ.

Na mesma linha, passou-se também a verificar os bens constritos, bem como os processos remetidos a órgãos e setores externos não devolvidos no prazo fixado. Com relação aos primeiros, a atenção volta-se ao correto cadastramento das informações necessárias no Sistema de Processamento de Dados da Justiça Federal da 2ª Região (Apolo), e também à tramitação do feito para ultimar a alienação desses bens, quando for o caso. E, quanto aos processos com remessa externa, o objetivo da verificação é zelar pelo controle do cumprimento de prazos e evitar que os autos permaneçam sem tramitação, em poder de advogados ou procuradores.

Assinala-se, ainda, a continuidade no acompanhamento do adequado controle da prescrição penal, tanto nos autos físicos quanto no sistema processual, por meio das certidões e anotações necessárias, aspecto por vezes negligenciado, e também de grande relevância na tramitação dos processos criminais.

Como já dito, permanecem as verificações relativas à tramitação das ações coletivas, além das execuções penais, e também o controle de processos parados, conclusos com prazo vencido e suspensos, além da quantidade de sentenças proferidas e respectiva classificação, nos termos da Resolução n.º 535 de 2006 do CJF, e arts. 219 a 221 da CNCR.

Analisou-se, também, a quantidade de atos processuais intimados e de requisições de pagamento efetuadas (sempre no período de um ano), bem como a situação dos livros e pastas obrigatórios mantidos pelo juízo. E, cabe acrescentar, a averiguação também de eventuais problemas e críticas relativas ao espaço físico e instalações de cada setor, examinando os procedimentos adotados e as dificuldades de cada um deles, no intuito de aprimorar a prestação jurisdicional.

Os trabalhos correccionais sempre se baseiam no comparativo entre os dados da última correição realizada e aqueles fornecidos no questionário pré-correição, em que são solicitadas diversas informações sobre o juízo, servidores, divisão e organização do trabalho, entre outras. Tais dados, então, são comparados com as planilhas e gráficos estatísticos atualizados, obtidos durante a Correição, avaliando-se, sempre, a evolução do acervo de cada juízo correccionado, o cumprimento das recomendações anteriores e, repise-se, o atendimento das Metas estabelecidas pelo CNJ.

Destacam-se, ainda, as correições administrativas, voltadas aos setores de contadoria, distribuição, apoio administrativo, perícias, primeiro atendimento e controle de mandados. Tais atividades são essenciais ao bom desenvolvimento da atividade jurisdicional e ao atendimento do jurisdicionado, e o acompanhamento dos trabalhos ali desenvolvidos é feito por meio de entrevistas com os servidores e análises de estatísticas de produtividade.

Encerrados os trabalhos, é elaborado o relatório da correição, que contém a recomendação das providências cabíveis para a correção de eventuais falhas constatadas, bem como para melhoria da organização do trabalho do juízo/setor correccionado, sempre em busca da maior qualidade, produtividade e celeridade da prestação jurisdicional.

No quesito transparência, não se pode deixar de mencionar que a página eletrônica da Corregedoria, de acesso irrestrito ao público, concentra informações de interesse geral (jurisdicionados, magistrados e servidores), tais como: Lista de Antiquidade dos Magistrados; Lista Completa de Lotação dos Juízes Federais no âmbito da 2ª Região; Atos da Corregedoria; Escala Anual do Plantão Judiciário, Calendários de Inspeção e Correição; e Classificação de Desempenho das unidades jurisdicionais.

Especificamente, foi aprimorado o acesso aos dados e às informações acerca da prestação jurisdicional, garantindo transparência na atuação do Poder Judiciário deste Regional. Foram realizados investimentos em ações instrumentais que auxiliassem a ampliação da produtividade no

primeiro grau de jurisdição, buscando combater deficiências e eventuais erros da prestação jurisdicional, acompanhando o cumprimento das metas fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Nesse sentido, a Corregedoria procurou contribuir com o aperfeiçoamento dos serviços e da estrutura do 1º grau de jurisdição federal, considerando os parâmetros sugeridos pela Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 194 de 26/5/2014, que instituiu a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, alinhando a atuação do TRF2 na consecução de uma prestação jurisdicional mais efetiva.

De outro giro, o campo de apuração de ilícitos administrativos conta com as Comissões Temporárias de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.

▪ **Tribunal Regional Federal da 2ª Região - TRF2**

O TRF2 dispõe de uma Comissão Temporária de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar – CTSPAD, instaurada pela Presidência, que é formada por servidores estáveis, nos termos do artigo 149 da Lei 8112/90, e encarregada de apurar a responsabilidade do servidor em razão de infração praticada no exercício de suas atribuições e/ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontrem investido. A atual CTSPAD foi constituída pela Portaria nº TRF2-PTP-2015/000189, de 13/4/2015.

Em 2015, foram instauradas sete sindicâncias:

Quadro nº 17 - Sindicâncias Instauradas -TRF2/CTSPAD

Número do Procedimento	Breve Síntese dos Fatos	Data da instauração	Data da Finalização	Resultado das Apurações
TRF2-ADM-2015/22	Desaparecimento de telefone celular particular de servidora	11/2/2015	8/7/2015	Arquivado –concluído pela inexistência de prova de autoria e materialidade
TRF2-ADM-2015/142	Ofensa física	17/6/2015	16/12/2015	Arquivado em razão do resultado do Incidente de Sanidade Mental – TRF2-ADM-2015/00165
TRF2-ADM-2015/183	Lançamento de objeto do prédio sede do TRF2C) durante movimento grevista	19/8/2015	19/12/2015	Arquivado – concluído pela inexistência de provas
TRF2-ADM-2015/240	Irregularidade constatada no Precatório nº 201011971	2/10/2015	-	Concluído pela inexistência de irregularidade da DIPRE – não houve o saque do Precatório – aguardando arquivamento
TRF2-ADM-2015/241	Irregularidade constatada no Precatório nº 201405681	2/10/2015	1/2/2016	Arquivado – concluído pela inexistência de irregularidade da DIPRE – não houve o saque do Precatório
TRF2-ADM-2015/265	Irregularidade constatada no Precatório nº 20132306	2/10/2015	1/2/2016	Arquivado – concluído pela inexistência de irregularidade da DIPRE – não houve o saque do Precatório
TRF2-ADM-2015/1	Extravio de notebook	2/1/2015	-	Em andamento

Fonte: Comissão Temporária de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar – CTSPAD

Quadro nº 18 - Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares em andamento em 2015 - - TR2/CTSPAD

Número do Procedimento	Breve Síntese dos Fatos	Data da instauração	Data da Finalização	Resultado das Apurações
TRF2-ADM-2012/334	Vazamento hidráulico – livros de uso particular danificados	12/11/2012	6/3/2015	Arquivado – penalidade revogada pelo DESPACHO Nº TRF2-DES-2015/02032
TRF2-ADM-2014/98	Inobservância de dever funcional	30/4/2014	8/7/2015	Arquivado – encaminhamento das servidoras à DISAU
TRF2-ADM-2014/23	Inobservância de dever funcional	12/10/2014	-	Aplicação de penalidade/recurso desprovido pelo Conselho de Administração em 08/10/2015
TRF2-ADM-2014/269	Desaparecimento de bens de consumo do Tribunal – sacos de lixo	20/10/2014	15/5/2015	Arquivado – concluído pela inexistência de provas

Fonte: Comissão Temporária de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar – CTSPAD

O TRF2 conta, ainda, com uma Comissão de Sindicância, instaurada pela Presidência pela Portaria nº TRF2-PTP-2015/00496, de 11/9/2015, composta pelos dois Juízes em auxílio à Presidência, e por duas servidoras estáveis, para apurar possíveis irregularidades relatadas no despacho TRF2-DES-2015/14330:

Quadro nº 19 - Sindicância Específica - TRF2

Número do Procedimento	Breve Síntese dos Fatos	Data da instauração	Data da Finalização	Resultado das Apurações
TRF2-ADM-2015/239	Previsão de instalação de novo sistema de ar condicionado, incluindo a desmontagem do antigo e a instalação de divisórias	28/9/2015	-	Em andamento

Fonte: Portaria nº TRF2-PTP-2015/00496

Desse modo, pode-se afirmar que, no total, em 2015, no TRF2, foram instauradas 8 sindicâncias, apenas uma com potencial de causar dano ao Erário, concernente ao extravio do notebook no interior da sala da Divisão de Suporte Técnico DISUT/STI, o qual está sendo apurado pela Comissão Temporária de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (CTSPAD), por meio da sindicância nº TRF2-ADM-2015/00001. Embora o expediente que deu origem à referida sindicância não tenha especificado o valor do dano, pode se inferir que o mesmo é inferior a R\$ 75.000,00, e dispensa a instauração de Tomada de Contas Especiais, nos termos do artigo 6º da IN-TCU 71/2012.

No que tange ao Processo nº TRF2-ADM-2014/00269, relatado no Relatório de Gestão de 2014, referente ao desaparecimento de bens de consumo (sacos de lixo), o mesmo foi finalizado em 15/05/2015, não havendo instauração de Tomada de Contas Especial, tendo em vista valor do dano ter sido inferior a R\$ 75.000,00, nos termos do artigo 6º da IN-TCU 71/2012.

▪ Seção Judiciária do Rio de Janeiro – SJRJ

O Sistema de Correição da Seção Judiciária do Rio de Janeiro é realizado em dois âmbitos distintos, ou seja: na esfera judicial, e na esfera administrativa.

Na esfera judicial, o poder correicional é exercido pelo próprio Juízo da unidade, por meio de inspeções judiciais (artigos 222 a 234 da Consolidação Normativa da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região), bem como pela Corregedoria do TRF/2ª Região (artigos 38 a 46 da referida norma). Deve ser destacado, portanto, que, nas unidades judiciais, não há a ingerência da administração da SJRJ.

Já no âmbito administrativo, além das correições realizadas pela Corregedoria, foi instituída, por meio das portarias nº RJ-PGD-2009/00046 e RJ-PGD-2009/00060, a realização de inspeções periódicas nas unidades subordinadas à Diretoria do Foro. Atualmente, tal atividade encontra-se regulamentada no artigo 61 da Consolidação de Normas da Direção do Foro, bem como, no Manual para Inspeções Administrativas - SJRJ.

O cronograma das inspeções administrativas da Diretoria do Foro para o exercício de 2015 foi instituído pela Portaria nº JFRJ-POR-2014/00801. Foram inspecionadas 26 das 27 unidades inicialmente previstas. A Subsecretaria de Tecnologia da Informação e de Comunicações deixou de integrar a estrutura organizacional da SJRJ, razão pela qual a Diretoria do Foro determinou o cancelamento da inspeção nessa unidade (conforme Portaria nº JFRJ-POR-2015/00532). Ao final de cada inspeção, elaborou-se o correspondente relatório, conforme a seguinte tabela:

Quadro nº 20 Relatório das Inspeções Administrativas da DIRFO da SJRJ

INSPEÇÕES ADMINISTRATIVAS - 2015	
NSDF	JFRJ-MEM-2015/01307
Subsecretaria de Controle Interno	JFRJ-MEM-2015/02878
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças	JFRJ-MEM-2015/03232
Secretaria Geral	JFRJ-MEM-2015/03535
Dir – Nova Friburgo	JFRJ-MEM-2015/03711
Subsecretaria Jurídica e Contábil	JFRJ-MEM-2015/04424
Subsecretaria de Infra-Estrutura	JFRJ-MEM-2015/04734
Subsecretaria de Gestão de Serviços	JFRJ-MEM-2015/04751
Núcleo de Comunicação Social	JFRJ-MEM-2015/05290
Dir - Duque de Caxias	JFRJ-MEM-2015/05498
Dir – Niterói	JFRJ-MEM-2015/05772
Dir – São Gonçalo	JFRJ-MEM-2015/05771
Dir – Volta Redonda	JFRJ-MEM-2015/06063
Dir – Resende	JFRJ-MEM-2015/06062
Dir – Magé	JFRJ-MEM-2015/06421

INSPEÇÕES ADMINISTRATIVAS - 2015	
Dir - Teresópolis	JFRJ-MEM-2015/06601
Divisão Especial de Segurança	JFRJ-MEM-2015/08717
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania	JFRJ-MEM-2015/09192
Subsecretaria de Gestão de Pessoas	JFRJ-MEM-2015/09426
Subsecretaria de Contratações e Material	JFRJ-MEM-2015/09715
Núcleo de Controle de Mandados	JFRJ-MEM-2015/09727
Subsecretaria de Cálculo Judicial	JFRJ-MEM-2015/11485
Subsecretaria de Distribuição e Atividades Judiciárias	JFRJ-MEM-2015/11831
Subsecretaria de Informação e Documentação	JFRJ-MEM-2015/12125
Dir- Três Rios	JFRJ-MEM-2015/11789
Dir - Petrópolis	JFRJ-MEM-2015/11434

Fonte: SJRJ

Os principais eventos apurados relacionam-se à necessidade de melhorias ou reparos nas instalações físicas de determinadas unidades. Tais demandas, conforme critério da Diretoria do Foro, são encaminhadas às unidades competentes, as quais se manifestam sobre a viabilidade de sua implementação.

Entretanto, no que se refere às atividades administrativas que interferem de forma mais direta na prestação jurisdicional – ou seja, com relação à execução de mandados, à distribuição de processos e à contadoria – não foram encontradas irregularidades dignas de destaque. Os eventuais acúmulos de serviço e/ou atrasos pontuais são esclarecidos pelas unidades competentes, conforme apreciação da Diretoria do Foro.

Especificamente, relacionam-se os processos administrativos disciplinares (PAD) e as sindicâncias (PSI), no exercício de 2015.

Quadro nº 21 - Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares (PAD) em Andamento em 2015 -JFRJ

Número do Procedimento	Breve Síntese dos Fatos	Data da instauração	Data da Finalização	Resultado das Apurações
JFRJ-PAD-2013/00004	Desaparecimento de cédulas de dólares norte-americanos em vara criminal	26/12/2013 (Data da publicação da Portaria nº JFRJ-POR-2013/00904)	Em andamento	Em andamento

Número do Procedimento	Breve Síntese dos Fatos	Data da instauração	Data da Finalização	Resultado das Apurações
JFRJ-PSI-2014/00007	Desaparecimento de equipamentos de informática na Subseção de Nova Iguaçu	14/5/2014 (Data da publicação da Portaria nº JFRJ-POR-2014/00411)	20/05/2015 (Data de publicação da Portaria nº JFRJ-POR-2015/00296)	Decidiu-se pelo arquivamento dos autos, nos seguintes termos: “Finalizada a instrução probatória, a Primeira Comissão não conseguiu vislumbrar elementos capazes de apontar para a prática de conduta funcional irregular atribuível a qualquer servidor, de modo a ensejar a aplicação de penalidade. Desta forma, foram considerados esgotados todos meios de apuração dos fatos.”
JFRJ-PSI-2014/00010	Avarias na viatura oficial utilizada na 6ª Vara Federal Criminal	2/7/2014 (Data da publicação da Portaria nº JFRJ-POR-2014/00506)	Em andamento	Em andamento
JFRJ-PSI-2015/00003	Desaparecimento de bens acautelados na 3ª Vara Federal Criminal	4/3/2015 (Data da publicação da Portaria nº JFRJ-POR-2015/00172)	Em andamento	Em andamento
JFRJ-PSI-2015/00004	Desaparecimento de bens no NCOS	9/4/2015 (Data de publicação da Portaria nº JFRJ-POR-2015/00281)	24/09/2015 (Data de publicação da Portaria nº JFRJ-POR-2015/00670)	Decidiu-se pelo arquivamento dos autos, nos seguintes termos: “Conforme observou a comissão processante, o valor estimado dos bens que não foram localizados - orçados em R\$ 139,37 - não justifica o prosseguimento das apurações, tendo em vista o disposto no Item 4 do módulo 9 da Instrução Normativa nº 06-01, de 22 de maio de 1995, do Conselho da Justiça Federal.”
JFRJ-PSI-2015/00005	Desaparecimento de bem acautelado na 3ª Vara Federal Criminal	9/4/2015 (Data de publicação da Portaria nº JFRJ-POR-2015/00282)	Em andamento	Em andamento

Fonte: SJRJ

Por fim, cabe destacar que, como regra geral, as irregularidades ocorridas em unidades jurisdicionais e subseções do interior são apuradas no âmbito da respectiva unidade (art. 22 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região, e art. 36, inciso VI, da Consolidação de Normas da Diretoria do Foro).

▪ **Seção Judiciária do Espírito Santo – SJES**

Na Seção Judiciária do Espírito Santo, não houve nenhum caso de ressarcimento ao erário, improbidade administrativa ou de aplicação de penalidades a servidores no período de 2015.

Quadro nº 22_ Processos Instaurados no Exercício de 2015 - JFES

Número do Procedimento	Breve Síntese dos Fatos	Data da instauração	Data da Finalização	Resultado das Apurações
JFES-PSI-2015/00001	apuração dos fatos narrados no Memorando nº JFES-MEM-2014/03730 , por desrespeito ao artigo 116, inciso XI da Lei nº 8.112/90 e dos artigos 4º e 5º da Resolução nº 147/2011-CJF.	11/03/2015 (Data de abertura do JFES-PSI-2015/00001)	24/09/2015 (Data do DESPACHO Nº JFES-DES-2015/02538, dando cumprimento à ordem exarada no DESPACHO Nº JFES-DES-2015/02538)	Decidiu-se pelo arquivamento dos autos, nos seguintes termos: “ <i>Reanalizando o Expedient e Nº. JFES-MEM-2014/03730, o qual ensejou a abertura da Sindicância Nº. JFES-PSI-2015/00015, não verifico a ocorrência de infração disciplinar prevista no art. 116 - XI da Lei 8112 / 90 (tratar com urbanidade as pessoas). (...) Do exposto, com as devidas vênias do Exmo. Juiz Federal Diretor do Foro que me antecedeu, reconsidero o despacho Nº. JFES-DES-2015/00622, e, com fundamento no art. 144, parágrafo único, da Lei nº. 8.112/90, determino a juntada da presente decisão no Processo Administrativo Nº. JFES-PSI-2015/00001, bem como o arquivamento daqueles autos. Por fim, seja cancelada a emissão de portaria indicativa de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar - CPAD.”</i>
JFES-PSI-2015/00002	-	-	Em andamento	Em andamento

Fonte: JFES

No contexto de apuração de impropriedades, cita-se a importante atuação da Ouvidoria Geral da Justiça Federal da 2ª Região, que concorre também para elucidação desse tipo de evento.

Vide detalhamento das atividades da Ouvidoria no *item 4. Relacionamento com a Sociedade*.

Conforme apresentado, a JF2 tem efetivamente realizado ações no sentido averiguar a regularidade dos processos de trabalhos, sejam estes administrativos ou jurisdicionais, corrigindo eventuais falhas nos processos de trabalho e o alinhamento dos rumos desejados pela Administração, sempre visando ao melhor aproveitamento dos recursos humanos e financeiros e às melhorias na prestação jurisdicional.

3.3. Gestão de Riscos e Controles Internos

Pode-se afirmar que a Justiça Federal da 2ª Região - JF2 encontra-se em fase incipiente no que tange à elaboração de um modelo administrativo de gestão de riscos. Isso porque a JF2 segue as diretrizes do Conselho da Justiça Federal – CJF, órgão central de controle da gestão administrativa da Justiça Federal, e, num espectro de maior abrangência, as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Anota-se que o CJF está finalizando as diretrizes de um normativo que irá orientar os órgãos jurisdicionais da Justiça Federal, no que se reporta à adoção da gestão de riscos, com base em um modelo nacional.

Não obstante, tendo em vista tratar-se de matéria de grande relevância, sobretudo no que se refere ao adequado tratamento de processos críticos, o TRF2 deflagrou ações com o objetivo de elevar o grau de maturidade institucional em relação à gestão de riscos, mediante a inclusão, no programa de capacitação de servidores, de cursos relacionados à gestão de projetos e ao gerenciamento de riscos. Já tendo sido cumprida essa primeira etapa com qualificação da equipe de controle interno e de servidor da área de gestão estratégica do TRF2, assinala que, no entanto, a continuidade do programa de capacitação nesse campo de conhecimento estará sempre condicionada à disponibilidade orçamentária.

Ademais, foi criada, na estrutura organizacional do TRF2, unidade administrativa com o fito de assessorar a Alta Administração no que diz respeito a ações de governança corporativa, gestão estratégica e monitoramento, a qual desenvolve estudos voltados à modernização da gestão.

Relevante ressaltar, ainda, que a Administração do TRF2 está elaborando planejamento com o escopo de disseminar a cultura da gestão de riscos que envolve os processos de trabalho mais críticos da JF2 e os seus projetos estratégicos. Com esse propósito, avalia-se o material que dispõe sobre gestão de riscos, visando a aproveitá-lo, com as devidas adequações, para edição de normativos que definirão diretrizes institucionais para gerenciamento de riscos.

Acrescente-se que, no que tange a controles internos, está em andamento projeto estratégico nacional, coordenado pelo CNJ, cujo responsável é um gestor da Justiça Federal da 2ª Região. O Projeto consiste em definição dos *Requisitos Mínimos de Controles Internos*, o que propiciará parâmetros para os órgãos do Poder Judiciário desenvolverem ou aprimorarem seus sistemas de controles internos, visando a combater a corrupção e a improbidade administrativa.

4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1 Canais de Acesso ao Cidadão

Conforme determina a Lei de Acesso à Informação - Lei 12.527/2011, regulamentada pelo Decreto 7.724/2012, o objetivo é facilitar o acesso à informação pública. Constata-se, seja na Unidade Consolidadora ou nas Consolidadas, a preocupação em manter os canais abertos para esclarecimento de dúvidas suscitadas pelo cidadão e encaminhamento de críticas e sugestões.

Entre as atividades administrativas desenvolvidas pelo TRF2, encontra-se inserido o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, cujas informações estão disponibilizadas na página <http://www10.trf2.jus.br/ai/sic/>. O sítio de Acesso à Informação constitui instrumento de transparência ativa, que franqueia os meios apropriados à transmissão de informações requeridas pelo cidadão. Além das informações disponíveis no sítio, atualmente o SIC opera com quatro canais de relacionamento com o cidadão: e-mail, telefone, carta e presencial.

O quadro abaixo apresenta as informações estatísticas relacionadas aos pedidos de acesso à informação no exercício de 2015 no TRF2.

Quadro nº 23 - Pedidos de Acesso à Informação ao TRF2 - 2015

Recebidos	Atendidos	Indeferidos	Média mensal	Total
48.088	48.088	0	4007	48.088

Fonte: Relatório Anual do SIC do TRF2 / Exercício 2015

Os Quadros 24 e 25 apresentam o detalhamento dessas informações, destacando a relevância de cada canal de relacionamento e os principais assuntos abordados.

Quadro nº 24 -- Pedidos de Acesso a Informação ao TRF2 por Canal de Relacionamento - 2015

Canal de Relacionamento	Quantidade	% de Pedidos
Email	9.619	20%
Telefone	16.830	35%
Carta	0	0%
Presencial	21.639	45%
Total	48.088	100%

Fonte: Relatório Anual do SIC do TRF 2 / Exercício 2015

Quadro nº 25 -- Principais Assuntos dos Pedidos ao TRF2 - 2015

Assunto	Quantidade	% de Pedidos
Informações Processuais	16.830	35%
Íntegras de Acórdão(I.T.)	7.218	15%
Precatórios e RPV	4.808	10%
Certidões Negativas	2.885	6%
Autenticações	961	2%
Pesquisa Jurisprudência	2.404	5%
Ramais e Setores - Tel	7.213	15%
Estatísticas – Pesquisa	1.442	3%
Estrutura	2.404	5%
Composição	1.923	4%

Fonte: Relatório Anual do SIC do TRF 2 / Exercício 2015

Em busca de avanços no SIC, a Justiça Federal da 2ª Região – JF2, a partir de recomendação da Controladoria Geral da União – CGU (<http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/brasil-transparente/aquisicao-do-e-sic>), irá utilizar o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão – e-SIC Livre (disponível no Portal do *Software* Público Brasileiro - <https://softwarepublico.gov.br/social/e-sic-livre>), que funcionará como novo canal de acesso ao cidadão, permitindo que pessoas, físicas ou jurídicas encaminhem pedidos de acesso à informação, acompanhem prazos e recebam as respostas das solicitações pretendidas, além da possibilidade de interpor recursos às solicitações não atendidas, diretamente por intermédio do sítio do TRF2 na *Internet*. O e-SIC Livre foi adaptado à plataforma *web* que suporta o sítio do TRF2 e encontra-se em fase final de homologação, com previsão de funcionamento para o início do segundo semestre de 2016.

Na mesma seara, a Resolução nº T2-RSP-2011/00007, de 11/10/2011, do TRF2, divulga que a Ouvidoria foi criada para ser o canal de comunicação da sociedade com a JF2, que abrange os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. A Ouvidoria dispõe de um Sistema que, em constante evolução, recebe as manifestações dos cidadãos para análise. Esse Sistema está disponível na página do TRF2, na *Internet*.

Após a implantação desse ferramental, os usuários são orientados a utilizá-lo, mesmo aqueles que recebem orientação por telefone, com vistas a registrar a manifestação no Sistema. O acompanhamento das demandas é feito por meio de periódicos contatos com os envolvidos, quer por telefone, quer por mensagem eletrônica e, ainda, disponibiliza-se atendimento pessoal na sala da Ouvidoria. Dessa forma, foram contabilizadas mais de 650 mensagens eletrônicas e atendidos/realizados mais de 1.000 telefonemas.

Os relatos recebidos na Ouvidoria do TRF2 contabilizaram um total de 1.193 registros, por intermédio do sistema de atendimento virtual disponível ao usuário, na página da Ouvidoria, no *site* do TRF2. Todas as comunicações recebidas por quaisquer outros meios, inclusive, aquelas feitas pessoalmente, são lançadas no sistema de acompanhamento da Ouvidoria. O Quadro 25 apresenta a totalidade de registros recebidos na Ouvidoria no ano de 2015.

Quadro nº 26 - Resumo das Reclamações Recebidas na Ouvidoria em 2015

Órgão	Reclamações	Casos Solucionados
TRF2	393	330
SJRJ	700	607
SJES	100	66

Órgão	Solucionadas	Em Acompanhamento	Aguardando Resposta	Em Análise	Total
TRF2	330	29	30	4	393
SJRJ	607	22	23	48	700
SJES	66	15	15	4	100
Total	1003	66	68	56	1193

Fonte: Relatório Anual da Ouvidoria do TRF2 / Exercício 2015

Nota: Estão incluídas, nesses resultados, as demandas encaminhadas pelo requerente diretamente à Ouvidoria do CNJ e reencaminhadas à Ouvidoria do TRF2.

Ressalte-se, ainda, que, da totalidade de demandas recebidas, 84% foram solucionadas, 11% estão aguardando respostas ou em acompanhamento e apenas 5% aguardam para serem analisadas. Em resumo, dos 1.193 registros de todos os tipos, 1.003 foram solucionados. Tal fato deve-se ao grande empenho dos órgãos da primeira instância e suas secretarias e também dos Gabinetes e outros setores do TRF2, que, quando diligenciados, não têm medido esforços para dar uma rápida resposta ao cidadão, num trabalho colaborativo com a Ouvidoria.

O resumo das demandas recebidas na Ouvidoria pode ser desdobrado para enfoque relativo ao canal utilizado e aos assuntos, conforme os Quadros 26 e 27:

Quadro nº 27 - Resumo das Demandas Recebidas na Ouvidoria, por Canal Utilizado - 2015

Manifestações recebidas	
Canal de Relacionamento	Quantidade
Por Fax	01
Por telefonema	12
Pessoalmente	36
Por e-mail	159
Por Formulário eletrônico	984
Por Petição	01

Fonte: Relatório Anual da Ouvidoria do TRF2 / Exercício 2015

Quadro nº 28 - Resumo das Demandas Recebidas na Ouvidoria, por Assunto - 2015

Assuntos	Quantidade
Autos desaparecidos	1
Demora na Conclusão	199
Demora na Contadoria	13
Demora na Decisão	94
Demora na Movimentação	158
Demora na Sentença	140
Demora no Despacho	47
Demora no Julgamento	140
Desarquivamento	11
Devolução de autos	21
Discordância	10
Expedição de PRC / RPV	114
Falta de Informações	26
Inclusão em pauta	28
Inconformismo	31
Informações Gerais	39
Outras demoras	37
Outros	84
TOTAL	1193

Fonte: Relatório Anual da Ouvidoria do TRF2 / Exercício 2015

No âmbito da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – SJRJ, o acesso do cidadão para manifestações é garantido pela *Internet*, por intermédio do serviço “Fale Conosco”. Trata-se de um serviço descentralizado, onde diversas áreas respondem dúvidas, recebem denúncias, elogios, solicitações, sugestões e reclamações. O serviço direciona as questões dos usuários de maneira adequada, encaminhando-as para as unidades correspondentes. No exercício de 2015, foi recebido pelo "Fale Conosco" um total de 1.299 solicitações, das quais foram respondidas 1.183, restando pendentes 116.

Demais disso, o Núcleo de Comunicação Social – NCOS acompanha os *e-mails* recebidos pelo serviço “Fale Conosco”, no propósito de verificar a natureza das demandas e o nível de satisfação dos usuários. O NCOS faz relatórios sobre o grau de satisfação dos usuários de programas e campanhas institucionais, destacando-se o Programa Educativo *Conhecendo a SJRJ*, que tem, como público-alvo, estudantes do ensino médio de escolas públicas ou campanhas em parceria com o Instituto Nacional do Câncer.

Na forma presencial, a Seção de Atendimento Processual dos Juizados - SAPJE atua para realizar o primeiro contato do cidadão com a SJRJ, de sorte a auxiliá-lo no ajuizamento de demanda perante o Judiciário Federal. Essa Unidade procede a consultas periódicas, diretamente ao cidadão, a respeito do Primeiro Atendimento, na tentativa de aprimorar o serviço prestado. O Quadro 28 consolida as informações estatísticas relacionadas aos pedidos de acesso à informação, no exercício de 2015, na SJRJ.

Quadro nº 29 - Pedidos de Acesso à Informação à SJRJ - 2015

Recebidos	Atendidos	Indeferidos	Média mensal	Total
102.300	102.300	0	8525	102.300

Fonte: Relatório Anual do SIC da SJRJ / Exercício 2015

Na Seção Judiciária do Espírito Santo – SJES, existem três canais de acesso do cidadão: 1) o *e-mail* contato@jfes.jus.br, disponível em sua página na *Internet*; 2) o telefone do Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas – NCS, disponibilizado no *site* para contato; e 3) o telefone do “TELEJEF – Atendimento telefônico dos Juizados Especiais Federais”, que presta serviços de informação e orientação a advogados e cidadãos comuns sobre a tramitação de processos judiciais, inclusive de varas cíveis, criminais e de execução fiscal, além dos próprios juizados federais.

Em 2015, o 2º Juizado Especial Federal, responsável pela implantação do “TELEJEF”, recebeu 4557 ligações, com 100% de atendimento das demandas recebidas. As demandas recebidas são lançadas num sistema de informática especialmente desenvolvido pela área de TI para a sua contabilização.

O *e-mail* “contato” é o canal mais utilizado. As mensagens são direcionadas ao NCS, que as envia imediatamente às respectivas áreas responsáveis, solicitando respostas, as quais podem ser remetidas diretamente aos solicitantes ou ao próprio NCS para, se necessário, redigi-las em linguagem mais acessível e encaminhá-las aos cidadãos. A grande maioria é respondida no mesmo dia.

Em 2015, o NCS recebeu 488 pedidos externos, por *e-mail*, sendo que os mais recorrentes são demandas por informações sobre processos; orientações para emissão de certidão negativa e para o envio de petição inicial eletrônica; pedidos de esclarecimentos sobre cadastro de advogados do Espírito Santo-ES e de outros estados, no processo eletrônico da SJES, e sobre encaminhamentos de cartas precatórias.

Quadro nº 30 - atendimentos via e-mail realizados pelo NCS/SJES

Assunto	Quantidade	% de Pedidos
Certidão	57	12%
Andamentos de processo	43	9%
Cadastramento	28	6%
JF Digital	17	3%
Imprensa	110	23%
Dúvidas ou Reclamações	141	29%
Conta Judicial	17	3%
Outros	75	15%
TOTAL	488	100%

Fonte: Relatório Anual da SJES / Exercício 2015

As sugestões e pedidos de informações do público externo por telefone são mais raros. Em geral, as demandas recebidas por esse canal são da imprensa. Também são acolhidas demandas de advogados, questionando sobre suspensão de prazos, expediente e uso de ferramenta do processo eletrônico, e de jurisdicionados, com dificuldade na emissão de certidão eletrônica.

Ocorrem reclamações sobre atendimento, por telefone, porém, muito raramente. Na hipótese, os reclamantes são ouvidos e aconselhados a encaminhar a reclamação, por escrito, à Ouvidoria do TRF2 ou, conforme o caso, à Direção do Foro da SJES.

4.2 Carta de Serviços ao Cidadão/Instrumento Similar

Na esfera da JF2, não há Carta de Serviços ao Cidadão nos moldes do § 2º, art. 11, do Decreto nº. 6.932/2009. É de se salientar, todavia, que, dadas as peculiaridades da prestação jurisdicional (e.g. competência por matéria, complexidade de cada causa), torna-se de excessiva complexidade a aplicação de grande parte dos incisos que tratam da matéria. Deveras, cada tipo de ação possui requisitos e documentos peculiares e de imensa diversidade.

A JF2, em realidade, mantém-se comprometida com a sociedade ao fornecer serviços com qualidade e ao facilitar o acesso dos usuários às atividades prestadas aos cidadãos.

Neste sentido, o instrumento similar que o TRF2 adota, à semelhança da Carta de Serviços ao Cidadão, preconizado no diploma legal supracitado, encontra-se na página da Instituição – no Portal “Acesso à Informação”, disponibilizado no endereço eletrônico <http://www10.trf2.jus.br/ai/> e, em especial, no <http://www10.trf2.jus.br/ai/perguntas>.

Os conteúdos de interesse geral são divulgados nessas páginas, descrevendo-se as informações disponibilizadas, os requisitos necessários, as principais etapas, o prazo máximo para a prestação do serviço, a forma de comunicação, os locais e o modo de acessar diversos serviços disponíveis no TRF2, bem assim os dados relativos à Transparência Pública.

A SJRJ franqueia vários serviços destinados aos cidadãos, disponíveis no *site* da Instituição, como a consulta processual e a emissão e autenticação de certidões. Todos os dados e procedimentos referentes ao processo eletrônico, como cadastramento das partes, envio de petições e documentos, além de consultas sobre o andamento dos autos, também se encontram acessíveis por meio do *site*.

Em atendimento à legislação sobre transparência pública, na página da SJRJ, na *web*, ainda se exibem as informações sobre despesas com pessoal, licitações e contas públicas, eliminação de documentos, política de segurança da informação, entre outras.

Na área da SJES, mecanismos de esclarecimento sobre o funcionamento do Órgão são direcionados aos usuários. Além das informações presentes no site, ocorre a distribuição de manuais, com o passo a passo do peticionamento eletrônico, para advogados em ações de mobilização, assim como cartilhas aos estudantes sobre o funcionamento da JF, durante visitas orientadas, realizadas por faculdades e escolas (ensino médio).

4.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

Conforme mencionado no Relatório de Gestão/Exercício 2014, a *Pesquisa de Satisfação do Usuário da Justiça Federal 2013/2014* foi realizada no período de 18/11/2013 a 28/2/2014. Entretanto, não houve outras pesquisas de satisfação no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região.

4.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade

No endereço <http://www10.trf2.jus.br/ai/>, podem ser localizadas as informações relativas à transparência pública, incluindo ações e programas; auditorias; convênios; gestão orçamentária e financeira; gestão de pessoas; gestão estratégica e relatórios de gestão; informes institucionais, além de comunicados acerca dos canais de informação ao cidadão.

Essa modalidade de transparência ativa, preconizada na Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei nº 12.527, de 18/11/2011), possibilita que a própria pessoa interessada venha a sanar sua dúvida ou a obter a informação desejada, por meios próprios, sem depender de qualquer intermediário.

No que se refere a atividades de disseminação e governança de informações na *web* foi lançado, em caráter experimental, o novo *Portal Internet do TRF2*, com destaque para o sítio de 'Consultas e Serviços', que reúne o acesso a todas as consultas e serviços da área judicial, privilegiando o *design* e a organização das informações, com vistas a oferecer uma experiência mais rica e de fácil uso ao cidadão. Foram realizadas diversas melhorias no *design* do Portal, destacando-se as relativas à acessibilidade, usabilidade, responsividade, suporte a novas resoluções, entre outras.

Um dos principais recursos disponibilizados no novo Portal foi a integração com a solução de busca do *Google Search Appliance* – GSA . Foi desenvolvido um componente especificamente para este fim, que permite que o novo *site* funcione como porta de entrada para a consulta às bases que estiverem indexadas pela referida ferramenta. Até o final de 2015, já podiam ser consultadas de forma integrada ao Portal de *Internet* a jurisprudência do TRF2 e das Turmas Recursais, as sentenças, os atos normativos, o acervo da biblioteca, além do conteúdo do próprio Portal. Todas as consultas, além de serem executadas em poucos segundos e desonerarem os respectivos sistemas, oferecem opções de filtro para refinamento do resultado e podem ser acessadas por qualquer dispositivo com acesso a *Internet* (computador, *tablet*, *smartphone*).

Com o lançamento do novo *Portal Internet do TRF2*, foi aberto um canal para recebimento de críticas e sugestões: foram recebidas 34 opiniões de usuários externos e internos acerca do novo portal, 77,5% de caráter positivo. Somando-se os acessos, foram contabilizados mais de 11 milhões de visualizações de páginas em 2015.

4.5 Avaliação dos Produtos e Serviços pelos Cidadãos-Usuários

Considerando o que foi apurado na pesquisa de satisfação a que se refere o item 4.3, a JF2 direcionou esforços para atender às demandas trazidas pela referida pesquisa, em especial a baixa avaliação no quesito "serviços judiciais" (tempo de tramitação processual), o que pode ser notado no resultado da Meta 2 de 2015, em que se buscou identificar e julgar pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e 2º graus; 100% dos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos distribuídos até 31/12/2012 nos juizados especiais federais e turmas recursais.

Essa meta concentra esforços nos processos distribuídos há mais tempo na JF2 e seu cumprimento, que atingiu 111,05% em 2015, contribui para a gradativa redução do tempo de tramitação processual, garantindo a melhoria de aspecto que interfere diretamente no índice de satisfação dos cidadãos-usuários. Entretanto, não houve em 2015 uma pesquisa que ratificasse essa evolução.

4.6 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações

A JF2 permanece trabalhando para garantir os direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais – PNEs, observando, para tanto, as exigências legais relativas à acessibilidade nas dependências e a comunicação com o público interno e externo, em atenção à Recomendação nº 27, de 16/12/2009, do CNJ.

4.6.1 Instalações Físicas

• Tribunal Regional Federal da 2ª Região - TRF2

Nessa área, as medidas adotadas visam a facilitar o acesso de qualquer pessoa aos edifícios do *TRF2*. Além das diversas adaptações já efetuadas no prédio sede, o projeto de adequação institucional do complexo predial do TRF2 contém, em seu escopo contratual, as seguintes ações de promoção de acessibilidade a serem implementadas:

- execução de rampa interna no térreo para acessibilidade aos elevadores do prédio central (mais antigo);
- execução e instalação de mapa tátil na entrada do prédio, no pavimento térreo;

- instalação de balcão de atendimento acessível, tanto nos setores de Protocolo localizados no térreo, como em todos os gabinetes de Juiz e Subsecretarias de Turma;
- execução de piso tátil nos acessos aos elevadores e circulações principais;
- criação de banheiro público para portadores de necessidades especiais (PNE), do 11º ao 22º pavimento, já que nos demais pavimentos já existem banheiros adaptados.

• **Seção Judiciária do Rio de Janeiro - SJRJ**

A SJRJ funciona em 28 prédios, sendo 13 próprios ou cedidos e 15, alugados. A maioria desses imóveis foi ocupada sem as preocupações que ensejaram a feitura das normas vigentes de acessibilidade. Nos últimos anos, a SJRJ tem buscado dotar os imóveis das condições mínimas de acessibilidade, sendo que os imóveis novos, desde sua concepção, atendem às recomendações normativas que pautam a matéria.

A nosso juízo, a acessibilidade pode ser definida em graus que vão desde o inacessível, do pouco acessível, ao plenamente acessível, que fazem das condições de acessibilidade dos espaços físicos inadequados ao uso ao plenamente confortável aos usuários. Considerando que existe uma distância entre o ruim e o ótimo, e que o ótimo, ou seja, aquela condição plena que atendendo integralmente às normas, vai além ampliando o conceito e atingindo graus superiores de conforto, as instalações físicas da SJRJ situam-se em grau de inacessibilidade para alguns prédios, condição que está sendo alvo das ações, considerando, inicialmente, o seguinte alvo, que será ampliado a medida que essas mesmas instalações forem se modernizando e outros itens forem se integrando para aumentar a acessibilidade dos prédios. As condições às quais estamos empenhados de dotar os prédios são descritas a seguir:

- Deslocamento horizontal, com eliminação de degraus e obstáculos em dimensões mínimas de circulação, e portas para circulação de cadeirantes, no acesso ao prédio e em seu interior (a todos os compartimentos);
- Deslocamento vertical entre os diversos pavimentos, com instalação de elevadores ou plataformas mecânicas e rampas, em conformação adequada ao uso por cadeirantes;
- Instalação de balcões acessíveis a cadeirantes ou apoio junto aos balcões;
- Instalação de sanitários adaptados para uso de pessoas PNE, em todos os imóveis;
- Implantação de piso podotátil, direcional e de alerta, com instauração de rota acessível em áreas de deslocamento, e para segurança deste deslocamento;
- Demarcação de vagas para deficientes físicos, em áreas de estacionamento e auditórios;

Visando a atender ao conteúdo mínimo acima elencado, foram realizadas licitações, em 2014, para contratação de serviços para todos os imóveis da SJRJ. Dessas licitações, as que abrangiam os serviços civis em 12 localidades, foram fracassadas, o que impediu sua efetivação. Convém distinguir outras intervenções realizadas no exercício de 2014, a saber: foram reformados 14 sanitários, um por pavimento, no Anexo II do Fórum da Avenida Rio Branco, para adaptá-los ao uso de pessoas PNE;

Como forma de remediar as condições de deslocamento vertical dos imóveis ocupados, foram adquiridos equipamentos tipo garaventa, *stair-trac*, que são elevadores portáteis para escadas destinados ao deslocamento de cadeirantes, que mesmo não sendo previsto nas normas, atendem provisoriamente, às normas de acessibilidade. É importante destacar que a única construção que não agrega as condições suficientes, inclusive para utilização de *stair-trac*, é a Subseção Judiciária de Itaperuna, que por suas deficiências críticas, está sendo reinstalada em outro imóvel, alugado, com previsão de inauguração em, 2016;

No imóvel da Subseção Judiciária de Barra do Piraí, alugado, foi instalado elevador adequado ao uso de deficientes físicos, solucionando este quesito básico de acessibilidade.

Foram contratados serviços de adequação de acessibilidade para os imóveis utilizados pela SJRJ, com o seguinte escopo:

- Rua São Januário, em São Cristóvão, Rio de Janeiro, onde funciona o Arquivo Geral. O escopo dos serviços, em imóvel próprio da SJRJ, é o seguinte:
 - Demarcação de vagas para cadeirantes na rua de acesso, com implantação de piso tátil, tipo alerta, em ladrilhos hidráulicos;
 - Implantação de piso tátil no térreo – direcional e de alerta, visando facilitar o acesso de deficientes visuais da entrada até a recepção e na entrada lateral, possibilitando o acesso às instalações administrativas, fundos do prédio e nos patamares das escadas;
 - Os cadeirantes utilizarão o acesso pela lateral esquerda do prédio, por onde acessarão o salão principal onde se encontra o sanitário adaptado para uso de PNE e as salas administrativas;
 - Implantação de rampa com piso em granito e guarda corpo e corrimão para acesso de cadeirantes às principais salas administrativas situadas junto à entrada lateral, à esquerda;
 - Implantação de acessórios ao sanitário de PNE do térreo, que já se encontra adaptado, com implantação de barra de apoio junto ao lavatório e espelho com dimensões adequadas;
- Rua Equador, em Santo Cristo, onde funciona o almoxarifado geral, a seção de transportes e depósito de acautelados. Os serviços a serem realizados em imóvel próprio da SJRJ têm o seguinte escopo:
 - Implantação de piso regularizado, em cimentado, e piso tátil, para acesso aos principais locais de trabalho, desde a rua e entre as instalações dos prédios, com melhoria das condições de deslocamento de cadeirantes e deficientes visuais;
 - Implantação nivelamento de soleiras e degraus para acessibilidade de cadeirantes;
 - Implantação de sanitário de PNE com reforma do sanitário existente, masculino, junto ao galpão. A escolha deste sanitário se deveu por suas condições físicas possibilitarem abrigar a instalação de sanitário de PNE junto com o sanitário comum, masculino, reduzindo apenas o quantitativo de chuveiros e mictórios, de dois para uma unidade de cada peça.
- Subseção Judiciária de Magé, imóvel cedido pela municipalidade, com o seguinte escopo:
 - Demarcação de vagas para cadeirantes no estacionamento junto ao prédio, com implantação de regularização de piso no trajeto até a entrada do prédio e rebaixamento de meio fio;
 - Implantação de piso tátil – direcional e de alerta, visando o acesso de deficientes visuais da calçada até a entrada do prédio, com indicação de alerta junto à rampa e às escadas internas do prédio;
 - Instalação de apoios dobráveis para uso de cadeirantes junto ao balcão de atendimento, posicionados no lado externo dos balcões, no Protocolo e Secretaria;
 - Complementação de instalação de corrimão na escada;
 - Complementação dos equipamentos para adequação dos sanitários de PNE;

- Subseção Judiciária de Duque de Caxias, imóvel alugado, de uso misto e compartilhado com particulares, tem o seguinte escopo:
 - Substituição de balcões por balcões adequados para atendimento de cadeirantes, no mesmo modelo do utilizado na reforma do 8º andar;
 - Instalação de elementos faltantes para complementação das adaptações necessárias no sanitário destinado ao uso de PNE, público.
- Subseção Judiciária de Petrópolis, imóvel alugado, funcionando em três casas em área de tombamento pelo IPHAN, com o seguinte escopo:
 - Instalação de apoios dobráveis junto aos balcões de atendimento, para uso de cadeirantes;
 - Instalação de elementos faltantes no sanitário para complementação das adaptações necessárias para uso de PNE, a saber: barras junto ao lavatório, na face interna da porta, além de espelho, sifão flexível e torneira;
 - Instalação de piso tátil no acesso aos locais de trabalho e de atendimento público.
- Subseção Judiciária de Teresópolis, prédio alugado, compartilhado com particulares, com o seguinte escopo:
 - Instalação de apoios dobráveis junto aos balcões de atendimento, para uso de cadeirantes;
 - Instalação de piso tátil no interior para marcação de acessos;
 - Reforma para instalação de sanitário para uso de PNE;
- Subseção Judiciária de Resende, o imóvel é alugado, de uso exclusivo da SJRJ, com o seguinte escopo de serviços:
 - Implantação de nivelamento de piso no acesso ao prédio, até a porta principal;
 - Implantação de piso tátil no térreo – direcional e de alerta, visando o acesso de deficientes visuais da porta de entrada, junto à porta até a escada e balcão de atendimento, além de apenas de alerta, no acesso às escadas;
 - Instalação de apoios dobráveis junto aos balcões de atendimento, para uso de cadeirantes;
- Subseção Judiciária de Barra do Piraí, imóvel alugado onde foi instalado elevador às expensas da proprietária, está previsto o seguinte escopo de serviços:
 - Instalação de espelho e sifão flexível no lavatório do sanitário de PNE para complementação das adaptações necessárias, incluindo deslocamento de acessórios;
 - Instalação de apoios dobráveis junto aos balcões de atendimento, para uso de cadeirantes;
 - Colocação de piso tátil, direcional e de alerta;
 - Complementação da instalação de corrimão na escada;

- Subseção Judiciária de Angra dos Reis, prédio alugado, de uso compartilhado com particulares, com o seguinte escopo de serviços previstos:
 - Implantação de piso tátil no térreo – direcional e de alerta, visando o acesso de deficientes visuais da porta de entrada, junto à porta até a escada e balcão de atendimento, além de apenas de alerta, no acesso às escadas;
 - Instalação de apoios dobráveis junto aos balcões de atendimento, para uso de cadeirantes;
 - Reforma de sanitário visando sua adequação ao uso de PNE;

- **Seção Judiciária do Espírito Santo – SJES**

O conjunto de atividades voltadas para edificações contribuiu para facilitar o acesso de qualquer pessoa aos edifícios da Justiça Federal do Espírito Santo, além de criar melhores condições de trabalho para servidores e funcionários de empresas terceirizadas. Nesse sentido, todos os usuários dos edifícios receberam melhores condições de exercer seus direitos de cidadania. Esse indicador mostra o quanto os prédios estão de acordo com as normas de acessibilidade. Em 2015 o indicador passou de 97% para 98% com o novo prédio de Linhares.

4.6.2 Biblioteca do Tribunal Regional Federal da 2ª Região - TRF2

O TRF2 tem empenhado esforços para que os recursos informacionais, espaciais, tecnológicos e humanos da Biblioteca do TRF2 venham atender plenamente os preceitos da Lei 10.098/2000 e do Decreto 5.296/2004, bem como da Recomendação nº 27, de 16/12/2009, do Conselho Nacional de Justiça-CNJ, desenvolvendo as seguintes ações:

- ✓ Recursos Humanos: O quadro de pessoal da Biblioteca conta com estagiários de segundo grau e terceiro grau com deficiências variadas. Esta experiência tem sido muito importante para avaliarmos e desenvolvermos o projeto de Biblioteca Acessível com olhar do próprio usuário com deficiência. Desta forma, conseguimos investir em tecnologias que realmente vão ter usabilidade, otimizando assim os recursos financeiros.
- ✓ Capacitação: A equipe da Biblioteca tem participado de treinamentos específicos para o atendimento à pessoa com deficiência em Bibliotecas, curso de Libras, Projeto Ir e Vir, Programa de inclusão para pessoas com deficiência e Seminários sobre o tema. A unidade conta também com o apoio de especialistas em acessibilidade que apoiam e orientam as atividades a serem desenvolvidas em prol de uma biblioteca acessível.
- ✓ Tecnologia Assistiva: A Biblioteca possui um parque tecnológico dotado de computadores com monitores de 22 polegadas, teclados ampliados e *softwares* leitores de tela, como o *Jaws*, *Dosvox*, *Nvda* e *windoseyes* e linhas braille. Além disso, possui impressora Braille, fusora de alto relevo, leitores eletrônicos para pessoas com deficiência física e deficiência visual.
- ✓ Acervo Bibliográfico: o acervo bibliográfico especializado em Direito (50.000 itens) está disponível para usuários com vários tipos de deficiências por meio de leitores eletrônicos de voz, mecânicos e ampliadores de imagem. No caso dos leitores eletrônicos de voz, como o “Poet”, o usuário pode gravar o conteúdo do livro em *pen drive*. Encontra-se também disponível um acervo de direito em áudio-livro e bases de dados acessíveis, isto é, o conteúdo digital é acessado por intermédio dos leitores de tela. O conteúdo da Biblioteca Digital do TRF2 é tratado por meio de OCR (reconhecimento óptico de caracteres) para que se torne pesquisável e acessível para os usuários com deficiência visual.

- ✓ Espaços Físicos e móveis: as dependências da Biblioteca foram adaptadas para atender a norma de acessibilidade NBR9050, de modo a adequar um espaço na Biblioteca para comportar os equipamentos e promover a mobilidade dos usuários com deficiência, com a instalação de um balcão acessível com área livre para a manobra de cadeira de rodas, colocação de piso tátil e banheiros acessíveis.
- ✓ Parcerias: desde o início do projeto da Biblioteca Acessível, a unidade tem contato com a parceria da equipe do Senado Federal - SF, da ONG-Acessibilidade Brasil, do Instituto Nacional de Tecnologia-INT, da Biblioteca Nacional-BN, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª-Região-TRT1, do Instituto Benjamin Constant-IBC, Universidades, Fundação Nora Dowil e Empresa Incluir Soluções de Acessibilidade.
- ✓ Comunicação: A Biblioteca tem recebido visitas de escolas especializadas, como o IBC – Instituto Benjamin Constant, e Universidades, como a Escola Superior de Desenho Industrial, da UERJ, interessados nos recursos acessíveis da Biblioteca.

Dando continuidade a Recomendações 27 e 48 do CNJ e recentemente a Lei nº 13.146, de 6/7/2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência, em relação as ações de acessibilidade:

Em 2015, a Biblioteca do *TRF2* recebeu a visita da Prof^ª. Sandra Filgueiras, Bibliotecária da Universidade Federal Fluminense e aluna de mestrado em Diversidade e Inclusão, da mesma Instituição. O contato foi feito a partir do interesse da mesma pela Biblioteca Acessível. Sua linha de pesquisa no mestrado envolve a “produção de materiais e novas tecnologias”, a partir do desenvolvimento de uma pesquisa sobre acessibilidade e inclusão dos usuários com deficiência em Bibliotecas Universitárias Públicas. Sua visita foi feita com o intuito de observar nossas “boas práticas” desenvolvidas, principalmente nos aspectos ligados ao atendimento aos usuários com deficiência, aos equipamentos de tecnologia utilizados, aos *softwares*, à capacitação de pessoal e à atuação dos Bibliotecários de referência.

Cabe ressaltar, a Biblioteca do TRF2 tem sido referência para diversos cursos superiores quanto aos quesitos de espaço físico, atendimento e equipamentos acessíveis.

Tivemos, em 2015, em nosso quadro de estagiários, três estagiários com deficiência visual e auditiva, um de segundo grau e dois de nível superior: administração e direito.

4.6.3 Atendimento via Web

O desenvolvimento dos *sites* da JF2 tem por norte as diretrizes e recomendações do Modelo de Acessibilidade do Governo Eletrônico (e-MAG). Cumpre ressaltar a adoção de outras medidas que também corroboram para a acessibilidade do *site* em seu sentido mais amplo, tais como sua adequação aos dispositivos móveis e construção visando melhor posicionamento nos motores de busca.

4.6.4 Atendimento ao Cidadão

No tocante ao atendimento presencial, os terminais de consulta localizados no andar térreo do TRF2 possui anatomia que permite ao cadeirante, sem auxílio de terceiros, acessar os terminais de autoatendimento de consulta processual.

Adite-se a existência de dois servidores da *Central de Atendimento ao Cidadão* que fizeram curso de Libras – Linguagem Brasileira de Sinais, que podem auxiliar a pessoa que requeira atendimento especial.

5 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

As Unidades Gestoras - UGs da JF2 estão adotando os critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, que tratam, respectivamente, de Depreciação, Amortização e Exaustão, e de Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, exceto quanto à amortização de bens intangíveis. Cabe destacar que estão sendo adotadas medidas que visam implementar (SJES/SJRJ) e/ou aperfeiçoar (TRF2) a referida rotina no âmbito da JF2.

As Disponibilidades, os Direitos e as Obrigações são avaliados pelo valor original. As obrigações que trazem em seu bojo regras específicas de atualização monetária, tais como precatórios e passivos de pessoal, são ajustadas a valor presente.

Os materiais de almoxarifado são mensurados com base no valor de aquisição e o método de custeio das saídas de estoque é o custo médio ponderado. Quanto aos Investimentos e ao Diferido, não existem saldos registrados.

O Ativo Imobilizado é mensurado pelo valor de aquisição e depreciado durante o período de sua vida útil, pelo método de quotas constantes ou linear. No âmbito da JF2, foi adotada a tabela indicada no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, item 27, para definição do tempo de vida útil e do valor residual.

As taxas de depreciação adotadas são as seguintes:

Quadro nº 31 - Taxas de Depreciação Adotadas

Conta	Título	Vida útil (anos)	Taxa anual	Valor residual
142120400	Aparelhos de medição e orientação	15	6,67%	10%
142120600	Aparelhos e equip. de comunicação	10	10%	20%
142120800	Apar. equip.e utens.med.odont.labor.hosp.	15	6,67%	20%
142121200	Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%	10%
142121400	Armamentos	20	5%	15%
142121800	Coleções e materiais bibliográficos	10	10%	0%
142122400	Equip. de proteção segurança e socorro	10	10%	10%
142123000	Máquinas e equipamentos energéticos	10	10%	10%
142123200	Máquinas e equipamentos gráficos	15	6,67%	10%
142123300	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10%	10%
142123400	Máquinas, utensílios e equip. diversos	10	10%	10%
142123500	Equipamentos de processamento de dados	5	20%	10%
142123600	Máquinas, instalações e utens. de escritório	10	10%	10%
142123800	Máquinas, ferramentas e utens. de oficina	10	10%	10%
142124200	Mobiliário em geral	10	10%	10%
142124400	Obras de arte e peças para exposição	-	-	-
142124800	Veículos diversos	15	6,67%	10%
142125100	Peças não incorporáveis a imóveis	10	10%	10%
142125200	Veículos de tração mecânica	15	6,67%	10%
142125700	Acessórios para automóveis	5	20%	10%

Fonte: Manual SIAFI

A depreciação dos bens móveis foi implantada, inicialmente, para os bens adquiridos a partir do exercício de 2010, conforme orientação do Manual SIAFI.

Após ajustes realizados nos sistemas informatizados e adequação da base monetária dos bens adquiridos antes de 2010, a partir do exercício financeiro de 2014, foi possível realizar o registro da depreciação em todos os bens móveis que estão sujeitos à mesma.

No que tange à amortização do ativo intangível, em sua quase totalidade composta de *softwares*, será necessário, primeiramente, que sejam inseridos no sistema de controle patrimonial, e que seja definida a metodologia de cálculo. Para alcançar esse objetivo, as unidades estão se mobilizando, inclusive, por meio da formação de grupos de trabalho.

Ressalte-se que a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional-STN nº 439, de 12/7/2012 estabeleceu como prazo limite para a realização de tal procedimento o exercício financeiro de 2014, conforme item VIII do cronograma constante do Anexo I da citada Portaria. Estabeleceu, ainda, quanto aos prazos do Anexo I, que eles se referem ao início dos procedimentos, os quais exigem um contínuo aperfeiçoamento para otimização da informação contábil.

No exercício de 2015, foi registrada depreciação de bens móveis no valor total de R\$ 14.831.113,70, conforme demonstrativo abaixo:

Quadro nº 32 - Depreciação de Bens Móveis

Justiça Federal da 2ª Região /2015	Início do exercício	Final do exercício
Bens Móveis	110.966.645,02	120.037.700,34
Depreciação Acumulada	(35.383.093,82)	(50.214.207,52)
Valor Líquido Contábil	75.583.551,20	69.823.492,82

Fonte: SIAFI

Quanto à depreciação dos bens imóveis, cabe lembrar que, no final do exercício de 2014, a Coordenação-Geral de Contabilidade/Secretaria do Tesouro Nacional-CCONT/STN deu início ao registro contábil da depreciação com base nos dados que constam do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet, por intermédio de Notas de Lançamentos emitidas pela própria CCONT/STN.

Cabe registrar que os dados dos imóveis da JF2 são periodicamente revisados no SPIUnet, a fim de que os valores se aproximem aos praticados no mercado, nos termos do Manual do SIAFI, macrofunção 02.11.07.

O valor líquido total, relativo à depreciação de bens imóveis, registrado durante o exercício de 2015, no âmbito da JF2, foi de R\$ 36.711,02, conforme quadro abaixo:

Quadro nº 33 - Depreciação de Bens Imóveis

Justiça Federal da 2ª Região /2015	Início do exercício	Final do exercício
Bens Imóveis	440.483.742,01	489.028.310,45
Depreciação Acumulada	(59.518,40)	(96.229,42)
Valor Líquido Contábil	440.424.223,61	488.932.081,03

Fonte: SIAFI

Local	Rio de Janeiro	Data	16/2/2016
Contadora Responsável UGs 090028/090034 / 090048 / 090054	Maria Elizabethe dos Santos Tavares Fontes	CRC nº	078849/O-9-RJ
Contador Responsável UG 090016	Marcelo Corrêa da Silva	CRC nº	084027/O-3-RJ
Contador Responsável UG 090014	Márcio Jerry Marchesi Reis	CRC nº	014586/O-ES

5.2 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Justiça Federal da 2ª Região

Em atendimento ao art. 50, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 4/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF, que obriga a Administração Pública a manter sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, foi criado o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal-SIC, estruturado na forma de um subsistema organizacional da administração pública federal brasileira e vinculado ao Sistema de Contabilidade Federal, que se encontra sob a gestão da Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União, da Secretaria do Tesouro Nacional.

A Portaria STN nº 157, de 9/3/2011, que dispõe sobre a criação do Sistema de Custos do Governo Federal, em seu art. 3º, define que integram o referido sistema:

- I) a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, como órgão central; e
- II) os órgãos setoriais.

Da mesma forma, a citada Portaria faculta às unidades de gestão interna do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público da União integrar o Sistema de Custos do Governo Federal, como órgãos setoriais.

No que se refere ao Poder Judiciário, não houve adesão ao Sistema de Informações de Custos – SIC, até o presente momento.

As Unidades Gestoras - UGs da JF2, ainda, não têm, em sua estrutura organizacional, uma subunidade responsável pela apuração de custos.

5.3. Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

Os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário-BO, Financeiro-BF e Patrimonial-BP e Demonstrações das Variações Patrimoniais-DVP e do Fluxo de Caixa-DFC e das Mutações do Patrimônio Líquido-DMPL), regidos pela Lei nº 4.320/1964, relativos ao exercício financeiro de 2015, das Unidades Gestoras 090014, 090016, 090028, 090034, 090048 e 090054, que compõem a Justiça Federal da 2ª Região, estão apresentadas como anexo ao Relatório de Gestão, de forma individualizada. Cabe destacar que a Demonstração do Resultado Econômico não está disponibilizada no SIAFI. Ressalvamos, da mesma forma, que a coluna relativa ao exercício anterior (2014) de algumas demonstrações (BF, DFC e DVP) encontra-se com seus respectivos saldos zerados em virtude de problemas operacionais ocorridos no SIAFI.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Informações gerais

As demonstrações contábeis das UGs da JF2 [090014, 090016, 090028, 090048; 090034 e 090054] foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e são compostas pelo Balanço Patrimonial-BP, Demonstrações das Variações Patrimoniais–DVP; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido-DMPL; Balanço Orçamentário-BO, Balanço Financeiro-BF e do Fluxo de Caixa-DFC, elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/1986, Lei Complementar nº 101/2000, disposições do Conselho Federal de Contabilidade – CFC em cumprimentos aos Princípios de Contabilidade, MCASP, Manual SIAFI e NBCASP/NBC – T 16.

Políticas contábeis significativas

A partir de 1º/1/2015, ocorreram alterações significativas em várias rotinas e procedimentos contábeis da União em virtude da implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, em especial quanto ao reconhecimento de obrigações por competência.

No decorrer do exercício financeiro de 2015, foram iniciadas pelas UGs da JF2 ações visando adequação dos procedimentos administrativos às novas rotinas contábeis. Algumas dessas ações encontram-se em andamento, com previsão para implementação durante o exercício financeiro de 2016, como, por exemplo, reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, cuja rotina, prevista na macrofunção do Manual Siafi 021140, foi alterada em 28/12/2015, motivo pelo qual será necessário a realização de ajustes em 2016, em especial no que tange aos valores registrados em contas de passivo relativos aos “Quintos”, por se tratarem de passivos contingentes. O impacto do referido ajuste será de R\$ 120.242.305,11, o que representará uma redução de 75% do Passivo Circulante existente em 31/12/2015, como segue:

Quadro nº 34 - Ajuste referente a “Quintos” – Impacto para os próximos exercícios financeiros

Justiça Federal da 2ª Região /2015	R\$	%
PASSIVO CIRCULANTE	161.252.962,49	
Ajuste (-)	120.242.305,11	75%
PASSIVO CIRCULANTE (após ajuste)	41.010.657,38	25%

Fonte: Coordenadoria de Gestão Contábil - COGEC/SG

No que tange ao procedimento contábil relativo ao reconhecimento de passivos, até o exercício financeiro de 2014, havia a previsão de contas contábeis específicas. Entretanto, a partir de janeiro de 2015, com a implantação do PCASP, tais contas deixaram de existir e todas as obrigações passaram a ser agregadas nas mesmas contas de passivo, sendo o diferencial o Indicador de Superávit Financeiro – ISF [os passivos sem crédito orçamentário são indicados através do ISF “P” (permanente)], informação disponível apenas a nível de conta corrente.

Em 31/12/2015, o valor registrado referente ao reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos no âmbito da JF2 apresentava a seguinte composição:

Quadro nº 35 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Justiça Federal da 2ª Região /2015	Início do exercício	Final do exercício
Salários, remunerações e benefícios	169.033.267,16	129.609.357,76
Outros encargos sociais	26.791.578,84	24.990.922,55
Inss-contrib. s/serviços de terceiros – intra	-	158.471,07
Contas a pagar credores nacionais	167.209.058,89	792.355,34
Provisão p/requisição de pequeno valor - RPV	-	116.179.846,21
Total	363.033.904,89	271.730.952,93

Fonte: SIAFI

As informações relativas ao tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, bem como sobre a sistemática de apuração de custos no âmbito da JF2, constam dos itens 5.1 e 5.2, respectivamente.

Outras informações relevantes

No final do exercício de 2015, os valores relativos ao reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos e recursos foram revistos, motivo pelo qual foram realizados lançamentos de ajustes.

Entretanto, no caso específico dos valores relativos a “Outros encargos sociais” (UG 090028), cujo montante, em 31/12/2015, é de R\$10.381.866,19, deveria ter sido ajustado para R\$2.959.590,25. Tal ajuste não foi possível em virtude de problemas operacionais ocorridos no SIAFI. O registro foi realizado no início do exercício financeiro de 2016.

Local	Rio de Janeiro	Data	15/2/2016
Contadora Responsável UGs 090028/ 090034 / 090048 / 090054	Maria Elizabeth dos Santos Tavares Fontes	CRC nº	078849/O-9-RJ
Contador Responsável UG 090016	Marcelo Corrêa da Silva	CRC nº	084027/O-3-RJ
Contador Responsável UG 090014	Márcio Jerry Marchesi Reis	CRC nº	014586/O-ES

6 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 Gestão de Pessoas

6.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

6.1.1.1 Força de Trabalho

Quadro nº36 - Força de Trabalho da JF2

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	4957	4943	337	299
1.1. Membros de poder e agentes políticos	355	295	36	15
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	4602	4648	301	284
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	4602	4386	281	262
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	12	2	2
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	250	18	20
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	Não há	Não há	Não há
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	39	8	6
4. Total de Servidores (1+2+3)	4957	4982	345	305

Fonte: Unidades de Gestão de Pessoas da Justiça Federal da 2ª Região- JF2

6.1.1.2 Distribuição da Lotação Efetiva

Quadro nº 37 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	1172	3476
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2 + 1.1.3 + 1.1.4 + 1.1.5)	1172	3476
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1099	3246
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	6	11
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	67	219
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	Não há
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	3	36
4. Total de Servidores (1+2+3)	1175	3512

Fonte: Unidades de Gestão de Pessoas da JF2

6.1.1.3 Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

Quadro nº38 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da JF2

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	332	331	128	123
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	332	331	128	123
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	283	110	105
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	9	1	3
1.2.4. Sem Vínculo	-	38	16	15
1.2.5. Aposentados	-	1	1	0
2. Funções Gratificadas	2858	2763	1387	1289
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	2577	1292	1219
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	186	93	70
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	3190	3094	1515	1412

Fonte: Unidades de Gestão de Pessoas da JF2

6.1.1.4 Análise Crítica

A quantidade prevista de cargos efetivos para os Quadros de Pessoal da Justiça Federal da 2ª Região -JF2 encontra-se insuficiente, uma vez que não atende plenamente às necessidades desta Região. Houve criação de unidades sem a correspondente previsão de cargos efetivos, como ocorreu com a Lei nº 12.665/2012, que ampliou a quantidade de Turmas Recursais, ou outras leis que criaram unidades judiciárias sem contemplar a quantidade necessária de cargos para atendimento da área administrativa, como é o caso da Lei nº 12.011/2009. Essa situação, associada ao aumento das demandas de serviço, ao longo dos anos, vem demonstrando que o Quadro de Pessoal disponível passou a não atender às necessidades de lotação dos Órgãos da JF2.

O TRF2 encaminhou solicitação ao Conselho da Justiça Federal - CJF, para fins de estudos, com vistas à elaboração de projeto de lei para criação de cargos efetivos, conforme Ofícios nº T2-OFI-2010/00620, de 21/01/2010, e nº TRF2-OFI-2014/14702, de 05/08/2014.

No ano de 2015, buscando mitigar a deficiência do quantitativo de servidores e otimizar os serviços, foram unificadas algumas áreas administrativas do 1º Grau com o 2º Grau, sendo expedidas as Resoluções nº TRF2-RSP-2015/0008, que unificou as áreas de folha de pagamento do TRF2 e da SJRJ e as áreas de aposentadorias e pensões do TRF2, da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - SJRJ e da Seção Judiciária do Espírito Santo - SJES; e nº TRF2-RSP-2015/00016, que unificou as unidades de Tecnologia da Informação do TRF2 e da SJRJ.

Por outro lado, observamos que, no ano de 2015, houve um aumento no quantitativo de aposentadorias voluntárias de servidores que já haviam implementado tempo e idade para esse benefício. Apesar de ainda não ter sido muito significativa a quantidade total de aposentadorias concedidas (1,90%, comparando-se com a força de trabalho), constatamos que o percentual vem aumentando nos últimos anos (em 2014, foi apurado 1,37% da força de trabalho), tendo em vista o envelhecimento ou adoecimento da força de trabalho, o que demanda mais atenção da área de Gestão de Pessoas da JF2, a fim de preparar os gestores para a substituição dessa força de trabalho, em que pese a importância da renovação dos Quadros de Pessoal.

Outras situações também diminuem a força de trabalho dos Órgãos. No ano de 2015, apuramos a saída de 157 servidores da JF2 por motivo de cessão, remoção, exercício provisório para acompanhamento do cônjuge e de licenças sem vencimentos, correspondendo a 3,35% da força de trabalho.

6.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro nº 39 - Custos de Pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	101.528.116,98	289.084,21	11.117.873,23	5.062.615,35	6.165.938,85	2.080.402,43	-	11.006.167,42	15.450.378,66	152.700.577,13
	2014	83.698.766,55	272.038,74	7.270.911,59	3.979.416,06	5.086.653,95	1.319.165,79	-	6.243.919,15	4.625.411,74	112.496.283,57
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	546.859.719,96	84.961.225,41	70.570.031,04	39.909.797,42	60.212.765,28	22.996.555,06	-	2.028.827,74	2.538.305,89	830.077.227,80
	2014	490.544.217,37	83.620.390,95	64.564.505,10	37.254.402,45	54.390.909,28	14.641.031,74	-	22.146.226,23	2.149.687,25	769.311.370,37
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	-	2.589.053,48	225.097,11	80.658,19	1.587.080,74	17.807,48	-	7.228,01	576,2	4.507.501,21
	2014	-	2.192.859,49	246.105,17	54.058,83	1.300.994,77	13.035,91	-	3.237,54	-	3.810.291,71
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública(exceto temporários)											
Exercícios	2015	3.347.388,50	1.233.856,99	150.273,24	468.035,75	188.474,60	21.342,38	-	2.901,05	9.977,04	5.422.249,55
	2014	-	3.768.368,13	316.539,65	81.262,28	482.043,75	41.592,69	-	4.536,87	-	4.694.343,37
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	17.016.825,65	40.319,14	1.479.066,84	968.547,07	1.526.880,91	450.487,19	-	10.926,14	28.407,50	21.521.460,44
	2014	13.847.843,97	22.370,40	1.798.389,57	923.370,62	1.307.125,47	262.695,82	-	646.869,26	35.395,94	18.844.061,05
Servidores com contratotemporário											
Exercícios	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Unidades de Gestão de Pessoas da JF2

6.1.3 Gestão de Riscos Relacionados a Pessoal

No ano de 2015, registramos a ocorrência de 49 vacâncias de cargos efetivos de servidores da JF2 decorrentes de exonerações (11 casos) e por motivo de posse em outros cargos públicos inacumuláveis (38 casos). Foram tornadas sem efeito 121 nomeações (em 2014, foram 81 nomeações), ante o não interesse dos candidatos nomeados em tomar posse. A validade do concurso expira no ano de 2016.

O excelente preparo dos candidatos que são aprovados no concorrido concurso promovido pelo TRF2 (no último certame foram 118.322 inscritos) e a baixa remuneração dos servidores do Poder Judiciário da União, se comparada com a do Poder Legislativo e com diversos Órgãos do Poder Executivo Federal e dos Estados, tem levado os servidores a procurarem outros concursos públicos, com vistas à melhoria salarial, ante a ausência de perspectiva de uma carreira e de uma boa remuneração do cargo efetivo, o que acarreta o constante surgimento de lacunas de lotação, trazendo dificuldades às áreas de gestão de pessoas para promover uma pronta reposição das vagas surgidas.

Outra dificuldade enfrentada pela área de gestão de pessoas é o atendimento às demandas apresentadas por determinadas unidades que reivindicam perfis específicos para o desempenho das atividades, os quais não correspondem exatamente aos cargos com especialidades já existentes na Justiça Federal, o que sinaliza a necessidade de uma adequação dos atuais cargos existentes.

A impossibilidade de transformação de cargos de áreas diversas, conforme decidido pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 2105/2012/Plenário/TCU), dificulta ou impede ajustes porque os cargos com especialidade são em menor quantidade.

A proposta encaminhada ao CJF, com vistas a estudos para elaboração de projeto de lei para criação de cargos para a área meio, visa atender a essas demandas.

6.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

6.1.4.1 Contratação de Pessoal de Apoio

Quadro nº 40 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene, Vigilância Ostensiva e Demais Contratos de Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante							
Nome: Tribunal Regional Federal da 2ª Região							
UG: 090028 / 32.243.347/0001-51							
Informações sobre os Contratos							
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido para determinadas categorias de trabalhadores constantes dos contratos		Sit.
			Início	Fim	Nível de Escolaridade	Quantidade	
2010	Manutenção de bens imóveis	02.566.106/0001-82	19/1/2010	18/1/2016	Ensino Superior	1	P
2011	Manutenção de bens imóveis	00.277.106/0001-37	27/4/2011	26/4/2016			P
2011	Serviços gráficos	00.277.106/0001-37	22/10/2011	23/10/2016	Ensino Superior	3	P
2011	Manutenção de bens móveis	04.079.402/0001-84	23/11/2011	22/11/2016			P
2012	Limpeza e Higiene	00.277.106/0001-37	15/12/2013	14/12/2016			P
2012	Informática	59.057.992/0001-36	1º/2/2012	31/1/2016			P
2012	Manutenção de bens móveis	00.822.025/0001-70	12/11/2012	11/11/2016			P
2013	Limpeza e Higiene	40.282.584/0001-50	18/07/2013	17/7/2016			P
2013	Vigilância Ostensiva	40.170.029/0001-36	6/11/2013	5/3/2015			E
2013	Ascensorista	07.360.788/0001-96	6/9/2013	5/1/2015			E
2013	Montagem e desmontagem de exposições	04.856.692/0001-25	9/10/2013	8/10/2016			P
2013	Manutenção de bens imóveis	02.566.106/0001-82	11/11/2013	10/11/2016			P
2013	Manutenção de bens imóveis	39.128.525/0001-42	6/12/2013	5/12/2016	Ensino Fundamental	13	P
2013	Mão de obra de saúde bucal	07.360.788/0001-96	18/12/2013	17/12/2015			E
2014	Recepção	09.249.865/0001-60	19/3/2014	18/3/2015	Ensino Médio	0	E
2014	Informática	68.810.183/0001-44	24/5/2014	25/5/2017			A

2014	Design gráfico e <i>web design</i>	00.277.106/0001-37	14/5/2014	13/5/2016	Ensino Superior	5	P
2014	Informática	03.286.920/0001-06	5/8/2014	4/12/2015	Ensino Médio	22	E
2014	Manutenção de bens imóveis	39.128.525/0001-42	28/11/2014	27/3/2015	Ensino Médio	1	E
2015	Vigilância Ostensiva	03.007.660/0001-92	4/9/2015	3/9/2016			A
2015	Ascensorista	06.159.080/0001-09	6/1/2015	5/1/2016			A
2015	Recepção	15.145.687/0001-20	19/3/2015	18/3/2016			A
2015	Mão de obra de saúde bucal	19.700.759/0001-05	29/7/2015	28/7/2016			A
2015	Manutenção de bens imóveis	39.128.525/0001-42	27/10/2015	26/10/2016			A
2015	Manutenção de bens imóveis	11.033.129/0001-12	12/11/2015	11/11/2016			A

Unidade Contratante

Nome: Justiça Federal de 1º Grau no Rio de Janeiro

UG: 090016 / 05/424.540/0001-16

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido para determinadas categorias de trabalhadores constantes dos contratos		Sit.
			Início	Fim	Nível de Escolaridade	Quantidade	
2010	Vigilância Ostensiva	39.537.063/0001-17	1º/2/2010	31/5/2015	Ensino Fundamental	254	E
2010	Manutenção de bens imóveis	39.128.525/0001-42	14/11/2010	13/5/2015	Ensino Fundamental	1	E
2010	Atendente de consultório médico	10.565.981/0001-78	16/12/2010	15/3/2015	Ensino Médio	2	E
2011	Serviços de Áudio e Vídeo	00.822.025/0001-70	10/6/2011	9/6/2015			E
2011	Reprografia	32.086.043/0001-28	22/10/2011	22/10/2015			E
2011	Manutenção de elevadores	29.739.737/0054-14	3/10/2011	02/10/2016			P
2012	Informática	30.161.814/0001-79	22/6/2012	22/12/2015	Ensino Médio	39	E
2013	Recepção	12.423.368/0001-41	1º/2/2013	31/1/2017	Ensino Médio	3	P
2013	Manutenção de bens móveis	02.780.863/0001-54	1º/7/2013	30/6/2017	Ensino Médio	3	A
2013	Brigadistas	40.378.440/0001-00	4/6/2013	3/6/2016	Ensino Fundamental	42	P
2013	Manutenção das instalações	73.509.440/0001-42	1º/8/2013	30/9/2015	Ensino Médio	3	E

2013	Manutenção de bens imóveis	30.998.058/0001-37	22/07/2013	18/7/2017	Ensino Médio	3	P
2013	Manutenção de bens imóveis	05.531.749/0001-89	18/11/2013	17/5/2015			E
2014	Limpeza e Higiene	00.482.840/0001-38	6/8/2014	5/2/2017			A
2014	Telecomunicações	01.515.034/0001-81	19/2/2014	18/2/2016	Ensino Médio	6	A
2014	Manutenção de bens móveis	28.687.531/0001-13	1º/8/2014	10/11/2015			E
2014	Reprografia	17.153.725/0001-12	13/9/2014	12/9/2016			P
2015	Vigilância Ostensiva	39.537.063/0001-17	1º/6/2015	30/11/2017	Ensino Fundamental	318	A
2015	Reprografia	11.427.054/0001-54	5/11/2015	04/11/2016			A
2015	Digitalização e indexação de documentos	42.563.692/0001-26	11/12/2015	10/12/2016			A
2015	Manutenção de bens imóveis	03.729.363/0001-50	11/9/2015	10/9/2016			A
2015	Manutenção de bens imóveis	39.128.525/0001-42	18/5/2015	17/5/2017	Ensino Fundamental	30	A
2015	Manutenção de bens imóveis	16.099.194/0001-64	1º/10/2015	21/9/2017	Ensino Médio	3	A
2015	Áudio e vídeo	11.395.635/0001-51	25/8/2015	24/2/2018			A
2015	Mão de obra de saúde bucal	07.046.566/0001-01	19/5/2015	18/5/2016	Ensino Médio	2	P
Unidade Contratante							
Nome: Justiça Federal de 1º Grau no Espírito Santo							
UG: 090014 / 05.424.467/0001-82							
Informações sobre os Contratos							
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido para determinadas categorias de trabalhadores constantes dos contratos		Sit.
			Início	Fim	Nível de Escolaridade	Quantidade	
2009	Manutenção de bens móveis e Manutenção de bens imóveis	30.964.795/0001-19	31/3/2009	2/04/2015	Ensino Médio	15	E
2009	Informática	32.501.678/0001-44	9/12/2009	15/12/2015	Ensino Médio	19	E
2010	Limpeza e Higiene	00.482.840/0001-38	4/3/2010	5/3/2016	Ensino Médio	1	P
2010	Limpeza e Higiene	00.482.840/0001-38	4/3/2010	5/3/2016	Ensino Médio	1	P
2010	Limpeza e Higiene	00.482.840/0001-38	4/3/2010	5/3/2016	Ensino Médio	1	P
2010	Limpeza e Higiene	00.482.840/0001-38	4/3/2010	5/3/2016	Ensino Médio	1	P
2010	Mensageria	00.482.840/0001-38	26/2/2010	5/3/2016	Ensino Fundamental	10	P

2011	Limpeza e Higiene	00.482.840/0001-38	11/2/2011	5/3/2016	Ensino Médio	1	P
2012	Vigilância Ostensiva	07.400.941/0001-61	20/4/2012	20/04/2016			P
2012	Manutenção de ar condicionado	32.454.894/0001-86	23/2/2012	29/3/2015	Ensino Médio	03	P
2013	Limpeza e Higiene	36.006.690/0001-33	18/2/2013	18/06/2015	Ensino Fundamental	2	E
2013	Recepção	13.627.786/0001-13	2/5/2013	7/5/2016			P
2013	Jardinagem	30.694.795/0001-19	29/4/2013	2/5/2016			P
2015	Limpeza e Higiene	39.272.265/0001-84	18/5/2015	19/06/2016	Ensino Fundamental	2	A
2015	Limpeza e Higiene	00.482.840/0001-38	17/9/2015	2/11/2016	Ensino Médio	1	A
2015	Limpeza e Higiene	00.482.840/0001-38	17/9/2015	2/11/2016	Ensino Médio	1	A
2015	Limpeza e Higiene	00.482.840/0001-38	17/9/2015	2/11/2016	Ensino Médio	01	A
2015	Limpeza e Higiene	00.482.840/0001-38	17/9/2015	2/11/2016	Ensino Médio	01	A
2015	Limpeza e Higiene	00.482.840/0001-38	17/9/2015	2/11/2016	Ensino Médio	01	A
2015	Mensageira	00.482.840/0001-38	8/6/2015	8/6/2016	Ensino Fundamental	10	P
2015	Manutenção de bens móveis e Manutenção de bens imóveis	30.964.795/0001-19	30/3/2015	3/4/2016			A
2015	Informática	32.501.678/0001-44	16/12/2015	16/12/2016	Ensino Médio	19	A

LEGENDA

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Sistema Informatizado de Controle de Contratos – SCC (UG090028); Autos dos Processos de Execução Orçamentária e Financeira (UG090014 e UG 090016) e Sistema Integrado de Gestão Administrativa - SIGA

Nota: Só foram informados os campos "Nível de Escolaridade" e "Quantidade" relativos a contratos que contemplem essas exigências.

6.1.4.1.1 Análise Crítica

A crescente demanda de contratações visando à modernização das instalações do TRF2 e à implantação dos projetos estratégicos das demais Secretarias Administrativas e, ainda, as alterações significativas produzidas nos processos de trabalho da área de licitações e contratos, decorrentes da alteração de normas e, em especial, da expedição do Decreto nº 7.892/2013, Resolução nº 169/2013/CNJ c/c IN 01/2013/CJF e Resolução nº 279/2013/CJF que trata do Modelo de Contratação de Solução de Tecnologia da Informação da Justiça Federal - MCTI-JF causaram forte impacto na condução e gestão dos processos de contratação.

Após a unificação da área de Tecnologia da Informação da JF2, vários contratos estão sendo firmados com abrangência regional, visando não só à integração, mas também à interoperabilidade entre os diversos sistemas utilizados, o que propicia uma uniformização de critérios a serem observados antes mesmo da elaboração das especificações técnicas e exige, dos gestores de contratos, a observância às várias rotinas que antecedem à contratação, tais como a análise dos riscos e estudos sobre a viabilidade das contratações e aquisições.

Nos novos contratos de serviços do TRF2, também foram incluídos os requisitos de qualidade para que possam ser aferidas, durante o curso do contrato, as variáveis que possam interferir de alguma forma na perfeita execução do objeto.

6.1.4.2 Contratação de Estagiários

6.1.4.2.1 Política de Contratação de Estagiários

O programa de estágio na JF2 observa o disposto na Lei nº 11.788, de 2008 e a Resolução nº CF-RES-2012/00208, alterada pela de nº CJF-RES-2014/00315, ambas do Conselho da Justiça Federal.

A supervisão do programa de estágio nos Gabinetes do TRF2 e nas Varas Federais compete à Escola de Magistratura Regional Federal (EMARF). A área de Gestão de Pessoas é responsável pela supervisão do programa de estágio na área administrativa, nas unidades de apoio à área fim e nos Juizados Especiais Federais.

Os alunos são convocados por meio de ampla divulgação, feita por cartazes afixados nas instituições de ensino, nas páginas do TRF2, SJRJ e SJES, e de outros meios de divulgação.

Os estudantes selecionados para o estágio apresentam os documentos obrigatórios e firmam Termo de Compromisso, com a interveniência das instituições de ensino em que estão matriculados.

No ano de 2015, foram selecionados 569 estudantes para atuarem na área fim e 364 estudantes para a área meio.

Quadro nº 41 - Composição do Quadro de Estagiários

Exercício	Quantitativo de contratos de estagiários						Total geral	Despesa do Exercício (R\$)
	Nível de escolaridade							
	Nível Superior			Nível Médio				
	Área- Fim	Área- Meio	Total	Área Fim	Área meio	Total		
2014	805	161	966	45	201	246	1212	11.865.136,61
2015	860	157	1017	50	201	251	1268	13.301.341,17

Fonte: Unidades de Gestão de Pessoas da JF2 e Escola da Magistratura Regional Federal (EMARF)

6.1.5 Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

6.1.5.1 Qualificação da Força de Trabalho Segundo a Escolaridade

A força de trabalho dos Quadros de Pessoal da JF2, incluindo os requisitados, é composta de 4.687 servidores. Desses, 3.984 são graduados ou pós-graduados, o que representa 85,85% da força de trabalho. O percentual apurado demonstra a excelente qualificação dos servidores e o interesse no aprimoramento e desenvolvimento de seus conhecimentos.

Desse total de graduados, 2.801 servidores possuem formação em Direito, área do conhecimento imprescindível para o desempenho, em especial, das atividades da área fim, ou seja, 58,75% da força de trabalho. Em 2014, esse percentual era de 58,08%.

Em 2015, 46 servidores da JF2 foram contemplados no Programa de Concessão de Bolsas de Pós-Graduação. Desse quantitativo, 13 foram no TRF2 (6 para a área judiciária e 7 para a área administrativa), 25 na SJRJ (16 para área judiciária e 9 para a área administrativa), e 8 na SJES (6 para área judiciária e 2 para área administrativa).

Quadro nº 42 - Nível de Escolaridade da Força de Trabalho

Nível de Escolaridade	Quantidade
Até médio incompleto	37
Nível médio	666
Nível superior	1341
Especialização	2546
Mestrado	84
Doutorado	13
Total	4687

Fonte: Unidades de Gestão de Pessoas da JF2

6.1.5.2 Qualificação da Força de Trabalho Segundo a Faixa Etária

Quadro nº 43 - Faixa Etária da Força de Trabalho

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária			
	Até 35 anos	De 36 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
Total	902	2425	1165	195

Fonte: Unidades de Gestão de Pessoas da JF2

A faixa etária da força de trabalho da JF2 é composta, em termos percentuais, da seguinte forma: a) 19% - até 35 anos; b) 52% - de 36 a 50 anos; c) 25% - de 51 e 60 anos; d) 4% - acima de 60 anos.

Verifica-se que 71% dos servidores estão na faixa etária abaixo de 50 anos, sendo que a maioria (52%) está entre 36 e 50 anos.

Em estudo realizado, no ano de 2015, somente no TRF2, apuramos que 580 servidores do Quadro de Pessoal do TRF2 irão completar os requisitos para aposentadoria até o ano de 2024, o que totaliza 52% do respectivo Quadro de Pessoal (1116 cargos efetivos).

6.1.5.3 Política de Capacitação e Treinamento de Pessoal

A Programação de Capacitação e Desenvolvimento de cada órgão da JF2 é aprovada anualmente. O processo de elaboração dessa Programação inicia-se com o Levantamento das Necessidades de Capacitação e Desenvolvimento (LNC/LND) e/ou reuniões com os gestores para a definição e priorização das ações, o que contribuiu para atender, de forma equânime, as principais prioridades das unidades e garantir a participação efetiva dos servidores, dentro da disponibilidade orçamentária.

No ano de 2015, foram desenvolvidos projetos e ações em diversas áreas, em conformidade com as demandas diagnosticadas no LNC/LND.

As áreas de capacitação e desenvolvimento da JF2 implementaram o *Banco de Colaboradores da Justiça Federal da 2ª Região*, composto por magistrados e servidores, com o intuito de disseminar os conhecimentos por aqueles já integrantes das realidades dos Órgãos, aprimorando o ensino e reconhecendo os talentos da Região. Destacamos, ainda, a economicidade da medida.

As ações desenvolvidas observaram a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Judiciário, instituída pela Resolução nº 192/2014, do CNJ, que visa a ampliar a disseminação de conhecimentos técnicos e a estimular o autodesenvolvimento e a participação contínua dos servidores em ações de educação.

Quadro nº 44 - Ações Educacionais Internas

Área	Programação Anual Aprovada (quantidade de ações)	Programação Anual Executada (quantidade de ações)
Administrativa (Gestão de Pessoas, documentação, Orçamento, segurança, etc.)	131	142
Gerencial	87	68
Informática	90	64
Jurídica	93	138
Comportamental	6	17
TOTAL	407	429

Fonte: Unidades de Gestão de Pessoas da JF2

Foram capacitados 3.350 servidores (computados uma única vez) em cursos presenciais, a distância e semipresenciais, com ou sem ônus. Considerando o total de participações em todas as ações educacionais (computados mais de uma vez), foram contabilizados 6845 servidores capacitados.

No ano de 2015, foi aprimorado o programa de capacitação regionalizado, permitindo aos servidores, independentemente de sua vinculação funcional (TRF, SJRJ e SJES), o acesso a todos os cursos previstos no *Programa Anual de Capacitação e Desenvolvimento da 2ª Região*, que foi disponibilizado no “Portal da Educação Corporativa”.

Dentre as ações de treinamento, alguns cursos merecem destaque, tais como: o Programa de Capacitação do Novo CPC, realizado na forma semipresencial, e a palestra “Educação e Justiça: conciliar é educar?”, ambos promovidos pela SJRJ.

Outro evento de destaque foi a palestra “Gestão Pública” que contemplou presencialmente o público sediado no Rio de Janeiro e por videoconferência os servidores da SJES.

Também atento às mudanças do Código de Processo Civil, o TRF2 ofereceu o *Seminário Jurídico: o novo CPC*, que abordou os temas: “Direito Intertemporal e Normas Fundamentais”, “Competências e Sujeitos Processuais”, “Atos Processuais”, “Procedimentos Especiais e Procedimento Comum”, “Recursos” e “Tutela Executiva e Tutela Provisória” e, ainda, promoveu o curso “Recursos, Incidentes e Ações Originárias nos Tribunais pelo NCPC”. Ainda na área jurídica, o destaque é a palestra “Educação e Justiça: reflexão sobre a ética”.

Na área administrativa, o TRF2 desenvolveu diversas palestras e cursos, entre eles: “Contratações de Tecnologia da Informação de Acordo com a Resolução CJF-RSP-2013/00182” e “Revisão, Reajuste e Repactuação dos Contratos Administrativos”. Em Segurança da Informação, foram realizados os cursos “Identificação de Requisitos para Contratação e Desenvolvimento de Sistema de Informação” e “Conscientização em Segurança da Informação: Desafios na Rotina Digital”.

Dando continuidade ao Programa de Desenvolvimento Gerencial, em 2015, foram capacitados 867 servidores investidos em cargos gerenciais (computados uma única vez). Nas ações de natureza gerencial o destaque são os cursos “Desenvolvimento de Lideranças” e “Os desafios da Supervisão: enfrentamento dos problemas e humanização das relações”, realizados no TRF2. Na SJRJ, além dos cursos no formato tradicional em sala de aula, com turmas subdivididas de acordo com a função, a localidade e a área, o Programa contempla ações de desenvolvimento em outros formatos: o “Desenvolvimento de Equipes”, que é uma ação realizada especificamente para unidades de trabalho selecionadas, incluindo todos os servidores e gerentes da unidade, no próprio local de trabalho, e o “Intercâmbio de Práticas Gerenciais”, que é uma atividade que promove a integração das unidades entre si por meio de visitas e relatos compartilhados no Portal de Educação à Distância.

Houve também ampliação de cursos oferecidos na modalidade à distância, possibilitando mais participação dos servidores que trabalham em unidades descentralizadas (Subseções Judiciárias). Nessa modalidade de ensino, foram capacitados 827 servidores (computados mais de uma vez ao ano).

As ações de aperfeiçoamento da magistratura federal da 2ª Região, a cargo da Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região - EMARF, estão pautadas numa formação ética e humanística, segundo os preceitos da nova gestão da Administração Pública, sempre buscando o alinhamento das suas estratégias acadêmicas às orientações oriundas da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM.

Em 2015, foram realizados 40 cursos de aperfeiçoamento e 357 magistrados federais foram capacitados (com repetição). Os cursos que contribuíram diretamente com macrodesafios da Justiça Federal foram:

Quadro nº 45 - Macrodesafios e Alinhamento Estratégico

Macrodesafios	Cursos realizados em 2015
<i>Garantia dos Direitos de Cidadania</i>	Políticas Públicas de Saúde no Brasil e o Modo de Produção do Cuidado e Democracia e Judicialização da Saúde
<i>Adoção de Soluções Alternativas de Conflito</i>	Formação de Conciliadores
<i>Gestão das Demandas Repetitivas e dos Grandes Litigantes</i>	Novo Código de Processo Civil
<i>Impulso às Execuções Fiscais e Cíveis</i>	Execução Fiscal na Justiça Federal: os desafios para o acesso à Justiça Federal
<i>Melhoria da Gestão de Pessoas</i>	A Depressão no Ambiente de Trabalho: prevenção e gerenciamento
<i>Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa</i>	Ética e Judiciário

Fonte: EMARF

Para fins de melhor controle e monitoramento de gestão da EMARF, sempre que possível, tem sido incentivada a capacitação de seus profissionais, com vistas a uma melhor especialização e segurança na prática laboral, divulgando e colocando, à disposição, as informações sobre cursos que contribuam com a atividade profissional dos servidores.

Em sua atuação interinstitucional, tem se esforçado para melhorar os vínculos entre esta Corte e outras instituições, que possam colaborar para a formação mais ampla dos magistrados que atuam na JF2, por meio da realização de convênios.

A EMARF também é responsável pela contratação de estagiários de Direito e pela publicação de revistas especializadas sobre os diversos ramos do Direito. A política de contratação de estagiários para o TRF2 e para as Seccionais do Rio de Janeiro e Espírito Santo se preocupa com a transparência e a qualidade dos processos seletivos adotados. No modelo simplificado, os candidatos passam por entrevistas, análise curricular e histórico acadêmico, e prova. No modelo tradicional, a seleção se dá por intermédio de provas discursivas e objetivas em disciplinas do Direito, avaliando-se o conhecimento técnico-jurídico, a coesão e a coerência na redação de peças processuais.

Quanto às publicações especializadas, foram publicadas duas Revistas da EMARF e três Cadernos de Fenomenologia, estes últimos em parceria com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UFRJ. Essas e outras publicações estão disponibilizadas no endereço <http://seer.trf2.jus.br:81/emarf/ojs/index.php/emarf>.

6.1.6 Irregularidades na Área de Pessoal

Neste item, serão abordadas as acumulações de cargos, funções e empregos públicos.

6.1.6.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

O TRF2, por meio da Resolução TRF2-RSP-2013-00054, de 12/12/2013, disciplinou que, a cada 2 anos, os servidores ativos do TRF2 e das Seções Judiciárias deverão prestar declaração acerca da acumulação de cargo, emprego ou função pública, bem como de outra fonte de renda a título de remuneração, subsídio ou provento pago por Órgãos ou Entidades Federais, Estaduais ou Municipais, de forma a implantar um acompanhamento regular para a identificação de eventuais casos de acumulação ilegal.

Posteriormente, com vistas à adoção de um controle mais efetivo, no final do ano de 2014, a Presidência do TRF2 assinou um Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Trabalho e Emprego para fins de acesso às informações da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. Em 2015, foi possível a verificação acerca da existência ou não de acumulações, sendo verificada a veracidade das declarações apresentadas pelos servidores.

No caso dos Magistrados, a Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região e o Núcleo de Magistratura realizam acompanhamento anual do exercício de magistério pelos Magistrados Federais da 2ª Região, em cumprimento à Resolução nº 34, de 2007, do CNJ.

Por outro lado, por ocasião da posse, é exigido do nomeado que firme Declaração acerca da acumulação ou não de cargos, funções ou empregos públicos, conforme art. 13, § 5º da Lei nº 8.112/90 e art. 12, inciso VII, da Resolução nº 3, de 2008, do Conselho da Justiça Federal, bem como de Declaração de percepção ou não de remuneração, subsídio, proventos, pensões ou outras espécies remuneratórias pagas com recursos públicos, em cumprimento ao disposto no art. 37, incisos XVI e XVII e § 10, da Constituição Federal de 1988.

Os controles internos consistem, ainda, na análise da declaração de bens e renda do servidor, à época de sua posse, para verificar as fontes pagadoras e seus bens, bem como detectar possível acumulação indevida de cargo ou emprego público.

A verificação também ocorre no momento de inscrição para a concessão do benefício Auxílio-Alimentação, tendo em vista a vedação de percepção em duplicidade, prevista no art. 25 da Resolução nº 4, de 14/3/2008, do Conselho da Justiça Federal.

No TRF2, no ano de 2015, foi dada continuidade à verificação dos documentos referentes aos 9 (nove) servidores que declararam, no recadastramento de 2014, a acumulação de cargos, o que resultou na autuação de processos administrativos. Em todos os casos analisados, foram detectadas situações de acumulações previstas no art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, existindo somente pendência em relação a um servidor, quanto ao limite de remuneração constitucional. Nesse último caso, foi enviado o Ofício nº TRF2-OFI-2015/13759 ao Órgão pertinente solicitando informações sobre a remuneração paga.

Detectamos ainda, no ano de 2015, a existência de um caso de acumulação indevida, de dois cargos públicos e mais um emprego público temporário, apontado no Relatório de Inspeção Ordinária do Conselho da Justiça Federal, conforme Ofício nº CJF-OFI-2015/0100, sendo apresentado o protocolo de exoneração do emprego temporário (Processo Administrativo nº TRF2-PES-2014/01343).

Na SJRJ, foram identificados, no ano de 2015, dois casos de acumulação de cargos públicos inacumuláveis, conforme apontamentos do TCU, no Ofício nº 8084/2015-TCU/SEFIP, que encaminhou o Acórdão nº 3718/2015-1ª Câmara, e Ofício nº 16328/2015-TCU/SEFIP. Em razão disso, foram autuados os processos nº JFRJ-PES-2015/00666 e nº JFRJ-PES-2015/1033. No primeiro processo, foi apurado que o servidor estava acumulando o cargo de Técnico Judiciário, nível médio, que exerce na SJRJ, com outro cargo estadual de Professor Docente I, sendo juntada aos autos a publicação de sua exoneração do cargo estadual. No outro processo, conforme

documentação apresentada, foi verificado que não se tratava de acumulação de cargo ou emprego público.

Na SJES, o cadastramento foi finalizado em 2015 e os dois casos declarados de acumulação foram concluídos como situações de acumulações previstas no art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, não restando pendências.

No ano de 2016, para aprimorar os controles internos, mediante a utilização do convênio citado, será enviada a relação de todos os servidores da JF2 ao Ministério do Trabalho, para que sejam confrontados com os dados da RAIS e, com isso, detectar possíveis acumulações indevidas de cargos, para que sejam adotadas as providências necessárias (registro de processo administrativo específico, apuração da situação e outras medidas cabíveis).

No ano de 2015, não houve ocorrência de magistrado em situação de acumulação irregular.

6.1.7 Indicadores Gerenciais sobre Gestão de Pessoas

No ano de 2015, foram acompanhados pelas áreas técnicas, por força de Lei ou por necessidade do Órgão, para adequar a política de gestão de pessoas aos índices apurados, os indicadores a seguir relacionados:

Quadro nº 46 - Indicadores Gerenciais sobre Gestão de Pessoas

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Fortalecer o potencial humano nos Órgãos da Justiça Federal	
INDICADOR: Absenteísmo por motivo de licenças médicas	
O que mede	Mede o índice de absenteísmo por motivo de licenças médicas dos servidores
Objetivo	Acompanhar o índice de absenteísmo dos servidores nas licenças por motivo de doenças para propor políticas de saúde que visem à redução desses afastamentos.
Responsável pela Coleta	Serviços de Saúde do TRF2 e Seccionais
Quando medir	Anual
Onde medir	Nas áreas administrativas e judiciárias
Como medir	Total de dias de licenças médicas / (servidores em exercício no órgão x total de dias do ano) x 100
Situação em 2015	63.981 / (4.672 x 365 dias) x 100 = 3,75 %
Meta	Manter o índice abaixo de 3 %
Conclusões	O índice ficou abaixo do apurado em 2014 (5,93 %). Porém, a meta foi reduzida de 6% para 3% e houve alteração na forma de apuração, passando-se a considerar todos os dias do ano. Não obstante o êxito dos programas na área de saúde promovidos na JF2, em relação à nova meta estipulada (3%), houve aumento na taxa de absenteísmo, sendo necessária <i>“uma maior atenção à saúde físico-mental de servidores, às condições de trabalho ofertadas e ao fortalecimento de clima organizacional”</i> , conforme consta no esclarecimento da Meta 12 do Glossário das Metas da Justiça Federal.

Os dados foram coletados considerando-se os seguintes aspectos: (1) foram considerados o total de dias de afastamento (2) foram somados todos os absenteísmos por motivo de doença (Licença para tratamento da própria saúde, licença por acidente em serviço e Licença por motivo de doença em pessoa da família), exceto licença maternidade e as licenças referentes aos servidores que estão com indicação do serviço médico para aposentadoria. (3) foram considerados todos os servidores em exercício regidos pela Lei nº 8.112/1990, inclusive os requisitados, bem como os ocupantes exclusivamente de cargos em comissão, e excluídos os servidores que estão com indicação do serviço médico para aposentadoria. (4) foram considerados todos os dias do ano.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Fortalecer o potencial humano nos Órgãos da Justiça Federal	
INDICADOR: Absenteísmo por motivo de acidente em serviço	
O que mede	Mede o índice de servidores afastados por licença de acidente de serviço
Objetivo	Acompanhar o índice de servidores em licença por acidente de serviço para verificar a necessidade de implantação de programas de saúde preventivos.
Responsável pela Coleta	Serviços de Saúde do TRF2 e Seccionais
Quando medir	Anual
Onde medir	Nas áreas administrativas e judiciárias
Como medir	Total de licenças por acidente em serviço/ total de servidores da força de trabalho x 100
Situação em 2015	$(3 / 4687) \times 100 = 0,064 \%$
Meta	Manter o índice abaixo de 2%
Conclusões	Constata-se que a incidência de licença por acidente de serviço está bem abaixo da meta máxima e do apurado em 2013 (0,13 %) e em 2014 (0,04 %), demonstrado o decréscimo de incidência dessa licença.

Os dados foram coletados considerando os seguintes aspectos: (1) foram considerados os servidores afastados por motivo de acidente em serviço, não computadas as prorrogações. (2) foram considerados todos os servidores em exercício regidos pela Lei nº 8.112/1990, inclusive os requisitados, bem como os ocupantes exclusivamente de cargos em comissão.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Fortalecer o potencial humano nos Órgãos da Justiça Federal	
INDICADOR: Rotatividade	
O que mede	Mede o índice de saída de servidores do Quadro de Pessoal
Objetivo	Acompanhar a rotatividade de servidores para adotar políticas preventivas com a finalidade de manter o quadro de pessoal estabilizado e propor concurso público quando está próximo de expirar a validade do certame anterior.
Quem mede	Unidade de Gestão de Pessoas do TRF2 e Seccionais
Quando medir	Anual
Onde medir	Nas áreas administrativas e judiciárias
Como medir	Total de servidores desligados/Total de servidores do Quadro de Pessoal x 100
Situação em 2015	$156 / 4602 \times 100 = 3,4 \%$
Meta	Manter abaixo de 3,5% a taxa de rotatividade de servidores
Conclusões	O índice ficou abaixo da meta máxima fixada, porém bem acima do apurado em 2014 (2,96 %). Infere-se que o acréscimo desse índice está diretamente relacionado ao aumento do número de aposentadorias e dos desligamentos por motivo de posse em outro cargo público inacumulável.

Os dados foram coletados considerando-se os seguintes aspectos: (1) foram somadas todas as formas de desligamentos por aposentadoria, exoneração e vacância do cargo por posse em outro cargo público inacumulável, bem como redistribuição de cargos para fora da JF2. (2) Foram considerados os cargos efetivos do Quadro de Pessoal da Justiça Federal da 2ª Região.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Fortalecer o potencial humano nos Órgãos da Justiça Federal	
INDICADOR: Abonos de Permanência concedidos	
O que mede	Mede o índice de servidores do Quadro de Pessoal que optam por continuar em atividade após completarem requisitos para aposentadoria
Objetivo	Acompanhar o índice de servidores que optam por continuar em atividade, não obstante terem implementado os requisitos para a aposentadoria voluntária, a fim de analisar e propor políticas de gestão de pessoas que incentivem a continuidade dessa força de trabalho no Órgão.
Quem mede	Unidade de Gestão de Pessoas do TRF2 e Seccionais
Quando medir	Anual
Onde medir	Nas áreas administrativas e judiciárias
Como medir	Total de servidores que tiveram concedido abono de permanência no ano/ Total de servidores que completaram no ano os requisitos para inativação x 100
Situação em 2015	$86 / 156 \times 100 = 55,12 \%$
Meta	Manter o índice acima de 50%
Conclusões	O índice ficou acima da meta fixada e um pouco abaixo do apurado em 2014 (55,88 %), demonstrando que, apesar de ter havido discreta redução, ainda permanece o interesse dos servidores de continuar em atividade, mesmo tendo completado os requisitos necessários à aposentadoria voluntária.

Os dados foram coletados considerando-se os seguintes aspectos: (1) foram somadas todas as concessões de abono de permanência no ano. (2) foram somadas as aposentadorias voluntárias e os abonos concedidos no ano.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Fortalecer o potencial humano nos Órgãos da Justiça Federal	
INDICADOR: Educação Continuada	
O que mede	Mede o índice de servidores capacitados
Objetivo	Verificar a participação dos servidores em capacitação promovida pelo Órgão com a finalidade de apurar o interesse nos cursos e aprimorar o Programa de Capacitação a cada ano.
Quem mede	Áreas de Capacitação do TRF2 e Seccionais
Quando medir	Anual
Onde medir	Nas áreas administrativas e judiciárias
Como medir	N° de servidores capacitados/total de servidores da força de trabalho x 100
Situação em 2015	$3350 / 4687 \times 100\% = 71,47 \%$
Meta	Capacitar 50% dos servidores em exercício no órgão
Conclusões	Constata-se que o índice foi superior a meta e ao apurado nos anos de 2013 (66,66 %) e 2014 (59,16 %), o que demonstra o interesse dos servidores no constante desenvolvimento, bem como confirma a excelência e qualidade dos cursos disponibilizados pelo Órgão.

Os dados foram coletados considerando-se os seguintes aspectos: foram somados todos os servidores capacitados, do quadro ou requisitados, incluindo cursos presenciais, semipresenciais e a distância.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Fortalecer o potencial humano nos Órgãos da Justiça Federal	
INDICADOR: Capacitação nas competências estratégicas	
O que mede	Mede o índice de servidores capacitados nas competências estratégicas
Objetivo	Verificar a participação dos gerentes em capacitação nas competências estratégicas, com a finalidade de cumprir o disposto na Lei nº 11.416/2006 e apurar o interesse nos cursos para aprimorar o Programa de Capacitação a cada ano.
Quem mede	Áreas de Capacitação do TRF2 e Seccionais
Quando medir	Anual
Onde medir	Nas áreas administrativas e judiciárias
Como medir	Nº de servidores capacitados nas competências estratégicas /Total de servidores que ocupam cargo ou função de gerência x 100
Situação em 2015	$867 / 1352 \times 100 = 64,12 \%$
Meta	Capacitar 50% dos servidores que estão no exercício de cargo ou função de gerência
Conclusões	Constata-se que o índice ficou acima da meta e abaixo do apurado no ano de 2013 (70,20 %) e no ano de 2014 (73,70 %). Ainda assim, o índice supera a meta, o que demonstra o interesse dos servidores no constante desenvolvimento e confirma a qualidade dos cursos oferecidos pelo Órgão.

Os dados foram coletados considerando-se os seguintes aspectos: foram somados todos os servidores capacitados nas competências estratégicas, do quadro ou requisitados, independente do número de horas.

6.1.8 Contratação de Consultores com Base em Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Embora passível de ocorrência, a Justiça Federal da 2ª Região não registrou, no exercício de 2015, contratação de consultores para os fins previstos neste subitem.

6.2 Gestões do Patrimônio e Infraestrutura

6.2.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

1. Lei nº 9.327 de 9/12/1996, que dispõe sobre a condução de veículo oficial.
2. Lei nº 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro.
3. Resolução nº 83, de 10/6/2009, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que dispõe sobre a aquisição, locação e uso de veículos no âmbito do Poder Judiciário brasileiro.
4. Resolução nº 72 de 26/8/2009, do Conselho da Justiça Federal - CJF, que estabelece as diretrizes para aquisição, utilização e controle de veículos no âmbito do CJF e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.
5. IN nº 04-01 do CJF, de 18/3/2010, que dispõe sobre norma complementar para atender às diretrizes preconizadas no art. 14 da Resolução nº 72/2009 –CJF.
6. Resolução nº 099, de 13/4/2010, do CJF, que altera dispositivos da Resolução nº 72/2009 – CJF.
7. Resolução nº 157, de 28/11/2011, do CJF, que altera o inciso V do art. 3º da Resolução nº 72/2009 – CJF e seus anexos II a IV.
8. Resolução nº 197, de 20/7/2012 do CJF, que dispõe sobre a inclusão de inciso no art. 3º da Resolução nº 72/2009 – CJF.
9. IN nº 24-01, do TRF2, que dispõe sobre normas para administração dos veículos oficiais.
10. Portaria DIRFO nº RJ-PGD-2010/00029, da Direção do Foro (SJRJ).
11. IN 4-02, revisada em 4/2014 (SJES).

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da JF2

A atividade finalística da JF2 é a prestação jurisdicional levada a efeito por intermédio do cumprimento das metas institucionais estabelecidas pelos órgãos superiores do Poder Judiciário, das metas de gestão e da execução de seu planejamento estratégico. No entanto, como em qualquer instituição, a atividade-fim necessita ser apoiada por uma estrutura administrativa adequada, que disponibiliza os recursos necessários a que a UPC cumpra sua missão institucional, em consonância com a visão estabelecida no planejamento estratégico.

Entre os diversos recursos tecnológicos e materiais disponibilizados à área-fim da JF2, está a frota de veículos oficiais, dimensionada na medida de suas necessidades.

Os membros da JF2, magistrados federais, dependem essencialmente dos serviços de transporte para facilitar a execução de suas atividades jurisdicionais, visto que, enquanto usuários de transporte institucional têm facilitada a mobilidade no trajeto residência x trabalho x residência, além do fato de lhes ser garantido um nível de segurança compatível com o desenvolvimento dos trabalhos. O transporte institucional permite a escolha das melhores rotas, levando em conta ser o trânsito um dos problemas que mais afligem as grandes metrópoles e seus habitantes.

Deve-se considerar, ainda, que as atividades administrativas, as mais diversificadas possíveis, seriam inviabilizadas, não fosse a disponibilidade de veículos de serviço na frota oficial. Portanto, o transporte de procedimentos judiciais, de mobiliário, de servidores e gestores a serviço da JF2, são tarefas essenciais ao cumprimento das atividades de apoio.

Outro fator que evidencia a importância da frota oficial sobre as atividades da JF2 diz respeito à realização de eventos de grande relevância, sob a responsabilidade da JF2, eventos esses que contam com a participação de elevado número de dignitários, entre magistrados e autoridades públicas de outras unidades da Federação, de forma que o serviço de transporte torna-se essencial para a logística do evento. Exemplo disso são as inspeções/correções ordinárias ao encargo dos órgãos superiores do Poder Judiciário, as sessões de julgamento da Turma Nacional de Uniformização – TNU, a sessão colegiada de Corregedores da Justiça Federal, entre outros.

Estando em voga as metas de conciliação preconizadas pelo CNJ, com o escopo de desafogar os órgãos jurisdicionais, os veículos de transporte coletivo e de uso institucional são fundamentais para viabilizar os Mutirões de Conciliação, quando realizados fora da sede da JF2.

Acerca da reintrodução do Poder Público nas áreas de comunidades pacificadas, na capital do Estado do Rio de Janeiro, o Poder Judiciário tem se destacado nesse processo, seja por intermédio da instalação de postos de atendimento, seja por meio do Projeto *Justiça Itinerante*. Nesse sentido, a mobilidade das autoridades envolvidas nos diversos programas é maximizada por intermédio do uso dos veículos de serviço e de transporte institucional.

Quanto ao aspecto da segurança institucional, essencial à proteção, sobretudo, dos magistrados, uma parcela da frota está destinada ao exercício de tal atividade, em missões de escolta, de reconhecimento (precursora) etc.

Especificamente quanto à relevância da frota oficial em relação à atividade jurisdicional ao encargo de cada UPC vinculada, assevera-se que os veículos são essenciais para a prestação jurisdicional. O atendimento, de forma célere e eficiente, às solicitações de transporte abertas por magistrados e áreas administrativas, em grande parte dos casos, deve-se à disponibilidade dos aludidos recursos, sobretudo se levado em consideração o grande número de edificações administradas pelas Seções Judiciárias, em face da interiorização da JF2.

Também estão contempladas, no escopo das atribuições da frota oficial, missões tais como o acompanhamento de oficiais de justiça em áreas de risco, transporte escolta de mercadorias apreendidas e a condução coercitiva.

c) Quantidade de veículos por categoria de uso

Quadro nº 47 - Quantidade de Veículos por Categoria de Uso - TRF2

Classificação dos Veículos Oficiais		Total
A	Veículo de representação	3
B	Veículo de transporte institucional	32
C	Veículo de serviço comum	36
D	Veículo de transporte coletivo e de apoio às atividades judiciais	2
E	Veículo utilitário misto ou de transporte de carga leve	5
G	Veículo de serviço de apoio especial	1
H	Veículo blindado	1
Total		80

Fonte: Seção de Manutenção de Veículos – SEMAVE/TRF2

Quadro nº 48 - Quantidade de Veículos por Categoria de Uso - SJRJ

Classificação dos Veículos Oficiais		Total
A	Veículo de representação	-
B	Veículo de transporte institucional	19
C	Veículo de serviço comum	40
D	Veículo de transporte coletivo e de apoio às atividades judiciais	3
E	Veículo utilitário misto ou de transporte de carga leve	5
G	Veículo de serviço de apoio especial	-
H	Veículo blindado	3
Total		70

Fonte: Seção de Transporte - SETRA/SJRJ

Quadro nº 49 - Quantidade de Veículos por Categoria de Uso - SJES

Classificação dos Veículos Oficiais		Total
A	Veículo de representação	-
B	Veículo de transporte institucional	4
C	Veículo de serviço comum	18
D	Veículo de transporte coletivo e de apoio às atividades judiciais	1
E	Veículo utilitário misto ou de transporte de carga leve	1
G	Veículo de serviço de apoio especial	3
H	Veículo blindado	1
Total		28

Fonte: Seção de Transporte e Vigilância – SETRAV/SJES

d) Média anual de quilômetros rodados por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra

Quadro nº 50 – Média km/ano Rodados, por Grupo de Veículos – TRF2

Classificação dos Veículos Oficiais		Média Km/ano
A	Veículo de representação	9.782
B	Veículo de transporte institucional	12.356
C	Veículo de serviço comum	23.590
D	Veículo de transporte coletivo e de apoio às atividades judiciais	3.115
E	Veículo utilitário misto ou de transporte de carga leve	3.950
G	Veículo de serviço de apoio especial	160
H	Veículo blindado	6.186

Fonte: SEMAVE/TRF2

Quadro nº 51 – Média km/ano Rodados, por Grupo de Veículos – SJRJ

Classificação dos Veículos Oficiais		Média Km/ano
A	Veículo de representação	-
B	Veículo de transporte institucional	3.606
C	Veículo de serviço comum	3.534
D	Veículo de transporte coletivo e de apoio às atividades judiciais	1.159
E	Veículo utilitário misto ou de transporte de carga leve	3.774
G	Veículo de serviço de apoio especial	-
H	Veículo blindado	8.669

Fonte: SETRA/SJRJ

Quadro nº 52 - Média km/ano Rodados, por Grupo de Veículos – SJES

Classificação dos Veículos Oficiais		Média Km/ano
A	Veículo de representação	-
B	Veículo de transporte institucional	5.000
C	Veículo de serviço comum	3.500
D	Veículo de transporte coletivo e de apoio às atividades judiciais	3.000
E	Veículo utilitário misto ou de transporte de carga leve	9.000
G	Veículo de serviço de apoio especial	3.000
H	Veículo blindado	8.000

Fonte: SETRAV/SJES

e) Idade Média da frota, por grupo de veículos.**Quadro nº 53 – Idade Média da Frota – TRF2**

Classificação dos Veículos Oficiais		Total
A	Veículo de representação	1,5 anos
B	Veículo de transporte institucional	2,3 anos
C	Veículo de serviço comum	9,5 anos
D	Veículo de transporte coletivo e de, apoio às atividades judiciais	5 anos
E	Veículo utilitário misto ou de transporte de carga leve	8,4 anos
G	Veículo de serviço de apoio especial	13 anos
H	Veículo blindado	4 anos

Fonte: SEMAVE/TRF2

Quadro nº 54 - Idade Média da Frota – SJRJ

Classificação dos Veículos Oficiais		Total
A	Veículo de representação	-
B	Veículo de transporte institucional	8 anos
C	Veículo de serviço comum	6,2 anos
D	Veículo de transporte coletivo e de apoio às atividades judiciais	7,3 anos
E	Veículo utilitário misto ou de transporte de carga leve	5,4 anos
G	Veículo de serviço de apoio especial	-
H	Veículo blindado	3,6 anos

Fonte: SETRA/SJRJ

Quadro nº 55 - Idade Média da Frota – SJES

Classificação dos Veículos Oficiais		Total
A	Veículo de representação	-
B	Veículo de transporte institucional	2,5 anos
C	Veículo de serviço comum	5,1 anos
D	Veículo de transporte coletivo e de apoio às atividades judiciais	4,1 anos
E	Veículo utilitário misto ou de transporte de carga leve	4,1 anos
G	Veículo de serviço de apoio especial	7,1 anos
H	Veículo blindado	4,1 anos

Fonte: SETRAV/SJES

f) Despesas associadas à manutenção da frota**Quadro nº 56 - Despesas Associadas à Manutenção da Frota – TRF2**

Grupos de despesas	Valores Globais (R\$)
Contrato de manutenção	329.055,18
Contrato de fornecimento de combustível	222.339,98
Contrato de cobertura securitária	66.900,00
Despesas ordinárias com aquisição de peças para manutenção	100.000,00
Seguro Obrigatório	8.726,96
Total do ano	727.022,12

Fonte: SEMAVE/TRF2

Quadro nº -57 - Despesas Associadas à Manutenção da Frota – SJRJ

Grupos de despesas	Valores Globais (R\$)
Contrato de manutenção	30.395,84
Contrato de fornecimento de combustível	119.381,66
Contrato de cobertura securitária	20.691,21
Despesas ordinárias com aquisição de peças para manutenção	43.194,10
Seguro Obrigatório	7.673,51
Total do ano	221.336,32

Fonte: SETRA/SJRJ

Quadro nº 58 - Despesas Associadas à Manutenção da Frota – SJES

Grupos de despesas	Valores Globais (R\$)
Contrato de manutenção	25.014,06
Contrato de fornecimento de combustível	34.174,71
Contrato de cobertura securitária	13.776,36
Seguro Obrigatório	3.368,00
Total do ano	76.333,13

Fonte: SETRAV/SJES

g) Plano de substituição da frota

A JF2 não renovou nem aumentou, no exercício de 2015 a frota de veículos, tendo em vista que foram priorizadas outras ações.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

A JF2 não adquiriu nem locou veículos no exercício de 2015.

i) Estrutura de controles de que a JF2 dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.**• TRF2**

Com duas unidades administrativas para administração de serviços de transporte e manutenção de veículos, ambas vinculadas ao Núcleo de Segurança e Transporte - NUSSET, pertencente à estrutura da Secretaria de Infraestrutura e Logística - SIE, é possível efetuar o planejamento do trabalho nessa área, otimizando os recursos disponíveis, definindo as escalas de trabalho adequadas para os condutores, em conformidade com a demanda, e promovendo, quando possível, o uso compartilhado do meio de transporte. Outro recurso de que se vale o setor é a pré-definição de rotas, visando à utilização racional do serviço de transporte.

Em termos de controle, a unidade administrativa faz uso de formulário próprio estabelecido pela Instrução Normativa nº 04-01/2010 do CJF, denominado "Requisição de Viatura/Motorista", no qual são anotados dados básicos e relevantes para efeito de controle, tais como: data da requisição; nome do condutor; itinerário a ser cumprido; horário e quilometragem de saída e de retorno.

Além disso, o TRF2 possui um sistema automatizado de controle de entrada e saída de veículos oficiais, composto por cancelas articuladas, acionadas por cartões de proximidade com *chip*, as quais possuem sistema de reconhecimento de dispositivo instalado no veículo oficial, para sua identificação. Os dados são automaticamente registrados em banco de dados do sistema de controle de acesso. Paralelamente, há o controle manual efetuado pela vigilância patrimonial terceirizada, que registra, em formulário próprio, os dados necessários à identificação do veículo oficial.

No gerenciamento das atividades de manutenção preventiva e corretiva da frota oficial, são utilizados instrumentos de controle individuais para cada veículo, onde são registrados todos os históricos de manutenção, ainda que as intervenções sejam realizadas externamente, na mantenedora terceirizada.

Para melhoria dessa atividade de manutenção, faz-se também uso de formulários específicos da IN-04-01/2010, do CJF, a saber, "Vistoria Diária de Viaturas", "Controle de Consumo e Despesa de Veículos", "Autorização para Abastecimento de Veículos e Ordem de Serviço de Manutenção".

Outro instrumento de gerenciamento dos serviços de manutenção encontra-se disponível no Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA, o SIGA-Transporte, que permite o registro de dados alusivos à manutenção da frota, ao cadastro de condutores, ao cadastro de fornecedores, o registro de abastecimento, o registro e controle de infrações de trânsito, reunindo todos os controles determinados pela IN-04-01/2010 do CJF.

Para efeito de guarda, todos os veículos da frota oficial do TRF2 somente têm autorização para estacionamento em dependências administradas pelo TRF2, onde deverão ser recolhidos diariamente. É vedada a guarda de veículos oficiais na residência do condutor, salvo em situações especiais, devidamente justificadas, formalmente autorizadas pela Presidência do TRF2, conforme descrito no item 8, da IN nº 04-01/2010 do CJF.

Sistema SIGA-Serviços – Sistema eletrônico que permite ao usuário cadastrar as solicitações de transporte para monitoramento pela Seção de Transportes (SETRAN), propiciando o controle e atendimento dos chamados. O sistema permite a visualização dos chamados e emissão de relatórios de quantitativo de tipos de chamados por período.

Sistema de Controle e Gerenciamento de Abastecimento de Frota – Sistema eletrônico, contratado por intermédio da empresa de fornecimento de combustíveis, que permite a visualização e gerenciamento dos abastecimentos dos veículos da frota, bem como a emissão dos relatórios de controle.

- **SJRJ**

Sistema SIGA-Serviços – Sistema eletrônico que permite ao usuário cadastrar as solicitações de transporte para acompanhamento pela Seção de Transportes (SETRA), garantindo o controle e atendimento dos chamados. O sistema permite a visualização dos chamados e emissão de relatórios de quantitativo de tipos de chamados por período.

Sistema de Controle e Gerenciamento de Abastecimento de Frota – Sistema eletrônico, contratado por intermédio da empresa de fornecimento de combustíveis, que permite a visualização e gerenciamento dos abastecimentos dos veículos da frota, bem como a emissão dos relatórios de controle.

- **SJES**

A IN-4-02 da SJES, que segue as orientações da IN nº 04-01 do CJF, possui vários formulários de controle de veículos: formulário de solicitação de transporte; formulário de solicitação de manutenção de veículos; formulário para os casos de multas; entre outros. Concomitantemente, são elaboradas planilhas de controles digitais, com informações resumidas e detalhadas, para facilitar a tramitação processual eletronicamente.

Procedimentos operacionais, como o uso compartilhado de veículo e a otimização de viagens, também estão contribuindo com a redução de gastos com combustível e mecânica, melhorando a eficiência nos atendimentos.

O estabelecimento do plantão dos agentes de segurança, ampliando os atendimentos da Seção de Transporte das 6h às 22h, de segunda a sexta, aprimorou o controle da fiscalização e do uso dos veículos, principalmente nos horários fora do expediente normal da SJES.

6.2.2 Política de Destinação de Veículos Inservíveis ou Fora de Uso e Informações Gerenciais sobre Veículos nessas Condições.

- **TRF2**

No que diz respeito à política de destinação de veículos inservíveis, a Resolução/CJF nº 072, de 26/8/2009, que estabeleceu as diretrizes para a aquisição, utilização e controle de veículos no âmbito do CJF e da JF2, em seu art. 16, dispõe que “A cessão a órgãos da administração pública e a alienação a terceiros de veículos oficiais atenderão às normas em vigor sobre a gestão e administração de recursos materiais e patrimônio”.

Por esse motivo, o TRF2 adota os critérios estabelecidos na Instrução Normativa nº 24-14, de 30/9/2008, que estabelece as normas gerais sobre administração de material e patrimônio, tratando, no seu módulo 06, título I, de desfazimento de material, por intermédio de cessão, transferência ou alienação (doação).

Os parâmetros estabelecidos pela Instrução para transferência dispõem que o material ocioso ou recuperável (incluindo veículos), deverá ser transferido aos demais órgãos da Justiça Federal, preferencialmente para as Seções Judiciárias da 2ª Região. O material ou veículo antieconômico ou irrecuperável poderá ser transferido, se houver interesse, a órgãos da Justiça Federal.

No caso de doação, o material ocioso e recuperável, será destinado a órgãos ou entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica ou Fundacional, integrantes de qualquer Poder. O material antieconômico e irrecuperável será destinado a Estados e Municípios, Distrito Federal, empresas públicas, sociedade de economia mista, instituições filantrópicas reconhecidas de utilidade pública pelo Governo Federal e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Além disso, a Instrução Normativa nº 24-01, de 15/10/2007, que estabeleceu os critérios e procedimentos para disciplinar as atividades referentes à aquisição e utilização dos veículos oficiais do TRF2, dispõe no módulo 05, item 05, que as transferências de veículos entre o TRF2 e as Seções Judiciárias deverão ser previamente autorizadas pelo Presidente do TRF2, sendo de responsabilidade do NUSSET a comunicação de transferência ao órgão de trânsito.

Em 2015, o TRF2 não fez nenhuma cessão, transferência ou doação de veículos para outros órgãos ou entidades. Há em andamento o Processo nº TRF2-ADM-2015/00036, em fase de instrução, que tem, por objeto, a doação de 13 veículos descritos abaixo.

Quadro nº 59 - Discriminação de Veículos Destinados ao Desfazimento - TRF2

VEÍCULO	PLACA	ANO	Nº PATRIMÔNIO	PROCESSO	ÓRGÃO/ENTIDADE PARA QUAL FOI FEITA A DOAÇÃO
Fiat Marea	LPJ-1589	2006	1.306.020.007	T2-ADM-2015/0036	Processo em fase de instrução
Fiat Marea	KUO-3282	2006	1.306.020.004	T2-ADM-2015/0036	Processo em fase de instrução
Ford Focus	KMW-1793	2007	1.305.030.004	T2-ADM-2015/0036	Processo em fase de instrução
Ford Focus	KNJ-8783	2007	1.305.030.013	T2-ADM-2015/0036	Processo em fase de instrução
Ford Focus	LPB-3930	2007	1.305.030.007	T2-ADM-2015/0036	Processo em fase de instrução
Ford Focus	KQU-0475	2007	1.305.030.005	T2-ADM-2015/0036	Processo em fase de instrução
Ford Focus	KNJ-8777	2007	1.305.030.012	T2-ADM-2015/0036	Processo em fase de instrução
GM Kadett	LWW-3284	1995	3.291	T2-ADM-2015/0036	Processo em fase de instrução
GM Kadett	LWW-3314	1995	3.292	T2-ADM-2015/0036	Processo em fase de instrução
GM Kadett	LWW-3224	1995	3.290	T2-ADM-2015/0036	Processo em fase de instrução
VW Santana	LOI-2148	2002	1.303.080.022	T2-ADM-2015/0036	Processo em fase de instrução
VW Santana	LOI-2153	2002	1.303.080.023	T2-ADM-2015/0036	Processo em fase de instrução
VW GOL	KMV-7534	2001	1.303.090.001	T2-ADM-2015/0036	Processo em fase de instrução

Fonte: SEMAVE/TRF2

• SJRJ

No que diz respeito à política de destinação de veículos inservíveis, a Resolução/CJF nº 072, de 26/8/2009, que estabeleceu as diretrizes para a aquisição, utilização e controle de veículos no âmbito do CJF e da Justiça Federal de 1º e 2º grau, em seu art. 16, dispõe que “A cessão a órgãos da administração pública e a alienação a terceiros de veículos oficiais atenderão às normas em vigor sobre a gestão e administração de recursos materiais e patrimônio”.

Por este motivo, a SJRJ adota os critérios estabelecidos na Instrução Normativa nº 24-14/2008 do TRF2, que estabelece as normas gerais sobre administração de material e patrimônio, tratando no seu módulo 06, título I, sobre o desfazimento de material, por meio de cessão, transferência ou alienação (doação).

Os parâmetros estabelecidos pela Instrução para transferência dispõem que o material ocioso ou recuperável (incluindo veículos), deverá ser transferido para os demais órgãos da Justiça Federal, preferencialmente para as Seções Judiciárias da 2ª Região. O material ou veículo antieconômico ou irrecuperável poderá ser transferido, se houver interesse de órgãos da Justiça Federal.

No caso de doação, o material ocioso e recuperável, será destinado para órgãos ou entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica ou Fundacional, integrantes de qualquer Poder. O material antieconômico e irrecuperável será destinado para Estados e Municípios, Distrito

Federal, empresas públicas, sociedade de economia mista, instituições filantrópicas reconhecidas de utilidade pública pelo Governo Federal, e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Em 2015, a SJRJ não fez nenhuma cessão, transferência ou doação de veículos para outros órgãos ou entidades. Há em andamento o Processo nº JFRJ-EOF-2016/00072, no qual se determinou a alienação dos veículos mediante licitação na modalidade de concorrência, conforme descrito no quadro abaixo.

Quadro nº 60 - Discriminação de Veículos Destinados à Alienação - SJRJ

VEÍCULO	PLACA	ANO	Nº PATRIMÔNIO	PROCESSO	ORGÃO/ENTIDADE PARA QUAL FOI FEITA A DOAÇÃO
Fiat Palio	KQV-0025	2004	36131	JFRJ-ADM-2015/00021	Aguardando conclusão da concorrência
Fiat Palio	LCQ-7413	2004	36140	JFRJ-ADM-2015/00021	Aguardando conclusão da concorrência
Fiat Palio	KML7543	2004	36130	JFRJ-ADM-2015/00021	Aguardando conclusão da concorrência
Fiat Palio	LCQ7415	2004	36128	JFRJ-ADM-2015/00021	Aguardando conclusão da concorrência
GM Celta	LQM-1226	2005	55323	JFRJ-ADM-2015/00021	Aguardando conclusão da concorrência
VW Santana	LCO-0095	1999	22607	JFRJ-ADM-2015/00021	Aguardando conclusão da concorrência

Fonte: SETRA/SJRJ

• **SJES**

A Resolução nº 072/2009 do CJF, a Res. 83/2009 do CNJ e a NI 06-001/SJES são as normas utilizadas para fundamentar os processos de desfazimento de veículos.

Assim, destacamos:

1. Resolução 83/2009 do CNJ, art. 8º - A renovação parcial ou total da frota poderá ser efetivada em razão da antieconomicidade decorrente de: I - uso prolongado, desgaste prematuro ou manutenção onerosa; II – obsolescência proveniente de avanços tecnológicos; III - sinistro com perda total ou; IV - histórico de custos de manutenção e estado de conservação que torne possível a previsão de que os custos de manutenção atingirão, em breve prazo, percentual antieconômico.
2. Resolução 72/2009 do CJF, art. 10 - A renovação da frota oficial dar-se-á quando a manutenção ou conservação onerosa exceder a 20% (vinte por cento) do valor do veículo no mercado (tabela FIPE de veículos).
3. NI-6-001 da SJES, Item 6 do Módulo 7 - O material inservível classifica-se em: ocioso (não está sendo aproveitado, embora em perfeitas condições de uso); recuperável (quando a sua recuperação é possível a um custo não superior a 50% de seu valor de mercado); antieconômico (quando é de manutenção onerosa, devido ao uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência); irrecuperável (não permite a recuperação por problemas técnicos ou o custo ser superior a 50% de seu valor de mercado).

A SJES, desde o exercício de 2012, vêm renovando a sua frota de veículos de forma a torná-la mais eficiente. Em 2015, foi efetivada a última transferência conforme segue detalhado abaixo. Não está em andamento nenhum processo de doação de veículos.

Quadro nº 61 - Discriminação dos Veículos Destinados à Doação - SJES

VEÍCULO	PLACA	ANO	Nº PATRIMÔNIO	PROCESSO	ÓRGÃO/ENTIDADE PARA QUAL FOI FEITA A DOAÇÃO
GM Astra	MTP8859	2001	5904	JFES-ADM-2014/00056	PM DE MUQUI
GM Corsa	MTH6631	2002	6128	JFES-ADM-2014/00056	PM DE MUQUI
VW Santana	KMY9279	2001	16603	JFES-ADM-2014/00056	PM DE MUQUI
VWSantana	LNI7509	2001	16605	JFES-ADM-2014/00056	PM DE MUQUI

Fonte: Seção de Transporte e Vigilância – SETRAV/SJES

6.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

6.2.3.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Quadro nº 62 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA JF2	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	UF – Rio de Janeiro	16	16
	Rio de Janeiro	9	9
	Niterói	2	2
	Campos dos Goytacazes	1	1
	Macaé	1	1
	São Pedro da Aldeia	1	1
	Volta Redonda	1	1
	Magé	1	1
	UF – Espírito Santo	7	6
	Vitória	3	3
	São Mateus	1	1
	Cachoeiro de Itapemirim	1	1
	Serra	1	1
	Linhares	1	0
	Subtotal Brasil		22
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		23	22

Fontes: SPIUnet da SPU e SIAFI da STN

6.2.3.2 Imóveis de Propriedade da União sob a Responsabilidade da JF2, Exceto Imóvel Funcional

Quadro nº 63 - Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da JF2, Exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
090028	6001.01971.500-6	13	2	37.749.047,20	28/3/2014	42.348.369,43	1.791.668,21	8.657.899,88
090028	6001.04944.500-7	12	2	92.701.363,52	1º/7/2014	92.701.363,52	0,00	0,00
090028	6001.04653.500-5	13	2	2.089.068,67	7/11/2014	2.376.274,00	167.450,86	196.233,22
090016	6001.00004.500-5	13	4	42.662.017,35	4/12/2015	68.857.001,94	4.092.440,25	629773,77
090016	6001.00006.500-6	13	4	18.589.176,82	4/12/2015	9.507.937,17	646.474,49	214.706,11
090016	6001.01418.500-9	13	4	7.827.787,28	4/12/2015	5.596.330,76	0,00	203.308,19
090016	6001.01423.500-6	13	2	25.896.685,34	4/12/2015	42.823.852,07	6932,20	653.122,86
090016	6001.00005.500-0	11	4	9.689.607,83	4/12/2015	13.835.947,64	436.870,18	779.995,27
090016	6001.01459.500-2	11	3	40.069.151,03	4/12/2015	63.350.462,41	77.079,97	1.762.543,74
090016	5865.00001.500-0	13	3	3.322.897,59	4/12/2015	4.052.284,15	5.451,59	91.754,56
090016	5865.00166.500-9	13	-	1.698.471,60	4/12/2015	2.001.468,00	0,00	0,00
090016	5819.00106.500-8	13	3	2.009.648,74	4/12/2015	2.834.084,12	1.017.405,05	164.338,79
090016	5847.00062.500-5	10	2	3.393.828,88	4/12/2015	3.539.539,94	0,00	143.028,74
090016	5849.00017.500-6	-	-	1.041.439,64	4/12/2015	1.226.866,30	0,00	0,00
090016	5903.00012.500-7	11	2	3.471.464,74	4/12/2015	3.819.241,83	28.928,90	166.951,11
090016	5903.00014.500-8	11	2	-	-	-	0,00	0,00
090016	5925.00021.500-7	13	-	128.261,50	4/12/2015	149.064,50	0,00	0,00
090014	5705.00348.500-8	13	1	37.638.770,32	6/10/2015	62.584.086,28	175.991,72	1.214.894,76
090014	5705.00348.500-4	18	2	1.501.638,27	30/4/2015	3.977.881,46	0,00	52.693,84
090014	5705.00385.500-0	18	2	3.648.645,58	30/4/2015	6.383.373,15	0,00	60.548,35
090014	5697.00013.500-1	13	2	3.017.263,38	30/4/2015	3.172.426,53	30.067,16	76.340,26
090014	5623.00020.500-6	12	2	1.379.468,04	8/10/2015	2.899.824,90	13.156,21	96.266,63
090014	5699.00020.500-6	13	-	1.821.537,87	24/9/2015	2.258.720,00	0,00	0,00
090014	5663.00061.500-9	13	-	1.168.614,00	19/1/2016	1.168.614,00	0,00	0,00

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Total							8.489.916,79	15.164.400,08

Fontes: SPIUnet da SPU, SIAFI da STN e Sistema Integrado de Gestão Administrativa - SIGA

Análise Crítica:

TRF2:

- 1- O RIP 5849.00017.500-6 (imóvel localizado em Magé/RJ) foi revertido à SPU - Secretaria do Patrimônio da União e posteriormente entregue à SJRJ, conforme Termo de Entrega registrado no Livro nº 3, fls. 124/126 MPOG/SPU, em 2/3/2015.
- 2- O valor gasto com serviços de manutenção relativo ao RIP 6001.04945.500-2 (anexos 1 e 2 da sede do TRF2) foi incluído no RIP 6001.01702.500-2 (prédio sede do TRF2).
- 3- O RIP 6001.04944.500-7, referente aos anexos 1 e 2 do TRF2, foi cadastrado em 1º/7/2014 e ainda não sofreu reavaliação, permanecendo, assim, o seu valor histórico.

SJES:

- 1- A SJES ocupa, por locação, 01 (um) imóvel no município de Linhares, 01 (um) imóvel no município de Colatina e 01 (um) imóvel no município de Serra. Esses imóveis foram relacionados no Quadro 8.3 por não serem de propriedade da União.
- 2- O RIP 5699.00020.500-6 refere-se ao terreno de Serra, onde está sendo construído o prédio que abrigará a Subseção Judiciária de Serra, sendo que o valor gasto com a construção em 2015 foi de R\$ 2.009.455,62. RIP de Utilização nº 5699.00021.500-1
- 3- O RIP 5663.00061.500-9 refere-se a terreno doado pela Prefeitura Municipal de Linhares para instalação da Subseção Judiciária de Linhares. A entrega definitiva deu-se em 27/11/2015.
- 4- Os imóveis de RIP 5705.00384.500-4 (Rua São Francisco) e RIP 5705.00385.500-0 (Rua Caramuru), são objeto de processo de desapropriação pela União, motivo pelo qual foram considerados, no campo “regime”, como código 18 (Irregular).

SJRJ:

- 1- Com relação ao RIP 5903.00012.500-7 (São Pedro da Aldeia), ao valor reavaliado foi adicionado o valor R\$ 13.186,41 (treze mil cento e oitenta e seis reais e quarenta e um centavos) referente ao terreno RIP 5903.00014.500-8, pois os terrenos foram lembrados. Após regularização pela SPU, junto ao RGI – Registro Geral de Imóveis, o RIP 5903.00014.500- 8 será cancelado.
- 2- Os imóveis RIP 6001.01418.500-9, Rua Cordeiro da Graça nº 156 (Rua Equador, 613-A) e RIP 5819.00106.500-8 (Campos) também são utilizados por outros órgãos públicos, portanto, os valores dos RIPs dos imóveis são maiores que os dos RIPs de utilização.
- 3- Os RIPs 5849.00017.500-6, 5865.00166.500-9, 5925.00021.500-7, 5699.00020.500-6, 5663.00061.500-9 referem-se a terrenos, não cabendo, assim, classificação quanto ao estado de conservação.

6.2.4 Cessão de Espaço Físico em Imóvel a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas

- TRF2

Quadro nº 64 - Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade do TRF2

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.01702.500-2
	Endereço	Rua Acre nº 80, Centro, Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-09
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Atividade Bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato de Comodato
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de Atendimento Bancário - PAB
	Prazo da Cessão	30 anos
	Caracterização do espaço cedido	Área de 115 m ² , localizada no 2º pavimento
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Comodato a título gratuito
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Conservação, manutenção e limpeza sob responsabilidade da Comodatária

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.01702.500-2
	Endereço	Rua Acre nº 80, Centro, Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-09
	Nome ou Razão Social	Santander S.A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Atividade Bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Não há registro
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de Atendimento Bancário - PAB
	Prazo da Cessão	Indeterminado
	Caracterização do espaço cedido	Área de 80,15m ² , localizada no 2º pavimento
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Comodato a título gratuito
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Conservação, manutenção e limpeza sob responsabilidade do Comodatário

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.01702.500-2
	Endereço	Rua Acre nº 80, Centro, Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/4919-00
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S.A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Atividade Bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Permissão de Uso nº 001/2001
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de Atendimento Bancário - PAB
	Prazo da Cessão	Indeterminado
	Caracterização do espaço cedido	Área de 104,77 m ² , localizada no 2º pavimento.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Permissão a título gratuito
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Conservação, manutenção e limpeza sob responsabilidade do Permissionária

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.01702.500-2
	Endereço	Rua Acre nº 80, Centro, Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.488.478/0001-02
	Nome ou Razão Social	Superior Tribunal de Justiça - STJ
	Atividade ou Ramo de Atuação	Poder Judiciário
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Permissão de Uso nº 001/2014
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Gabinete de Representação do STJ
	Prazo da Cessão	Indeterminado
	Caracterização do espaço cedido	Área de 70,17 m ² , localizada no 7º pavimento.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Permissão de uso gratuito e não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se aplica

Caracterização do imóvel objeto de Cessão	RIP	6001.01702.500-2
	Endereço	Rua Acre nº 80, Centro, Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	11.779.598/0001-85
	Nome ou Razão Social	Bomboniere Special Coffe Ltda. ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Comercialização de lanches, Cafeteria
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato de Concessão de Uso de Imóvel nº 064/2011. <i>Contrato expirado em 13/12/2015.</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Comercialização de lanches, Cafeteria.
	Prazo da Concessão	24 meses
	Caracterização do espaço cedido	Área de 84,00 m ² , localizada no 22º pavimento
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Descontos nos preços dos produtos comercializados.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Operação, conservação, manutenção e limpeza sob responsabilidade da Concessionária

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.01872.500-8
	Endereço	Avenida Rio Branco, 241/243, Centro, Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	68.571.843/0001-81
	Nome ou Razão Social	Bomboniere Special Coffe Ltda. ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Comercialização de lanches, Cafeteria
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato de Concessão de Uso de Imóvel nº 046/2009
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Comercialização de lanches, cafeteria
	Prazo da Cessão	24 meses, prorrogáveis até 60 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Área de 43,50 m ² , localizada no pavimento térreo
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Pagamento mensal no valor de R\$ 3.600,00
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Pagamento efetuado por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Operação, conservação, manutenção e limpeza sob a responsabilidade da Concessionária

• SJRJ

Quadro nº 65 - Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da SJRJ

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.01459.500-2
	Endereço	Avenida Venezuela nº 134, Blocos A e B, Saúde, Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	08.201.190/0002-06
	Nome ou Razão Social	Aline Monteiro Imbroinisio Lanches e Refeições - ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantinas – Serviços de alimentação privativos
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Cessão de Uso nº 001/2014
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Comercialização de lanches, Cafeteria
	Prazo da Cessão	60 (sessenta) meses
	Caracterização do espaço cedido	50,38 m ² , localizada no pavimento térreo, Bloco A
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Valor do aluguel: R\$ 10.051,00.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	O pagamento do aluguel será efetuado por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se aplica

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.00005.500-0
	Endereço	Avenida Rio Branco nº 241/243, Anexo I, Centro, Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001/91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S.A.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Atividade Bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Convênio nº 086/3/1995
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de Atendimento Bancário - PAB
	Prazo da Cessão	Indeterminado
	Caracterização do espaço cedido	Área 92,78m ² , localizada no 4º andar do Anexo I.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Permissão a título gratuito
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Conservação, manutenção e limpeza sob a responsabilidade do Banco do Brasil S/A

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.00004.500-5
	Endereço	Avenida Rio Branco nº 241/243, Centro, Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Atividade Bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato de Comodato
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de Atendimento Bancário - PAB
	Prazo da Cessão	30 (trinta) anos
	Caracterização do espaço cedido	Área 393,00m², localizado no Térreo.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Comodato a título gratuito.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Conservação, manutenção e limpeza sob a responsabilidade do Comodatário

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.01459.500-2
	Endereço	Av. Venezuela nº 134, Blocos A e B, Saúde, Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Atividade Bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato de Comodato
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de Atendimento Bancário - PAB
	Prazo da Cessão	30 (trinta) anos
	Caracterização do espaço cedido	Área 206,00m², localizado no pavimento térreo, Bloco B.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Comodato a título gratuito.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Conservação, manutenção e limpeza sob a responsabilidade da Comodatária

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.01423.500-6
	Endereço	Avenida Almirante Barroso nº 78, Centro, Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Atividade Bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Cessão
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de Atendimento Bancário - PAB
	Prazo da Cessão	30 (trinta) anos
	Caracterização do espaço cedido	Área 142,77m ² , localizado no Térreo
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Comodato a título gratuito.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Conservação, manutenção e limpeza sob a responsabilidade da Cessionária

- **SJES**

Quadro nº 66 - Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da SJES

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00348.500-8
	Endereço	Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes nº 1877, Monte Belo, Vitória/ES
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S.A.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Atividade bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Permissão de Uso nº 001/2010
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de Atendimento Bancário - PAB
	Prazo da Cessão	Indeterminado
	Caracterização do espaço cedido	2m ² no 1º pavimento. Em 2015 foi desativado do posto bancário que funcionava no pavimento térreo (38,00 m ²)
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Não se aplica
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se aplica

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00348.500-8
	Endereço	Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes nº 1877, Monte Belo, Vitória/ES
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Atividade bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Não há registro
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de Atendimento Bancário - PAB
	Prazo da Cessão	Indeterminado
	Caracterização do espaço cedido	Não há registro
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Não se aplica
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Pro-rata, de acordo com a área ocupada.	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00348.500-8
	Endereço	Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes nº 1877, Monte Belo, Vitória/ES
Identificação do Cessionário	CNPJ	CGC/MF 90.400.888/0001-42
	Nome ou Razão Social	Santander S.A.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Atividade bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Não há registro
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de Atendimento Bancário. Em outubro/2015 o posto foi desativado e devolvido o espaço.
	Prazo da Cessão	Indeterminado
	Caracterização do espaço cedido	34,36m ² no pavimento térreo.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Não se aplica
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Pro-rata, de acordo com a área ocupada.	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00348.500-8
	Endereço	Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes nº 1877, Monte Belo, Vitória/ES
Identificação do Cessionário	CNPJ	02.497.358/0001-05
	Nome ou Razão Social	ASSEJUFES – Associação dos Servidores da Justiça Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Associação de servidores
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Permissão de Uso nº 001/2012
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Prestar atendimento aos associados.
	Prazo da Cessão	Indeterminado
	Caracterização do espaço cedido	28,33 m² no quarto andar. Em 2015 foi acrescentado espaço físico de 21,21m² aos 7,12m² iniciais.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Promoção e realização de Projeto Cultural (Coral da Justiça Federal) voltado ao incremento da saúde do servidor
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Pro-rata, de acordo com a área ocupada.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00384.500-4
	Endereço	Rua São Francisco nº 52, Cidade Alta, Vitória/ES
Identificação do Cessionário	CNPJ	05.489.410/0010-52
	Nome ou Razão Social	Advocacia Geral da União / Procuradoria Federal do Estado do Espírito Santo
	Atividade ou Ramo de Atuação	Representação judicial e extrajudicial da União
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Permissão de Uso
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atividades administrativas
	Prazo da Cessão	Indeterminado
	Caracterização do espaço cedido	20m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Não se aplica
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se aplica

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5623.00020.500-6
	Endereço	Avenida Monte Castelo, s/n, Bairro Independência, Cachoeiro de Itapemirim/ES
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Atividade bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Permissão de Uso nº 002/2010 e Termo de Ajuste de Cessão de Uso nº 005/2015
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de Atendimento Bancário - PAB
	Prazo da Cessão	60 meses
	Caracterização do espaço cedido	22,30 m², 1,25 m² e 3,65 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 34.023,00 em 60 meses, com prestações mensais de R\$ 567,05
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento por meio de GRU
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Aquisição, fornecimento e instalação de equipamentos voltados à atividade institucional da Subseção Judiciária de Cachoeiro de Itapemirim
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Pro-rata, de acordo com a área ocupada.

Análise Crítica

Não existem Imóveis Funcionais em utilização pela Unidade Consolidadora e Seções Judiciárias.

Os bens imóveis são registrados no sistema SPIUnet e são ainda reavaliados periodicamente, conforme norma vigente.

6.2.5 Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros

Quadro nº 67 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela JF2	
		Exercício 2015	Exercício 2014
BRASIL	UF – Rio de Janeiro	18	18
	Rio de Janeiro	2	2
	Angra dos Reis	1	1
	Barra do Piraí	1	1
	Duque de Caxias	1	1
	Itaboraí	1	1
	Itaperuna	1	1
	Niterói	1	1
	Nova Friburgo	1	1
	Nova Iguaçu	1	1
	Petrópolis	1	1
	Resende	1	1
	Campo Grande	1	1
	São Gonçalo	1	1
	São João de Meriti	1	1
	Teresópolis	1	1
	Volta Redonda	2	2
	UF – Espírito santo	3	2
	Colatina	1	1
	Linhares	1	1
Serra	1	0	
Subtotal Brasil		21	20
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1	0	0
cidade 2	0	0	
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		21	20

Fontes: Processos de Locação de Imóveis: **TRF2:** TRF2-EOF-2014/00040 e TRF2-EOF-2014/00243. **SJRJ:** JFRJ-EOF-2013/01825, RJ-EOF-2010/00119, RJ-EOF-2014/01525, RJ-EOF-2010/1020, JFRJ-EOF-2013/00128, JFRJ-EOF-2013/01834, RJ-EOF-2010/00698, RJ-EOF-2011/00326, JFRJ-EOF-2013/00768, JFRJ-EOF-2015/00420, RJ-EOF-2010/00659, JFRJ-EOF-2013/01594, RJ-EOF-2010/00148 e RJ-EOF-2010/01730, RJ-EOF-2010/00386, RJ-EOF-2010/00145, RJ-EOF-2010/00723, RJ-EOF-2010/00728. **SJES:** 7.356/06/2011-EOF, 5.915/11/2008-EOF, JFES-EOF-2014/00199 e JFRJ-EOF-2014/00653.

- **TRF2**

Houve imperiosa necessidade de ampliação dos espaços físicos do TRF2 para que, no prédio sede, pudesse haver redimensionamento dos espaços destinados à área fim. Dessa forma, mantêm-se alugados dois imóveis, próximos ao prédio sede: o primeiro, localizado na Rua Dom Gerardo nº 46, onde ficaram algumas Secretarias Administrativas e outro na Rua Beneditinos, nº 24, para onde foi transferido o almoxarifado. Em ambos os casos, foi realizada criteriosa análise por parte do setor de projetos e avaliação dos imóveis por parte da Caixa Econômica Federal.

- **SJRJ**

- 1) Em Itaboraí, o contrato de aluguel encontra-se suspenso temporariamente devido a problemas estruturais no prédio. A Subseção Judiciária de Itaboraí está funcionando provisoriamente no prédio da Rua Leopoldo Fernandes Pinheiro nº 604, na Subseção Judiciária de Niterói;
- 2) Em São Gonçalo, há dois contratos (andares e períodos distintos), mas a ocupação se dá no mesmo imóvel;
- 3) Os imóveis locados de terceiros são registrados no SPIUnet, mas não são contabilizados no SIAFI, conforme orientação contida na página 25 do Manual de Regularizações Contábeis do SIAFI – 021006.

- **SJES:**

- ❖ **Colatina:**

- 1) Em 2011, a SJES alugou 02 andares do Edifício Dezolina Salvador para a instalação da Vara de Colatina. O nº do processo é 7.356/06/2011-EOF. O valor pago pelo aluguel foi R\$ 143.315,16. O valor gasto com a manutenção do prédio da Vara de Colatina foi de R\$ 68.538,21;
- 2) O valor pago pela SJES pelas despesas de condomínio do Edifício Dezolina Salvador referente aos andares ocupados pela Vara, foi R\$ 16.047,90.

- ❖ **Linhares:**

- 1) No exercício de 2005, a Prefeitura Municipal de Linhares - PML, por intermédio de Convênio de Cooperação de 3/6/2005, locou um prédio com 552,00 m² e o cedeu à SJES para a instalação da Vara Federal. A vigência do convênio encerrava-se em 31/12/2014. Foi assinado um aditivo por mais 3 meses;
- 2) O valor gasto com a manutenção da Vara de Linhares, em 2015, foi de R\$ 70.334,40;
- 3) Em 2014, a SJES alugou 02 pavimentos (térreo e sobreloja) em um prédio comercial, denominado Edifício Brunetti, com área total de 667,70m², para onde deverá transferida a Vara. O número do processo do aluguel é o nº JFES-EOF-2014/00199. A mudança ocorreu em fevereiro de 2015.
- 4) O valor pago pelo aluguel do imóvel foi R\$ 257.861,95.

- ❖ **Serra:**

- 1) Trata-se de uma edificação com 01 pavimento de 165m² e um prédio comercial de 03 pavimentos com 355,74m², locado pela Prefeitura Municipal da Serra-PMS e cedido para funcionamento da Vara Federal por intermédio do Convênio de Cooperação nº 110/2010-SEAD e aditamentos. A partir de 8/1/2015, a SJES passou a arcar com o referido aluguel (JFES-EOF-2014/00653), com prazo de vigência de 24 meses. O valor gasto com manutenção da Vara de Serra foi de R\$ 64.928,69.

6.3. Gestão da Tecnologia da Informação

A Tecnologia da Informação – TI é cada vez mais exigida e tem papel fundamental no apoio à sociedade da informação.

A cada dia que passa, as organizações tornam-se mais dependentes dos serviços de TI para atender seus objetivos estratégicos, e a área de TI vem se tornando um parceiro estratégico das áreas de negócio.

Projetos de informatização de atividades contribuem de forma significativa para a otimização de recursos humanos das unidades envolvidas, sendo um importante instrumento para minimizar a carência de recursos da instituição. Entretanto, para a área de TI, o efeito é inverso. Quanto maior a informatização de procedimentos, maior a demanda de sustentação dos diversos serviços de TI.

Diversas atividades deixam de existir ou são otimizadas com a informatização, liberando a força de trabalho envolvida para o desempenho de outras funções, sem falar na otimização de espaço físico e recursos materiais. Já para a área de TI, é inevitável o aumento da demanda de suporte, manutenção, monitoramento, *backup*, contratações, atendimento técnico, entre outras.

Nesse contexto, uma área de TI com estrutura capaz de fazer frente aos desafios e metas da instituição é fundamental para o efetivo atendimento dos objetivos estratégicos da JF2, razão pela qual, em 2015, foi implementada uma grande reestruturação interna da área de TI.

A Resolução TRF2-RSP-2015/0016, unificou as unidades de TI do TRF2 e da SJRJ, implementando uma nova estrutura organizacional, mais robusta, moderna e atualizada, projetada com base nos modelos de referência de boas práticas de Gestão de Serviços de TI.

Tal medida proporcionará, a médio/longo prazo, na medida em que os diversos serviços de TI forem sendo regionalizados, uma maior capacidade de atendimento da área de TI das demandas de informatização da JF2.

Segue, abaixo, quadro com a força de trabalho total da área de TI:

Quadro nº 68 - Força de Trabalho Atual das Unidades de TI

Unidade	Servidores da carreira de TI	Servidores de outras carreiras	Servidores da carreira de TI de outros órgãos	Servidores de outras carreiras de outro órgão	Terceirizados	Estagiários
TRF2/SJRJ	85	33	1	1	65	21
SJES	11	4	0	1	14	2

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação - STI – Posição Dez/15

6.3.1 Principais Sistemas de Informações e Serviços de TI

6.3.1.1 Categoria Sistemas Administrativos

Quadro nº 69 - Principais Sistemas Administrativos de TI

Nome	Descrição	Abrangência	Gestor	Tipo de manutenção
SIGA-DOC	Controla a produção, tramitação e arquivamento dos expedientes e processos administrativos.	REGIONAL	Conselho de Justiça Federal - CJF (Comitê Gestor do SIGA)	Própria
SIGA-RH	Sistema de Recursos Humanos, incluindo módulos de adicional de qualificação, benefícios, funções gratificadas e substituição, controle de horas gerenciais, treinamento, avaliação de desempenho, estagiários, lotação, provimento, férias e portaria de férias, elogios e penalidades, frequência, aposentados e averbação de tempo de serviço.	REGIONAL	Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP	Própria

Fonte: Catálogo de Serviços de TI

O sistema SIGA-RH ainda possui módulos que precisam ser desenvolvidos: funções gratificadas e substituição, controle de horas gerenciais, treinamento, avaliação de desempenho, estagiários, lotação, provimento, férias e portaria de férias, elogios e penalidades, frequência, aposentados e averbação de tempo de serviço. Entretanto, está sendo avaliado pelo Conselho de Justiça Federal – CJF a alternativa de adoção de um sistema nacional de recursos humanos.

Registra-se que, durante o exercício de 2015, foi iniciada a construção e a alimentação de base de conhecimento sobre os serviços de TI que, além de agilizar o atendimento de chamados técnicos, também contribui para reduzir a dependência tecnológica das empresas que prestam serviços de TI para o TRF2, SJRJ e SJES.

6.3.1.2 Categoria Sistemas Judiciários

Quadro nº 70 - Principais Sistemas Judiciários de TI

Nome	Descrição	Abrangência	Gestor	Tipo de manutenção
APOLO	Sistema de Processo Eletrônico da Segunda Região.	REGIONAL	Secretaria Judiciária	Terceirizada Custo anual R\$ 1.905.470,46
E-DJF2R-DIÁRIO DE JUSTIÇA ELETRÔNICO	Sistema de publicação oficial dos atos judiciais e administrativos da Segunda Região. A publicação é composta por 6 cadernos, sendo um de conteúdo judicial e outro administrativo para cada órgão que compõe a Justiça Federal da Segunda Região (TRF2, SJRJ e SJES).	REGIONAL	Secretaria de Documentação, Informação e Memória	Própria
INTEIRO TEOR	Sistemas de apoio aos Magistrados e servidores dos Gabinetes, na elaboração de decisões, votos, relatórios e ementas, consolidando os textos que farão parte de um Acórdão.	TRF2	Secretaria de Documentação, Informação e Memória	Própria
PRC/RPV/JEF	Sistema de Controle de Precatórios e Requisição de Pequeno Valor.	TRF2	Divisão de Precatórios	Própria
SIAPRO	Sistema de acompanhamento processual para processos físicos.	TRF2	Secretaria Judiciária	Terceirizada Custo anual R\$ 293.829,10

Fonte: Catálogo de Serviços de TI

6.3.2 Informações sobre o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

A elaboração e cumprimento de um PETI e um PDTI foram determinadas no artigo 6º da Resolução 211/2015/CNJ (ENTIC-JUS).

O PETI, vigente para toda a Justiça Federal até 2020, foi elaborado em um trabalho conjunto das áreas de Tecnologia da Informação e de Gestão Estratégica dos TRFs, coordenadas pelo Conselho de Justiça Federal - CJF, tendo sido publicado na Resolução 313/CJF de 22/10/2014.

O PDTI, específico da Justiça Federal da 2ª Região – JF2, foi publicado na Resolução TRF2-PTP-2014/559, com vigência para o período de 2015 a 2017, tendo sido elaborado, segundo metodologia e modelo definidos pelo CJF, mantendo-se, assim, o alinhamento com o PETI.

Principais ações desenvolvidas com recursos orçamentários no período:

a) Ações de Informática - AI

Valor empenhado: R\$

- **TRF2:** 5.175.956,29
- **SJRJ:** 3.823.136,26
- **SJES:** 2.197.092,74

Fonte: Unidades de orçamento da 2ª Região

Ação Regional executada:

- Renovação tecnológica do serviço de videoconferência no TRF2, na SJRJ e na SJES, possibilitando a ampliação do serviço na JF2.

Ação Executada no TRF2

- Substituição de equipamentos servidores obsoletos e modernização tecnológica da infraestrutura do *Datacenter*;

Ações executadas na SJRJ:

- Expansão da solução de gravação de audiências na SJRJ, visando atender, inicialmente, os Juizados Especiais, bem com realizar um piloto de uso do serviço pelas Varas Cíveis;
- Solução para impressão e digitalização para atender a demanda pelo serviço nas instalações da SJRJ;
- Substituição dos *switches* que se encontravam obsoletos e fora da garantia;
- Implantação e migração de Portal corporativo *Intranet*;
- Aquisição de licenças do *software aplicativo IBM SPSS Statistics base concurrent* para obtenção de indicadores de Gestão de Pessoas.

Ações executadas na SJES:

- Substituição de impressoras obsoletas e com vigência da garantia expirada;
- Licenciamento do *Software Oracle Diagnostic Pack*.

Resultados esperados:

- Expansão do serviço de videoconferência, atendendo a um número maior de Magistrados e Servidores, e estendendo o serviço a localidades não atendidas anteriormente, levando até elas todas as vantagens proporcionadas pela tecnologia;
- Redução do risco de falhas e de segurança decorrente do uso de softwares desatualizados e equipamentos obsoletos;
- Aumento do desempenho dos diversos serviços de TI em função da substituição dos equipamentos servidores por outros mais modernos e com maior capacidade de armazenamento e processamento;
- Expansão de serviços de gravação de audiências atendendo um número maior de Magistrados, Servidores e Jurisdicionados na SJRJ;
- Otimização do desempenho do sistema de processo eletrônico;
- Avanço no atendimento de determinações da Resolução 355/2015-CJF que trata do nivelamento da Tecnologia da Informação nos Tribunais Regionais Federais.

b) Execução de Restos a Pagar - Sistema Integrado de Gestão de Informação na Justiça Federal – ISIGI

ISIGI – Executados e Inscritos em Restos a Pagar: R\$

- Inscritos em Restos a Pagar (2013): 275.551,14
- Executados: 266.311,14

Fonte: Unidade orçamentária do TRF2

Por intermédio dos recursos inscritos em Restos a Pagar do ISIGI, foi possível às unidades promoverem as seguintes ações no ano de 2015:

- Serviço de *mentoring* na SJRJ sobre as plataformas e infraestrutura do SIGA, permitindo a modernização dos módulos de Documentos, Recursos Humanos, Serviços e Transportes.
- Aquisição de *no-breaks* a fim de aumentar a disponibilidade dos serviços e segurança da informação na SJES.
- Implementação de novas funcionalidades em sistemas de informação (Fábrica de *software*).

c) Execução de Restos a Pagar - Modernização Tecnológica e Gestão da Informação – MTGI

MTGI – executados e inscritos em Restos a Pagar: R\$

- Inscritos em Restos a Pagar (2014): 6.657.326,83
- Executados: 6.246.148,91

Fonte: Unidade orçamentária do TRF2

Por intermédio dos recursos inscritos em Restos a Pagar do MTGI, foi possível às unidades promoverem as seguintes ações no ano de 2015:

- Modernização e expansão da unidade de armazenamento (*storage*), visando ao aumento da capacidade de armazenamento de informações referentes a processos eletrônicos e demais serviços;
- Expansão da solução de rede sem fio, permitindo que mais dispositivos móveis (*smartphones, tablets, notebooks* etc) sejam conectados à rede corporativa;
- Aquisição de scaneres para atendimento de novas demandas, tendo em vista a adoção do processo eletrônico;
- Aquisição de monitores de vídeo e microcomputadores, substituindo os equipamentos obsoletos, bem como atendendo novas demandas dos usuários;
- Aquisição dos *softwares red hat* e *visual studio* buscando agilizar os trâmites judiciais e administrativos no processamento e publicação de processos e documentos eletrônicos;

Resultados Gerais:

No ano de 2015, a STI trabalhou em ações prioritizadas em 2014 pelo Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação da Segunda Região – CODITI, concluídas em 2015. O Comitê, de caráter consultivo, foi constituído pela Portaria nº 1106, de 17/12/ 2009. É presidido pelo Diretor Geral do TRF2 e tem por objetivo analisar e priorizar todas as solicitações de ações de TI encaminhadas pelas diversas unidades administrativas e judiciárias, conforme estabelecido na Resolução TRF2-RSP-2013/00056, garantindo, então, o alinhamento estratégico do investimento.

Conforme Portaria nº TRF2-PTP-2015/00233, o CODITI é composto por, pelo menos, um representante das seguintes unidades:

- Presidência;
- Secretaria Geral;
- Secretaria da Tecnologia da Informação;
- Secretaria de Documentação, Informação e Memória;;
- Coordenadoria de Gestão Estratégica;
- Subsecretaria de Implementação de Serviço de TI;
- Subsecretaria de Entrega de Serviço de TI
- Núcleo de Tecnologia da Informação da SJES

Em cumprimento ao Artigo 8º. da Resolução 211/CNJ, está sendo providenciada também a criação de um Comitê Gestor de TI – CGTI, cujo foco é gestão interna dos serviços de TI, atuando na elaboração de planos táticos e operacionais, análise das demandas, acompanhamento da execução de planos, estabelecimento de indicadores operacionais, e proposição de replanejamentos.

Além das ações prioritizadas pelo CODITI, a STI também trabalhou na reorganização de sua estrutura interna, em função do processo de unificação das unidades de TI do TRF2 e da SJRJ. Por intermédio da realização de várias reuniões, cada área teve definida a sua finalidade, principais processos de trabalho, atribuições, principais objetivos iniciais e indicadores. Essas informações foram reunidas no Documento de Início de Atividade (DINA) de cada área. Este trabalho foi um desdobramento da Resolução TRF2-RSP-2015/0016, estando em consonância com a Resolução TRF2-RSP-2013/00056, que versa sobre a necessidade de otimizar e alinhar a atuação das áreas de Tecnologia da Informação da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Grau da 2ª Região, bem como a necessidade de racionalização dos recursos materiais e de pessoal disponíveis.

A reorganização da área de TI tomou como base as boas práticas da biblioteca de boas práticas *Information Technology Infrastructure Library – ITIL*, considerada uma das principais referências de gestão de TI.

Em função da citada unificação, também foi iniciado um trabalho de revisão de todos os processos de trabalho relacionados ao Gerenciamento de Serviços de TI, visando à regionalização dos procedimentos. O primeiro processo implementado foi o de Gerenciamento de Incidentes, tendo sido projetada uma nova Central Regional de Serviços de TI, que iniciou o funcionamento em novembro de 2015 no TRF2 e, em dezembro de 2015, na SJES, restando pendente o início do funcionamento da SJRJ, previsto para 2016.

Com o objetivo de alinhar as habilidades da equipe técnica às atribuições inerentes das atividades e processos de trabalho da nova estrutura foram realizados os seguintes eventos de capacitação:

- *ITIL v3 Fundamentals*
- *Oracle 11g / PL/SQL*
- *Design, interação, experiência do usuário e usabilidade*
- *Oracle Database 11g*

Seguem as principais ações priorizadas pelo CODITI, durante o exercício de 2014, e executadas pela área de TI ao longo de 2015:

- Conclusão da Implantação do Sistema Processual Eletrônico - Apolo no TRF2, com a autuação de todos os processos novos no sistema.
- Sistema SIGA-RH: implantação do módulo de benefícios, do módulo de adicional de qualificação e do Ensino à Distância (EAD) do Módulo de Treinamento. Atualização de tecnologia do módulo de treinamento.
- Sistema SIGA-SERVIÇOS (abertura de chamados de TI): implantação no TRF2, SJES e SJRJ, unificando os sistemas de atendimento no âmbito da JF2.
- Sistema de Acompanhamento de Julgamento no Plenário, Órgão Especial, Sessões e Conselho Administrativo: implantação do painel visando facilitar o acompanhamento da pauta e votação por advogados e partes.
- Sistema SIGA-Doc: implantação na Universidade Federal Fluminense, atendendo convênio firmado entre esta e a SJRJ.
- Sistema de Auxílio-Saúde: criação do módulo de cadastramento e criação de módulo de conferência por meio do confronto dos dados provenientes dos arquivos das operadoras de plano de saúde em relação aos cadastros na área de Benefícios.
- Sistema Banco de Permutas: permissão de permuta de funcionários entre os diversos órgãos do Judiciário.
- Sistema de Videoconferência: melhorias como aquisição, testes e instalação de novos equipamentos para ampliar os acessos da videoconferência em mais de dois pontos simultâneos.
- Sistema de Precatórios: alteração para cadastramento de informação alusiva ao pagamento de precatórios com maior segurança.
- Sistema APOLO: Desenvolvimento de funcionalidade para importação do cadastro de advogado diretamente da base de dados da OAB, possibilidade de *login* com certificação digital, padronização e unificação da certidão eletrônica na JF2, otimização da tela Resultado de Julgamento, melhoria na consulta a peças processuais com filtros e grupamento de fases, renumeração e reordenação de peças, recuperação de exclusão de peças, permitir publicar matérias no DJE no mesmo dia e distribuição em lote.
- Portal Processual: Cadastro de OAB com certificado digital e unificação da consulta processual (SIAPRO e APOLO).

Além das ações indicadas anteriormente e por tratar-se de demandas com alto impacto na prestação jurisdicional, foi dado andamento às iniciativas a seguir:

- Atualização do Sistema de Precatórios (SPRC), em face de decisão judicial da Suprema Corte, que alterou a forma de correção monetária de precatórios e RPVs.
- Atualização do sistema APOLO para desenvolver ferramenta de gestão de demandas repetitivas.
- Atualização do sistema APOLO para adequá-lo às alterações introduzidas pelo novo Código de Processo Civil.
- Implantação do sistema audiovisual de gravação de audiências nas instalações do primeiro grau de jurisdição.

Por fim, com todo o investimento realizado nas aquisições anteriormente elencadas, foi viabilizada a modernização dos serviços de TI oferecidos, que acreditamos contribuir positivamente para a celeridade jurisdicional na Justiça Federal da 2ª Região.

6.3.3 Processo Judicial Eletrônico (PJe)

Não foram desenvolvidas ações, no âmbito da área de TI, relacionadas ao Sistema PJe. Em relação ao assunto, a Administração do TRF2 deliberou por encaminhar ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ pedido de relativização da implementação do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe. Somente a partir da definição do assunto, é que poderá ocorrer o planejamento da implantação, com o detalhamento de etapas e estimativa de prazos do Projeto.

No entanto, o TRF2 vem adotando sistema processual eletrônico próprio, denominado APOLO, que permanecerá ativo até a implementação do PJe na Justiça Federal da 2ª Região - JF2, com prazo final estimado para o exercício de 2018.

Para garantir uma visão mais apurada na implementação do PJe na Justiça Federal da 2ª Região, destacamos os principais eventos relacionados a essa ação.

O Processo Judicial Eletrônico - PJe teve sua gênese no Acordo de Cooperação Técnica nº 73, de 15/09/2009, firmado pelo Conselho da Justiça Federal - CJF, os Tribunais Regionais Federais e o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em decorrência da adesão, da Justiça Federal, ao projeto nacional Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, sob a coordenação do CNJ.

Relevante aduzir que essa iniciativa teve embasamento legal na Lei nº 11.419, de 19/12/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, em especial no que concerne ao disposto no art. 18 do diploma legal mencionado, que autoriza a regulamentação pelos órgãos do Poder Judiciário.

Ato contínuo, o CJF editou a Resolução nº CF-RES-2012/00202, dispondo sobre a implantação do sistema aludido, tanto na sua esfera de atuação quanto na Justiça Federal de primeiro e segundo graus, e, dentre outras determinações, instituiu o Comitê Gestor do PJe no âmbito de suas competências, estabelecendo que a implantação, nos órgãos da Justiça Federal, decorreria da elaboração de um plano nacional, ao encargo do Comitê Gestor.

O referido normativo vedou a criação de novas soluções de tecnologia da informação para o processo judicial eletrônico, ressalvadas as manutenções evolutivas, corretivas e adaptativas dos sistemas judiciais existentes.

Por meio da Resolução nº 185, de 18/12/2013, o CNJ instituiu o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais, estabelecendo a referida norma parâmetros para sua implementação e funcionamento, abrangendo todos os órgãos jurisdicionais elencados no art. 92, incisos I-A a VII da Constituição Federal, ou seja, o projeto nacional PJe não ficaria restrito à esfera da especializada Justiça Federal.

Considerando o fato de que o TRF2 aderiu formalmente ao projeto PJe, uma das primeiras ações administrativas naquela direção deu-se em 2012, quando, por determinação da Presidência do Órgão, a Secretaria de Tecnologia da Informação – STI elaborou estudos técnicos consistindo em análise e tratamento de risco decorrente de implantação do Processo Judicial Eletrônico no âmbito da JF2.

Tais estudos desdobraram-se em diversas determinações da Presidência, dentre elas, a constituição de comissão gestora de implantação do sistema. Nesse sentido, foi editada a Resolução nº T2-RSP-2012/00019, que dispôs sobre a criação da Comissão de Implantação do PJe no âmbito do TRF2.

Apesar daquela iniciativa, o tema processo judicial eletrônico, no âmbito da JF2, seguiu novo rumo na gestão posterior. Por razões de conveniência e oportunidade e considerando que, à época, o primeiro grau de jurisdição já adotava sistema processual eletrônico próprio (APOLO), deliberou-se pela regionalização do mesmo, o que se formalizou por meio da Portaria TRF2-PTP-2014/00003, que instituiu o Comitê de Regionalização do Processo Eletrônico no âmbito do TRF2, ato aquele que sofreu alterações posteriores, consoante as Portarias TRF2-PTP-2015/00101, TRF2-PTP-2015/00198 e TRF2-PTP-2015/00234.

Insta esclarecer que as razões de conveniência e oportunidade, que ensejaram a decisão de regionalizar o sistema processual eletrônico APOLO, decorreram dos seguintes aspectos:

a) A regionalização do sistema processual eletrônico APOLO, que estava consolidado no primeiro grau de jurisdição, ofereceu uma oportunidade do TRF2 alinhar-se à estratégia da virtualização, com menor impacto possível na rotina processual, visto que se estava diante de um sistema plenamente desenvolvido;

b) A opção de postergar a implementação do PJe constituiu-se numa razão de conveniência, uma vez que a JF2 haveria que lidar com a complexa medida de migrar dados de dois sistemas diferentes para o novo sistema, o que poderia gerar significativo impacto negativo na rotina processual no âmbito dos dois graus de jurisdição. Ressalte-se que dito impacto já fora previsto no estudo preliminar de riscos, efetuado em 2012.

Desde a implantação do sistema APOLO, no âmbito do TRF2, em 2012, as entradas de autos físicos começaram a decrescer, evidenciando a mudança paulatina do acervo da matriz “autos físicos” para a matriz “autos eletrônicos”.

A virtualização do acervo proporciona algumas vantagens: a) a falta de espaço para acondicionamento de autos físicos deixa de ser um problema; b) a possibilidade de maior celeridade da tramitação processual; c) maior racionalização e automatismo de procedimentos; d) possibilidade, na medida da existência de volume significativo de acervo de autos eletrônicos, de se colocarem, em prática, rotinas de teletrabalho; e) maior integração com as Seções Judiciárias; f) a transformação do local de trabalho em ambiente menos insalubre.

Entretanto, algumas dessas vantagens somente poderão ser percebidas na medida em que o TRF2 consolidar rotinas de integração de procedimentos entre os diversos órgãos processantes e disponibilizar capacitação suficiente e adequada para todos os servidores envolvidos nesse contexto.

O processo judicial eletrônico, materializado atualmente por meio do Sistema Apolo, representa um avanço organizacional e abre diversas possibilidades de melhoria no universo da tramitação processual com reflexos positivos na prestação jurisdicional.

De toda sorte, apesar dos avanços apontados, a implantação do sistema PJe na 2ª Região da Justiça Federal constitui-se em um objetivo imponderável da atual gestão, tendo em vista os indicativos de uniformização de sistemas processuais eletrônicos advindos dos Conselhos Superiores do Poder Judiciário.

Neste sentido, a migração deverá ser levada a efeito de forma a viabilizar o maior aproveitamento de informação entre as bases de dados, matéria que ainda está sendo objeto de estudos em

andamento e ao encargo das áreas de apoio judiciário e de tecnologia da informação. Por tais razões de ordem técnica, a implantação deverá seguir plano progressivo até 2018.

Além da questão de ordem técnica, há que se considerar o aspecto orçamentário e o atendimento ao postulado da eficiência do serviço público. Nesse sentido, os estudos irão balizar a tomada de decisão acerca do momento ideal e do formato em que se dará a transição dos atuais sistemas processuais para o Sistema PJe, mormente porque os estudos em andamento irão priorizar a otimização de recursos financeiros e humanos.

Destarte, conclui-se que a atual gestão do TRF2 está alinhada à política nacional de virtualização do processo judicial, pelos benefícios que isso representará para a sociedade, sobretudo por razões de ordem estratégica, neste momento de cenário econômico desfavorável.

A virtualização do processo judicial tem caráter estratégico em face dos aspectos relacionados à sustentabilidade, conforme preconizado na própria Resolução CNJ nº 185 e, mais recentemente, na Resolução CNJ nº 201/2015, que, nos termos do seu art. 16, I, dispõe sobre o uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos.

6.4. Gestão Ambiental e Sustentabilidade

6.4.1. Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

Motivo de preocupação de muitos gestores, a redução do impacto socioambiental gerado pelas atividades desenvolvidas pelo TRF2 vem sendo buscada, por intermédio de medidas efetivas. A respeito, em que pese o fato de algumas recomendações se encontrarem sob avaliação da Administração, cabe salientar o parecer do Órgão de Controle Interno - OCI que, ao realizar Auditoria de Avaliação da Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis, concluiu que o TRF2 (...) *vem envidando esforços para promover contratações alinhadas às diretrizes sustentáveis emanadas dos órgãos competentes, visando ao uso racional dos recursos naturais e à eficiência dos serviços prestados. Foi o que se observou na maioria dos processos examinados (cerca de 65%), ainda que não esgotadas as práticas sustentáveis recomendadas pela legislação ambiental.*

Nesse panorama, o TRF2 conta com a unidade organizacional intitulada Seção de Gestão Socioambiental – SEGESA, subordinada à Assessoria de Governança Corporativa, Gestão Estratégica e Monitoramento – AGOM, integrante da SG.

A respeito das atribuições da SEGESA, cabe ressaltar a mudança de paradigma provocada pela publicação da Resolução do CNJ nº 201, de 3/3/2015, no que tange à determinação de implementação do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário – PLS/PJ, instrumento vinculado ao planejamento estratégico do Poder Judiciário.

O Plano de Logística Sustentável do TRF2 – PLS/TRF2 constitui-se, portanto, num programa de caráter estratégico a ser desenvolvido pela Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TRF2 – CGPLS-TRF2.

Convém destacar que a Responsabilidade Socioambiental foi conceituada como um atributo de valor para a sociedade no âmbito da Estratégia do Poder Judiciário, estabelecida para vigorar no período de 2015 a 2020, ensejando a sustentabilidade na administração pública.

A sustentabilidade, na esfera do Poder Judiciário, pode, em síntese, ser explicitada consoante os objetivos a seguir:

- a construção de uma nova cultura institucional, com base nos eixos temáticos integrantes do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P e nas diretrizes da Resolução do Conselho Nacional de Justiça – CNJ nº 201/2015;
- o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, por meio do combate ao desperdício e do consumo consciente de materiais de consumo e bens permanentes;

- a gestão adequada dos resíduos gerados por qualquer órgão: a) coleta de resíduos perigosos (classe I) e não perigosos (classe II-B), executada por meio de pessoa jurídica inscrita no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos (CNORP), conforme a Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/1/2013; b) coleta seletiva solidária, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010); c) coleta de resíduos de serviços de saúde – RSS, segundo as diretrizes da norma ABNT NBR 12808;
- as licitações sustentáveis, observando-se a integração dos aspectos ambientais, econômicos e sociais do desenvolvimento sustentável, para fins de especificação técnica de produtos e serviços solicitados;
- a gestão sustentável de documentos;
- ações de sensibilização, divulgação e capacitação;
- a qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- ações sociais de caráter solidário, por meio de campanhas para arrecadação de bens para instituições filantrópicas ou comunidades carentes, bem como de estímulo ao trabalho voluntário.

No que alude ao Gerenciamento de Resíduos, o TRF2 adota um sistema de gerenciamento baseado em contratos específicos e em um Programa. Relativamente aos resíduos orgânicos, resíduos de serviço de saúde e resíduos classes I e II (respectivamente perigosos e não-perigosos), o TRF2 contrata empresas especializadas para execução de serviço de coleta, transporte e descarte, atendendo às normas ambientais que versam sobre o assunto. Já no que tange a materiais recicláveis, o TRF2 mantém, desde 2002, um Programa de Coleta Seletiva Solidária, nos moldes do Decreto nº 5940/2006. Ressalte-se, entretanto, que, no exercício de 2015, o aludido Programa sofreu um revés, em decorrência das obras de revitalização da área do Centro da cidade do Rio de Janeiro, em função das quais ocorreram inúmeras restrições ao trânsito, prejudicando a logística de coleta e transporte por meio de veículos de carga pesada, fato que afastou momentaneamente as entidades parceiras.

Contudo, o TRF2 está envidando esforços para restabelecer plenamente o seu Programa de Coleta Seletiva, tendo em vista a sua grande relevância socioambiental.

No que tange às contratações sustentáveis, foi elaborado o Diagnóstico Socioambiental do TRF2, disponível no ambiente colaborativo *Sharepoint* na *Intranet*, no link http://vmshareapp.trf.net:8181/relatorios/Paginas/plano_logistica.aspx, tendo sido apuradas as seguintes práticas:

- Aquisição de chapas térmicas negativas;
- Aquisição de produtos químicos com FISPQ;
- Aquisição de Scanner Planetário;
- Aquisição de leitor eletrônico;
- Assinaturas de bases de dados digitais para toda a JF2;
- Assinatura de periódicos eletrônicos;
- Contratação de serviço que respeita os padrões de sustentabilidade (STI);
- Aquisição de torneiras de fechamento automático e de bacias sanitárias com caixa de descarga acoplada;
- Aquisição de tintas atóxicas, óleos e graxas biodegradáveis, gás refrigerante ecológico em substituição ao HCFC e cabos elétricos livres de halogênio;
- Aquisição de equipamentos de refrigeração que utilizam gases refrigerantes ecológicos;

- Aquisição de produtos usados na limpeza e conservação de ambientes (saneantes) com certificação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;
- Contratação de serviço que respeita os padrões de sustentabilidade (SIE);
- Contratação de serviço de limpeza e conservação com cláusula contratual prevendo a realização de programa interno de treinamento dos empregados, visando à adoção de práticas de redução do consumo de energia elétrica, água, e produção de resíduos sólidos e coleta seletiva;
- Aquisição de veículos bicombustíveis;
- Aquisição de bens com observância de requisitos ambientais, em conformidade com a certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO;
- Contratação de obra pública e serviços de engenharia com padrões de sustentabilidade, por meio de exigência, nos instrumentos convocatórios e contratos, e sob pena de multa, do fiel cumprimento do Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC nas condições determinadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, por intermédio da Resolução nº 307, de 5/72002;
- Exigência nos instrumentos convocatórios e contratos de obras e serviços de engenharia de que todos os resíduos removidos devam estar acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004, disponibilizando campo específico na planilha de composição dos custos;
- Previsão, nos projetos básicos ou executivos para contratação de obras e serviços de engenharia, de espaço físico específico para a coleta e o armazenamento de materiais recicláveis;
- Doação de bens inservíveis (ociosos, recuperáveis, antieconômicos e irrecuperáveis) para outros órgãos da Administração Pública e entidades habilitadas, nos termos das normas vigentes.

Especificamente, quanto à aquisição de bens com critérios de sustentabilidade, foram levantados, por meio do Inventário Físico/Financeiro de Bens e Materiais de Consumo Sustentáveis, também disponível no ambiente colaborativo *Sharepoint* na *Intranet*, no link http://vmshareapp.trf.net:8181/relatorios/Paginas/plano_logistica.aspx, os seguintes itens:

- **Materiais de consumo:**

- ✓ Lâmpada tipo LED (bulbo da *Powerled* potência 6w) - eficiência energética.
- ✓ Lâmpada tipo LED (bulbo da *Powerled* potência 7w) - eficiência energética.
- ✓ Lâmpada tipo LED (bulbo da *Powerled* potência 8w) - eficiência energética.
- ✓ Lâmpada tipo LED (PL da *Powerled* potência 10w) - eficiência energética.
- ✓ Lâmpada tipo LED (Painel Ultra *thin light* da *Powerled* 18w) - eficiência energética.
- ✓ Lâmpada tipo LED (*Street Light* da *Powerled* potência 28w) - eficiência energética.
- ✓ Lâmpada tipo LED (*Buried light* embutido de solo *Powerled* 40w) - eficiência energética.
- ✓ Refletor LED (Holofote) - eficiência energética.
- ✓ Copo Descartável 200ml - NORMA ABNT - NBR 14865.
- ✓ Copo Descartável 50ml - NORMA ABNT - NBR 14865.

- ✓ Papel A4 - Certificação FSC OU CERFLOR / ABNT NBR ISO 14020.
- ✓ Papel A3 - N/C - compra realizada em 2013.
- ✓ Papel Ofício - N/C - compra realizada em 2012.
- ✓ Açúcar - CNNPA - Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos.
- ✓ Café - ANVISA - laudo técnico atestando a qualidade do café.
- ✓ Cartucho de Toner Preto Lexmark T654 - laudo técnico de empresas certificadas pelo INMETRO.
- ✓ Cartucho de Toner Preto Okidata C330 - laudo técnico de empresas certificadas pelo INMETRO.
- ✓ Cartucho de Toner Cyan Okidata C330 - laudo técnico de empresas certificadas pelo INMETRO.
- ✓ Cartucho de Toner Magenta Okidata C330 - laudo técnico de empresas certificadas pelo INMETRO.
- ✓ Cartucho de Toner Amarelo Okidata C330 - laudo técnico de empresas certificadas pelo INMETRO.
- ✓ Cartucho de Toner Preto Xerox Phaser 7500 - laudo técnico de empresas certificadas pelo INMETRO.
- ✓ Cartucho de Toner Cyan Xerox Phaser 7500 - laudo técnico de empresas certificadas pelo INMETRO.
- ✓ Cartucho de Toner Magenta Xerox Phaser 7500 - laudo técnico de empresas certificadas pelo INMETRO.
- ✓ Cartucho de Toner Amarelo Xerox Phaser 7500 - laudo técnico de empresas certificadas pelo INMETRO.
- ✓ Cartucho de Toner Preto Samsung Mlt D205e - laudo técnico de empresas certificadas pelo INMETRO.
- ✓ Cartucho de Toner Preto Hp 4250 - laudo técnico de empresas certificadas pelo INMETRO.
- ✓ Painéis de LED (luminárias) - Certificado RoHs de ausência de substâncias perigosas como mercúrio, cromo e chumbo.
- ✓ Papel Toalha - certificação do INMETRO.
- ✓ Papel Higiênico - certificação do INMETRO.
- ✓ Desengraxante Líquido Biodegradável - certificação das normas da ANVISA e INMETRO.
- ✓ Sabonete em Gel - certificação das normas da ANVISA e INMETRO.
- ✓ Água Sanitária - certificação das normas da ANVISA e INMETRO.
- ✓ Desinfetante Biodegradável - certificação das normas da ANVISA e INMETRO.
- ✓ Detergente Biodegradável - certificação das normas da ANVISA e INMETRO.
- ✓ Lava Louça Biodegradável - certificação das normas da ANVISA e INMETRO.
- ✓ Saco Plástico. - conforme as normas técnicas da ABNT e INMETRO.
- ✓ Álcool Gel - certificação das normas da ANVISA e INMETRO.

- ✓ Limpador Instantâneo Biodegradável - certificação das normas da ANVISA e INMETRO.
 - ✓ Papel Protetor para Assento Sanitário - certificação do INMETRO.
 - ✓ Cabos Elétricos - certificação das Normas NBR 247.3, 247.2 e 280.
 - ✓ Água Engarrafada - laudo de análise microbiológica conf. Resolução 274/05 da ANVISA.
 - ✓ Assinaturas de bases de dados digitais para toda a JF2 - economia de papel e otimização do espaço físico.
 - ✓ Assinatura de periódicos eletrônicos - economia de papel e otimização do espaço físico.
 - ✓ Aquisição de produtos químicos com FISPQ – informações sobre vários aspectos dos produtos químicos (substâncias ou misturas) quanto à segurança, à saúde e ao meio ambiente, transmitindo, desta maneira, conhecimentos sobre produtos químicos, recomendações sobre medidas de proteção e ações em situação de emergência.
- **Bens permanentes:**
 - ✓ Refrigeradores Tipo Frigobar - selo de certificação PROCEL A - certificação do compressor utilizando gás ecológico R-134-A.
 - ✓ Veículo Tipo *Sedan* - 4 portas - certificação de motor bicomustível.
 - ✓ Microcomputadores - eficiência energética e nível de emissão de poluentes de máquinas e aparelhos consumidores de energia, veículos e prédios públicos.
 - ✓ Monitores - eficiência energética e nível de emissão de poluentes de máquinas e aparelhos consumidores de energia, veículos e prédios públicos.
 - ✓ Aquisição de chapas térmicas negativas - dispensam o uso de produtos químicos para sua revelação, tornando o processo mais limpo e ecológico.
 - ✓ Aquisição de Scanner Planetário - utiliza módulos de economia de energia e de lâmpadas que não agredem o meio ambiente nem prejudicam os originais em papel.
 - ✓ Aquisição de leitor eletrônico - permite o atendimento do público com deficiência visual otimizando a utilização do material bibliográfico em papel.

Em relação à Seção Judiciária do Rio de Janeiro - SJRJ, registramos que o Setor de Gestão Ambiental - SEAMB é ligado à Secretaria Geral desde setembro de 2012. Portanto, aderente à determinação de criação de unidades ambientais nos órgãos do Judiciário, em vista da Resolução nº 201/2015 do CNJ.

O fraco resultado na economia de energia, água e papel de 2014 e a crise hídrica divulgada no início de 2015, que impulsionou a Portaria nº 23 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de 12/02/2015 e a recomendação do CNJ número 201, de 3/3/2015, embasaram a campanha 2015 de economia, baseada na comunicação com os apoios das subseções e unidades da capital com envio de recomendações de economia e acompanhamento do desempenho de consumo e a proposição de metas, que foram de redução em 3% para energia e água e em 5% para papel. Os memorandos foram enviados, trimestralmente, e resultaram numa economia de 11,8% de papel, e em uma economia de 8,9% de água.

No caso de energia elétrica, apesar de a SJRJ ter apresentado um acréscimo de 5,7%, com o aprofundamento dos estudos ao longo do ano de 2015, foi verificado que a base de cálculo para a definição da meta levou em consideração o consumo atipicamente baixo de um dos prédios do Foro

da Av. Rio Branco em 2014, o que provocou disparidade na comparação com o resultado de 2015. Analisando a série histórica de consumo, observa-se que, no exercício de 2015, houve uma reconstituição dos consumos registrados em anos anteriores.

Houve, ainda, a demanda de gerenciamento de resíduos perigosos (classe D), consistindo na ação que culminou com a descontaminação e descarte de lâmpadas. No exercício de 2015, foram descontaminadas cerca de 21.000 un (vinte e uma mil unidades).

No tocante ao Programa de Coleta Seletiva, implementado desde 2009 e destinado ao gerenciamento de resíduos recicláveis, faz-se necessária a sua reestruturação, visando à sua continuidade, com a mesma eficiência. Nesse sentido, a administração programou, para 2016, a aquisição de contentores de materiais gerados em razão das atividades operacionais da SJRJ, que serão encaminhados para reciclagem.

Atendendo à demanda da SJRJ e às mudanças no perfil de transporte da Cidade, foi disponibilizado, em novembro, um bicicletário com vestiários na Sede Administrativa, que atende ainda ao Foro da Av. Rio Branco, permitindo que servidores e magistrados tenham essa opção de locomoção.

Para aperfeiçoar os procedimentos e evitar erros no descarte de resíduos, foram realizadas melhorias em vários tipos de sinalização, confecção de estruturas para organização de resíduos e a manutenção de vínculos com outras organizações que visam a gestão ambiental e a continuidade de programas de descarte da SJRJ.

Os programas ativos na SJRJ descartaram corretamente grande quantidade de resíduos em 2015, sendo: a) resíduos eletrônicos acondicionados em 3 (três) contêineres com capacidade de 1000 litros cada; b) mais de 20 toneladas de documentos antigos; c) 2.431 contêineres de materiais recicláveis; d) 564 cartuchos usados de toner. Além destes programas ativos, há um passivo de toners genéricos usados, que deverão ter seu descarte contratado.

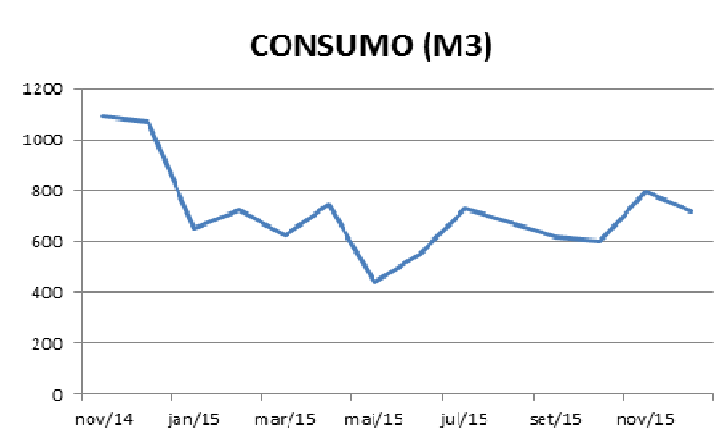
Também está programada a reformulação da Comissão de Gestão Ambiental, visando a sua efetividade e maior eficiência. As ações do SEAMB, em especial em 2015 e no planejamento de 2016, visam estabelecer e implementar uma política ambiental com abrangência em toda a SJRJ.

No âmbito da Seção Judiciária do Espírito Santo - SJES, registramos que, apesar de a SJES não ter aderido formalmente à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e de não possuir uma unidade organizacional com atribuições voltadas à sustentabilidade, a SJES vem adotando várias práticas integrantes desse Programa, como a gestão adequada dos resíduos, em observância ao Decreto nº 5.940/2006, por meio da coleta seletiva, implantada em 2012 e ainda em curso, a utilização de campanhas visando a estimular o uso racional dos recursos naturais e a reduzir impactos socioambientais negativos gerados pela atividade pública, a instalação de torneiras automáticas com controle de vazão de água, entre outras.

No decorrer do ano de 2015, destacamos as seguintes ações:

- Aquisição de 900 lâmpadas de LED, a serem instaladas nas áreas de circulação interna e escadas dos prédios da SJES, com ganhos em termos de durabilidade e economia;
- Instalação de um setor de fragmentação de papéis, visando facilitar a reciclagem e o sigilo do material descartado;
- Aquisição e instalação de impressoras com funcionalidade de impressão em frente e verso;
- A diminuição do consumo de água, que chegou a atingir até menos de 50% do consumo de 2014, conforme gráfico abaixo:

Gráfico nº 9 – Consumo de água na SJES, de nov/14 a nov/15



Fonte: Núcleo de Obras e Manutenção da SJES

- Redução em 50% da rega dos gramados;
- Suspensão da limpeza de caixas d'água em períodos de escassez;
- Limpeza de pisos e automóveis com panos úmidos em lugar de lavagem;
- Regulagem permanente de caixas de descarga;
- Construção das caixas de reuso de água da chuva para o novo prédio da Subseção Judiciária da Serra;
- Aquisição de aparelhos de ar condicionado mais eficientes e econômicos para a Subseção Judiciária da Serra e para o prédio do Arquivo;
- Instalação de bicicletários para uso dos servidores e do público externo.

A SJES adota as recomendações constantes da Resolução nº 11/CNJ, de 22/5/2007, que sugere a adoção de medidas como:

- a) utilização de papel reciclado e não clorado nos impressos do Poder Judiciário, sejam de natureza administrativa ou processual;
- b) instituição da coleta seletiva de resíduos, destinando recipientes individuais para plástico, papel, metal e vidro, e a ulterior doação do material coletado a entidades assistenciais que se responsabilizem pela correta utilização do material para a devida reciclagem;
- c) aquisição de impressoras que imprimam, automaticamente, em frente e verso;
- d) aquisição de bens e materiais de consumo que levem em consideração o tripé básico da sustentabilidade: ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável;
- e) utilização sustentável da energia e dos combustíveis; e
- f) utilização de edifícios com observância da proteção ao meio ambiente.

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1. Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

A missão institucional da Justiça Federal da 2ª Região - JF2 consiste no aperfeiçoamento dos processos de trabalho, que garantam celeridade e qualidade dos processos julgados, perseguindo o preceito constitucional que assegura o prazo razoável para julgamento (art. 5º, inciso LXXVIII da Constituição Federal de 1988).

Como anteriormente mencionado *no subitem 6.1.1.4*, as dificuldades enfrentadas impossibilitam os órgãos da JF2 a adotarem, de pronto, muitas das providências determinadas ou recomendadas pelos órgãos de controle externo (TCU, CNJ e CJF).

Cônsua desses problemas, a JF2 vem implementando, quando possível, várias medidas que vão ao encontro das deliberações preconizadas.

O foco no planejamento gerencial passou a ser fundamental na Administração Pública. Nesse sentido, consigna-se que, em fase bem inicial, encontra-se, no âmbito da JF2, a revisão dos processos que envolvem a governança corporativa e a instituição de controles internos.

Traçadas as considerações, proceder-se-á à sucinta explanação sobre o andamento das determinações e recomendações emanadas da Corte de Contas.

No ano de 2015, foram recebidos 7 (sete) deliberações do Eg. TCU, das quais 5 (cinco) foram cumpridas integralmente, quais sejam, Acórdãos nºs. 2.803/2015-TCU-2ª Câmara, 370/2015-TCU-Plenário, 3445/2014-TCU-Plenário, 3718/2015-TCU-2ª Câmara, 4788/2015-TCU-1ª Câmara, restando pendências quanto ao cumprimento do Acórdãos nºs. 3.114/2015-TCU- 2ª Câmara. No tocante ao Acórdão nº 3030/2015-TCU-Plenário, vale mencionar que este se encontrava dentro do prazo concedido pelo TCU para manifestação do TRF2.

Com relação a uma das determinações (Acórdão nº 3445/2014-TCU-Plenário), o TRF2 foi comunicado, porém, não houve concessão de abono de permanência no ano de 2015, nos termos tratado no referido Acórdão. Entretanto, convém mencionar que, no Mandado de Segurança nº 33.424/DF, o STF, em decisão monocrática, concedeu liminar suspendendo os efeitos do mencionado Acórdão para a Impetrante, havendo parecer favorável do Subprocurador-Geral da República. Ademais, o TCU, em sessão de 9/12/2015, alterou o entendimento firmado no Acórdão em referência, conforme consta no Acórdão nº 3344/2015-TCU-Plenário.

Como fator positivo que facilitou a adoção de providências pelo gestor, podemos apontar a viabilidade e a clareza das determinações.

No que tange ao subitem 9.40.2 do Acórdão nº 821/2014 -TCU- Plenário, a Presidência do TRF2, considerando que metas e indicadores são mecanismos de avaliação de desempenho instituídos anualmente pelas instâncias de controle externo, a existência de Assessores de Gestão de Meta em todos os Gabinetes, e, ainda, as frequentes demandas por aprimoramento das atividades finalísticas, determinou a instituição de *Comissão Permanente de Monitoramento e Aperfeiçoamento das Atividades Judiciárias do Tribunal Regional Federal da 2ª Região*.

Quanto ao subitem 9.40.1 do Acórdão 821/2014, anota-se a expedição do Memorando Circular nº TRF2-MCG-2014/00023, de 11/11/2014, dando cumprimento ao disposto no mencionado subitem. Assinala-se que, no exercício de 2016, será editado ato detalhando as condições para o respectivo apoio técnico. Para elaboração do normativo, a Presidência contará com a participação da Secretaria de Controle Interno-SCI e da Secretaria Geral-SG.

O Acórdão nº 3114/2015-TCU-2ª Câmara, por meio do qual foram aprovadas as contas da Justiça Federal da 2ª Região, relativas ao exercício de 2013 (competência) contemplou as seguintes recomendações registradas no quadro seguinte:

Quadro nº 71 - Deliberações do TCU (Em Processos de Contas) que Permanecem Pendentes de Cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da ciência
019.576/2014-5	3.114/2015-TCU-2ª Câmara	1.8 (1.8.1, 1.8.2 e 1.8.3)	Ofício nº 1809/2015-TCU/SECEX-RJ	29/06/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Gestão de Pessoas e Secretaria de Tecnologia da Informação				
Descrição da determinação/recomendação				
1.8. Recomendar ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com fundamento no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, que avalie ações visando: 1.8.1. à definição quanto à execução das despesas de exercícios anteriores, relativas ao pagamento de servidores requisitados de outros órgãos ou entidades, por pendência de documentação do órgão de origem; 1.8.2. à realização dos procedimentos necessários à contratação de pessoal especializado de TI, de modo a atender ao mínimo previsto no Anexo I da Resolução CNJ 90/2009; 1.8.3. à adequação do conjunto de indicadores para monitoramento da gestão de TI, especialmente quanto à quantificação e capacitação da força de trabalho.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A matéria, objeto dos subitens 1.8.1, 1.8.2 e 1.8.3, encontra-se devidamente instruída, acompanhada das sugestões apresentadas pelos segmentos da área-meio. Contemplados os elementos mínimos e suficientes, o expediente se encontra sob apreciação da Presidência do TRF2.				

No que tange ao acompanhamento das deliberações do TCU, ressalta-se a grande dificuldade enfrentada, visto a sistemática de encaminhamento pela E. Corte de Contas se dar de forma difusa, podendo ser dirigida a diversas unidades da JF2. Apesar disso, foi mantido o devido monitoramento das deliberações.

Em busca do contínuo aperfeiçoamento das rotinas de controle, foi criada, por meio da Resolução nº TRF2-RSP-2015/00029, de 3/12/2015, a Assessoria de Governança Corporativa, Gestão Estratégica e Monitoramento (AGOM) na Secretaria Geral do TRF2, em substituição à Assessoria de Gestão e Desenvolvimento Institucional (AGED), com o intuito de contemplar, na respectiva estrutura, as atividades de monitoramento da gestão administrativa, entre outras.

7.2. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Vale a remissão ao subitem 7.1. Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU que explicita as reais condições vivenciadas pela JF2 e que são determinantes na definição do acolhimento e não acolhimento das determinações/recomendações emitidas.

De igual forma, salienta-se que a sistemática de gerenciamento para implementação das medidas decorrentes da apreciação dos Acórdãos é análoga à do subitem 7.1.

O Plano Anual de Auditoria do ano de 2015 (PAA 2015), aprovado pela Presidência do TRF2, por meio do TRF2-MEM-2014/06962, previu a execução, pelos três órgãos de controle interno da 2ª Região, de 09 auditorias.

Foram executadas 07 auditorias, sendo: 03 pela Secretaria de Controle Interno-SCI do TRF2, 02 pela Subsecretaria de Controle Interno-SCO da SJRJ, 01 pelo Núcleo de Controle Interno-NCI da

SJES e 01 pela SCI, SCO e NCI, em conjunto. Isto representa o cumprimento de, aproximadamente, 80% do PAA 2015.

Registra-se que 02 das auditorias planejadas não foram realizadas:

- Ação Coordenada de Auditoria (SCI/TRF2), na área de Gestão de Tecnologia da Informação: cancelada pela Secretaria de Controle Interno do Conselho Nacional de Justiça-CNJ;

- Auditoria de Material e Patrimônio (NCI/SJES): inviabilizada em razão da alteração da estrutura do Núcleo de Controle Interno - extinção da Seção de Análise Contábil/SEACON (TRF2-RSP-2015/00028).

Dos trabalhos de auditoria realizados, no exercício de 2015, pelos três órgãos de controle interno da 2ª Região, resultaram 42 “Achados de Auditoria” e 27 “Recomendações do OCI”, demonstrados no quadro abaixo:

Quadro nº 72- Achados e Recomendações do OCI - Auditorias 2015

Unidades Responsáveis: SCI/TRF2 – SCO/SJRJ – NCI/SJES

Órgãos Auditados: TRF2/SJRJ/SJES

	QUANTITATIVO			
	TRF2	SJRJ	SJES	TOTAL
Achados de Auditoria	27	-	15	42
Recomendações do OCI	12	12	03	27

Fonte: SIGA - Sistema Integrado de Gestão Administrativa – Justiça Federal – TRF2

• **Tribunal Regional Federal da 2ª Região – TRF2**

As 12 recomendações emitidas pela SCI do TRF2, consignadas no Apêndice III do processo TRF2-ADM-2015/00198, resultaram da Auditoria de Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.

Essa Ação Conjunta, aprovada pelo Comitê Técnico de Controle Interno da Justiça Federal (CTCI), foi levada a efeito pelas unidades de controle interno do Conselho da Justiça Federal - CJF e dos cinco Tribunais Regionais Federais e, ao final, consolidada pela Secretaria de Controle Interno do CJF.

As citadas recomendações encontram-se em fase de análise pela Administração do TRF2, motivo pelo qual, as justificativas ou eventuais providências implementadas pelo gestor ainda não foram objeto de apreciação pela equipe da SCI do TRF2.

Não obstante, insta anotar que, preliminarmente, a avaliação promovida pela área de controle interno, em linhas gerais, foi satisfatória.

Foi realizada Auditoria Integrada da Folha de Pagamento, no âmbito do TRF2 e das Seções Judiciárias do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. Os achados e respectivas recomendações encontram-se sob apreciação da Administração do TRF2.

Consigna-se que os apontamentos então levantados se constituem ações primordiais para o aperfeiçoamento das atividades.

É de salientar que algumas ações dependem de implementação de funcionalidades no Sistema de Folha de Pagamento, o que implica, necessariamente, aumento de despesas condicionadas às disponibilidades orçamentárias.

Assim, diante do cenário vislumbrado para 2016, provavelmente, o TRF2 não poderá observar as recomendações de forma imediata. Todavia, iniciativas de fortalecimento dos controles internos da área de pessoal serão adotadas ao longo do exercício de 2016.

- **Seção Judiciária do Rio De Janeiro - SJRJ**

Das recomendações emanadas pela SCO da SJRJ, 03 decorreram da Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia, consignadas no JFRJ-MEM-2015/08590, e 09 são fruto da Auditoria de Patrimônio (Aspectos Contábeis), elencadas no JFRJ-MEM-2015/08589.

No que concerne às recomendações da auditoria de Obras e Serviços de Engenharia, 02 foram acolhidas e 01 a Administração da SJRJ decidiu que não será objeto de implementação.

As 09 recomendações da Auditoria de Patrimônio ainda não foram implementadas pelos gestores e serão objeto de monitoramento em 2016.

- **Seção Judiciária do Espírito Santo - SJES**

As 03 recomendações emitidas pelo NCI da SJES, consignadas no processo JFES-ADM-2015/00031, resultaram dos trabalhos da Auditoria das Contratações com alocação de Mão de Obra terceirizada.

A Direção do Foro da SJES acolheu as recomendações e determinou a implementação das propostas apresentadas pela auditoria.

7.3. Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Dada a similaridade da matéria a ser abordada neste subitem com o 3.2 -Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos e no sentido de evitar repetição de textos e tabelas em prol da concisão, a Justiça Federal da 2ª Região faz remissão ao subitem 3.2.

Importa consignar, por fim, que não foram instauradas Tomadas de Contas Especiais, no exercício de 2015, no âmbito da JF2.

7.4. Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993

A Justiça Federal da 2ª Região – JF2 cumpre o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/93. Ressalta-se que a JF2, conforme programação financeira enviada ao Conselho da Justiça Federal - CJF, recebe os recursos para pagamento de todas as notas fiscais devidas no mês.

7.5 – Gestão de Precatórios

O TRF2, objetivando dar cumprimento às orientações contidas na Portaria TCU nº 321/2015, apresentou as informações solicitadas segregando as Requisições de Pagamento em suas 2 espécies, quais sejam: Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPVs). Tal repartição, além de descrever de forma mais clara e transparente os recursos aplicados, leva em consideração as características orçamentárias dos diferentes programas: RPVs e Precatórios.

A inclusão, previsão e execução das despesas voltadas para o pagamento de sentenças judiciais observaram as determinações contidas no art. 100 da Constituição Federal, Lei n.º 13.080/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015), Resolução nº 168/2011 do Conselho da Justiça Federal, e Resolução T2-RSP-2012/00079 deste Tribunal.

7.5.1 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatório)

A proposta anual de precatórios para o exercício de 2015 compreende as requisições de pagamento apresentadas pelos juízos federais, juízos estaduais com competência delegada e órgãos fracionários do TRF2, no período de 02 de julho de 2013 a 01 de julho de 2014.

Também integra a proposta orçamentária os valores das parcelas de precatórios parcelados em virtude da Emenda Constitucional nº 30/2000. Vale salientar que o Supremo Tribunal Federal decidiu pela inconstitucionalidade do referido parcelamento. Contudo, este subsistirá para os precatórios expedidos até o exercício de 2011, até que o STF decida os Embargos de Declaração opostos pela União na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2356/DF (Resolução CJF nº 168/2011, art. 60).

As informações constantes dos quadros abaixo demonstram os valores apresentados para inclusão no orçamento anual, bem como sua execução:

Quadro nº 73 - Requisições e Precatórios – Administração Direta

Precatórios – Requisição				
Administração Direta				
Natureza	Requisições		Precatórios	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Alimentícia	2.645	437.413.462,19	2.645	437.413.462,19
Comum	653	398.144.841,42	653	398.144.841,42
Total	3.298	835.558.303,61	3.298	835.558.303,61
Precatórios – Dotação e Pagamento				
Natureza	Dotação Orçamentária do exercício	Valores Pagos/Tipo de Credor		SalDOS a Pagar
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	
Alimentícia	483.423,451,61	472.287.848,00	39.289.520,27	
Comum	694.120.207,53	77.668.831,41	853.690.515,87	
Total	1.177.543.659,14	549.956.679,41	892.980.036,14	

Fonte: TRF2 / SIAFI

Nota: Em 2015, houve o pagamento da complementação dos precatórios inscritos na proposta de 2014 e das parcelas, executadas em 2014, das propostas de 2005 a 2011. Esses depósitos (R\$ 266.234.460,89) foram realizados em cumprimento à decisão do colegiado do Conselho da Justiça Federal, de 25 de maio de 2015, no processo CJF-PPN-2014/00002.

Quadro nº 74- Requisições e Precatórios – Administração Indireta

Precatórios – Requisição				
Administração Direta				
Natureza	Requisições		Precatórios	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Alimentícia	3.940	372.506.159,93	3.940	372.506.159,93
Comum	88	40.435.890,47	88	40.435.890,47
Total	4.028	412.942.050,40	4.028	412.942.050,40
Precatórios – Dotação e Pagamento				
Natureza	Dotação Orçamentária do exercício	Valores Pagos/Tipo de Credor		SalDOS a Pagar
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	
Alimentícia	405.735.247,52	424.987.913,70	5.720.388,76	
Comum	49.680.657,14	9.782.138,48	46.606.796,19	
Total	455.415.904,66	434.770.052,18	52.327.184,95	

Fonte: TRF2/SIAFI

Nota: Em 2015, houve o pagamento da complementação dos precatórios inscritos na proposta de 2014 e das parcelas, executadas em 2014, das propostas de 2005 a 2011. Esses depósitos (R\$ 31.855.717,79) foram realizados em cumprimento à decisão do colegiado do Conselho da Justiça Federal, de 25 de maio de 2015, no processo CJF-PPN-2014/00002.

7.5.2 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Requisições de Pequeno Valor - RPVs)

As Requisições de Pequeno Valor, conforme estabelecido pela Lei nº 10.259/2001, são limitados a 60 salários mínimos e são processados mensalmente em ordem cronológica e depositados com correção monetária, em até 60 dias, contados a partir do registro da requisição no TRF2.

Em 2015, em face das limitações orçamentárias nessa rubrica, as requisições de novembro não foram liquidadas dentro do prazo estabelecido em lei (art. 17 da Lei 10.259/2001 e Resolução nº 168/2011 CJF). Essas requisições serão liquidadas com créditos de 2016.

Os valores constantes do quadro abaixo representam o montante das RPVs e dos depósitos efetuados em 2015.

Quadro nº 75 - Requisições de Pequeno Valor - RPVs

Precatórios (RPVs)				
Administração Direta				
Natureza	Requisições		Precatórios (RPVs)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Alimentícia	69.543	673.087.461,11	69.543	673.087.461,11
Comum	18.869	33.150.887,78	18.869	33.150.887,78
Total	88.412	706.238.348,89	88.412	706.238.348,89
Precatórios (RPVs) – Dotação e Pagamento				
Natureza	Dotação Orçamentária do exercício	Valores Pagos/Tipo de Credor		Saldos a Pagar
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	
Alimentícia	692.318.811,93	682.173.023,37	7.076.082,27	
Comum	38.251.842,07	24.192.101,99	7.538.123,78	
Total	730.570.654,00	706.365.125,36	14.614.206,05	

Fonte: TRF2/SIAFI

Análise Crítica

A liquidação dos precatórios inscritos para o exercício de 2015 obedeceu à ordem cronológica de apresentação dos mesmos no TRF2. Foi observada a preferência dos créditos alimentares em relação aos demais, sendo todos liquidados no último trimestre de 2015, quando o Governo Federal disponibilizou os recursos financeiros necessários.

Em setembro de 2015, foi executado o pagamento complementar dos precatórios inscritos na proposta de 2014 e das parcelas, executadas em 2014, das propostas de 2005 a 2011. Esses depósitos foram realizados em cumprimento à decisão do colegiado do CJF, de 25/5/2015, no processo CJF-PPN-2014/00002.

A despeito do expressivo volume de mais de 100 mil depósitos efetuados em 2015, a gestão dos precatórios, no TRF2, caracteriza-se pela eficácia dos pagamentos, pela celeridade e pela transparência de todo o processo de liquidação. Além de dispensar a apresentação de alvará judicial para levantamento dos valores depositados, os procedimentos garantem, por meio da divulgação, na página do TRF2 na *Internet*, a devida publicidade de todos os elementos envolvidos (dados cadastrais, fases de processamento e informações de depósito).

Em relação ao fluxo dos procedimentos de inscrição, processamento e liquidação de precatórios e requisições de pequeno valor, o TRF2 conta com uma estrutura composta de setores com segregação de funções para cada etapa do processo, além de uma Secretaria de Controle Interno com total acesso aos sistemas corporativos e ao SIAFI.

7.6 Informações Sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas Pela Desoneração da Folha de Pagamento

7.6.1 Revisão dos Contratos Vigentes

Os procedimentos de apuração dos valores da Justiça Federal da 2ª Região - JF2 foram sobrestados a partir da decisão - CNJ, que expediu o Ofício-Circular nº 191/SG/2015, por meio do qual suspendeu, no âmbito dos Tribunais, a aplicação do item 9.2.3 do Acórdão nº 2.859/2013-TCU/Plenário, até a análise do mérito. O total apurado até a decisão mencionada foi de R\$ 667.486,44.

7.6.2 Ressarcimento dos Valores

A Seção Judiciária do Rio de Janeiro - SJRJ e o Tribunal Regional Federal da 2ª Região - TRF2, antes da decisão do CNJ, haviam dado continuidade aos procedimentos de análise dos contratos, cálculos e conferência de valores visando ao ressarcimento de eventuais valores pagos a maior em decorrência da desoneração da folha de pagamento das empresas. O total arrecadado administrativamente chegou a R\$ 622.810,14.

7.6.3 Detalhamento dos Contratos Revisados (Vigentes e Encerrados)

Quadro nº 76 - Detalhamento dos Contratos Revisados (Vigentes e Encerrados) Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento

Detalhamento sobre os Contratos - Desoneração da Folha de Pagamento (Subitens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão nº 2.859/2013-TCU)						
Contrato Processo Empresa CNPJ	Objeto	Vigência		Economia (R\$)		
		Data Inicial	Data Final	Valor do Ressarcimento	Valor Já Ressarcido	Valor a Ser Ressarcido
Unidade Contratante						
Nome: Tribunal Regional Federal da 2ª Região						
UG/Gestão: 090028				CNPJ: 32.243.347/0001-51		
029/2009 EOF-2011/00389 INTERADAPT SOLUTIONS S/A CNPJ 06.150.807/0001-97	Prestação de serviços de manutenção preventiva e pró-ativa “on-site” de licenças do <i>software</i> Sistema Gerenciador de Bancos de Dados Relacional INGRES II	19/3/2009	18/6/2013	69.136,71	0,00	69.136,71
023/2011 EOF-2011/00337 EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A – EMBRATEL CNPJ 33.530.486/0001-29	Prestação de serviços de comunicação permanente de dados visando à interligação da rede de computadores do TRF2 e da SJES	25/5/2011	24/8/2012	6.885,67	0,00	6.885,67
023/2008 EOF-2011/00500 PRIMASOFT INFORMÁTICA LTDA. CNPJ 69.112.514/0001-35	Prestação de serviços de manutenção e suporte do <i>software</i> Sophia Biblioteca Avançado	17/1/2008	16/1/2013	2.462,86	2.462,86	0,00
047/2011 EOF-2011/00100 DAMOVO DO BRASIL S.A CNPJ 56.795.362/0007-66	Prestação de serviços especializados em assistência e suporte técnicos preventivos e corretivos para o sistema de telecomunicações do TRF2	2/9/2011	1º/1/2015	19.410,06	19.410,06	0,00
049/2009 EOF-2011/00223 LINK DATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA. CNPJ 24.936.973/0001-03	Prestação de serviços especializados em suporte técnico e em manutenção continuada do <i>software</i> de gestão <i>Automation System Inventory Web (ASI WEB)</i>	5/10/2009	4/10/2013	15.390,58	0,00	15.390,58

Detalhamento sobre os Contratos - Desoneração da Folha de Pagamento (Subitens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão nº 2.859/2013-TCU)

Contrato Processo Empresa CNPJ	Objeto	Vigência		Economia (R\$)		
		Data Inicial	Data Final	Valor do Ressarcimento	Valor Já Ressarcido	Valor a Ser Ressarcido
094/2008 EOF-2011/00159 INTERADAPT TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA CNPJ 06.150.807/0001-97	Prestação de serviços especializados em manutenção corretiva de licenças do <i>software</i> Sistema Gerenciador de Bancos de Dados Relacional Ingres II	5/1/2009	18/2/2014	56.334,90	5.527,28	50.807,62
059/2008 EOF-2011/00134 INTERSYSTEMS DO BRASIL LTDA. CNPJ 00.233.883/0001-80	Prestação de serviços de suporte técnico e de manutenção corretiva do <i>software</i> integrado de banco de dados OPEN M/SQL para utilização sob sistema operacional AIX	7/7/2008	6/12/2012	3.382,22	0,00	3.382,22
075/2007 EOF-2011/00157 KENTA INFORMÁTICA LTDA. CNPJ 01.276.330/0001-77	Prestação de serviços de customização e de manutenção do <i>software</i> PSS – <i>Processing e Storage Sound</i> , para complementação do projeto de informatização da Taquigrafia do TRF2	2/1/2008	1º/1/2012	334,78	0,00	334,78
054/2010 EOF-2011/00115 OWLAS SYSTEM SOFTWARE INFORMÁTICA LTDA CNPJ nº 06.347.226/0001-40	Banco de horas anuais de serviços técnicos especializados na área de infraestrutura básica e central de tecnologia da informação, para prestação continuada de serviços de suporte técnico presencial	16/08/2010	15/11/2012	47.989,37	0,00	47.989,37
056/2013 EOF-2013/00160 ELEVADORES IVIMAIA LTDA. CNPJ 05.531.749/0001-89	Prestação de serviços especializados em conservação e manutenção preventiva e corretiva para 02 elevadores hidráulicos da marca Atlas Schindler, instalados no CCJF	16/9/2013	15/9/2015	3.186,22	0,00	3.186,22
081/2013 EOF-2013/00045 CETEST RIO LTDA CNPJ 39.128.525/0001-42	Prestação de serviços especializados em operação, manutenção preditiva, preventiva e corretiva dos sistemas de ar condicionado (expansão direta e indireta) e sistemas de ventilação e exaustão das edificações do TRF2	6/12/2013	5/12/2015	42.781,70	0,00	42.781,70
069/2013 EOF-2013/00060 SM21 ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ 02.566.106/0001-82	Execução de serviços especializados em proteção contra incêndio (brigada), na sede do TRF2 e no CCJF	11/11/2013	10/11/2015	74.573,80	0,00	74.573,80

Detalhamento sobre os Contratos - Desoneração da Folha de Pagamento (Subitens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão nº 2.859/2013-TCU)

Contrato Processo Empresa CNPJ	Objeto	Vigência		Economia (R\$)		
		Data Inicial	Data Final	Valor do Ressarcimento	Valor Já Ressarcido	Valor a Ser Ressarcido
038/2009 EOF-2011/00226 CETEST RIO LTDA CNPJ 39.128.525/0001-42	Prestação de serviços especializados em manutenção predial preventiva e corretiva, operação e manutenção dos sistemas de refrigeração do CCJF	1/7/2009	27/11/2014	27.213,76	0,00	27.213,76
016/2010 EOF-2011/00185 SM21 ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ sob o nº 02.566.106/0001-82	Prestação de serviços especializados em operação e manutenção preditiva, preventiva e corretiva para 02 subestações transformadoras de tensão e 02 casas de força, e outros serviços especificados de instalação e manutenção elétrica	19/01/2010	18/5/2015	61.195,51	0,00	61.195,51
Nome: Justiça Federal de 1º Grau no Rio de Janeiro						
UG/Gestão: 090016		CNPJ: 05/424.540/0001-16				
024/2013 RJ-EOF-2013/00055 3 A MARQUES E NUNES COMERCIO E SERVICO DE INSTALACOES E PROJETOS LTDA. - ME 10.811.866/0001-36	Serviço de manutenção e controle dos equipamentos e das instalações elétricas dos imóveis da JFRJ	21/1/2013	20/4/2013	4.974,41	4.974,41	0,00
044/2011 RJ-EOF-2010/02653 FIRE RIO PROTECAO CONTRA INCENDIO LTDA - EPP 31.018.229/0001-87	Serviço de proteção e combate a incêndio.	1º/06/2011	31/5/2013	10.307,20	0,00	10.307,20
052/2013 RJ-EOF-2013/00711 ABMR CONSERVADORA DE ELEVADORES LTDA – EPP 04.615.160/0001-04	Serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores de Itaboraí	8/8/2013	7/8/2014	2.280,17	0,00	2.280,17

Detalhamento sobre os Contratos - Desoneração da Folha de Pagamento (Subitens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão nº 2.859/2013-TCU)

Contrato Processo Empresa CNPJ	Objeto	Vigência		Economia (R\$)		
		Data Inicial	Data Final	Valor do Ressarcimento	Valor Já Ressarcido	Valor a Ser Ressarcido
061/2013 RJ-EOF-2013/00867 ELEVADORES IVIMAIA LTDA-EPP 05.531.749/0001-89	Manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças e componentes, de elevadores da Av. Venezuela.	18/11/2013	17/5/2015	2.043,36	0,00	2.043,36
046/2013 RJ-EOF-2013/00129 GENERAL CONTRACTOR CONSTRUTORA EIRELI 73.509.440/0001-42	Manutenção de instalações civis, hidrossanitárias, de gás e da rede de distribuição do sistema de combate a incêndios.	1/8/2013	31/7/2015	10.681,69	10.681,69	0,00
036/2010 RJ-EOF-2010/00001 PALMA E MELO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. 03.555.605/0001-37	Serviço de manutenção com substituição de peças para equipamentos IBM	25/5/2010	24/5/2013	6.253,93	0,00	6.253,93
084/2010 RJ-EOF-2010/02113 CLARIM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA 09.583.098/0001-21	Serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva de terminais de autoatendimento.	21/1/2011	20/1/2013	7.004,03	0,00	7.004,03
026/2007 RJ-EOF-2010/380.1 INTERSYSTEMS DO BRASIL LTDA. 00.233.883/0001-80	Serviços de manutenção banco de dados Mumps/SQL	18/4/2007	17/4/2012	531,87	0,00	531,87
061/2006 RJ-EOF-2010/00051 PC SERVICE TECNOLOGIA LTDA 30.161.814/0001-79	Serviços de suporte e teleatendimento	22/12/2006	22/12/2006	89.827,83	0,00	89.827,83
EMPENHO 2014NE000500 RJ-EOF-2014/387 PROSENG PROJETOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA - EPP 29.415.353/0001-34	Elaboração de projeto básico e executivo da plataforma metálica dos chillers no prédio da Av. Rio Branco 243	5/5/2014	3/6/2014	1.620,00	1.620,00	0,00

Detalhamento sobre os Contratos - Desoneração da Folha de Pagamento (Subitens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão nº 2.859/2013-TCU)

Contrato Processo Empresa CNPJ	Objeto	Vigência		Economia (R\$)		
		Data Inicial	Data Final	Valor do Ressarcimento	Valor Já Ressarcido	Valor a Ser Ressarcido
054/2014 RJ-EOF-2014/00587 PRIME CONSTRUÇÕES EMPRESARIAL LTDA ME 16.572.211/0001-39	Serviços de demolição de estrutura de concreto armado e alvenaria, remoção de entulho e limpeza na laje de cobertura do Anexo I do Imóvel situado a Av. Rio Branco	25/8/2014	31/1/2015	35.880,00	0,00	35.880,00
042/2014 JFRJ-EOF-2014/00285 ATAC ASSISTÊNCIA TECNICA EM AR CONDICIONADO LTDA EPP 08.794.796/0001-03	Serviços de demolição de parte do muro de divisa e serviços complementares nos fundos do terreno situado na Rua São Januário, 433, São Cristóvão	27/6/2014	18/11/2014	2.531,99	0,00	2.531,99
023/2010 JFRJ-EOF-2010/701.01 OPINION COMÉRCIO E SERVIÇOS ELETRO ELETRONICOS E INFORMATICA LTDA EPP 01.212.467/0001-68 TC 23/10	Manutenção de estabilizadores e <i>no-break</i>	17/3/2010	16/3/2015	14.583,49	0,00	14.583,49
059/2011 JFRJ-EOF-2011/00310 ELEVADORES IVIMAIA LTDA EPP 05.531.749/0001-89	Manutenção de elevador monta carga	3/8/2011	2/8/2014	195,21	0,00	195,21
011/2012 FRJ-EOF-2011/00786 ATAC FIRE EXTINTORES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EPP 01.229.958/0001-11	Manutenção de sistema de detecção de incêndio	7/2/2012	6/2/2016	3.606,02	0,00	3.606,02
002/2013 JFRJ-EOF-2012/911 ATAC FIRE EXTINTORES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EPP 01.229.958/0001-11	Elaboração de anteprojetos e projeto básico de prevenção e combate a incêndio	18/1/2013	27/6/2014	8.435,18	0,00	8.435,18

Detalhamento sobre os Contratos - Desoneração da Folha de Pagamento (Subitens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão nº 2.859/2013-TCU)						
Contrato Processo Empresa CNPJ	Objeto	Vigência		Economia (R\$)		
		Data Inicial	Data Final	Valor do Ressarcimento	Valor Já Ressarcido	Valor a Ser Ressarcido
093/2012 JFRJ-EOF-2012/00785 ARQFORMA CONSTRUÇÕES LTDA ME 09.148.711/0001-82	Execução de piso em ardósia e serviços complementares no salão 4 do Arquivo situado a Rua São Januário, 433, São Cristóvão	20/12/2012	1/8/2013	7.696,95	0,00	7.696,95
005/2013 JFRJ-EOF-2012/00555 TEKTOS CONSTRUÇÃO E REFORMA EIRELI EPP 09.666.577/0001-01	Reforma parcial da sobreloja da Sede Administrativa	23/1/2013	4/12/2013	28.754,97	0,00	28.754,97

Fonte: Sistema Informatizado de Controle de Contratos – SCC (090028); Autos dos Processos de Execução Orçamentária e Financeira (090014 e 090016) e Sistema Integrado de Gestão Administrativa - SIGA

ANEXOS

Relatório de Gestão | 2015

ANEXO I - *Organograma Funcional da Justiça Federal da 2ª Região*

ANEXO II - *Informações Sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas da Justiça Federal da 2ª Região*

ANEXO III - *Matriz Detalhada de Acompanhamento da Gestão Plano Estratégico da Justiça Federal / 2015 - 2020*

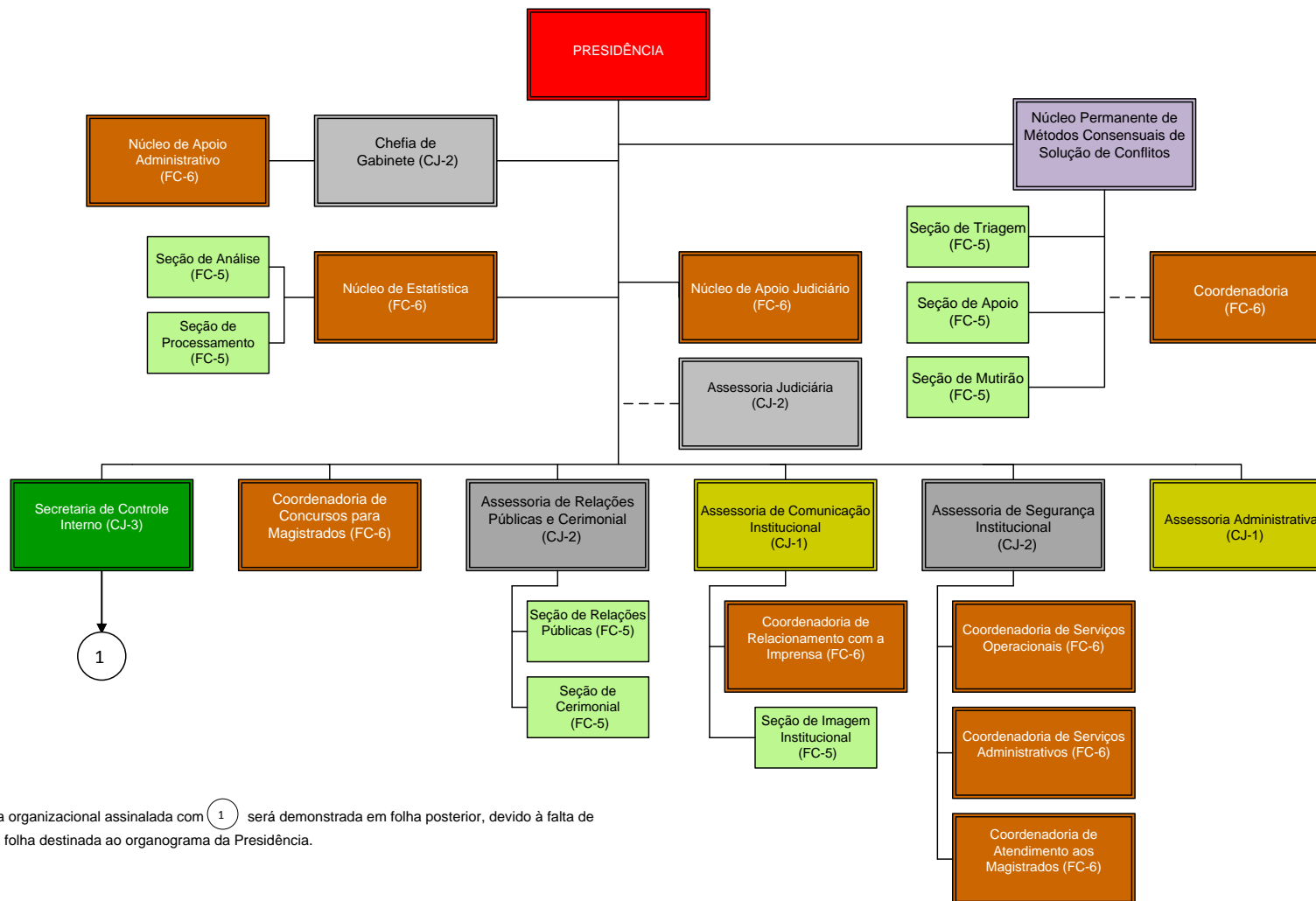
ANEXO IV - *Demonstrações Contábeis Exigidas Pela Lei 4.320/64 Justiça Federal Da 2ª Região*

ANEXO I - *Organograma Funcional da
Justiça Federal da 2ª Região*

ANEXO I - ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

PRESIDÊNCIA
26/02/2016

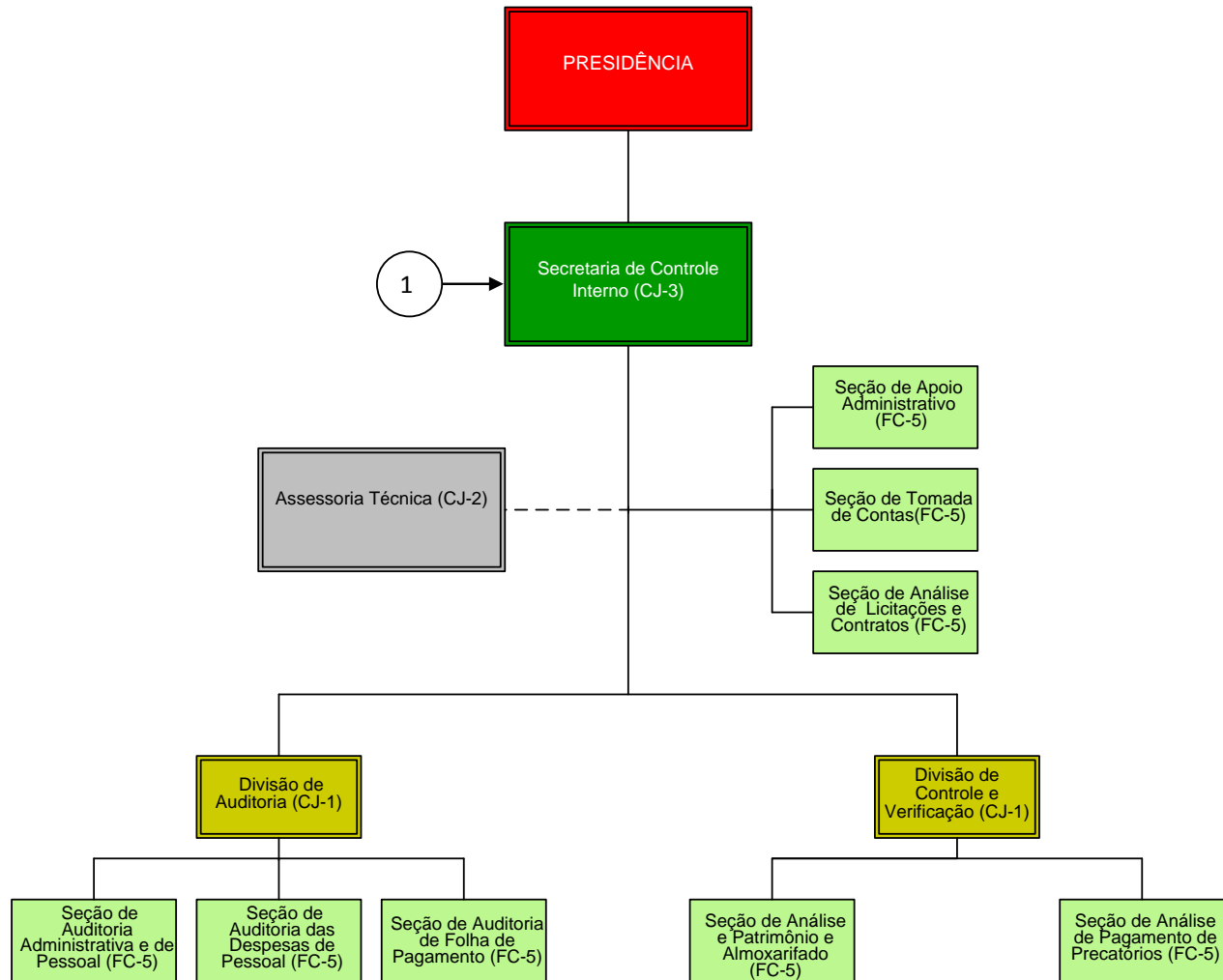
Resolução TRF2-RSP-2015/00011, de 31/03/2015.



A estrutura organizacional assinalada com 1 será demonstrada em folha posterior, devido à falta de espaço na folha destinada ao organograma da Presidência.

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

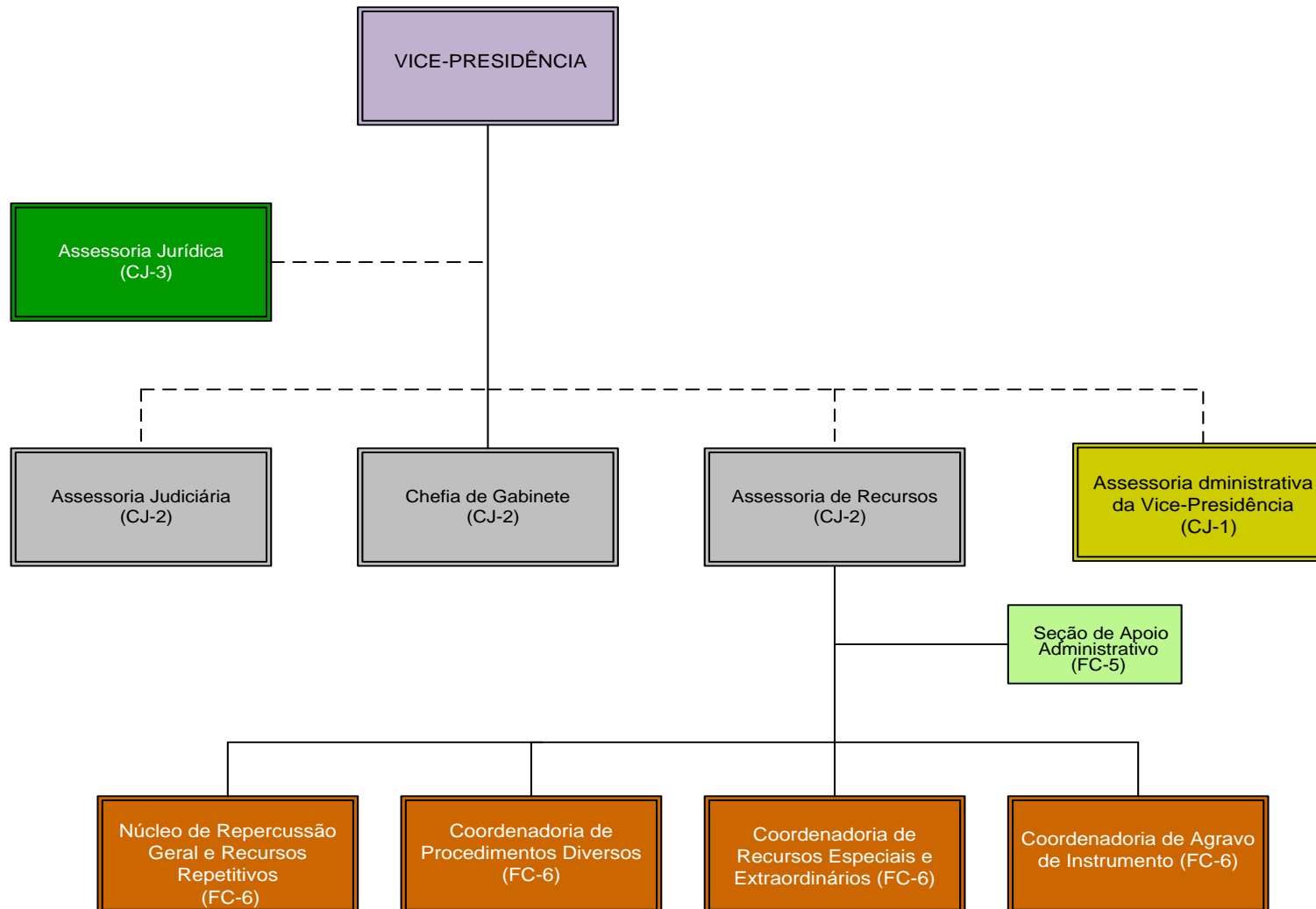
26/02/2016



VICE-PRESIDÊNCIA

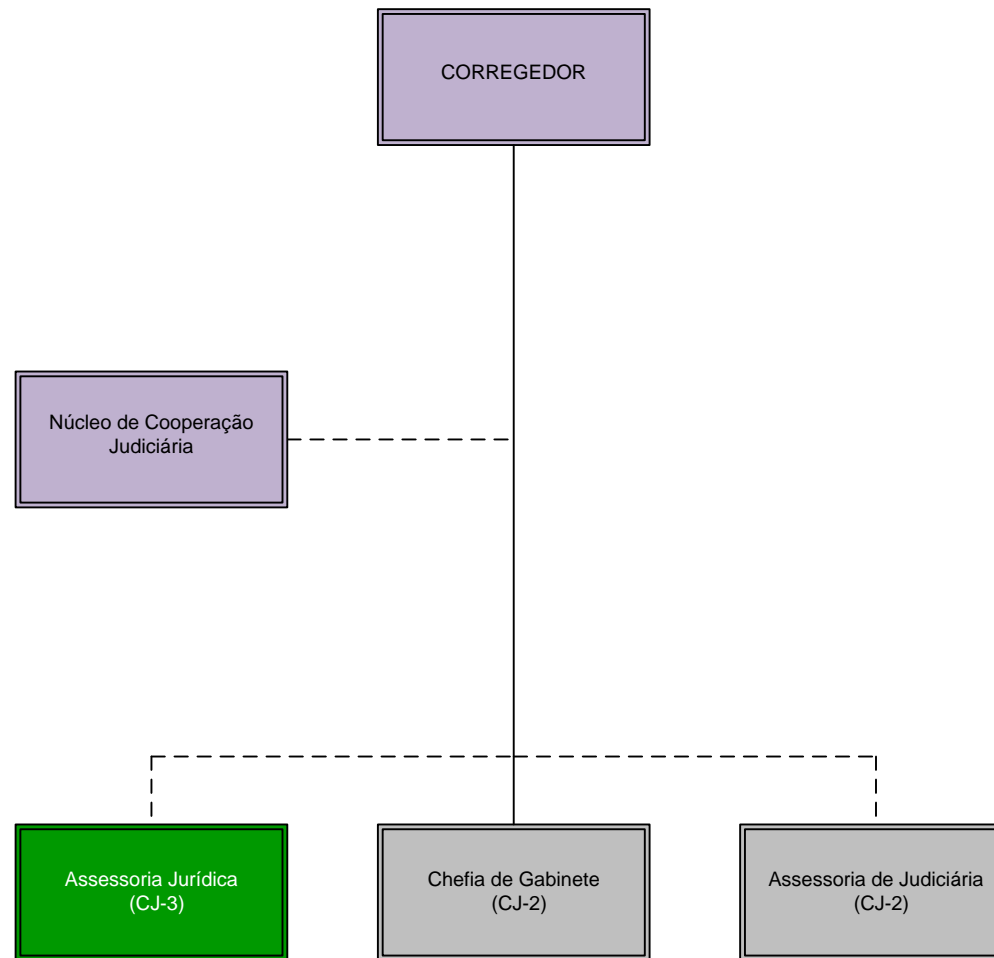
26/02/2016

Resolução TRF2-RSP-2015/00011, de 31/03/2015 e TRF2-RSP-2015/00019 de 15/05/2015.



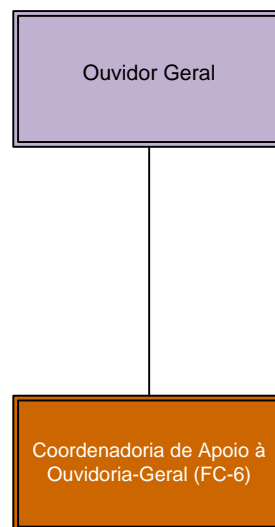
CORREGEDORIA

26/02/2016



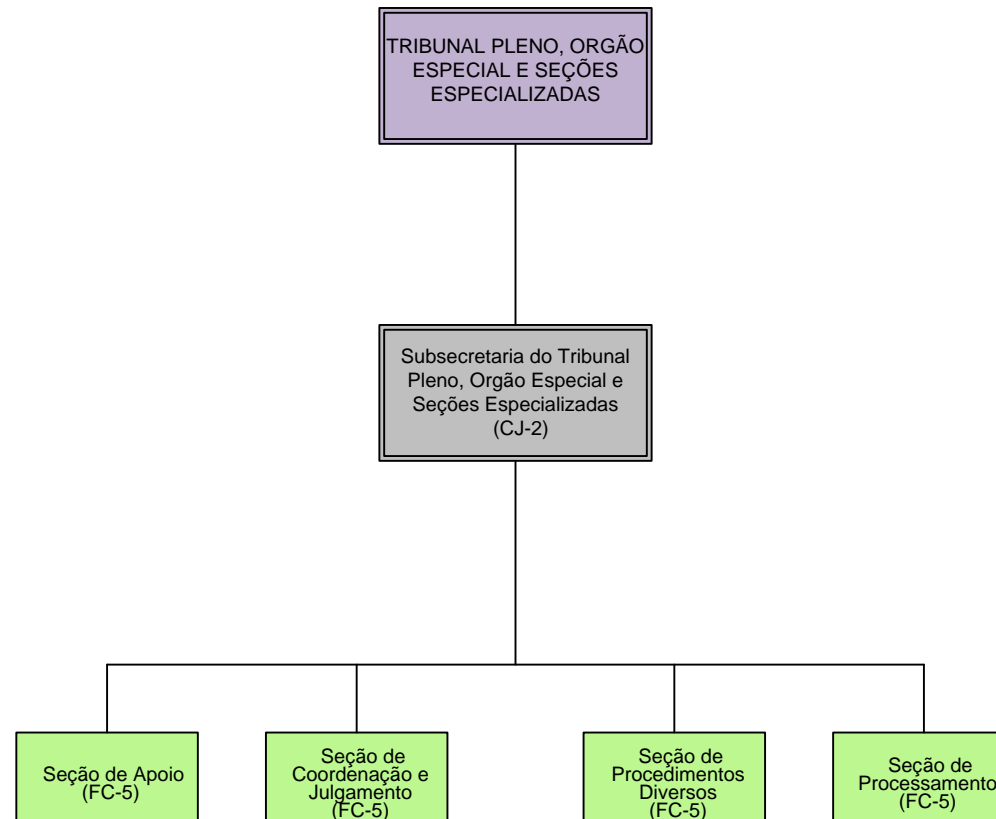
OUVIDORIA-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

26/02/2016



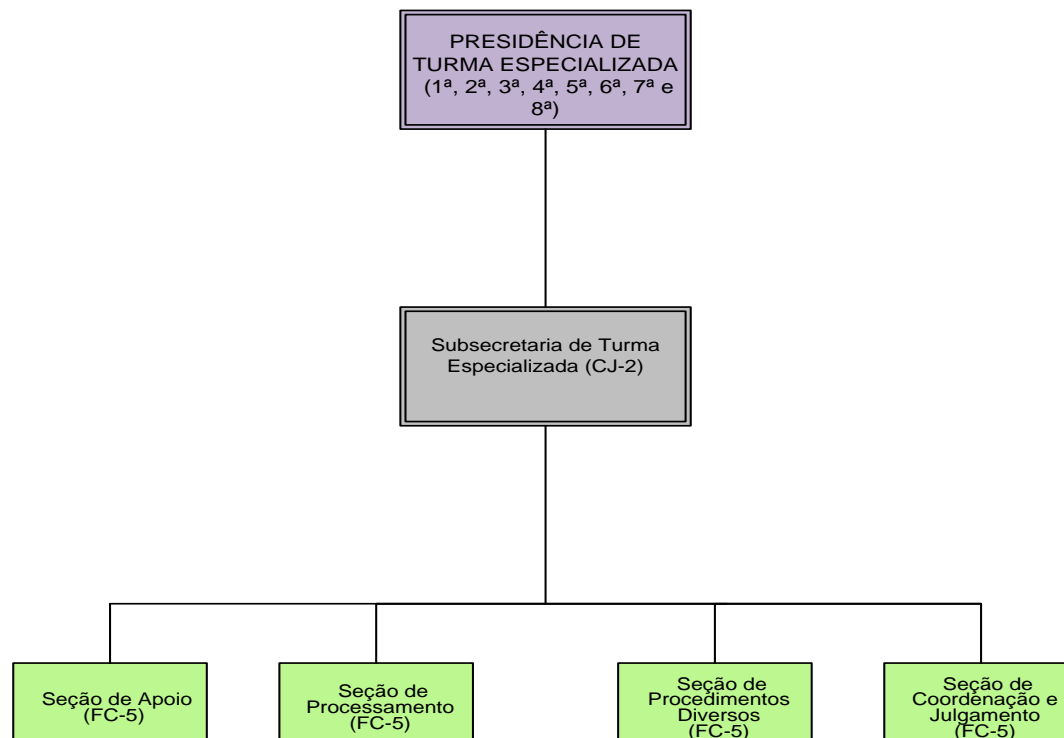
TRIBUNAL PLENO, ORGÃO ESPECIAL E SEÇÕES ESPECIALIZADAS

26/02/2016



TURMAS ESPECIALIZADAS (*)

26/02/2016



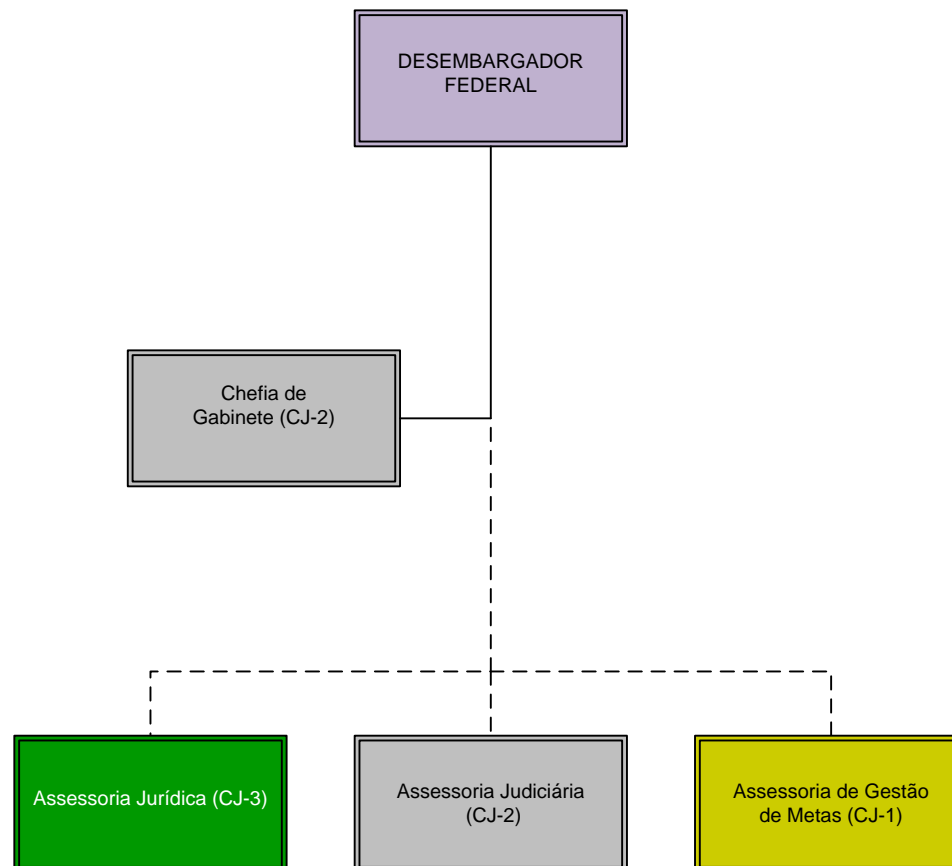
* Penal, Previdenciária e Propriedade Industrial (1ª e 2ª Turmas)

* Tributária (3ª e 4ª Turmas)

* Administrativa (5ª, 6ª, 7ª e 8ª Turmas)

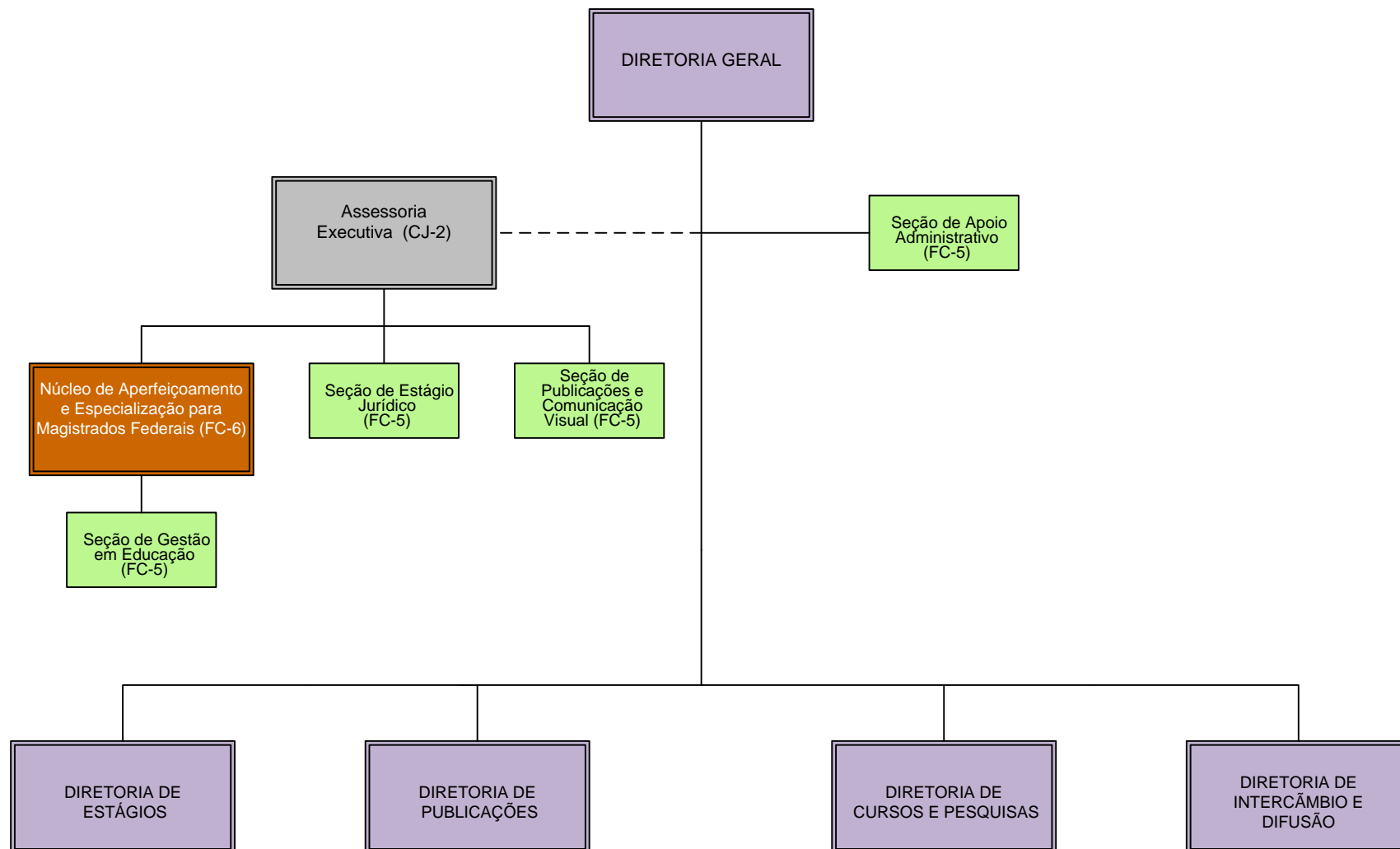
GABINETES DOS DESEMBARGADORES

26/02/2016



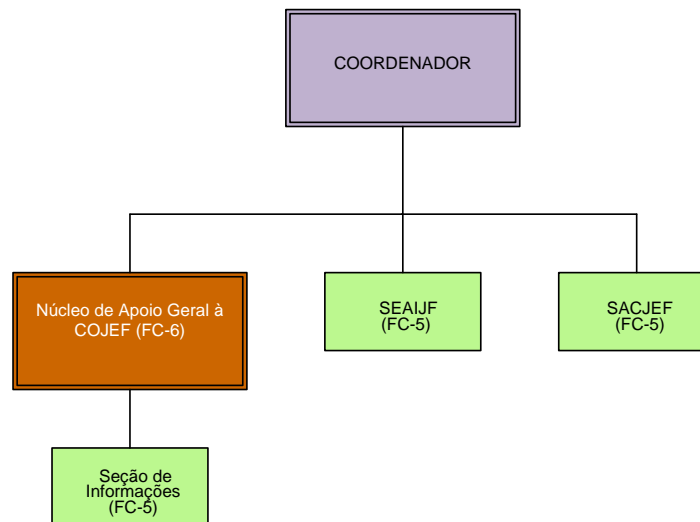
ESCOLA DE MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL

26/02/2016



COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

26/02/2016

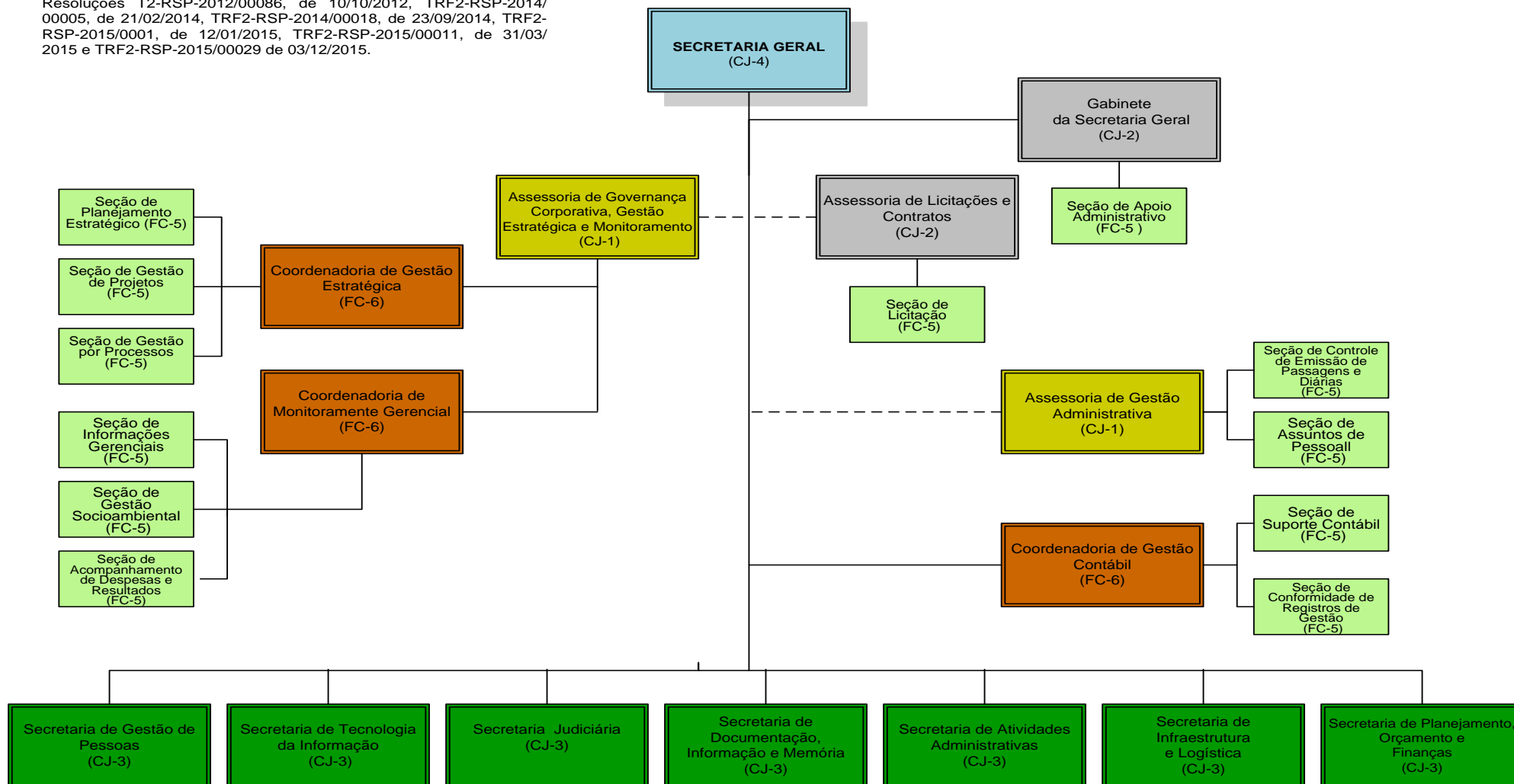


SEAIJF - Seção de Ações Itinerantes – Centro de Atendimento Itinerante da Justiça Federal – Complexo do Alemão
SACJEF - Seção de Apoio Jurisdicional dos JEFs, Turmas Recursais e Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência

SECRETARIA GERAL

26/02/2016

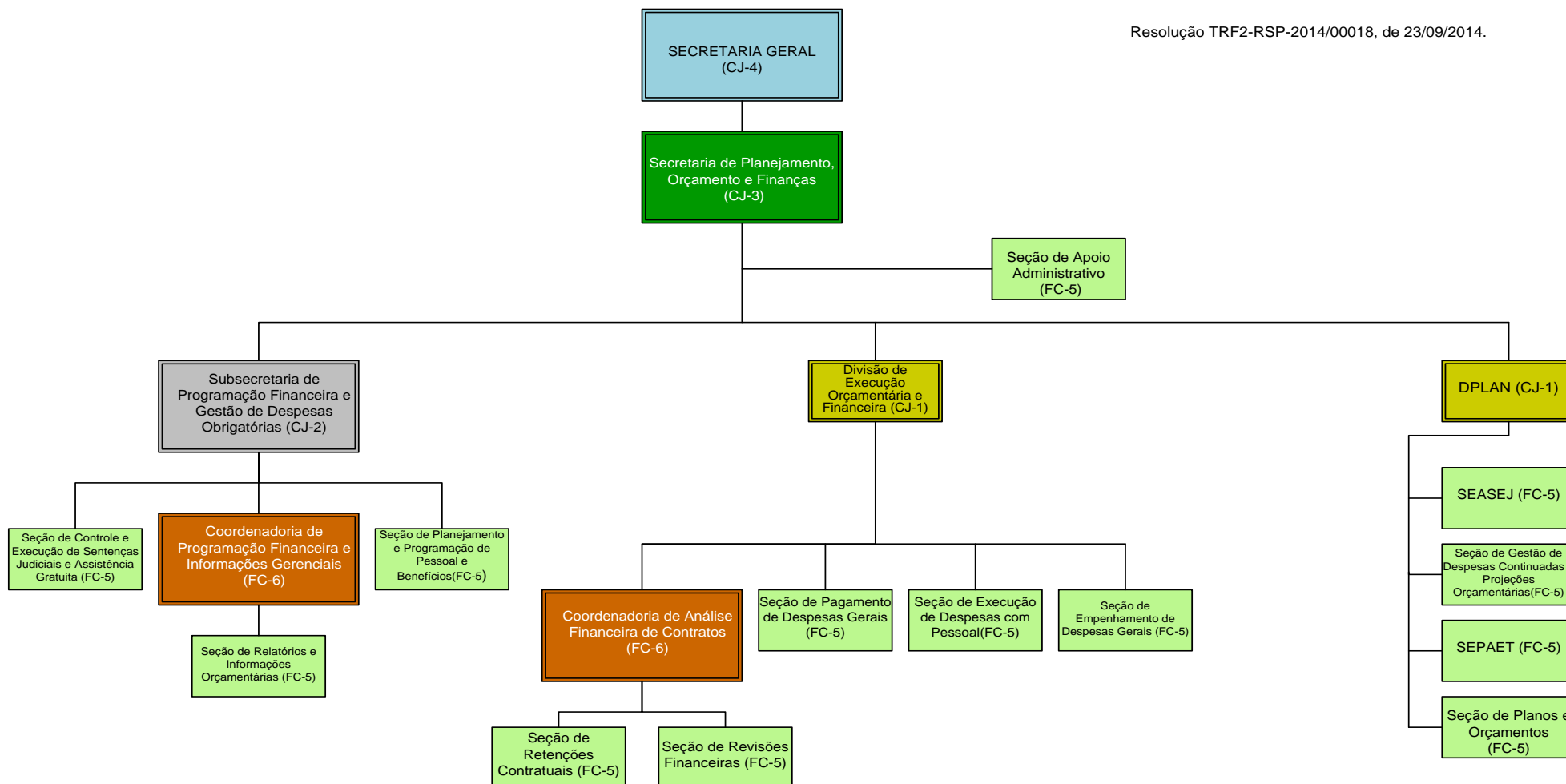
Resoluções T2-RSP-2012/00086, de 10/10/2012, TRF2-RSP-2014/00005, de 21/02/2014, TRF2-RSP-2014/00018, de 23/09/2014, TRF2-RSP-2015/0001, de 12/01/2015, TRF2-RSP-2015/00011, de 31/03/2015 e TRF2-RSP-2015/00029 de 03/12/2015.



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

26/02/2016

Resolução TRF2-RSP-2014/00018, de 23/09/2014.



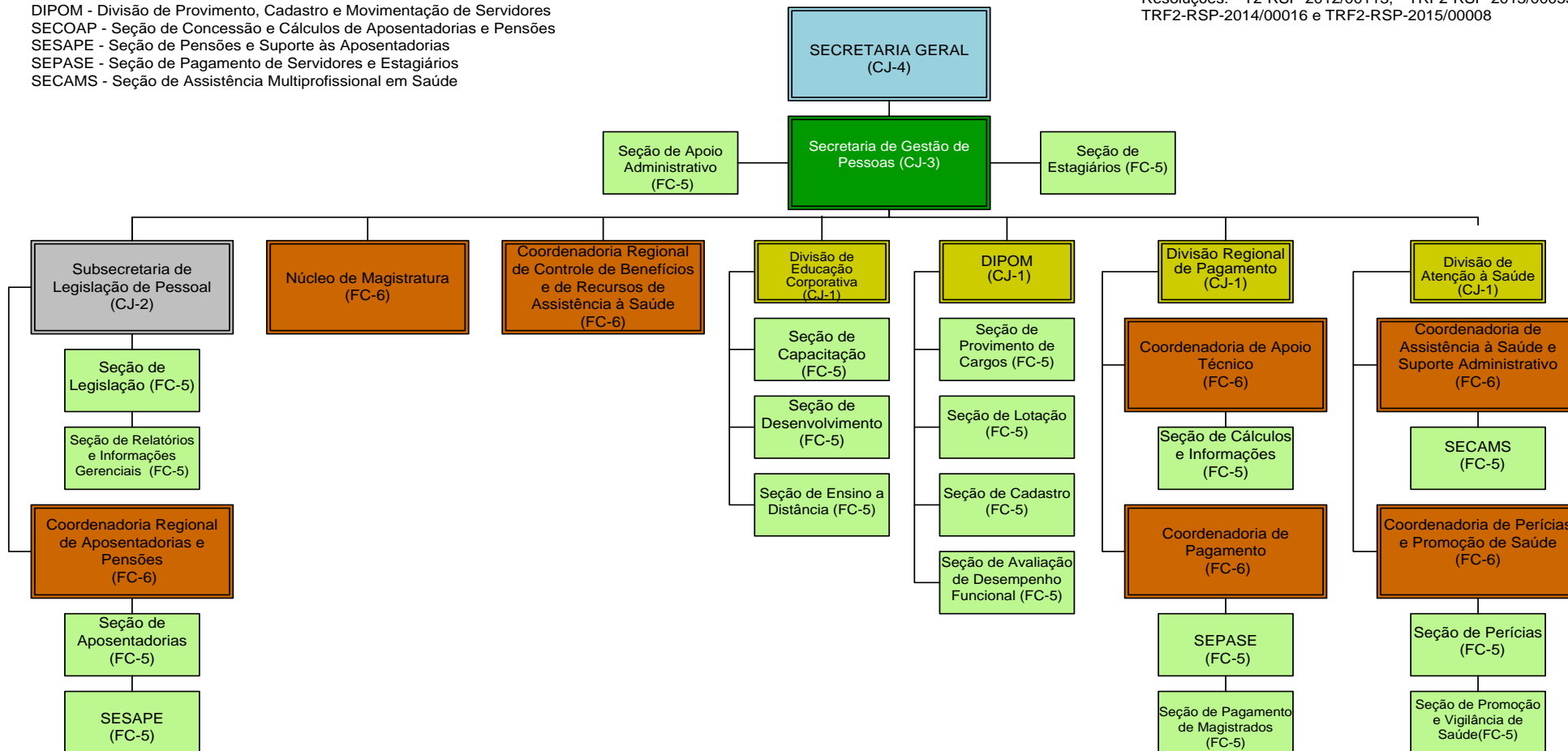
DPLAN - Divisão de Planejamento, Acompanhamento e Programação Orçamentária
SEPAET - Seção de Programação e Acompanhamento da Execução Orçamentária do Tribunal
SEASEJ - Seção de Acompanhamento e Avaliação da Execução Orçamentária das Seções Judiciárias

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

26/02/2016

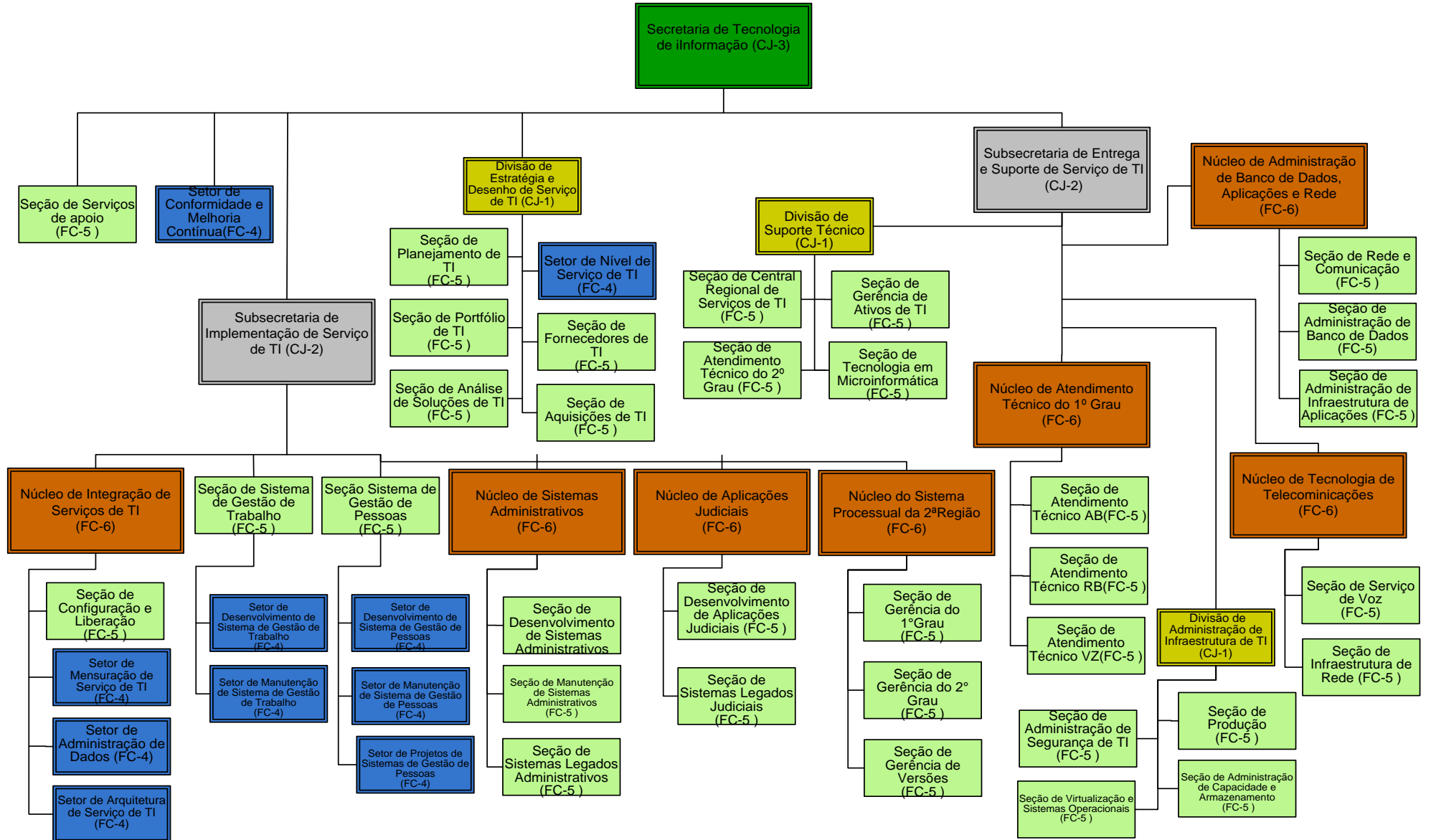
DIPOM - Divisão de Provimento, Cadastro e Movimentação de Servidores
 SECOAP - Seção de Concessão e Cálculos de Aposentadorias e Pensões
 SESAPE - Seção de Pensões e Suporte às Aposentadorias
 SEPASE - Seção de Pagamento de Servidores e Estagiários
 SECAMS - Seção de Assistência Multiprofissional em Saúde

Resoluções: T2-RSP-2012/00113, TRF2-RSP-2013/00055,
 TRF2-RSP-2014/00016 e TRF2-RSP-2015/00008



Secretaria de Tecnologia de Informação

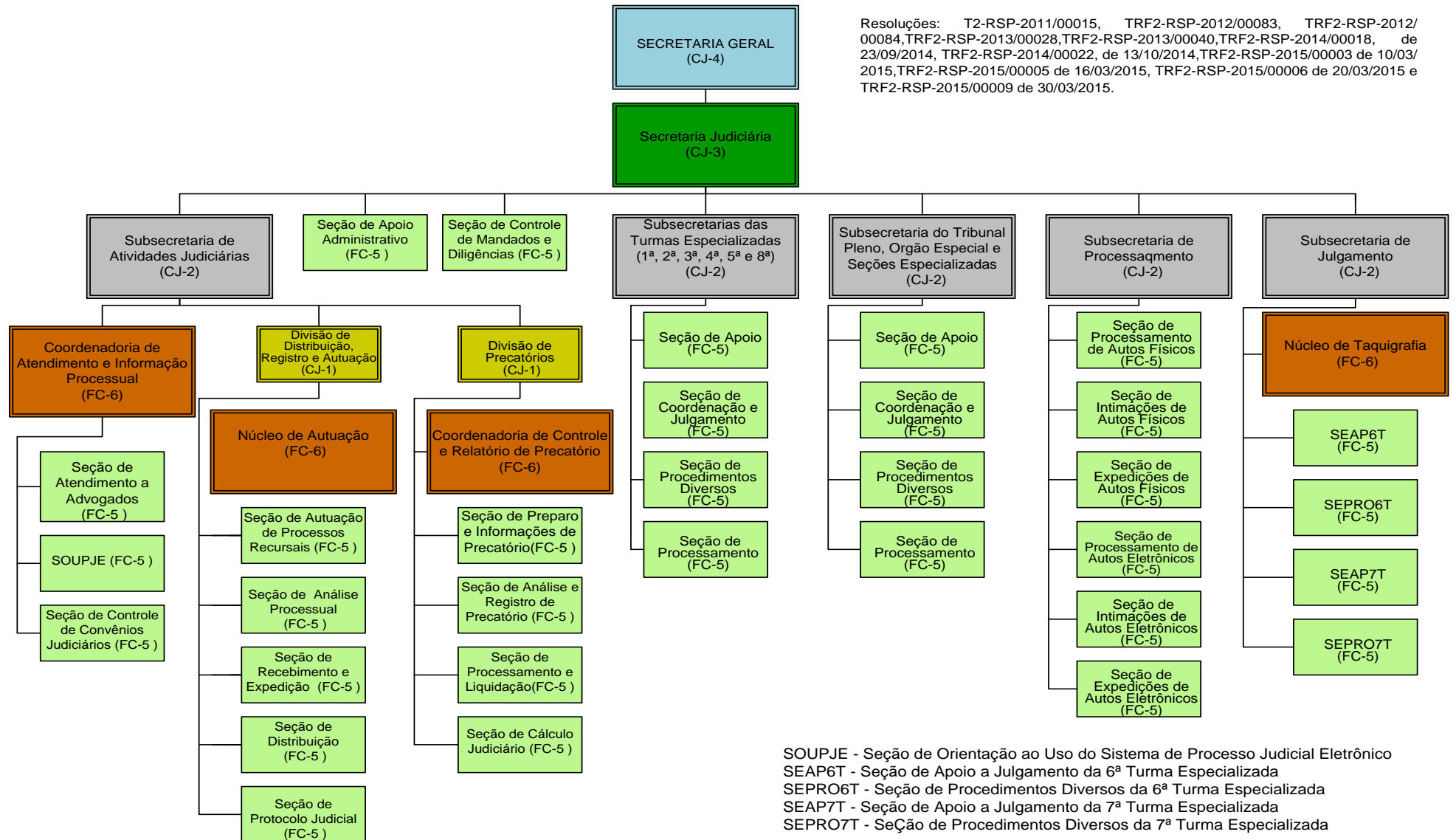
Resoluções: T2-RSP-2012/00068, TRF2-RSP-2013/00028 e TRF2-RSP-2015/00016, de 9/04/2015.



SECRETARIA JUDICIÁRIA

26/02/2016

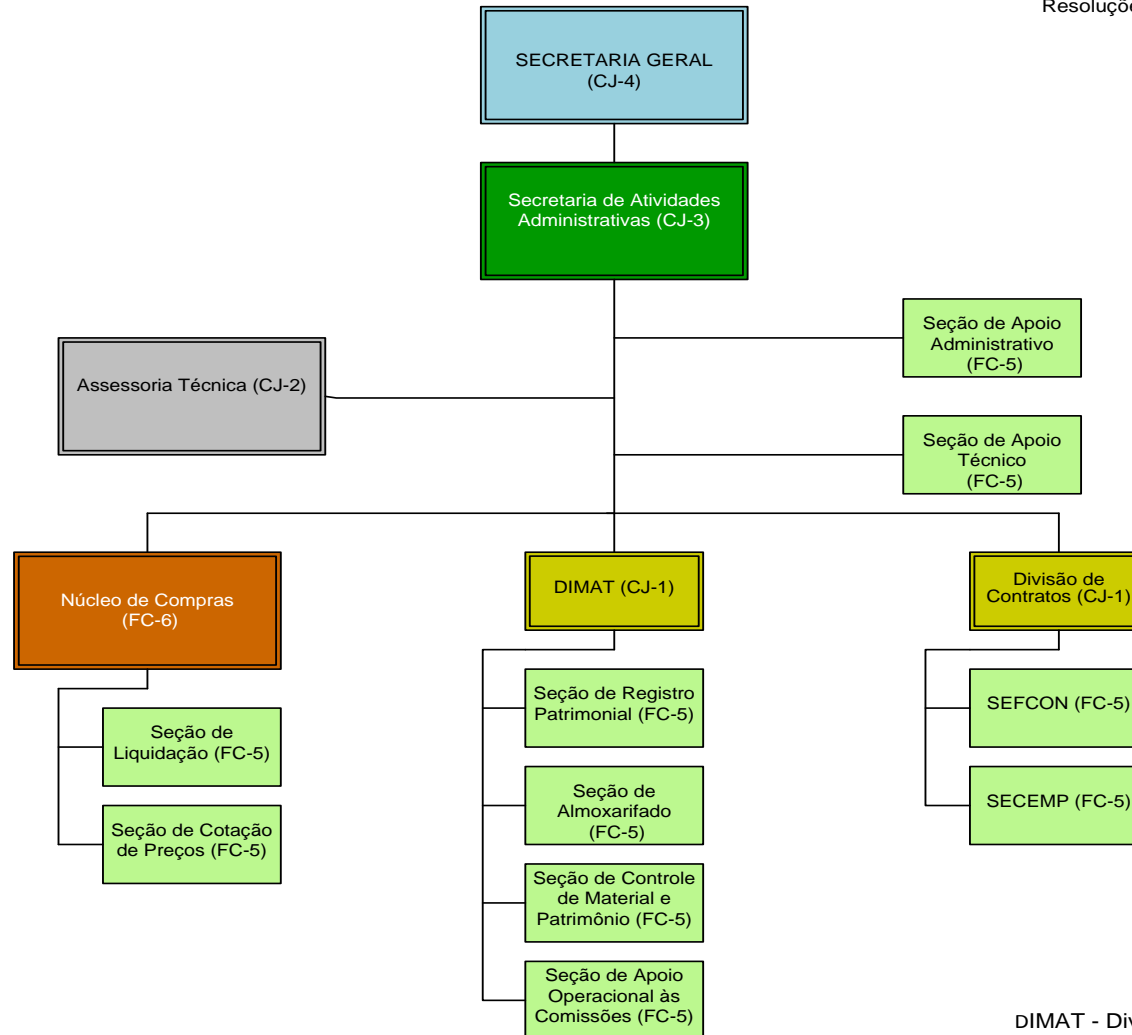
Resoluções: T2-RSP-2011/00015, TRF2-RSP-2012/00083, TRF2-RSP-2012/00084, TRF2-RSP-2013/00028, TRF2-RSP-2013/00040, TRF2-RSP-2014/00018, de 23/09/2014, TRF2-RSP-2014/00022, de 13/10/2014, TRF2-RSP-2015/00003 de 10/03/2015, TRF2-RSP-2015/00005 de 16/03/2015, TRF2-RSP-2015/00006 de 20/03/2015 e TRF2-RSP-2015/00009 de 30/03/2015.



SECRETARIA DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

26/02/2016

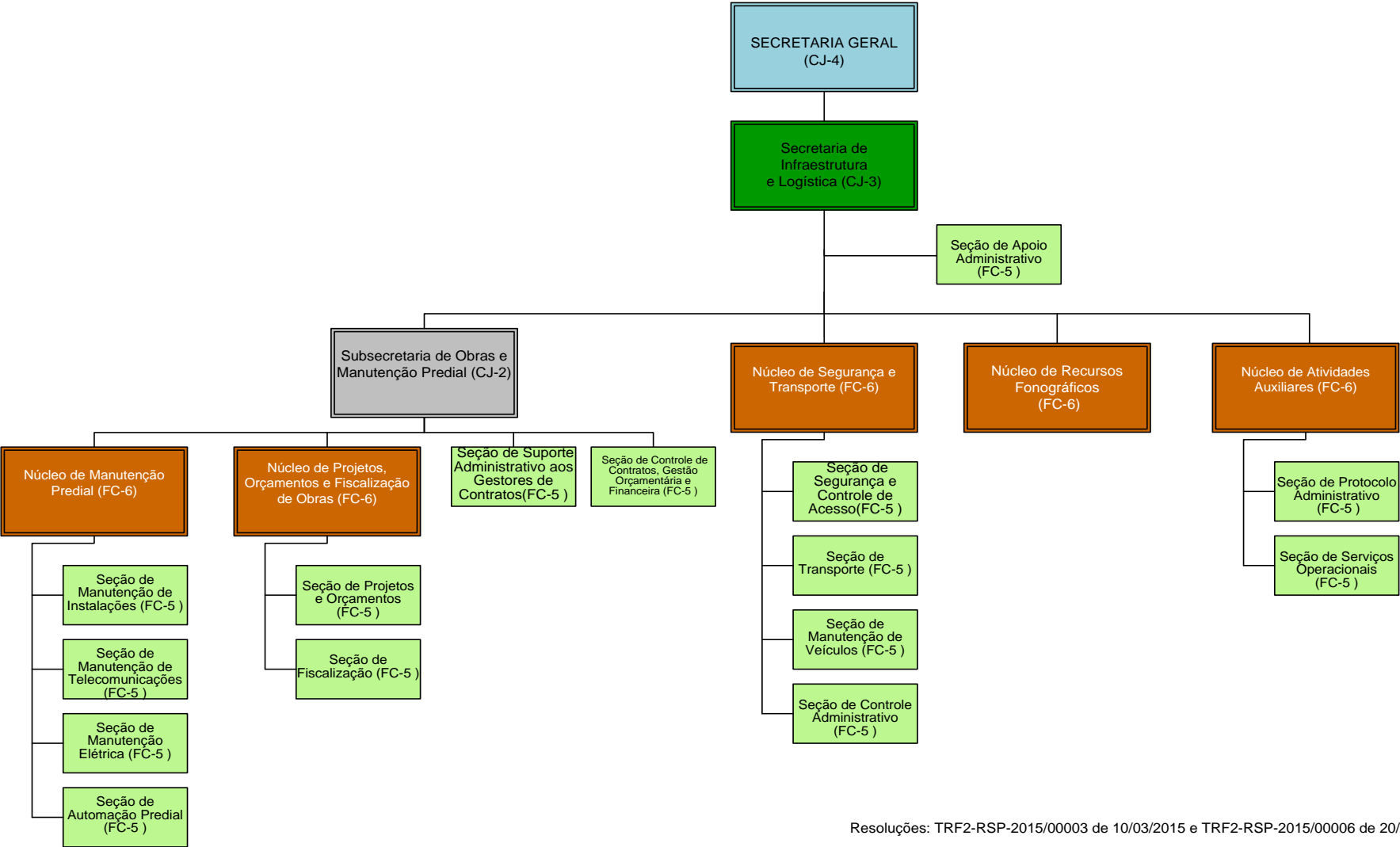
Resoluções: T2-RSP-2012/000113, T2-RSP-2012/000116.



DIMAT - Divisão de Patrimônio e Almoxarifado
SEFCON - Seção de Execução e Fiscalização de Contratos
SECEMP - Seção de Controle e Execução de Empenhos

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

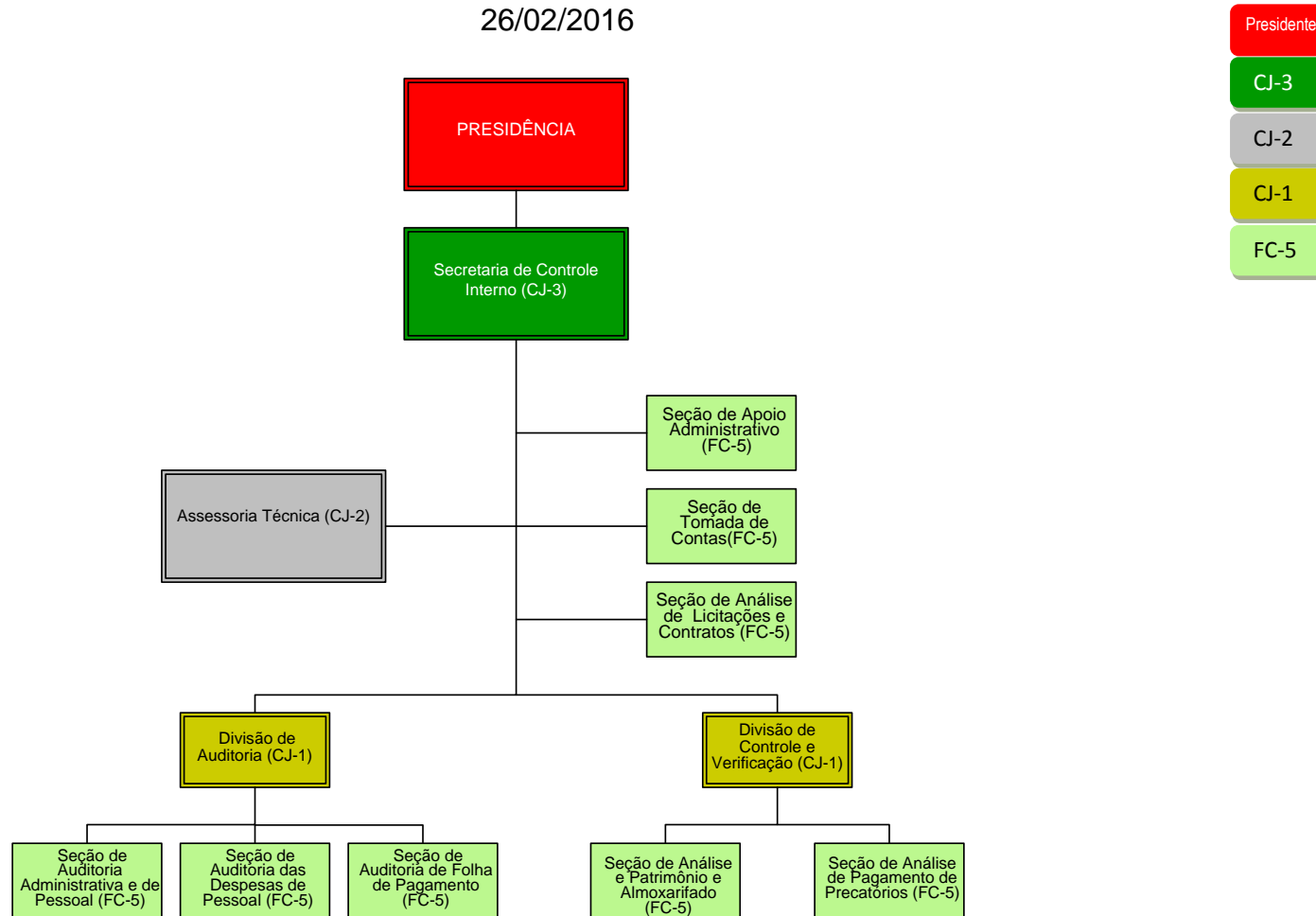
26/02/2016



Resoluções: TRF2-RSP-2015/00003 de 10/03/2015 e TRF2-RSP-2015/00006 de 20/03/2015

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

26/02/2016



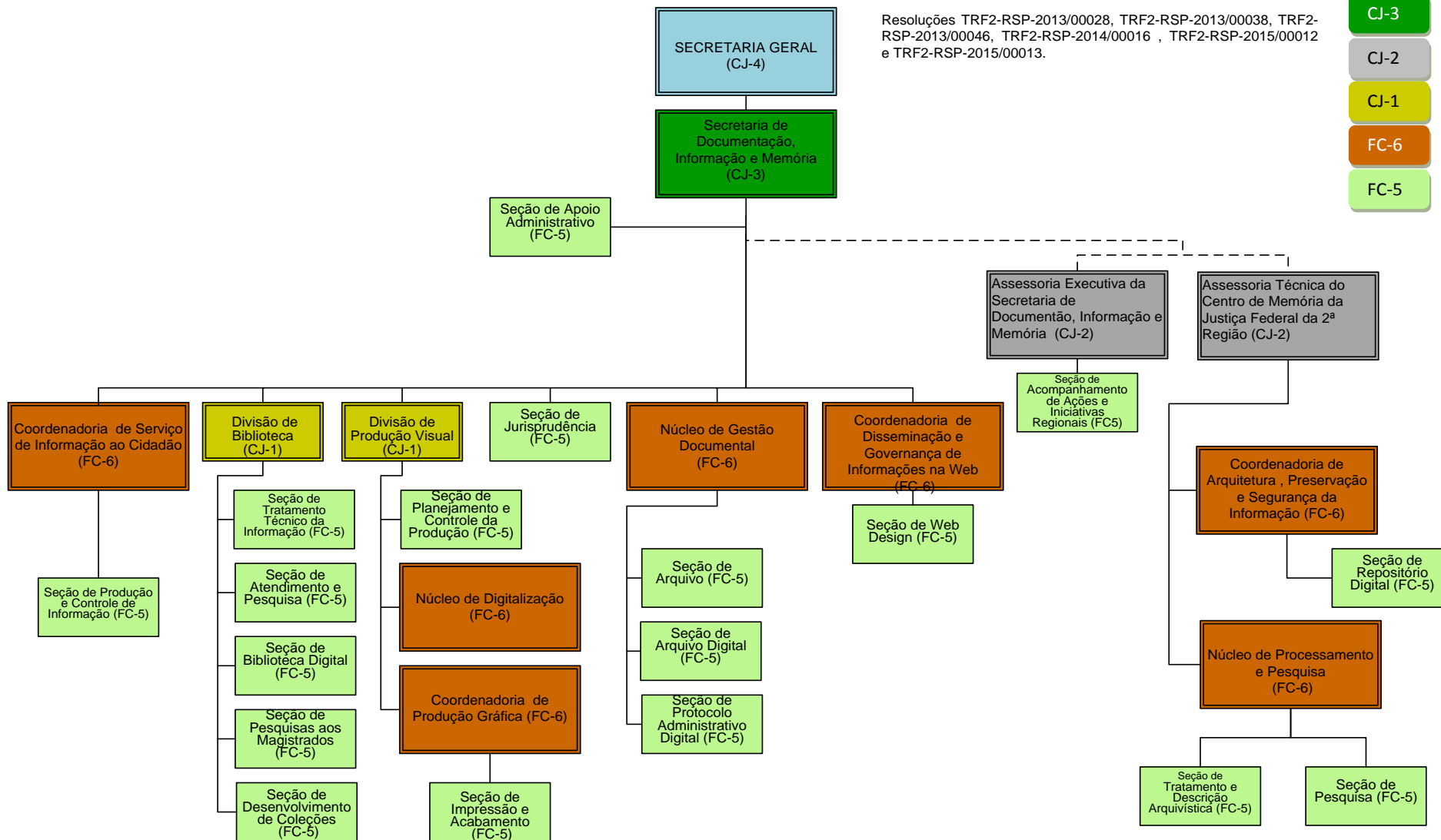
Resoluções nº 17 de 25/10/1990, nº 21, de 1º/10/1991, nº 23 de 03/09/1993, nº 13 de 27/11/1995, nº 18 de 03/09/1997, nº 14 de 09/05/2001, nº 20 de 29/10/2002, nº 11 de 16/03/2004, nº 3 de 16/01/2009 e TRF2-RSP-2014/00018.

SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO, INFORMAÇÃO E MEMÓRIA

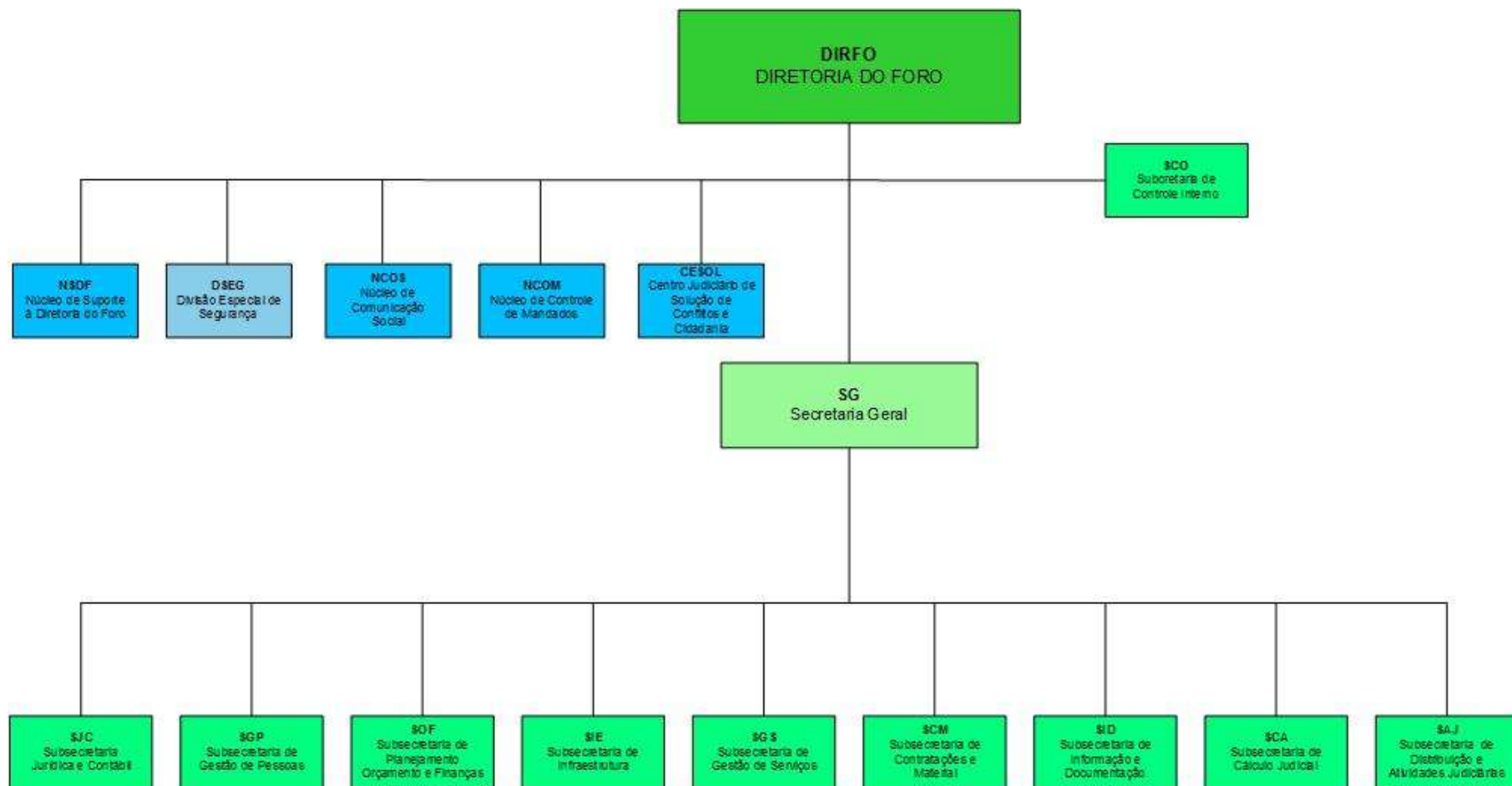
26/02/2016

Resoluções TRF2-RSP-2013/00028, TRF2-RSP-2013/00038, TRF2-RSP-2013/00046, TRF2-RSP-2014/00016, TRF2-RSP-2015/00012 e TRF2-RSP-2015/00013.

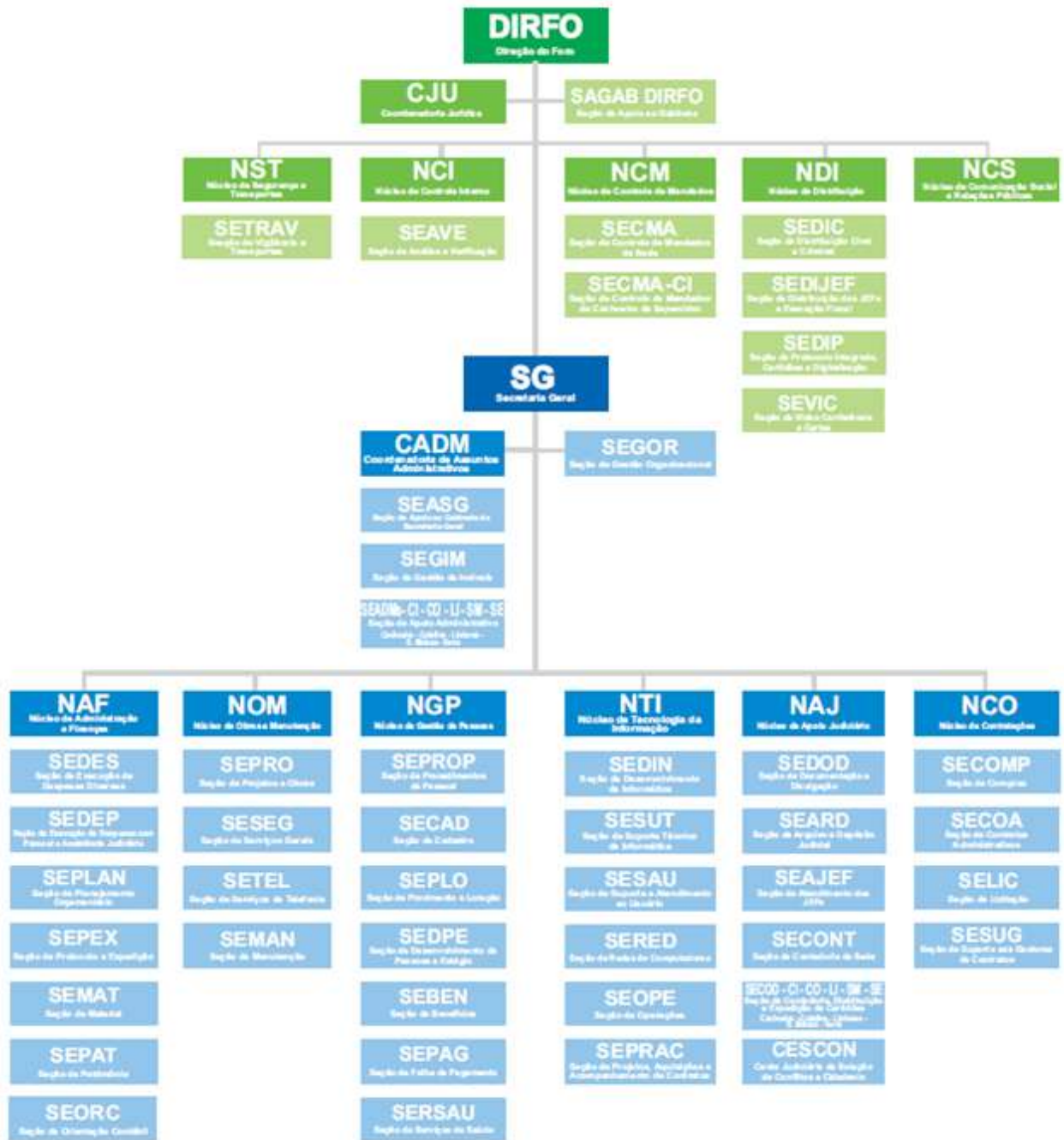
- CJ-4
- CJ-3
- CJ-2
- CJ-1
- FC-6
- FC-5



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO



ANEXO II - *Informações Sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas da Justiça Federal da 2ª Região*

ANEXO II - INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS - TRF2

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Presidência	Representar o Tribunal; realizar o gerenciamento institucional, comunicação interna e externa; e controle interno.	Desembargador Federal Sérgio Schwaitzer	Presidente	1/1/2015 a 8/4/2015
		Desembargador Federal Poul Erik Dyrlund	Presidente	9/4/2015 a 31/12/2015
Vice- Presidência	Substituir o Presidente; decidir sobre admissibilidade de recurso extraordinário, recurso especial, recurso ordinário de <i>habeas corpus</i> e recurso ordinário em mandado de segurança, com respectivos agravos, e resolver os incidentes suscitados; decidir sobre os pedidos de extração de carta de sentença criminal, nos processos sob sua jurisdição.	Desembargador Federal Poul Erik Dyrlund	Vice-Presidente	1/1/2015 a 8/4/2015
		Desembargador Federal Reis Friede	Vice-Presidente	9/4/2015 a 31/12/2015
Corregedoria	Orientação e normatização das condutas funcionais e dos serviços judiciários; fiscalização e acompanhamento dos serviços judiciários; administração da composição humana judicial e da estrutura organizacional judiciária; investigação e disciplinamento das condutas funcionais; orientação à sociedade sobre os serviços judiciários.	Desembargador Federal Guilherme Couto	Corregedor-Regional da Justiça Federal da 2ª Região (em exercício)	1/1/2015 a 8/4/2015
		Desembargador Federal Guilherme Couto	Corregedor-Regional da Justiça Federal da 2ª Região	9/4/2015 a 31/12/2015

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Secretaria Geral (SG)	Elaborar diretrizes e planos de ação geral do TRF2; representar, quando indicado, a Presidência do Tribunal em atos e solenidades; traçar as diretrizes das Secretarias de Gestão de Pessoas, Planejamento, Orçamento e Finanças, Atividades Judiciárias, Tecnologia da Informação, Documentação e Disseminação da Informação, Infraestrutura e Logística, bem como fiscalizar seu funcionamento; promover o desenvolvimento organizacional, planejamento estratégico e elaboração de projetos.	Roque Bonfante de Almeida	Diretor Geral	1/1/2015 a 16/8/2015
		Maria Lúcia Pedroso de Lima Raposo	Diretora Geral	17/8/2015 a 31/12/2015
1ª Turma: Especializada em Direito Penal, Previdenciário e da Propriedade Industrial	Julgar e processar os feitos em matéria criminal, previdenciária e de propriedade industrial.	Desembargador Federal ABEL GOMES (presidente) Desembargador Federal PAULO ESPÍRITO SANTO Desembargador Federal ANTONIO IVAN ATHIÉ		1/1/2015 a 8/4/2015
		Desembargador Federal PAULO ESPÍRITO SANTO (presidente) Desembargador Federal ANTONIO IVAN ATHIÉ Desembargador Federal ABEL GOMES		9/4/2015 a 31/12/2015
2ª Turma: Especializada em Direito Penal, Previdenciário e da Propriedade Industrial	Julgar e processar os feitos em matéria criminal, previdenciária e de propriedade industrial.	Desembargador Federal MESSOD AZULAY (presidente) Desembargador Federal ANDRÉ FONTES Desembargadora Federal SIMONE SCHREIBER		1/1/2015 a 8/4/2015
		Desembargador Federal ANDRÉ FONTES (presidente) Desembargador Federal MESSOD AZULAY Desembargadora Federal SIMONE SCHREIBER		9/4/2015 a 31/12/2015

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
3ª Turma: especializada em Direito Tributário	Julgar e processar os feitos em matéria tributária.	Desembargadora Federal LANA REGUEIRA (presidente) Desembargador Federal RICARDO PERLINGEIRO Desembargadora Federal CLÁUDIA NEIVA		1/1/2015 a 8/4/2015
		Desembargadora Federal LANA REGUEIRA (presidente) Desembargadora Federal CLÁUDIA NEIVA Desembargador Federal MARCELLO GRANADO		9/4/2015 a 31/12/2015
4ª Turma: especializada em Direito Tributário	Julgar e processar os feitos em matéria tributária.	Desembargador Federal LUIZ ANTONIO SOARES (presidente) Desembargador Federal JOSÉ FERREIRA NEVES NETO Desembargadora Federal LETÍCIA DE SANTIS MELLO		1/1/2015 a 8/4/2015
		Desembargador Federal JOSÉ FERREIRA NEVES NETO (presidente) Desembargador Federal LUIZ ANTONIO SOARES Desembargadora Federal LETÍCIA DE SANTIS MELLO		9/4/2015 a 31/12/2015
5ª Turma: especializada em Direito Administrativo	Julgar e processar os feitos em matéria administrativa.	Desembargador Federal ALUISIO GONÇALVES (presidente) Desembargador Federal MARCUS ABRAHAM Desembargador Federal RICARDO PERLINGEIRO		1/1/2015 a 31/12/2015
6ª Turma: especializada em Direito Administrativo	Julgar e processar os feitos em matéria administrativa.	Desembargadora Federal NIZETE LOBATO CARMO (presidente) Desembargador Federal GUILHERME COUTO Desembargador Federal GUILHERME CALMON		1/1/2015 a 8/4/2015
		Desembargador Federal GUILHERME CALMON (presidente) Desembargadora Federal SALETE MACCALÓZ Desembargadora Federal NIZETE LOBATO CARMO		9/4/2015 a 31/12/2015

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
7ª Turma: especializada em Direito Administrativo	Julgar e processar os feitos em matéria administrativa.	Desembargador Federal LUIZ PAULO ARAÚJO (presidente) Desembargador Federal JOSÉ ANTONIO NEIVA Desembargador Federal REIS FRIEDE		1/1/2015 a 8/4/2015
		Desembargador Federal SÉRGIO SCHWAITZER (presidente) Desembargador Federal JOSÉ ANTONIO NEIVA Desembargador Federal LUIZ PAULO ARAÚJO		9/4/2015 a 31/12/2015
8ª Turma: especializada em Direito Administrativo	Julgar e processar os feitos em matéria administrativa.	Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA (presidente) Desembargador Federal GUILHERME DIEFENTHAELER Desembargador Federal MARCELO PEREIRA		1/1/2015 a 8/4/2015
		Desembargador Federal MARCELO PEREIRA (presidente) Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA Desembargador Federal GUILHERME DIEFENTHAELER		9/4/2015 a 31/12/2015
Assessoria de Governança Corporativa, Gestão Estratégica e Monitoramento* (AGOM)	Assessorar o Diretor Geral nas questões relativas à governança corporativa, planejamento estratégico e de execução orçamentária, gestão por processos, bem como, apresentar informações gerenciais de suporte à tomada de decisões.	José Luís Santos Canelas	Assessor	1/1/2015 a 31/8/2015
		Luiz Felipe Fernandes		1/9/2015 a 31/12/2015
Coordenadoria de Gestão Estratégica (CEGEST)	Apoiar a administração do TRF2 na implementação, operacionalização e gestão do planejamento estratégico institucional, incluindo o gerenciamento e acompanhamento de projetos.	Cláudio Luiz Gonçalves Sassi	Coordenador	1/1/2015 a 22/1/2015
		Pedro Hikaru Oishi		23/1/2015 a 31/12/2015

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Ouvidoria	Proporcionar a comunicação da sociedade com a JF no âmbito da 2ª Região; sugerir aos demais órgãos da 2ª Região a adoção de medidas administrativas tendentes à melhoria e ao aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, com base nas informações, sugestões, reclamações, denúncias, críticas e elogios recebidos.	Desembargador Federal Abel Gomes	Ouvidora Geral	1/1/2015 a 8/4/2015
		Desembargadora Federal Nizete Lobato Carmo		9/4/2015 a 31/12/2015
Núcleo Permanente de Métodos Consensuais Solução de Conflitos (NPSC2)	Promover a pacificação social entre litigantes, por meio de métodos não adversariais.	Tânia Regina de Souza Alencar	Diretora	1/1/2015 a 31/12/2015
Escola da Magistratura Regional Federal 2ª Região (EMARF)	Aperfeiçoamento e especialização de magistrados e programa de estágio jurídico.	Desembargador Federal Guilherme Calmon	Diretor Geral	1/1/2015 a 8/4/2015
		Desembargador Federal Luiz Antônio Soares		9/4/2015 a 31/12/2015
Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)	Planejar, coordenar, dirigir e controlar as atividades relativas aos recursos humanos, no âmbito do Tribunal.	Regina Helena Moreira Faria	Diretora	1/1/2015 a 31/12/2015
Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (SPO)	Planejar, dirigir e controlar as atividades de elaboração e execução orçamentária e financeira do TRF2; acompanhamento da programação orçamentária do TRF2, SJRJ e SJES; execução de débitos judiciais, empenhamento, pagamento e execução de despesas.	Maria Lúcia Pedroso de Lima Raposo	Diretora	1/1/2015 a 16/8/2015
		Eliane Montechiari de Almeida Sanches	Diretora	17/8/2015 a 31/12/2015

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)	Planejamento e acompanhamento de aquisições de TI; segurança da informação; suporte aos sistemas processuais das Seções Judiciárias; análise e programação de sistemas judiciários e administrativos; suporte à TI.	George Gaio Figueira Rêgo da Costa	Diretor	1/1/2015 a 31/12/2015
Secretaria Judiciária (SJU)	Análise, registro, autuação, distribuição, alterações e redistribuição dos feitos; informação processamento, liquidação, controle e pagamento de precatórios e requisitórios de pequeno valor; taquigrafia e sonorização; cumprimentos de mandados judiciais expedidos.	Cláudia Ribeiro Simões	Diretora	1/1/2015 a 31/12/2015
Secretaria de Documentação, Informação e Memória (SED)	Arquitetura e preservação da informação; governança de informações na <i>Web</i> ; gestão documental; publicação do e-DJF2R; produção gráfica e editorial; divulgação e tratamento técnico da informação; biblioteca e biblioteca digital.	Lenora de Beaurepaire da Silva Schwaitzer	Diretora	1/1/2015 a 31/12/2015
Secretaria de Atividades Administrativas (SAT)	Planejar e coordenar as atividades relacionadas à aquisição e contratação, previsão e distribuição de material, bem como controle e manutenção de bens patrimoniais do Tribunal.	Andréia Álvares de Azevedo Oliveira	Diretora	1/1/2015 a 31/12/2015

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Secretaria de Infraestrutura e Logística (SIE)	Planejar e coordenar as atividades infraestrutura predial e logística, incluindo: projetos, obras, reformas, manutenção e operação prediais, segurança, transporte, protocolo administrativo, reprografia, telefonia, gestão ambiental relacionadas à, organização e limpeza o âmbito dos imóveis do TRF2.	Luiz Felipe Fernandes	Diretor	1/1/2015 a 8/4/2015
		André Costa de Sousa	Diretor	9/4/2015 a 16/8/2015
		Edvaldo de Barros Pinto Júnior	Diretor em exercício	17/8/2015 a 7/9/2015
		Carlos Adalberto Palla	Diretor em exercício	8/9/2015 a 31/12/2015
Secretaria de Controle Interno (SCI)	Coordenar as atividades de controle da Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial e de Pessoal do Tribunal e das respectivas Seções Judiciárias.	Maria de Fátima Gonçalves Lessa	Diretora	1/1/2015 a 31/12/2015
Assessoria de Comunicação Institucional (ACOI)	Desempenhar atividades relativas à comunicação institucional do tribunal, visando a formação da identidade e imagem positiva da instituição, buscando difundir o posicionamento da mesma perante a sociedade, com credibilidade.	Viviane Gorgati Viégas	Assessora de Comunicação Institucional	1/1/2015 a 16/8/2015
		André Wilson Alves Camodego	Assessor de Comunicação Institucional	17/8/2015 a 31/12/2015

* A Assessoria de Gestão e Desenvolvimento Institucional (AGED) teve sua denominação alterada para Assessoria de Governança Corporativa, Gestão Estratégica e Monitoramento (AGOM), por meio da Resolução nº TRF2-RSP-2015/00029.

ANEXO II - INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS - SJRJ

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Diretoria do Foro (DIRFO)	Dirigir as atividades de suporte administrativo e judiciário, bem como as de divulgação e representação da SJRJ.	Dr. Carlos Guilherme Francovich Lugones	Juiz Federal Diretor do Foro	1/1/2015 a 8/4/2015
		Dr. Renato César Pessanha de Souza		9/4/2015 a 31/12/2015
Varas Federais	Julgar e processar, em 1ª instância, os feitos de competência da JF, elencados no art. 109 da CRFB/88.	A lista completa dos Juízes Titulares e Substitutos está disponível no site: http://www.trf2.jus.br/corregedoria/documentos/magistrados/lista_completa.pdf .	Juiz Federal	1/1/2015 a 31/12/2015
Núcleo de Comunicação Social (NCOS)	Coordenar as atividades relativas à assessoria de imprensa, relações públicas e comunicação interna da SJRJ.	Maria do Socorro Freitas Carvalho Branco Damous	Coordenadora	1/1/2015 a 31/12/2015
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CESOL)	Viabilizar a realização das audiências de conciliação e dos mutirões em seus variados formatos, objetos e unidades.	Rosana Cristina Salvador França Lopes	Supervisora	1/1/2015 a 31/12/2015
Núcleo de Controle de Mandados (NCOM)	Coordenar e fiscalizar o cumprimento de mandados visando, de imediato, atender as ordens dos juízes federais e, em consequência, os interesses da sociedade	Dayse Maria Diogo Passos	Coordenadora	1/1/2015 a 31/12/2015
Divisão Especial de Segurança (DSEG)	Dirigir as atividades de segurança coletiva e patrimonial e de transporte.	Anderson Mouzinho	Diretor	1/1/2015 a 31/12/2015

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Secretaria Geral (SG)	Gerir, em nível estratégico, as atividades da área de administração em assuntos administrativos e judiciários, de acordo com orientações estabelecidas pela Diretoria do Foro de normas dos órgãos superiores do Poder Judiciário.	Patrícia Reis Longhi	Diretora Geral	1/1/2015 a 31/12/2015
Coordenadoria de Planejamento Estratégico e Projetos (CPLA)	Desenvolver e coordenar projetos e atividades relacionados ao planejamento institucional.	Marcelo Menezes	Coordenador	1/1/2015 a 31/12/2015
Coordenadoria de Gestão Organizacional (CGOR)	Coordenar projetos e ações relacionados ao desenvolvimento organizacional, à melhoria e à automação de processos de trabalho, à estrutura e às regras de funcionamento institucionais.	Luciane Barreto Almada	Coordenadora	1/1/2015 a 31/12/2015
Subsecretaria de Controle Interno (SCO)	Dirigir as atividades de controle da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da SJRJ.	Raphael Junger da Silva	Diretor	1/1/2015 a 31/12/2015
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (SOF)	Planejar, dirigir e controlar as atividades de elaboração e execução orçamentária e financeira da SJRJ.	Martha Kinach Rodrigues Lima	Diretora	1/1/2015 a 31/12/2015
Subsecretaria Jurídica e Contábil (SJC)	Analisar, juridicamente, processos e expedientes administrativos, gerir acordos de cooperação judiciários e inventários patrimoniais e de material.	Luciene da Cunha Dau Miguel	Diretora	1/1/2015 a 31/12/2015
Subsecretaria de Gestão de Pessoas (SGP)	Planejar, dirigir e controlar as atividades relativas à gestão e desenvolvimento de pessoas.	Mônica Valéria de Carvalho Góes	Diretora	1/1/2015 a 31/12/2015
Subsecretaria de Cálculo Judicial (SCA)	Gerenciar as atividades referentes aos cálculos judiciais.	Rosana Cucino Tinoco Signorini	Diretora	1/1/2015 a 31/12/2015

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Subsecretaria de Distribuição e Atividades Judiciárias (SAJ)	Gerenciar as atividades interligadas ao processo judicial, dirigindo os referentes serviços, tais como: atuação e distribuição de processos; expedição de certidões; informações processuais.	João Paulo Santos de Souza	Diretor	1/1/2015 a 31/12/2015
Subsecretaria de Informação e Documentação (SID)	Gerenciar as atividades relativas à gestão documental, produção editorial e gestão da informação na SJRJ.	Carmen Lúcia de Castro	Diretora	1/1/2015 a 31/12/2015
Subsecretaria de Contratações e Material (SCM)	Gerenciar a contratação de materiais e serviços, controlar o estoque e os bens patrimoniais da SJRJ.	Rosana Vilela	Diretora	1/1/2015 a 31/12/2015
Subsecretaria de Gestão de Serviços (SGS)	Gerir as atividades de contratação e execução dos serviços específicos da subsecretaria e fiscalizar a documentação administrativa dos contratos de serviços da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.	Cláudia Lima	Diretora	1/1/2015 a 31/12/2015

ANEXO II - INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS - SJES

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Direção do Foro (DIRFO)	Exercer a administração da Seccional, mormente em relação à área de Gestão de Pessoas, obras, compra de bens e serviços, orçamento e finanças, controle de mandados, interagindo-se com o TRF2.	Dr. Fernando César Baptista de Mattos	Juiz Federal Diretor do Foro	1/1/2015 a 8/4/2015
		Dr. José Eduardo do Nascimento		9/4/2015 a 31/12/2015
Varas Federais	Julgar e processar, em 1ª instância, os feitos de competência da JF, elencados no art. 109 da CRFB/88.	A lista completa dos Juízes Federais Titulares e Substitutos das Varas está no site: http://www.trf2.jus.br/corregedoria/documentos/magistrados/lista_completa.pdf	Juiz Federal	1/1/2015 a 31/12/2015
Secretaria Geral (SG)	Dirigir, coordenar e supervisionar todas as atividades administrativas da SG da SJES, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela DIRFO.	Maria Cristina Natalli	Diretora Geral	1/1/2015 a 31/12/2015
Coordenadoria de Assuntos Administrativos (CADM)	Coordenar e prestar suporte administrativo às seções administrativas relacionadas ao Apoio à SG, à Gestão de Imóveis, e às Seções de Apoio Administrativo das Subseções Judiciárias do Espírito Santo.	Cláudia Regina Diniz	Coordenadora	1/1/2015 a 31/12/2015
Coordenadoria Jurídica (CJU)	Assessorar a Direção do Foro na administração da Seção Judiciária do Espírito Santo, emitindo pareceres com vistas a subsidiar as decisões administrativas que serão tomadas, especialmente nos seguintes temas: licitações e contratos administrativos, matéria tributária e envolvendo interesse de servidores públicos desta Seccional.	Gelciane Ramos Alves	Coordenadora	1/1/2015 a 31/12/2015
Seção de Gestão Organizacional (SEGOR)	Planejar, coordenar e apoiar iniciativas de melhorias contínuas de gestão organizacional, assim como atuar no gerenciamento do processo de planejamento estratégico.	Sérgio Henrique Barcelos Silveira	Supervisor	1/1/2015 a 31/12/2015
Núcleo de Controle Interno (NCI)	Coordenar, acompanhar, fiscalizar e realizar os atos de procedimentos do controle de gestão contábil, orçamentária, financeira e patrimonial e de pessoal da SJES.	Meroísa Fonseca de Souza Costa	Diretora	1/1/2015 a 31/12/2015

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Núcleo de Administração e Finanças (NAF)	Desenvolver as tarefas de planejar, elaborar, dirigir, coordenar e acompanhar a execução orçamentária e financeira dos programas de trabalho da SJES, bem como planejar e coordenar as atividades relacionadas ao protocolo e expedição de documentos e à administração de materiais de consumo e permanentes.	Cristiene Ginaid de Souza Cupertino de Castro	Diretora	1/1/2015 a 31/12/2015
Núcleo de Comunicação Social (NCS)	Desenvolver atribuições específicas das áreas de Comunicação Social, Assessoria de Imprensa e Relações Públicas, além de atividades correlatas.	Ana Paola Dessaune Carlos Vidal	Diretora	1/1/2015 a 31/12/2015
Núcleo de Gestão de Pessoas (NGP)	Planejar, coordenar, dirigir e controlar as atividades relativas aos recursos humanos no âmbito da SJES.	Josélio Santos Nascimento	Diretor	1/1/2015 a 31/12/2015
Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI)	Planejar, definir e coordenar a implementação, no âmbito da SJES, de projetos que envolvam TI e comunicação dedados.	Fabrcio Vasconcelos Costa	Diretor	1/1/2015 a 31/12/2015
Núcleo de Apoio Judiciário (NAJ)	Planejar e coordenar as atividades e ações que visem ao apoio às Varas Federais e Juizados Especiais Federais, controle de mandados, documentação e divulgação, arquivo e depósito judicial, contadorias e de apoio às Varas Federais, trabalhos relativos aos leilões judiciais, mutirão de audiências.	Vera Ely Massariol	Diretora	1/1/2015 a 31/12/2015
Núcleo de Contratações (NCO)	Executar as atividades de planejamento e direção nas atividades de contratações da SJES.	Moacir Sader Silveira Júnior	Diretor	1/1/2015 a 31/12/2015
Núcleo de Obras e Manutenção (NOM)	Coordenar ações e projetos vinculados à manutenção, melhoria e ampliação dos imóveis e instalações utilizados pela SJES, visando fornecer e preservar condições adequadas de funcionalidade e conforto aos ambientes de trabalho.	Carlos Chaves Damásio	Diretor	1/1/2015 a 31/12/2015



ANEXO III - *Matriz Detalhada de Acompanhamento da Gestão Plano Estratégico da Justiça Federal / 2015 - 2020*

**ANEXO III - MATRIZ DETALHADA DE ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO PLANO ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL / 2015 - 2020**

MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	Nº	INDICADOR	META INICIAL	ANO INICIAL COLETA	META FINAL 2019 / 2020	PERIODICIDADE COLETA	POLARIDADE		RESULTADOS 2º REGIÃO	PORTFÓLIO PROJETOS NACIONAIS INICIADOS EM 2015 / GESTOR PROJETO
CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	Agilizar os trâmites judiciais	2	Índice de produtividade judicante META 1 / 2015 (NACIONAL)	2º REGIÃO Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	2015	2015	MENSAL	↑	JAN	88,2%	Não há projeto relacionado.
									FEV	100,3%	
									MAR	99,4%	
									ABR	98,7%	
									MAI	97,1%	
									JUN	95,7%	
									JUL	95,0%	
									AGO	95,0%	
									SET	95,0%	
									OUT	96,0%	
									NOV	97,0%	
		DEZ	97,0%								
		3	Índice de julgamento de processos antigos META 2 / 2015 (NACIONAL)	Identificar e julgar, no ano corrente, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12 do quinto ano anterior ao ano corrente, no 1º e 2º graus; 100% dos distribuídos até 31/12 do quarto ano anterior ao ano em curso e 70% dos distribuídos até 31/12 do antepenúltimo ano nos juizados especiais federais e turmas recursais	2015	2015	MENSAL	↑	JAN	93,0%	Processo Judicial Eletrônico da JF - Pje / TRF3
									FEV	94,0%	
									MAR	93,0%	
									ABR	94,0%	
									MAI	95,0%	
									JUN	95,0%	Implantação do Modelo Nacional de Interoperabilidade - MNI / TRF4
									JUL	95,0%	
									AGO	95,0%	
									SET	95,0%	
OUT	96,0%										
NOV	96,0%										
DEZ	96,0%										
4	Índice de produtividade dos magistrados - IPM META 9 / 2015	Aumentar o índice de produtividade de magistrados em relação à	2015	2015	TRIMESTRAL	↑	1º TRIM	NM	Estudos sobre a atratividade para ingresso e permanência		
							2º TRIM	104,7%			

MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	Nº	INDICADOR	META INICIAL	ANO INICIAL COLETA	META FINAL 2019 / 2020	PERIODICIDADE COLETA	POLARIDADE		RESULTADOS 2º REGIÃO	PORTFÓLIO PROJETOS NACIONAIS INICIADOS EM 2015 / GESTOR PROJETO
			(ESPECÍFICA)	média do triênio anterior da própria região					3º TRIM	99,5%	na carreira de servidor da JF / CJF
									4º TRIM	87,6%	
		5	Índice de produtividade dos servidores - IPS META 10 / 2015 (ESPECÍFICA)	Aumentar o índice de produtividade dos servidores em relação à média do triênio anterior da própria região	2015	2015	TRIMESTRAL	↑	1º TRIM	NM	Estudos sobre a atratividade para ingresso e permanência na carreira da magistratura / CEJ
									2º TRIM	102,5%	
									3º TRIM	97,9%	
									4º TRIM	92,5%	
									JAN	57,0%	
									FEV	58,0%	
									MAR	59,0%	
									ABR	61,0%	
									MAI	62,0%	
									JUN	63,0%	
									JUL	64,0%	
									AGO	66,0%	
									SET	67,0%	
									OUT	68,0%	
									NOV	70,0%	
									DEZ	70,0%	
									JAN	75,0%	
									FEV	118,0%	
									MAR	126,0%	
									ABR	114,0%	
									MAI	147,0%	
									JUN	136,0%	
									JUL	142,0%	
									AGO	169,0%	
									SET	177,0%	
									OUT	175,0%	
ADOÇÃO DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO	Aumentar o número de processos encerrados por meio de conciliação	8	Tx. de casos encerrados por conciliação META 3 / 2015 (NACIONAL)	Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior	2015	2015	MENSAL	↑	JAN	75,0%	

MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	Nº	INDICADOR	META INICIAL	ANO INICIAL COLETA	META FINAL 2019 / 2020	PERIODICIDADE COLETA	POLARIDADE		RESULTADOS 2º REGIÃO	PORTFÓLIO PROJETOS NACIONAIS INICIADOS EM 2015 / GESTOR PROJETO	
									NOV	191,0%		
									DEZ	154,0%		
APRIMORAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL	Agilizar os trâmites judiciais dos processos criminais, de modo a combater a impunidade	9	Índice de atendimento à demanda de processos criminais META 7 / 2015 (ESPECÍFICA)	Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	2015	2015	MENSAL	↑		BAIXADOS	JULGADOS	Não há projeto relacionado.
									JAN	105,0%	70,0%	
									FEV	108,0%	75,0%	
									MAR	101,0%	72,0%	
									ABR	99,0%	81,0%	
									MAI	101,0%	88,0%	
									JUN	96,0%	85,0%	
									JUL	99,0%	86,0%	
									AGO	96%	84%	
									SET	93%	87%	
									OUT	92%	81%	
		NOV	92%	79%								
		DEZ	90%	77%								
		10	Índice de julgamento dos processos antigos META 8 / 2015 (ESPECÍFICA)	Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12 do penúltimo ano	2015	2015	TRIMESTRAL	↑	1º TRIM	52,0%		
2º TRIM	58,0%											
3º TRIM	90,8%											
4º TRIM	97%											
IMPULSO ÀS EXECUÇÕES FISCAIS E CÍVEIS	Agilizar os trâmites judiciais no cumprimento do julgado	12	Índice de atendimento à demanda na execução não fiscal do 1º grau META 5 / 2015 (NACIONAL)	Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a dos casos novos de execução não fiscal no ano corrente	2015	2015	MENSAL	↑	JAN	111,0%		Desenvolvimento do Sistema Nacional de Cálculos Judiciais em nova tecnologia / TRF1 / SJDF
									FEV	110,0%		
									MAR	104,0%		
									ABR	97,0%		
									MAI	99,0%		
									JUN	102,0%		
JUL	100,0%											

MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	Nº	INDICADOR	META INICIAL	ANO INICIAL COLETA	META FINAL 2019 / 2020	PERIODICIDADE COLETA	POLARIDADE		RESULTADOS 2ª REGIÃO	PORTFÓLIO PROJETOS NACIONAIS INICIADOS EM 2015 / GESTOR PROJETO
						igual a 3%			4º TRIM	3,8%	Fortalecimento do clima organizacional, com ênfase na promoção da saúde no trabalho / CJF
		19	Tx. de adesão de magistrados e servidores ao exame periódico META 13 / 2015 (ESPECÍFICA)	Magistrados Atingir 70% de adesão de magistrados ao exame de saúde periódico	2015	Magistrados Atingir 100% de adesão de magistrados ao exame de saúde periódico, até 2020	SEMESTRAL	↓	1º SEM	0,0%	
									2º SEM	33,3%	
				1º SEM		7,6%					
				2º SEM		7,3%					
				Servidores Atingir 100% de adesão de servidores ao exame de saúde periódico		Servidores Atingir 100% de adesão de servidores ao exame de saúde periódico, até 2020					

ANEXO IV - *Demonstrações Contábeis
Exigidas Pela Lei 4.320/64
Justiça Federal Da 2ª Região*

BALANÇO PATRIMONIAL



TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	90028 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIAO
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

EMISSAO	PAGINA
05/04/2016	1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	23.985.582,71	25.009.001,79	PASSIVO CIRCULANTE	64.975.702,89	61.135.561,22
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.506.234,80	21.555.308,26	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	64.135.829,58	60.468.241,21
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	169.354,88	842,07
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	670.518,43	666.477,94
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	811.946,61	702.425,99			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	2.366.726,42	2.440.087,83			
VPDs Pagas Antecipadamente	300.674,88	311.179,71			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	193.288.152,54	189.015.637,86	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	64.975.702,89	61.135.561,22
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Propriedades para Investimento	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Reservas de Capital	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Demais Reservas	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultados Acumulados	152.298.032,36	152.889.078,43
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultado do Exercício	436.128,38	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	152.889.078,43	152.889.078,43
			Ajustes de Exercícios Anteriores	-1.027.174,45	-
Imobilizado	185.939.272,76	184.668.465,19	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Móveis	21.080.755,18	20.858.640,01	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	152.298.032,36	152.889.078,43
Bens Móveis	34.961.014,27	30.411.087,12			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-13.880.259,09	-9.552.447,11			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 90028 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIAO

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	164.858.517,58	163.809.825,18			
Bens Imóveis	164.953.443,85	163.821.669,53			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-94.926,27	-11.844,35			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	7.348.879,78	4.347.172,67			
Softwares	7.348.879,78	4.347.172,67			
Softwares	9.287.139,22	4.347.172,67			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-911.084,99	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-1.027.174,45	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	217.273.735,25	214.024.639,65	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	217.273.735,25	214.024.639,65

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	20.506.234,80	36.923.442,33	PASSIVO FINANCEIRO	34.293.270,57	73.179.000,55
ATIVO PERMANENTE	196.767.500,45	177.101.197,32	PASSIVO PERMANENTE	62.855.053,82	24.212.400,94
SALDO PATRIMONIAL		-	SALDO PATRIMONIAL	120.125.410,86	116.633.238,16

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	49.769.318,19	17.730.736,90	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	101.180.825,89	82.344.026,46
Execução dos Atos Potenciais Ativos	49.769.318,19	17.730.736,90	Execução dos Atos Potenciais Passivos	101.180.825,89	82.344.026,46
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	5.437.633,21	2.776.323,72	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	44.331.684,98	14.954.413,18	Obrigações Contratuais a Executar	101.180.825,89	82.344.026,46
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	49.769.318,19	17.730.736,90	TOTAL	101.180.825,89	82.344.026,46



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 90028 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIAO

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-9.877.820,95
Recursos Vinculados	-3.909.214,82
Operação de Crédito	-74.572,63
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-3.834.642,19
TOTAL	-13.787.035,77



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 90048 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REG.-PR. RPV

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	1.250.078,47	2.653.749,16	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.250.078,47	2.653.749,16

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	1.250.078,47	319.204.675,46	PASSIVO FINANCEIRO	51.329.574,35	637.439.663,03
ATIVO PERMANENTE	-	-316.550.926,30	PASSIVO PERMANENTE	3.184.507.238,15	2.863.616.345,77
SALDO PATRIMONIAL	3.234.586.734,03	3.498.402.259,64	SALDO PATRIMONIAL		-

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 90048 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REG.-PR. RPV

ÓRGÃO SUPERIOR 12000 - JUSTIÇA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-50.079.495,88
Recursos Vinculados	-
TOTAL	-50.079.495,88



TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	90034 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A.REGIAO-ORCAM.
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	-	77.011,83	PASSIVO CIRCULANTE	-	77.011,83
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	-	77.011,83
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	77.011,83			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	-	77.011,83
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	-	-			
Bens Móveis	-	-			
Bens Móveis	-	-			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PÁGINA 2

SUBTÍTULO 90034 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A.REGIAO-ORCAM.

ÓRGÃO SUPERIOR 12000 - JUSTIÇA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	-	77.011,83	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	77.011,83

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	-	363.590.406,52	PASSIVO FINANCEIRO	-	363.590.406,52
ATIVO PERMANENTE	-	-363.513.394,69	PASSIVO PERMANENTE	-	-363.513.394,69
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL		

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-		SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-		Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-		Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-		Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	
Direitos Contratuais a Executar	-		Obrigações Contratuais a Executar	-	
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-		Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	
TOTAL	-		TOTAL	-	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 90034 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A.REGIAO-ORCAM.

ÓRGÃO SUPERIOR 12000 - JUSTIÇA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	-
TOTAL	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 90054 - ESCOLA DA MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL- 2ºR

ÓRGÃO SUPERIOR 12000 - JUSTIÇA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	123.660,20	2.121,62	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	123.660,20	2.121,62

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	123.660,20	8.419,09	PASSIVO FINANCEIRO	162.287,12	16.838,18
ATIVO PERMANENTE	-	-6.297,47	PASSIVO PERMANENTE	-	-8.419,09
SALDO PATRIMONIAL	38.626,92	6.297,47	SALDO PATRIMONIAL	-	-

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	10.762,98	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	10.762,98	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	10.762,98	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	10.762,98	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 90054 - ESCOLA DA MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL- 2ºR

ÓRGÃO SUPERIOR 12000 - JUSTIÇA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-38.626,92
Recursos Vinculados	-
TOTAL	-38.626,92



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 90016 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - RJ

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	11.383.532,33	15.615.042,19	PASSIVO CIRCULANTE	81.821.456,88	122.643.359,86
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.695.470,97	14.165.578,05	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	78.573.782,71	121.550.524,54
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.465.829,72	314.668,49
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	7.661,92	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	774.182,53	778.166,83
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	501.330,47	215.381,39			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	1.186.730,89	1.232.569,08			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	1.513,67			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	286.074.950,51	260.367.346,19	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	12.377,16	12.377,16	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	12.377,16	12.377,16	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	12.377,16	12.377,16	Resultado Diferido	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	81.821.456,88	122.643.359,86
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-			
Estoques	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
Investimentos	-	-			
Participações Permanentes	-	-			
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Reservas	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultados Acumulados	215.637.025,96	153.339.028,52
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Resultado do Exercício	65.302.584,18	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	153.339.028,52	153.339.028,52
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-3.004.586,74	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	215.637.025,96	153.339.028,52



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 90016 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - RJ

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	268.410.220,62	243.525.644,26			
Bens Móveis	30.633.249,49	35.729.562,62			
Bens Móveis	51.099.050,15	48.569.482,94			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-18.923.521,76	-12.839.920,32			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-1.542.278,90	-			
Bens Imóveis	237.776.971,13	207.796.081,64			
Bens Imóveis	237.777.121,51	207.802.190,11			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-150,38	-6.108,47			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	17.652.352,73	16.829.324,77			
Softwares	17.644.622,73	16.821.594,77			
Softwares	17.644.622,73	16.821.594,77			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	7.730,00	7.730,00			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	7.730,00	7.730,00			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	297.458.482,84	275.982.388,38	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	297.458.482,84	275.982.388,38

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	9.695.470,97	41.368.278,04	PASSIVO FINANCEIRO	28.271.880,13	81.643.720,76
ATIVO PERMANENTE	287.763.011,87	234.614.110,34	PASSIVO PERMANENTE	79.303.668,37	81.275.081,82
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL	189.882.934,34	113.063.585,80

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	10.329.171,01	10.778.722,13	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	157.093.657,46	134.579.735,61



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 90016 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - RJ

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Execução dos Atos Potenciais Ativos	10.329.171,01	10.778.722,13	Execução dos Atos Potenciais Passivos	157.093.657,46	134.579.735,61
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	10.329.171,01	10.778.722,13	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	157.093.657,46	134.579.735,61
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	10.329.171,01	10.778.722,13	TOTAL	157.093.657,46	134.579.735,61

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-13.767.887,23
Recursos Vinculados	-4.808.521,93
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-343,20
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-4.808.178,73
TOTAL	-18.576.409,16



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 90014 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - ES

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	86.256.049,54	68.818.316,79			
Bens Imóveis	86.297.745,09	68.859.882,37			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-41.695,55	-41.565,58			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	4.229.875,65	3.367.955,37			
Softwares	4.229.875,65	3.367.955,37			
Softwares	4.229.875,65	3.367.955,37			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	124.992.940,36	109.273.117,16	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	124.992.940,36	109.273.117,16

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	4.845.175,97	10.143.234,89	PASSIVO FINANCEIRO	11.101.317,39	19.890.260,65
ATIVO PERMANENTE	120.147.764,39	99.129.882,27	PASSIVO PERMANENTE	13.414.908,64	4.059.054,49
SALDO PATRIMONIAL		-	SALDO PATRIMONIAL	100.476.714,33	85.323.802,02

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	8.044.569,37	7.548.019,55	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	39.960.691,27	25.927.078,59
Execução dos Atos Potenciais Ativos	8.044.569,37	7.548.019,55	Execução dos Atos Potenciais Passivos	39.960.691,27	25.927.078,59
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	3.065.007,37	2.568.457,55	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	4.979.562,00	4.979.562,00	Obrigações Contratuais a Executar	39.960.691,27	25.927.078,59
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	8.044.569,37	7.548.019,55	TOTAL	39.960.691,27	25.927.078,59



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 90014 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - ES

ÓRGÃO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-6.071.141,42
Recursos Vinculados	-185.000,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-185.000,00
TOTAL	-6.256.141,42

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	90028 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIAO
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL
----------------	-------------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	415.250.397,18	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	146.368,53	-
Impostos	-	-
Taxas	146.368,53	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	30.720,00	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	30.720,00	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	7.047,11	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	7.047,11	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	413.497.769,43	-
Transferências Intragovernamentais	413.395.911,29	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	101.858,14	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.340.245,75	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.259.622,09	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	80.623,66	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	228.246,36	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	90028 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIAO
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL
----------------	-------------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	228.246,36	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	414.814.268,80	-
Pessoal e Encargos	279.239.279,61	-
Remuneração a Pessoal	217.087.865,83	-
Encargos Patronais	36.347.559,74	-
Benefícios a Pessoal	19.768.959,94	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	6.034.894,10	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	53.258.608,51	-
Aposentadorias e Reformas	46.104.081,51	-
Pensões	6.432.447,03	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	722.079,97	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	78.730.388,64	-
Uso de Material de Consumo	2.414.710,26	-
Serviços	70.857.257,69	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	5.458.420,69	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	8.478,09	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	7.697,17	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	780,92	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	1.637.322,82	-
Transferências Intragovernamentais	306.616,06	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.330.706,76	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.270.085,72	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	23.218,18	-
Incorporação de Passivos	1.239.124,66	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	90028 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIAO
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	7.742,88	-
Tributárias	668.899,72	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	17.816,38	-
Contribuições	651.083,34	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.205,69	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.205,69	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	436.128,38	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	90048 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REG.-PR. RPV
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTIÇA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	4.666.434.569,8	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.657.165.245,1	-
Transferências Intragovernamentais	2.657.165.245,1	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.962.797.270,4	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.962.797.270,4	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	46.472.054,20	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	90048 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REG.-PR. RPV
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTIÇA FEDERAL
----------------	-------------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	46.472.054,20	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	4.684.736.999,2	-
Pessoal e Encargos	1.236.182.302,9	-
Remuneração a Pessoal	1.218.756.382,3	-
Encargos Patronais	7.938.372,80	-
Benefícios a Pessoal	9.487.547,74	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	301.224.324,00	-
Aposentadorias e Reformas	301.149.441,24	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	74.882,76	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	20.836,25	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	20.836,25	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.111.252.400,1	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	2.111.252.400,1	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	46.472.054,76	-
Transferências Intragovernamentais	46.472.054,76	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	105.091.859,21	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	105.091.859,21	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	90048 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REG.-PR. RPV
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTIÇA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	-	-
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	884.493.222,00	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	884.493.222,00	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-18.302.429,43	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	90034 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A.REGIAO-ORCAM.
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	4.241.219.828,2	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	4.241.142.816,3	-
Transferências Intragovernamentais	4.241.142.816,3	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	77.011,83	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	77.011,83	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	90034 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A.REGIAO-ORCAM.
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL
----------------	-------------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	4.241.219.828,2	-
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	4.241.142.816,3	-
Transferências Intragovernamentais	4.241.142.816,3	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	77.011,83	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	77.011,83	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	90034 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A.REGIAO-ORCAM.
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	-	-
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	90054 - ESCOLA DA MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL- 2ºR
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTIÇA FEDERAL
----------------	-------------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	655.738,03	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	655.738,03	-
Transferências Intragovernamentais	655.738,03	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	90054 - ESCOLA DA MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL- 2ºR
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTIÇA FEDERAL
----------------	-------------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	546.580,60	-
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	540.325,39	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	540.325,39	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	90054 - ESCOLA DA MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL- 2ºR
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTIÇA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	-	-
Tributárias	6.010,86	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	6.010,86	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	244,35	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	244,35	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	109.157,43	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	90016 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - RJ
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL
----------------	-------------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.072.400.143,6	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.165.081,34	-
Impostos	-	-
Taxas	9.165.081,34	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	112.617,34	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	112.617,34	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	992.584.080,15	-
Transferências Intragovernamentais	991.492.992,19	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.091.087,96	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	62.953.904,54	-
Reavaliação de Ativos	24.101.840,71	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	234.483,39	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	38.617.580,44	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	7.584.460,23	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 05/04/2016	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	90016 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - RJ
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	7.584.460,23	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.007.097.559,4	-
Pessoal e Encargos	755.509.335,42	-
Remuneração a Pessoal	576.499.808,73	-
Encargos Patronais	108.216.629,61	-
Benefícios a Pessoal	69.037.754,08	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.755.143,00	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	139.736.145,84	-
Aposentadorias e Reformas	97.363.799,13	-
Pensões	40.562.816,69	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.809.530,02	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	89.015.178,54	-
Uso de Material de Consumo	2.579.037,49	-
Serviços	80.278.593,07	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	6.157.547,98	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	5.490,13	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	3.795,13	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	1.695,00	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	18.690.229,26	-
Transferências Intragovernamentais	18.503.939,97	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	186.289,29	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.626.807,68	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	1.388.834,72	-
Incorporação de Passivos	1.181.280,72	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	90016 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - RJ
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	56.692,24	-
Tributárias	1.398.966,77	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	75.529,86	-
Contribuições	1.323.436,91	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	115.405,78	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	115.405,78	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	65.302.584,18	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	90014 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - ES
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL
----------------	-------------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	200.632.358,71	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.108.296,59	-
Impostos	1.364.063,48	-
Taxas	1.744.233,11	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	149.150,13	-
Contribuições Sociais	149.150,13	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	27.063,98	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	27.063,98	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	180.468.769,07	-
Transferências Intragovernamentais	179.290.155,07	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.178.614,00	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	15.431.186,64	-
Reavaliação de Ativos	14.444.360,53	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	986.826,11	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.447.892,30	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 05/04/2016	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	90014 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - ES
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.447.892,30	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	185.172.810,66	-
Pessoal e Encargos	138.986.514,71	-
Remuneração a Pessoal	106.666.358,89	-
Encargos Patronais	19.414.213,05	-
Benefícios a Pessoal	12.756.845,31	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	149.097,46	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	14.570.295,02	-
Aposentadorias e Reformas	13.058.776,22	-
Pensões	1.343.427,02	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	168.091,78	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	26.210.500,59	-
Uso de Material de Consumo	643.264,14	-
Serviços	21.126.406,70	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	4.440.829,75	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	475,67	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	475,67	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	3.357.515,45	-
Transferências Intragovernamentais	3.263.288,26	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	94.227,19	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.598.623,31	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	1.087.124,18	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	90014 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - ES
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	511.499,13	-
Tributárias	418.476,08	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	27.839,04	-
Contribuições	390.637,04	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	30.409,83	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	30.409,83	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	15.459.548,05	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 06/04/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 90028 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIAO

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Valor	Valor do Ajuste	Valor Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	152.889.078,43C	-	152.889.078,43C
Variação Cambial	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	1.027.174,45D	-	1.027.174,45D
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Resultado do Exercício	436.128,38C	-	436.128,38C
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2015	152.298.032,36C	-	152.298.032,36C



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 06/04/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 90048 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REG.-PR. RPV

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Valor	Valor do Ajuste	Valor Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	3.180.303.634,13D	-	3.180.303.634,13D
Variação Cambial	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Resultado do Exercício	18.302.429,43D	-	18.302.429,43D
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2015	3.198.606.063,56D	-	3.198.606.063,56D



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 06/04/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 90034 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A.REGIAO-ORCAM.

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Valor	Valor do Ajuste	Valor Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	-	-	-
Variação Cambial	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2015	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 06/04/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 90054 - ESCOLA DA MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL- 2ºR

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Valor	Valor do Ajuste	Valor Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	2.121,62C	-	2.121,62C
Variação Cambial	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Resultado do Exercício	109.157,43C	-	109.157,43C
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2015	111.279,05C	-	111.279,05C



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 90016 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - RJ

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Valor	Valor do Ajuste	Valor Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	153.339.028,52C	-	153.339.028,52C
Variação Cambial	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	79.751,12C	-	79.751,12C
Aumento/Redução de Capital	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	3.084.337,86D	-	3.084.337,86D
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Resultado do Exercício	65.302.584,18C	-	65.302.584,18C
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2015	215.637.025,96C	-	215.637.025,96C



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO DEZ(Encerrado)
-------------------	---------------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 05/04/2016	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	90014 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - ES
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Valor	Valor do Ajuste	Valor Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	95.070.827,78C	-	95.070.827,78C
Variação Cambial	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	6.761,81C	-	6.761,81C
Aumento/Redução de Capital	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Resultado do Exercício	15.459.548,05C	-	15.459.548,05C
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2015	110.537.137,64C	-	110.537.137,64C

BALANÇO FINANCEIRO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 90028 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIAO

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	413.764.942,38	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	324.426.784,50	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	89.338.157,88	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	41.598.458,17	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	10.332.433,00	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	37.407.266,71	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	413.395.911,29	-	Transferências Financeiras Concedidas	306.616,06	-
Resultantes da Execução Orçamentária	398.836.369,25	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	-	-	Repasse Concedido	-	-
Sub-repasse Recebido	398.836.369,25	-	Sub-repasse Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasse Devolvido	-	-	Repasse Devolvido	-	-
Sub-repasse Devolvido	-	-	Sub-repasse Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	14.559.542,04	-	Independentes da Execução Orçamentária	306.616,06	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	14.552.927,56	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	-
Demais Transferências Recebidas	2.916,78	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	3.697,70	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	306.616,06	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	29.087.977,65	-	Despesas Extraorçamentárias	29.461.403,96	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	80.181,86	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	358,80	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	23.234.513,06	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	24.068.816,33	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.802.762,72	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.392.228,83	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	970.520,01	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 90028 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIAO

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade	300.001,58	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Varição Cambial	-	-	Varição Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	670.518,43	-			
Saldo do Exercício Anterior	21.555.308,26	-	- Saldo para o Exercício Seguinte	20.506.234,80	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	21.555.308,26	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	20.506.234,80	-
TOTAL	464.039.197,20	-	TOTAL	464.039.197,20	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 90048 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REG.-PR. RPV

ÓRGÃO SUPERIOR 12000 - JUSTIÇA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	2.407.320.181,80	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	2.125.455.922,81	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	281.864.258,99	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	281.864.258,99	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	2.657.165.245,17	-	Transferências Financeiras Concedidas	46.472.054,76	-
Resultantes da Execução Orçamentária	2.357.369.765,19	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	-	-	Repasse Concedido	-	-
Sub-repasse Recebido	2.357.369.765,19	-	Sub-repasse Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasse Devolvido	-	-	Repasse Devolvido	-	-
Sub-repasse Devolvido	-	-	Sub-repasse Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	299.795.479,98	-	Independentes da Execução Orçamentária	46.472.054,76	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	299.795.479,98	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	0,56	-
Demais Transferências Recebidas	-	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	46.472.054,20	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	155.636.510,40	-	Despesas Extraorçamentárias	360.413.189,70	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	50.365.012,69	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	301.206.816,57	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	57.963.961,12	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	59.206.373,13	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	47.307.536,59	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PÁGINA 2

SUBTÍTULO 90048 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REG.-PR. RPV

ÓRGÃO SUPERIOR 12000 - JUSTIÇA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade	46.472.054,20	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Varição Cambial	-	-	Varição Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	835.482,39	-			
Saldo do Exercício Anterior	2.653.749,16	-	- Saldo para o Exercício Seguinte	1.250.078,47	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.653.749,16	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.250.078,47	-
TOTAL	2.815.455.504,73	-	TOTAL	2.815.455.504,73	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 90034 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A.REGIAO-ORCAM.

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	-	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	-	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	-	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	-	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-		-	-
Transferências Financeiras Recebidas	4.241.142.816,38	-	Transferências Financeiras Concedidas	4.241.142.816,38	-
Resultantes da Execução Orçamentária	3.903.382.459,42	-	Resultantes da Execução Orçamentária	3.903.382.459,42	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	-	-	Repasse Concedido	-	-
Sub-repasse Recebido	3.903.382.459,42	-	Sub-repasse Concedido	3.903.382.459,42	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasse Devolvido	-	-	Repasse Devolvido	-	-
Sub-repasse Devolvido	-	-	Sub-repasse Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	337.760.359,96	-	Independentes da Execução Orçamentária	337.760.359,96	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	336.880.170,81	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	336.880.170,25	-
Demais Transferências Recebidas	880.186,15	-	Demais Transferências Concedidas	880.186,71	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	-	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Despesas Extraorçamentárias	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PÁGINA 2

SUBTÍTULO 90034 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A.REGIAO-ORCAM.

ÓRGÃO SUPERIOR 12000 - JUSTIÇA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade			- Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Varição Cambial			- Varição Cambial		-
Valores para Compensação			- Valores Compensados		-
Valores em Trânsito			- Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX			- Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão			- Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos					
Saldo do Exercício Anterior	-		- Saldo para o Exercício Seguinte	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa			- Caixa e Equivalentes de Caixa		-
TOTAL	4.241.142.816,38		TOTAL	4.241.142.816,38	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 90054 - ESCOLA DA MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL- 2ºR

ÓRGÃO SUPERIOR 12000 - JUSTIÇA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	688.067,48	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	688.067,48	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	-	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	-	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	655.738,03	-	Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Resultantes da Execução Orçamentária	650.969,68	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	-	-	Repasse Concedido	-	-
Sub-repasse Recebido	650.969,68	-	Sub-repasse Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasse Devolvido	-	-	Repasse Devolvido	-	-
Sub-repasse Devolvido	-	-	Sub-repasse Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	4.768,35	-	Independentes da Execução Orçamentária	-	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	4.768,35	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	-
Demais Transferências Recebidas	-	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	-	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	159.086,38	-	Despesas Extraorçamentárias	5.218,35	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	12.381,15	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	146.705,23	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	5.218,35	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 90054 - ESCOLA DA MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL- 2ºR

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade			- Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial			- Variação Cambial		-
Valores para Compensação			- Valores Compensados		-
Valores em Trânsito			- Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX			- Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão			- Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos					
Saldo do Exercício Anterior	2.121,62		- Saldo para o Exercício Seguinte	123.660,20	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.121,62		- Caixa e Equivalentes de Caixa	123.660,20	-
TOTAL	816.946,03		- TOTAL	816.946,03	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 90016 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - RJ

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	987.087.840,64	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	791.219.646,35	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	195.868.194,29	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	122.561.926,00	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	23.716.140,00	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	49.590.128,29	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	991.492.992,19	-	Transferências Financeiras Concedidas	18.503.939,97	-
Resultantes da Execução Orçamentária	971.254.051,17	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	-	-	Repasse Concedido	-	-
Sub-repasse Recebido	971.254.051,17	-	Sub-repasse Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasse Devolvido	-	-	Repasse Devolvido	-	-
Sub-repasse Devolvido	-	-	Sub-repasse Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	20.238.941,02	-	Independentes da Execução Orçamentária	18.503.939,97	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	18.586.445,15	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	-
Demais Transferências Recebidas	799.672,32	-	Demais Transferências Concedidas	47.401,42	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	852.823,55	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	18.456.538,55	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	38.845.305,32	-	Despesas Extraorçamentárias	29.216.623,98	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	769.943,40	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	57.415,25	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	21.300.706,42	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	29.129.480,38	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-460.546,99	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	29.728,35	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	17.235.202,49	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 90016 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - RJ

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade	16.752.586,45	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Varição Cambial	-	-	Varição Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	482.616,04	-			
Saldo do Exercício Anterior	14.165.578,05	-	Saldo para o Exercício Seguinte	9.695.470,97	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	14.165.578,05	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.695.470,97	-
TOTAL	1.044.503.875,56	-	TOTAL	1.044.503.875,56	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 90014 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - ES

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	183.052.558,02	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	169.572.844,95	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	13.479.713,07	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	12.938.074,00	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	-	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	541.639,07	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	179.290.155,07	-	Transferências Financeiras Concedidas	3.263.288,26	-
Resultantes da Execução Orçamentária	175.271.304,13	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	-	-	Repasse Concedido	-	-
Sub-repasse Recebido	175.271.304,13	-	Sub-repasse Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasse Devolvido	-	-	Repasse Devolvido	-	-
Sub-repasse Devolvido	-	-	Sub-repasse Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	4.018.850,94	-	Independentes da Execução Orçamentária	3.263.288,26	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.940.549,21	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	-
Demais Transferências Recebidas	30.195,63	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	48.106,10	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	3.263.288,26	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	13.709.266,06	-	Despesas Extraorçamentárias	7.596.296,91	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	49.099,71	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	65.115,71	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	10.368.261,11	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	7.483.433,76	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-276.040,98	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	47.747,44	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	3.567.946,22	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 90014 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - ES

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade	3.203.438,48	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Varição Cambial	-	-	Varição Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	364.507,74	-			
Saldo do Exercício Anterior	5.757.898,03	-	- Saldo para o Exercício Seguinte	4.845.175,97	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.757.898,03	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.845.175,97	-
TOTAL	198.757.319,16	-	TOTAL	198.757.319,16	-

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMIÇÃO 05/04/2016	PÁGINA 1
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	90028 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIAO
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	9.690.235,78	-
INGRESSOS	419.169.194,02	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	419.169.194,02	-
Ingressos Extraorçamentários	4.802.762,72	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	413.395.911,29	-
Arrecadação de Outra Unidade	300.001,58	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	670.518,43	-
DESEMBOLSOS	-409.478.958,24	-
Pessoal e Demais Despesas	-366.638.408,01	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-313.041.131,59	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-53.597.276,42	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 05/04/2016	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	90028 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIAO
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-37.141.705,34	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-37.141.705,34	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-5.698.844,89	-
Dispêndios Extraorçamentários	-5.392.228,83	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-306.616,06	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-10.739.309,24	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 90028 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIAO

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS	-10.739.309,24	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-6.779.313,03	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-3.959.996,21	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-1.049.073,46	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	21.555.308,26	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	20.506.234,80	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSION 05/04/2016	PÁGINA 1
------------------------	-------------

SUBTÍTULO	90048 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REG.-PR. RPV
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTIÇA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	12.150.754,66	-
INGRESSOS	2.762.436.742,88	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	2.762.436.742,88	-
Ingressos Extraorçamentários	57.963.961,12	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	2.657.165.245,17	-
Arrecadação de Outra Unidade	46.472.054,20	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	835.482,39	-
DESEMBOLSOS	-2.750.285.988,22	-
Pessoal e Demais Despesas	-2.636.669.187,53	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 05/04/2016	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	90048 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REG.-PR. RPV
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-2.636.669.187,53	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-7.938.372,80	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-7.938.372,80	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-105.678.427,89	-
Dispêndios Extraorçamentários	-59.206.373,13	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-46.472.054,76	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-13.554.425,35	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 90048 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REG.-PR. RPV

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS	-13.554.425,35	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-13.554.425,35	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-1.403.670,69	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.653.749,16	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.250.078,47	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	90034 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A.REGIAO-ORCAM.
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-	-
INGRESSOS	4.241.142.816,38	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	4.241.142.816,38	-
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	4.241.142.816,38	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-4.241.142.816,38	-
Pessoal e Demais Despesas	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 05/04/2016	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	90034 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A.REGIAO-ORCAM.
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-4.241.142.816,38	-
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-4.241.142.816,38	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 90034 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A.REGIAO-ORCAM.

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 05/04/2016	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	90054 - ESCOLA DA MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL- 2ºR
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTIÇA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	121.538,58	-
INGRESSOS	655.738,03	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	655.738,03	-
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	655.738,03	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-534.199,45	-
Pessoal e Demais Despesas	-528.188,59	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-528.188,59	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSION 05/04/2016	PAGINA 2
------------------------	-------------

SUBTÍTULO	90054 - ESCOLA DA MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL- 2ºR
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-6.010,86	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-6.010,86	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 90054 - ESCOLA DA MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL- 2ºR

ÓRGÃO SUPERIOR 12000 - JUSTIÇA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	121.538,58	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.121,62	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	123.660,20	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMIÇÃO 05/04/2016	PÁGINA 1
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	90016 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - RJ
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	6.042.198,54	-
INGRESSOS	1.008.267.647,69	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	1.008.267.647,69	-
Ingressos Extraorçamentários	-460.546,99	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	991.492.992,19	-
Arrecadação de Outra Unidade	16.752.586,45	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	482.616,04	-
DESEMBOLSOS	-1.002.225.449,15	-
Pessoal e Demais Despesas	-874.515.184,26	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-735.734.695,76	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-138.780.488,50	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 90016 - JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - RJ

ÓRGÃO SUPERIOR 12000 - JUSTIÇA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-109.176.596,57	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-109.176.596,57	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-18.533.668,32	-
Dispêndios Extraorçamentários	-29.728,35	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-18.503.939,97	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-10.512.305,62	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 90016 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - RJ

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-10.512.305,62	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-9.693.244,42	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-819.061,20	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-4.470.107,08	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	14.165.578,05	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	9.695.470,97	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMIÇÃO 05/04/2016	PÁGINA 1
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	90014 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - ES
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	3.343.399,89	-
INGRESSOS	182.582.060,31	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	182.582.060,31	-
Ingressos Extraorçamentários	-276.040,98	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	179.290.155,07	-
Arrecadação de Outra Unidade	3.203.438,48	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	364.507,74	-
DESEMBOLSOS	-179.238.660,42	-
Pessoal e Demais Despesas	-156.107.789,43	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-140.827.641,92	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-15.280.147,51	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 05/04/2016	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	90014 - JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - ES
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTIÇA FEDERAL
----------------	-------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-19.819.835,29	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-19.819.835,29	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-3.311.035,70	-
Dispêndios Extraorçamentários	-47.747,44	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-3.263.288,26	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-4.256.121,95	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 90014 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - ES

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-4.256.121,95	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-3.393.518,31	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
	-862.603,64	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-912.722,06	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	5.757.898,03	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	4.845.175,97	-

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 90028 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIAO

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 90028 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIAO

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT			413.764.942,38	413.764.942,38
TOTAL			413.764.942,38	413.764.942,38
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 90028 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIAO

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	405.788.212,09	389.724.701,13	389.646.744,91	-405.788.212,09
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	307.637.029,35	303.018.355,79	303.018.355,79	-307.637.029,35
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	98.151.182,74	86.706.345,34	86.628.389,12	-98.151.182,74
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	7.976.730,29	805.728,19	803.502,55	-7.976.730,29
Investimentos	-	-	7.976.730,29	805.728,19	803.502,55	-7.976.730,29
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	413.764.942,38	390.530.429,32	390.450.247,46	-413.764.942,38
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	413.764.942,38	390.530.429,32	390.450.247,46	-413.764.942,38
TOTAL	-	-	413.764.942,38	390.530.429,32	390.450.247,46	-413.764.942,38

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	794.656,41	15.718.056,80	14.133.009,64	14.133.009,64	1.674.609,69	705.093,88
Pessoal e Encargos Sociais	270.364,22	5.637.173,13	5.573.918,47	5.573.918,47	240.771,59	92.847,29
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	524.292,19	10.080.883,67	8.559.091,17	8.559.091,17	1.433.838,10	612.246,59
DESPESAS DE CAPITAL	2.958.658,38	16.784.468,68	9.935.806,69	9.935.806,69	204.592,26	9.602.728,11
Investimentos	2.958.658,38	16.784.468,68	9.935.806,69	9.935.806,69	204.592,26	9.602.728,11
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3.753.314,79	32.502.525,48	24.068.816,33	24.068.816,33	1.879.201,95	10.307.821,99

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	385,23	456,84	358,80	248,04	235,23
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PÁGINA 4

SUBTÍTULO 90028 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIAO

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	385,23	456,84	358,80	248,04	235,23
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	385,23	456,84	358,80	248,04	235,23



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 90048 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REG.-PR. RPV

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 90048 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REG.-PR. RPV

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT	-	-	2.407.320.181,80	2.407.320.181,80
TOTAL	-	-	2.407.320.181,80	2.407.320.181,80
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 90048 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REG.-PR. RPV

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	2.397.226.976,76	2.347.266.304,58	2.347.266.304,58	-2.397.226.976,76
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	833.853.807,58	787.338.415,43	787.338.415,43	-833.853.807,58
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	1.563.373.169,18	1.559.927.889,15	1.559.927.889,15	-1.563.373.169,18
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	10.093.205,04	9.688.864,53	9.688.864,53	-10.093.205,04
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	10.093.205,04	9.688.864,53	9.688.864,53	-10.093.205,04
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	2.407.320.181,80	2.356.955.169,11	2.356.955.169,11	-2.407.320.181,80
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	2.407.320.181,80	2.356.955.169,11	2.356.955.169,11	-2.407.320.181,80
TOTAL	-	-	2.407.320.181,80	2.356.955.169,11	2.356.955.169,11	-2.407.320.181,80

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	313.525.457,36	297.341.255,75	297.341.255,75	16.184.201,61	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	42.337.070,12	32.752.226,98	32.752.226,98	9.584.843,14	-0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	271.188.387,24	264.589.028,77	264.589.028,77	6.599.358,47	-0,00
DESPESAS DE CAPITAL	313.304,05	4.259.864,10	3.865.560,82	3.865.560,82	578.528,06	129.079,27
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	313.304,05	4.259.864,10	3.865.560,82	3.865.560,82	578.528,06	129.079,27
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	313.304,05	317.785.321,46	301.206.816,57	301.206.816,57	16.762.729,67	129.079,27

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PÁGINA 4

SUBTÍTULO 90048 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REG.-PR. RPV

ÓRGÃO SUPERIOR 12000 - JUSTIÇA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 90034 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A.REGIAO-ORCAM.

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 90034 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A.REGIAO-ORCAM.

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	5.770.483,00	5.770.483,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	5.770.483,00	5.770.483,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 90034 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A.REGIAO-ORCAM.

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	355.184.268,00	390.214.082,00	-	-	-	390.214.082,00
Pessoal e Encargos Sociais	273.851.982,00	308.692.704,00	-	-	-	308.692.704,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	81.332.286,00	81.521.378,00	-	-	-	81.521.378,00
DESPESAS DE CAPITAL	17.315.447,00	24.433.110,00	-	-	-	24.433.110,00
Investimentos	17.315.447,00	24.433.110,00	-	-	-	24.433.110,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	372.499.715,00	414.647.192,00	-	-	-	414.647.192,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	372.499.715,00	414.647.192,00	-	-	-	414.647.192,00
TOTAL	372.499.715,00	414.647.192,00	-	-	-	414.647.192,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PÁGINA 4

SUBTÍTULO 90034 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A.REGIAO-ORCAM.

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 90054 - ESCOLA DA MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL- 2ºR

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 90054 - ESCOLA DA MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL- 2ºR

ÓRGÃO SUPERIOR 12000 - JUSTIÇA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT	-	-	688.067,48	688.067,48
TOTAL	-	-	688.067,48	688.067,48
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 90054 - ESCOLA DA MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL- 2ºR

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	681.558,49	541.362,25	528.981,10	-681.558,49
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	681.558,49	541.362,25	528.981,10	-681.558,49
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	6.508,99	-	-	-6.508,99
Investimentos	-	-	6.508,99	-	-	-6.508,99
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	688.067,48	541.362,25	528.981,10	-688.067,48
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	688.067,48	541.362,25	528.981,10	-688.067,48
TOTAL	-	-	688.067,48	541.362,25	528.981,10	-688.067,48

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	8.419,09	5.218,35	5.218,35	-	3.200,74
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	8.419,09	5.218,35	5.218,35	-	3.200,74
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	8.419,09	5.218,35	5.218,35	-	3.200,74

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PÁGINA 4

SUBTÍTULO 90054 - ESCOLA DA MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL- 2ºR

ÓRGÃO SUPERIOR 12000 - JUSTIÇA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 90016 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - RJ

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 90016 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - RJ

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT	-	-	987.087.840,64	987.087.840,64
TOTAL	-	-	987.087.840,64	987.087.840,64
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 90016 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - RJ

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	979.254.236,23	964.799.724,06	964.036.354,42	-979.254.236,23
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	819.681.109,78	815.866.508,82	815.866.508,82	-819.681.109,78
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	159.573.126,45	148.933.215,24	148.169.845,60	-159.573.126,45
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	7.833.604,41	987.410,16	980.836,40	-7.833.604,41
Investimentos	-	-	7.833.604,41	987.410,16	980.836,40	-7.833.604,41
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	987.087.840,64	965.787.134,22	965.017.190,82	-987.087.840,64
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	987.087.840,64	965.787.134,22	965.017.190,82	-987.087.840,64
TOTAL	-	-	987.087.840,64	965.787.134,22	965.017.190,82	-987.087.840,64

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.949.504,11	23.394.948,46	19.636.058,05	19.598.011,16	5.877.001,36	1.869.440,05
Pessoal e Encargos Sociais	52.630,73	11.827.289,51	9.412.053,16	9.412.053,16	2.467.867,08	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.896.873,38	11.567.658,95	10.224.004,89	10.185.958,00	3.409.134,28	1.869.440,05
DESPESAS DE CAPITAL	4.811.296,84	8.119.693,31	10.139.164,22	9.531.469,22	95.491,44	3.304.029,49
Investimentos	4.811.296,84	8.119.693,31	10.139.164,22	9.531.469,22	95.491,44	3.304.029,49
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	8.760.800,95	31.514.641,77	29.775.222,27	29.129.480,38	5.972.492,80	5.173.469,54

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	315.244,09	113.440,44	57.415,25	-	371.269,28
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PÁGINA 4

SUBTÍTULO 90016 - JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - RJ

ÓRGÃO SUPERIOR 12000 - JUSTIÇA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	315.244,09	113.440,44	57.415,25	-	371.269,28
DESPESAS DE CAPITAL	37.375,22	3.760,61	-	-	41.135,83
Investimentos	37.375,22	3.760,61	-	-	41.135,83
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	352.619,31	117.201,05	57.415,25	-	412.405,11



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 90014 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - ES

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 90014 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - ES

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT	-	-	183.052.558,02	183.052.558,02
TOTAL	-	-	183.052.558,02	183.052.558,02
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 90014 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - ES

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	176.983.685,65	171.948.885,18	171.902.351,47	-176.983.685,65
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	139.975.701,35	138.575.496,06	138.575.496,06	-139.975.701,35
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	37.007.984,30	33.373.389,12	33.326.855,41	-37.007.984,30
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	6.068.872,37	735.411,73	732.845,73	-6.068.872,37
Investimentos	-	-	6.068.872,37	735.411,73	732.845,73	-6.068.872,37
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	183.052.558,02	172.684.296,91	172.635.197,20	-183.052.558,02
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	183.052.558,02	172.684.296,91	172.635.197,20	-183.052.558,02
TOTAL	-	-	183.052.558,02	172.684.296,91	172.635.197,20	-183.052.558,02

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	992.111,80	5.055.164,98	3.962.370,64	3.962.370,64	1.773.446,43	311.459,71
Pessoal e Encargos Sociais	74.658,13	1.775.661,69	1.472.180,21	1.472.180,21	378.139,61	-0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	917.453,67	3.279.503,29	2.490.190,43	2.490.190,43	1.395.306,82	311.459,71
DESPESAS DE CAPITAL	262.285,39	3.437.463,59	3.521.063,12	3.521.063,12	178.001,74	684,12
Investimentos	262.285,39	3.437.463,59	3.521.063,12	3.521.063,12	178.001,74	684,12
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.254.397,19	8.492.628,57	7.483.433,76	7.483.433,76	1.951.448,17	312.143,83

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	7.305,00	62.902,61	62.902,61	-	7.305,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/04/2016 PÁGINA 4

SUBTÍTULO 90014 - JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - ES

ÓRGÃO SUPERIOR 12000 - JUSTIÇA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	7.305,00	62.902,61	62.902,61	-	7.305,00
DESPESAS DE CAPITAL	-	2.213,10	2.213,10	-	-
Investimentos	-	2.213,10	2.213,10	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	7.305,00	65.115,71	65.115,71	-	7.305,00